FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.722 | SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2024 | R$ 6,90

Ronny Santos/Folhapress

POR MAIS R$ 2,5 BILHÕES, OBRAS DO TRECHO NORTE DO RODOANEL SÃO RETOMADAS APÓS SEIS ANOS

Canteiro do consórcio Via Appia, novo responsável pelo projeto, na altura de Arujá (Grande SP); construção começou em 2013, foi paralisada em 2018 e já consumiu R$ 6,85 bilhões Cotidiano B1

Zanin atende pedido de Lula e suspende desoneração da folha

Demais ministros do STF podem manter ou derrubar liminar em sessão virtual iniciada na madrugada de hoje

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, atendeu pedido do governo Lula (PT) e suspendeu trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha de 17 setores da economia e cortou a alíquota previdenciária de prefeituras. A ação enviada ao STF é assinada pelo presidente Lula e pelo chefe da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias.

Nela, o governo argumenta que o benefício fiscal foi aprovado pelo Congresso "sem a adequada demonstração do impacto financeiro". Para Zanin, há o risco de ocorrer "desajuste significativo nas contas públicas".

A decisão, liminar, será analisada pelos demais ministros do STF em sessão virtual que vai da madrugada desta sexta (26) até dia 6.

O benefício é motivo de embate entre governo e Congresso desde o final de 2023, quando Lula vetou o projeto de lei que prorrogava a desoneração até 2027 e o veto foi derrubado. Seguiram-se tentativas da gestão petista de propor a reoneração gradual, por MP e por projeto de lei, mas não se chegou a acordo com os parlamentares. Mercado p.3

Direita minimiza caso TikTok após exaltação a Musk

Dias após enaltecerem o discurso de Elon Musk, dono do X, aliados de Jair Bolsonaro (PL) minimizaram o possível veto ao TikTok nos EUA e eventual impacto para o debate sobre redes sociais no Brasil. Líderes de esquerda apontam contradição. Política A5

Priscilla Bacalhau

IA nas escolas exige cautela

A notícia de que São Paulo usaria o ChatGPT para produzir aulas digitais gerou estranhamento. Apesar de alinhada à tendência, a adoção de tecnologias em larga escala, na maior rede estadual do país, requer cautela. Como tudo em educação. Opinião A2

O ator britânico em cena do filme 'La Chimera' Divulgação

Ilustrada C1

Josh em dobro

Ganhador de um Emmy e um Globo de Ouro por atuação em "The Crown", da Netflix, Josh O'Connor fará dobradinha nos cinemas brasileiros com as estreias de "Rivais" e "La Chimera".

Cotidiano B2

Níveis de cocaína na baía de Santos são alarmantes, diz pesquisador

Ciência B4

USP quer criar porco de gene modificado para fornecer órgãos a seres humanos

Plano de Tarcísio para o centro de SP investirá R$ 2,4 bi

O governo paulista lançará pacote para revitalizar o centro da capital em seis anos. Ele prevê parceria público-privada de habitação, com reforma e restauro de 6.000 imóveis, e complementa transferência da máquina estadual para a região. Cotidiano B1

Harvey Weinstein tem sentença por estupro anulada

Ilustrada C2

EDITORIAIS A2

Veto dos EUA ao TikTok afronta livre expressão

Acerca de lei que determina a venda da plataforma.

Susp em prática

Sobre o atraso do sistema de segurança pública.

Danilo Verpa/Folhapress

ALUNOS DA USP NA FILA DA MORADIA VIVEM EM ESTÁDIO

Calouro em centro esportivo no campus do Butantã, em São Paulo, em alojamento sob arquibancada; estudantes aguardam vaga em conjunto habitacional da universidade Cotidiano B3

Novo imposto vai incidir sobre compras em sites estrangeiros

Compras de produtos e serviços por meio de plataformas digitais, entre elas as do exterior, serão tributadas pelo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) quando a reforma tributária começar a valer, em 2026. A alíquota média do novo tributo é estimada em 26,5%.

A cobrança está prevista na regulamentação da reforma enviada pelo governo Lula (PT) ao Congresso.

Hoje, transações de até US$ 50 feitas por pessoas físicas em lojas como Shein e Shopee são isentas de imposto de importação e têm 17% de ICMS. Mercado p.1

Petrobras aprova distribuição de 50% dos dividendos extras

Mercado p.8

64,2 milhões vivem sob insegurança alimentar

Pesquisa do IBGE aponta que, em 2023, 64,2 milhões de brasileiros viviam nos 21,6 milhões de lares, 27,6% do total do país, onde havia preocupação ou incerteza sobre o acesso a alimentos no futuro. p.7

PIB dos EUA cresce 1,6% no trimestre, abaixo do esperado

Mercado p.15

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), João Cestari (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

Claudio Mor

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Veto dos EUA ao TikTok afronta livre expressão

Bandeira da segurança nacional é desfraldada para sustentar censura à rede; Justiça deverá decidir se cabe o sacrifício de um valor caro à democracia

Joe Biden mirou a China, conforme as justificativas oficiais, ao sancionar a lei que pode banir dos Estados Unidos a plataforma de mídia social TikTok. O que de mais evidente o mandatário atingiu, no entanto, foi a liberdade de expressão.

O texto que uniu democratas e republicanos nas duas Casas do Congresso estipula que a companhia responsável pelo aplicativo, a chinesa ByteDance, precisará se desfazer dele num prazo de 270 dias prorrogáveis por mais três meses.

Terá de vendê-lo a um controlador originário de país que não seja hostil aos EUA. Do contrário, o acesso ao serviço será bloqueado.

A censura —é disso, afinal, que se trata— será aplicada a uma rede utilizada por algo entre 150 milhões e 170 milhões de americanos, numa população estimada em 335 milhões. Segundo pesquisa do Instituto Reuters, essa é a principal fonte de notícias para 20% dos jovens de 18 a 24 anos no país.

A venda determinada arbitrariamente tende a ser difícil de se concretizar na vida real, e não apenas em razão dos valores potencialmente relacionados a uma empresa que teve receita de US$ 16 bilhões nos EUA no ano passado. Mais importante, a ditadura chinesa impõe e imporá obstáculos a um negócio desse quilate.

Em meio à disputa geopolítica e econômica entre as duas grandes potências e em ano eleitoral, a bandeira da segurança nacional foi desfraldada para dar impulso ao projeto aprovado em questão de dias pelo Legislativo —e que, de quebra, poderá favorecer as concorrentes americanas do TikTok.

Argumentou-se que a ByteDance poderia manipular informação e compartilhar dados sobre usuários americanos com Pequim, o que a empresa nega fazer. Biden e seus sucessores poderão aplicar as mesmas medidas a outros aplicativos de países tidos como hostis.

Referência global na adoção ampla e robusta do princípio da liberdade de expressão, os EUA dão um exemplo draconiano e perigoso no debate delicado e necessário da regulação das redes sociais. O TikTok já está banido da Índia há quatro anos, também sob o argumento da segurança nacional, que pode encontrar eco na Europa.

A questão não está encerrada, de todo modo, porque a plataforma indica que recorrerá à Justiça americana —na qual já obteve vitória, em 2020, contra sanções então impostas por Donald Trump e depois revogadas por Biden.

Será proveitoso examinar se as alegações do mundo político a respeito da empresa chinesa justificam o sacrifício de valor tão caro à democracia que orgulha o país.

Susp em prática

Previsto por lei desde 2018, sistema nacional e integrado de segurança precisa sair do papel

Em vez de defender a introdução do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) na Constituição, o ministro Ricardo Lewandowski, da Justiça, deveria se esforçar para colocar o modelo em prática. Afinal, o chamado SUS da Segurança foi criado em 2018, pela lei 13.675, mas até hoje não saiu do papel.

Ao instituir a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o Susp determina a articulação dos órgãos da Federação que atuam no setor, padronização de estruturas e tecnologia, capacitação continuada e qualificada, participação social e outras medidas hoje longe de implementadas.

Está previsto, também, o aprimoramento da investigação de crimes hediondos e homicídios, de fato precária num país onde se esclareceram somente 1 em cada 3 assassinatos entre 2015 e 2021, de acordo com levantamento da ONG Instituto Sou da Paz.

O diploma requer ainda o fortalecimento de mecanismos de controle, como ouvidorias, além de transparência e integração de informações, notadamente sobre armas e drogas —hoje, por exemplo, o Exército demonstra descontrole sobre dados de armas furtadas.

O próprio policial também é objeto da norma. Em janeiro de 2023, o governo sancionou mudanças na lei do Susp para incluir políticas de saúde mental e de prevenção de suicídio para agentes de segurança. Falta, contudo, que os estados executem as ações previstas.

Trata-se de tema fundamental. Por trás de demandas corporativistas que nortearam a nova lei orgânica das polícias, está a necessidade de valorizar o trabalho policial.

A segurança pública tem ocupado posição cada vez mais relevante no rol de preocupações da população brasileira. Na maior metrópole do país, 23% dos paulistanos consideram que ela é o maior problema urbano. Estima-se que o tema, apesar de estar mais atrelado a competências estaduais e federal, será fundamental nas eleições municipais deste ano.

Cabe aos governos instituírem e coordenarem políticas públicas baseadas em evidências, integradas, contínuas e de longo prazo, sem se deixarem levar por populismo imediatista e eleitoreiro. O Planalto poderia começar por reduzir a lista de pendências do Susp, em vez de tentar reinventar a roda que nem sequer começou a girar.

Ecos da guerra

Hélio Schwartsman

A crise em universidades de elite americanas por causa da guerra na Faixa de Gaza ganhou escala, com prisões e fechamento de campi. Nunca é fácil lidar com protestos de estudantes, mas penso que os dirigentes dessas escolas vêm sendo particularmente inábeis.

Se as universidades apenas seguissem a legislação americana, não haveria dúvida de que manifestações anti-Israel, sendo ou não antissemitas, estão cobertas pelo princípio da liberdade de expressão. A Suprema Corte local já autorizou até marchas nazistas (Skokie, 1977). Mas as universidades não se limitam a cumprir a lei. Elas criam seus próprios códigos de conduta, o que faz sentido. Um pai que paga mais de US$ 50 mil anuais para mandar o filho a uma escola da Ivy League teria motivos para ficar chateado se ela nem tentasse incutir valores éticos a seu rebento.

O problema é que, de uns anos para cá, essas universidades vêm criando regras que colocam a ofensa percebida, algo irredutivelmente subjetivo, como critério para definir o que é ou não permissível. Palavras e expressões tidas por racistas ou anti-LGBT se tornaram tabu. Não gosto desse sistema, mas, se ele fosse aplicado de forma coerente, a crise não teria ganhado tanta temperatura. Só que não foi.

Inicialmente, as autoridades acadêmicas mostraram uma tolerância para com discursos anti-Israel/antissemitas que contrastava com a rapidez com que punem professores e estudantes que violam os consensos identitários que se tornaram prevalentes. Judeus obviamente não gostaram, e grandes doadores ameaçaram abandonar sua generosidade —o que não é ilegítimo. Pressionados, reitores resolveram ser mais ativos na proteção aos alunos judeus, passando para o outro lado a ideia de que são manipulados pelo tal de lobby sionista, o que radicalizou o movimento.

A encrenca está armada. Não creio que seja mais difícil de resolver do que o conflito israelo-palestino, mas vai dar trabalho.

helio@uol.com.br

A paz dos populistas

Bruno Boghossian

O juiz Samuel Alito foi buscar um raciocínio exótico para defender a imunidade de ex-presidentes nos EUA. Integrante da ala conservadora da Suprema Corte, ele sugeriu que, se um governante souber que estará sujeito a processos criminais após deixar o cargo, ele terá um incentivo a mais para tentar melar a eleição e permanecer no poder.

Poderia ser só uma expressão ingênua da reverência exagerada dos americanos pela figura presidencial. Acontece que o tribunal estava julgando se deveria garantir imunidade a um presidente que tentou melar a eleição para permanecer no poder.

A discussão na Suprema Corte tinha nome, sobrenome e uma tentativa de golpe no currículo. Em seus últimos dias no cargo, Donald Trump usou a autoridade presidencial para tentar reverter resultados eleitorais em estados estratégicos e instigou uma revolta violenta com o objetivo de continuar no poder. Agora, ele alega que atos oficiais de um presidente são protegidos por imunidade.

O amparo oferecido por Alito tem um fundamento mais do que traiçoeiro. Para o juiz, abrir uma brecha na imunidade presidencial poderia "desestabilizar o funcionamento do país como uma democracia". Em outras palavras, punir um sujeito que usa o poder para subverter a democracia seria uma ameaça à democracia.

A linhagem populista de Trump usa o medo como arma para manter influência e, principalmente, conseguir proteção. A justificativa para manter o ex-presidente fora da cadeia não é (e nem poderia ser) seu histórico de respeito às regras do jogo e ao resultado eleitoral, mas o risco de outros políticos derrotados apelarem para a insurreição.

Da mesma forma, o argumento mais usado a favor de uma anistia para Jair Bolsonaro não é sua suposta inocência num plano golpista que tem todas as suas impressões digitais. Tanto o ex-presidente quanto personagens que advogam por um acordo dessa natureza citam com frequência a necessidade de uma certa "pacificação". A paz dos populistas é negociada à base de ameaças.

Viva o Brasil

Ruy Castro

Em entrevista a O Estado de S. Paulo, o jurista Miguel Reale Jr. disse que o Brasil tem 1.240 faculdades de direito —"mais do que a soma de todos os cursos de direito do mundo". De queixo caído, fiz meus cálculos. Se cada uma dessas faculdades formar 50 advogados por ano, teremos 62.200 novos advogados anualmente no mercado. Some-os aos já existentes e, por mais que os nossos cidadãos se agridam, estuprem e matem alegremente uns aos outros, e não falte a quem acusar ou defender, a maioria dos advogados deve ter muito tempo livre.

Segundo o IBGE, o Brasil tem 5.570 municípios, muitos dos quais só existem como municípios para sustentar um prefeito e os vereadores. Pois nada impede que alguns desses municípios tenham uma faculdade de direito. Quantos de seus advogados aprenderão latim para dizer "causa mortis", "mutatis mutandis" e, quem sabe, "quosque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?".

O Brasil deve ser também o país com mais farmácias do mundo —média de três ou quatro por quarteirão nas grandes cidades—, embora isso não os torne um país saudável. Da mesma forma, nenhum país tem mais bancos, supermercados, shoppings, McDonald's e lojas de colchões. Nenhum consome mais alimentos ultraprocessados, porcarias pré-prontas, refrigerantes diet, biscoitos industrializados e batata frita.

Nenhum país faz mais cirurgias plásticas, bariátricas e íntimas. Nenhum nos supera em toneladas de peitos e bundas inflados. E em nenhum se faz tanta dieta —a quantidade de quilos perdidos anualmente pela população bate na casa dos bilhões. Mas, nesse caso, nada se perde porque, em pouco tempo, eles voltam, um por um. Nenhuma criança passa mais horas por dia olhando para o celular do que as nossas.

Em compensação, poucos países têm menos bibliotecas, livrarias, teatros, salas de concerto, museus, galerias e escolas de dança do que o Brasil. Viva o Brasil.

Educação artificial?

Priscilla Bacalhau

Doutora em economia, consultora de impacto social e pesquisadora do FGV EESP Clear

Com novas tecnologias sempre vêm desafios. Quando o ChatGPT foi lançado para o público, em novembro de 2022, houve muito questionamento sobre o que isso representaria para as profissões. Seria uma questão de tempo para que nossas funções fossem substituídas por robôs?

Um ano e meio depois, nem tudo foi respondido, mas seu uso vem sendo bastante popularizado. E quem ainda não começou a pensar em como ferramentas de inteligência artificial podem otimizar seu trabalho deveria começar, pois elas vieram para ficar.

A área educacional não está ficando para trás. Mas a notícia, publicada pela **Folha** no dia 17, de que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo passaria a usar o ChatGPT para produzir aulas digitais gerou bastante estranhamento.

Essa não é a única inovação tecnológica proposta por essa gestão. Na quarta-feira (24), o secretário anunciou o "fluencímetro", ferramenta que também utiliza inteligência artificial para analisar a fluência leitora dos alunos. Essa tecnologia se soma a vários aplicativos que vêm sendo adotados para diferentes fins na rede estadual.

Apesar de alinhada à tendência mundial, a adoção de tecnologias em larga escala, na maior rede estadual do país, precisa ser realizada com cautela. Como, aliás, tudo em educação.

No caso da formulação de material didático, por exemplo, diversos cuidados precisam estar presentes no processo. De partida, é preciso garantir um alinhamento com o currículo estabelecido, e para isso a ferramenta de inteligência artificial precisa ter acesso às informações corretas. Protocolos, que já deveriam ser de praxe, devem ser seguidos: não se pode confiar totalmente em nenhum conteúdo que saia diretamente do ChatGPT, é preciso saber quais comandos serão dados, revisar tudo, checar fontes e informações atualizadas. Além disso, continua cabendo exclusivamente aos professores a identificação das necessidades específicas dos alunos.

Usada de forma apropriada, a ferramenta pode auxiliar —não substituir— o trabalho dos professores curriculistas. Ainda não se sabe exatamente como é essa "forma apropriada", por isso é necessário manter a autonomia dos profissionais, com a valorização de sua análise crítica. Mas potenciais benefícios incluem eficiência operacional e aumento das possibilidades de diferenciação de conteúdos.

Um ponto que não pode ser ignorado é que os professores, como tantos outros profissionais, já estão usando essas ferramentas, inclusive para planejar aulas. Portanto, incorporar isso na política pública não é necessariamente uma inovação, mas uma necessidade de para alinhar diretrizes ideais para sua utilização. Resta saber se será realizada com a cautela que a tecnologia, ainda incipiente, exige.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Caso Daniel Alves não configura impunidade

Histórica, sentença sedimenta avanços na maneira de denunciar violência

Maria Carolina Trevisan
Jornalista especializada na cobertura de segurança pública, Justiça e direitos humanos, é coautora do livro "Voto a Voto" (ed. Telha)

Quando o ex-jogador da seleção brasileira Daniel Alves pagou a fiança de 1 milhão de euros (cerca de R$ 5,6 milhões) para responder em liberdade por sua condenação nos crimes de estupro e abuso contra uma jovem de 23 anos, muita gente considerou o desfecho injusto. É pertinente criticar o fato de que Alves teve acesso a um benefício disponível apenas aos abastados. Apesar disso, é um equívoco dizer que ele está impune.

A sentença do tribunal de Barcelona que condenou Alves é histórica. Sedimenta avanços recentes na lei espanhola de liberdade sexual que provocaram mudanças importantes na maneira de denunciar esse tipo de violência —um gargalo que cala—, atender as vítimas, obter as provas para o processo e interpretar como se deram os acontecimentos.

Atualmente, os estabelecimentos de lazer na Espanha devem cumprir um protocolo de atendimento imediato à mulher que sofrer violência: acolher, isolar e acompanhar a vítima; preservar o ambiente para obter provas e manter o suposto agressor no local; acionar a polícia e informar sobre a denúncia; atender e encaminhar a vítima aos exames médicos para a obtenção de outras provas contundentes, caso ela queira. Foi esse novo regulamento que tornou possível o desfecho do caso Daniel Alves.

O veredito que o condenou também traz outras mudanças: enseja credibilidade ao relato da mulher, mantém sua identidade preservada e deixa claro não ser necessária a existência de lesões físicas para provar a agressão sexual. Trata-se, portanto, de um recado objetivo e pedagógico de que não há volta atrás. Nem para um ídolo do futebol habituado à presunção de impunidade.

O caso Daniel Alves é a primeira grande causa penal depois da lei "só sim é sim", um avanço nas demandas dos movimentos feministas. Na sentença, a palavra "consentimento" aparece 27 vezes. "Para a existência de agressão sexual não é preciso que se produzam lesões físicas, nem que conste uma heroica oposição da vítima a manter relações sexuais", diz a sentença. "Não consta que a vítima tenha prestado seu consentimento." Com essa alegação, a Justiça reforça a ideia de que consentir é uma atitude mais afirmativa ("só sim é sim") do que negativa ("não é não") e consolida o aprimoramento na legislação.

[...]

> Reconhecer que houve uma evolução no direito das mulheres neste caso é uma das formas de assegurar que esses avanços se tornem regras em um mundo acostumado a normalizar a violência de gênero e a livrar homens de qualquer implicação

De acordo com o veredito (em que cabe recurso), Daniel Alves deve cumprir 4,5 anos de pena (menos 14 meses, tempo em que esteve preso), completar um período de 5 anos de liberdade vigiada após deixar a cadeia, manter-se afastado do trabalho ou da residência da vítima no raio de 1 km e pagar 150 mil euros (cerca de R$ 839 mil) à vítima por danos morais e pelas lesões causadas. Sua defesa alega inocência e pede sua absolvição. A próxima etapa pode levar seis meses para acontecer.

Alguns juristas espanhóis consideraram baixa a pena de 4,5 anos para um crime que pode levar a 12 anos de prisão. Na legislação brasileira, o estupro tem pena prevista de 6 a 10 anos de reclusão. Mas, ao contrário do que ocorreu com Alves, um réu por esse tipo de crime pode levar em média 2 anos e 7 meses para ser condenado no Brasil, segundo dados de 2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Embora as atitudes de Daniel Alves ao sair da prisão não demonstrem arrependimento, a responsabilização não deve ser vista como vingança. Reconhecer que houve uma evolução no direito das mulheres neste caso é uma das formas de assegurar que esses avanços se tornem regras em um mundo acostumado a normalizar a violência de gênero e a livrar homens de qualquer implicação. Sabe-se, também, que medidas de prevenção são mais eficazes para enfrentar a violência sexual de gênero do que encarcerar alguém no sistema prisional brasileiro, um lugar incompatível com a vida.

Acordos necessários para a transição energética

Processo exige investimentos públicos e privados e vontade política

Rodrigo Sauaia e Ronaldo Koloszuk
CEO da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar)
Presidente do Conselho de Administração da Absolar

Para além de discursos, entrevistas e anúncios públicos de autoridades de diversos países, a transição energética é um processo prático, baseado em ações concretas e programas governamentais objetivos. Requer investimentos públicos e privados, vontade política para a definição e implementação e consolidação de diretrizes capazes de impulsionar uma agenda sustentável robusta, bem como o estabelecimento e a manutenção de bons acordos comerciais entre os mercados de diferentes países.

Diante desse desafio, o Brasil tem assumido cada vez mais protagonismo na geopolítica da transição energética. Rico em diversos recursos naturais, como sol, vento, água, biomassa e minerais estratégicos, o país se tornou exemplo global da expansão eficiente e bem-sucedida das energias renováveis nos últimos anos, com destaque para a fonte solar fotovoltaica.

Relatório recente da BloombergNEF sobre os países que mais investiram em transição energética em 2023 mostra que o Brasil atingiu a sexta posição global e a liderança na América Latina. O estudo considera iniciativas práticas para a ampliação das energias renováveis, avanço dos veículos elétricos e implantação de projetos para a produção de hidrogênio verde, entre outras tecnologias sustentáveis.

A ascensão brasileira na transição energética está intimamente relacionada com o avanço dos investimentos na expansão da geração solar, especialmente a partir de 2012. Atualmente, com mais de 4 GW da fonte já adicionados em 2024, o Brasil ultrapassou a marca de 42 GW com a tecnologia fotovoltaica, o equivalente a 17,4% da matriz elétrica, sendo a segunda maior fonte do país.

O setor solar trouxe ao Brasil mais de R$ 195 bilhões em investimentos, mais de R$ 53 bilhões em arrecadação aos cofres públicos e cerca de 1,2 milhão de empregos verdes. Com isso, evitou a emissão de 50,1 milhões de toneladas de CO_2 na geração de eletricidade.

Outro marco importante veio ao longo de 2022, quando o Brasil entrou, pela primeira vez, na lista dos dez países com maior potência instalada acumulada da fonte solar. E, no último ano, o país subiu duas posições no ranking global de capacidade instalada da tecnologia fotovoltaica, chegando à sexta colocação, segundo balanço da Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena).

[...]

> O setor solar trouxe ao Brasil mais de R$ 195 bilhões em investimentos, mais de R$ 53 bilhões em arrecadação aos cofres públicos e cerca de 1,2 milhão de empregos verdes. Com isso, evitou a emissão de 50,1 milhões de toneladas de CO_2 na geração de eletricidade

Um dos pontos centrais dessa expansão está na popularização da energia solar junto à sociedade, resultado do barateamento da tecnologia fotovoltaica aos consumidores, empresas e produtores rurais brasileiros. Estima-se que, em 2023, os painéis solares ficaram 50% mais baratos em relação ao ano anterior, fruto, em grande medida, das positivas relações comerciais com parceiros internacionais, sobretudo com os fabricantes chineses de equipamentos solares.

É inegável que o ganho de escala de produção global, o aumento de eficiência dos equipamentos e a consequente queda de seus preços aos consumidores finais têm sido cruciais para acelerar a transição energética no país.

A parceria internacional do Brasil com o mundo também garante competitividade às dezenas de milhares de empresas que atuam neste setor e a preservação e ampliação dos seus centenas de milhares de empregos verdes. Trata-se de uma relação "ganha-ganha", que, no final das contas, atende a demanda do mercado interno e acelera a transição energética, beneficiando a sociedade.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

O comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, em cerimônia de apresentação de oficiais generais Pedro Ladeira/Folhapress

Título de herói

"Chefe da Marinha critica título de herói a João Cândido e fala em 'reprovável exemplo'" (Política, 24/4). João Cândido pode ser um herói popular, visto que brasileiro adora um. O problema é que a Marinha é uma instituição militar, onde a hierarquia e a disciplina são levadas às últimas consequências.
Roberto Rangel (Juiz de Fora, MG)

*

Bem incoerente, pois apoiaram um ex-militar (ex-presidente) indisciplinado.
Jorge Viana da Silva (Moreno, PE)

*

Herói sim! E essa história é digna de um filme com orçamento hollywoodiano.
Camila Campos (São Paulo, SP)

*

De bolsonaristas a militantes na ditadura, para mim quem recorre às armas é a escória da humanidade. Mas as atitudes do João Cândido foram heroicas, sim! Quanto tempo mais este quadro desumano permaneceria se não fosse a atitude extrema deste homem?
Gregorio Amarante (Araucária, PR)

Educadores

"Em 10 anos, escolas estaduais do país perderam um terço dos professores efetivos" (Educação, 24/4). Precarização do trabalho. Mas não pensem que com os efetivos melhora. Sem plano de saúde, sem auxílio alimentação decente, sem horários de almoço e salários baixos. Enquanto os políticos e juízes se cercam dos auxílios e penduricalhos, a situação dos professores da educação básica se agrava. O Pisa já mostra a consequência.
Roberta Melissa Oliveira Sales (Diadema, SP)

*

A solução não está em mais concursos mas sim na melhoradas condições de trabalho! Fui professora concursada, atuei por dez anos na rede estadual e, após esse período, desisti e me exonerei! As condições de trabalho eram, e devem ser ainda, absurdas!
Cristina Pomela (Atibaia, SP)

Proposta

"Baixa renda poderá ter 'cashback' de até 50% do tributo na conta de luz" (Mercado, 24/4). Eles não querem melhorar o dinamismo da economia e aumentar o poder aquisitivo das pessoas, eles querem ficar dando esmolas, pois quanto mais miseráveis às pessoas ficarem e, com isso, dependentes do governo, melhor para ele.
Marcos Longaresi Carvalhães (Sertãozinho, SP)

*

Muito bom. Essa é a verdadeira transferência de renda para quem mais precisa, sem o falido modelo de generalização de isenção tributária linear para quem não precisa, o que nos torna um dos países mais perversos e injustos quanto ao modelo tributário, o que colabora com a liderança na pior distribuição de renda do planeta.
Andre Moraes (Rio de Janeiro, RJ)

*

Bom, com o uso do "poderá", eu entendo da mesma forma que "João poderá ganhar na loteria", ou seja, mais uma promessa que pode ou não ser cumprida. Patético.
Nilo Mismetti (São Paulo, SP)

Mercado de livros

"A volta da tunga dos livreiros" (Elio Gaspari, 23/4). Em São Paulo, não se conta em duas mãos as livrarias que foram fechadas nos últimos anos. Vai além! As causas são variadas: má administração, letargia frente ao avanço da internet, preços elevados e por aí vai. Uma livraria, propriamente, não é mais um santuário reverenciado, é um ponto comercial, ponto! Que o digam os proprietários de bancas de jornais tradicionais que tiveram que calibrar o mix de produtos à venda. A propósito, o advento da Amazon no Brasil foi uma bela conquista.
Túlio Landi (São Paulo, SP)

*

Tabelamento à parte, o setor não passa por "destruição criativa", passa por consolidação através de práticas predatórias mesmo. A Amazon abusa de seu poder de mercado para espremer editoras e concorrência. Esse limpa-trilho nunca dá certo para editoras ou consumidores, em lugar nenhum. Dá certo para a Amazon, óbvio. Tabelar é uma solução inadequada, ainda mais num país onde o livro ainda é muito caro, mas deixar a concorrência minguar também não é ideal.
Tuiuan Almeida Veloso (São João del Rei, MG)

*

Se as pessoas já leem pouco no Brasil, com esse tabelamento vai ser pior ainda.
Carla C. Oliveira (São Paulo, SP)

Comoção nacional

"Lula diz que 'Gol tem que prestar contas' sobre morte de cão em voo" (Cotidiano, 24/4). Obrigado, presidente Lula, por demonstrar humanidade e sensibilidade, sentimentos fundamentais em uma pessoa pública como o senhor. Que a busca dos responsáveis pelo assassinato de Joca, o cão, seja feita de forma objetiva e dentro da legalidade. Que caso triste!
Gílson Vasconcelos Dobbin (Brasília, DF)

*

Bacana, mesmo que por uma coisa tão triste, a violência a um pet pautar as autoridades. Essa tristeza pode ser o início de algo bom. Que a morte do Joca ajude a mudar essa realidade, será a melhor forma de mostrar respeito.
Julio Bedin (Curitiba, PR)

Bioma ameaçado

"Folha percorre quase 3.000 km no coração do cerrado em série sobre desmatamento" (Ambiente, 24/4). Já passou da hora de um balanço energético, de água, de contaminação de solos e do bioma por agrotóxicos para saber o que país aguenta mais de expansão de fronteiras agrícolas. Quem está ganhando hoje pode perder tudo e a mensagem vai chegar pela falta de água e, na sequência, vai aparecer a multiplicidade da destruição da vida animal e, para o ser humano, a expansão de doenças como o câncer e problemas renais.
Armando Moura (São Paulo, SP)

*

Depois, quando chega a seca extrema ou a inundação que leva tudo, correm para o BNDES para custear os prejuízos. O lucro é privado, mas o prejuízo socializado. Muita mamata para quem traz pouco para o Brasil como nação.
Marcelo Alvarez Ghibu (Santos, SP)

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Batalha

A decisão do ministro Cristiano Zanin (Supremo Tribunal Federal) de suspender trechos da lei que reduziu a alíquota previdenciária das prefeituras força os municípios a voltarem à mesa de negociação, avaliam membros do governo Lula (PT). Logo após a medida vir a público, integrantes do Palácio do Planalto ironizaram que teria início a "terceira guerra mundial", em referência à disputa entre Fazenda e entidades municipalistas para tentar emplacar alíquota que mais beneficie cada parte.

MEU PIRÃO O governo defende alíquotas progressivas, com as menores sendo aplicadas a municípios com menor receita corrente líquida per capita. Dois cenários são vistos como de equilíbrio: da faixa de 10% a 22,6% ou de 10% a 24%. A CNM (Confederação Nacional de Municípios) defende alíquota única, de 8% a 14%, de 2024 até 2027.

PRIORITÁRIOS Em reunião fechada com a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados, a ministra Anielle Franco (Igualdade Racial) tratou de projetos de lei considerados importantes para a pasta, como a prorrogação das cotas em concursos públicos federais e o combate à chamada política de encarceramento de jovens negros.

LISTA O encontro ocorreu na manhã de quarta-feira (24) e teve a participação de parlamentares da comissão e da bancada negra, como Talíria Petrone (PSOL-RJ), Jack Rocha (PT-ES), Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) e Orlando Silva (PC do B-SP), entre outros.

REDUÇÃO A região da Cracolândia, no centro de São Paulo, registrou o menor índice de roubos em uma semana desde o início do monitoramento iniciado em abril do ano passado pela Secretaria de Segurança Pública.

MARCA Na análise, feita entre 15 e 21 de abril, foram 47 roubos na área, queda de 61% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando houve 120 delitos. Foi a primeira vez que o número ficou abaixo das 50 ocorrências no recorte semanal.

JANELA... O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) escolheu a economista Andrezza Rosalém Vieira para comandar a Secretaria de Desenvolvimento Social, responsável pelas políticas de proteção social em São Paulo.

...DE TRANSFERÊNCIAS Ela assumirá o posto que vinha sendo ocupado pelo vereador Gilberto Nascimento Júnior (PL), que voltou à Câmara de São Paulo. Com a troca, Tarcísio substituiu um político por um quadro técnico. Vieira é mestre em Economia e foi secretária de Desenvolvimento Social no Espírito Santo de junho de 2017 a dezembro de 2018.

VOLTEI Ex-líder do PT na Câmara nas gestões Lula e Dilma Rousseff, Cândido Vaccarezza é o novo assessor de Aldo Rebelo, secretário de Relações Internacionais da gestão Ricardo Nunes (MDB). Vaccarezza foi alvo de denúncia na Operação Lava Jato, em caso que terminou arquivado, e rompeu com o PT em 2016.

A VOZ... Secretário-executivo de Nunes, Fábio Lepique contesta fala do deputado Rui Falcão (PT), membro da pré-campanha de Guilherme Boulos (PSOL), de que o povo teria ficado de fora do jantar promovido por dirigentes partidários em apoio ao emedebista.

...DO POVO "O povo está com o prefeito todos os dias nas ruas. Resta saber onde estava o povo no convescote chique do Boulos com o mercado financeiro e onde estará no jantar do PSOL com ingressos a R$ 20 mil", afirma.

O MEU, O SEU,... O juiz Fausto Seabra, da 3ª Vara da Fazenda Pública de SP, solicitou a apresentação do contrato de naming rights do estádio do Pacaembu firmado pela concessionária Allegra e o Mercado Livre, em janeiro. A empresa pagará cerca R$ 1 bilhão pelo direito de dar nome ao estádio.

...O NOSSO O vereador Celso Giannazi, o deputado estadual Carlos Giannazi e a deputada federal Luciene Cavalcante, do PSOL, pediram suspensão do contrato com a alegação de que a Allegra ganhará mais com os naming rights do que a cidade receberá com a concessão. O Mercado Livre enfatizou que o contrato é confidencial. O juiz negou a suspensão, mas pediu a exibição do contrato.

VISITA À FOLHA 1 Claudio Aparecido da Silva, ouvidor das polícias de São Paulo, esteve no jornal nesta quinta-feira (25). Acompanhava-o Elcio Daniel Fonseca, assessor de comunicação.

VISITA À FOLHA 2 André Florence, cofundador e CEO da Alice Plano de Saúde, esteve no jornal nesta quinta-feira (25). Acompanhavam-no Mario Ferretti, diretor médico, Nina Pugas, diretora de comunicação corporativa, Gabriela Vasconcelos, coordenadora de comunicação corporativa, Luiz Marques, consultor de relações públicas da Giusti, e Guilherme Galvão, diretor de atendimento.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

Presidente Lula em evento de comemoração do aniversário da Embrapa Ton Molina- 25.abr.24/Fotoarena/Agência O Globo

Irritada com governo Lula e Senado, Câmara teme atraso de recursos

Aliados de Lira dizem que o não cumprimento de acordo por parte dos senadores sobre veto de R$ 5,6 bilhões para emendas gerou impasse

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O adiamento da sessão do Congresso Nacional para análise de vetos presidenciais, prevista para quarta-feira (23), foi uma vitória para o governo Lula (PT), mas não significa que haverá dias mais tranquilos na relação do Executivo com o Parlamento.

O governo conseguiu adiar a sessão, evitando possível derrota em diferentes projetos. O presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou o adiamento pouco depois de o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmar ser "muito ruim" não realizá-la no dia.

O episódio contrariou Lira, e o clima entre o governo e a cúpula da Câmara não teve melhora. Também não há harmonia entre os comandos da Câmara e Senado.

De um lado, aliados de Lira dizem que o impasse se deu por um suposto não cumprimento de acordo por parte dos senadores sobre o veto do petista ao valor de R$ 5,6 bilhões reservados no Orçamento deste ano para o pagamento de emendas de comissão.

Eles afirmam que o acerto, capitaneado por Lira e pelo ministro Rui Costa (Casa Civil), previa recomposição de R$ 3,6 bilhões do total para os parlamentares —sendo que um terço do valor seria para os senadores e dois terços para os deputados—, mas que senadores insistiram em receber um valor maior, o que emperrou as negociações.

Senadores e membros do governo, por sua vez, rechaçam a acusação de que houve pedido por uma fatia maior das emendas.

Para eles, o impasse do adiamento da sessão do Congresso se deu pela não apreciação no Senado do projeto que recria o DPVAT, no qual foi inserido um dispositivo pelos deputados que altera o arcabouço fiscal e libera mais de R$ 15 bilhões ao presidente Lula de forma imediata.

Reservadamente, senadores admitem que parte dos parlamentares não quer liberar o montante antes do pagamento pelo Executivo de emendas represadas, alvo de reclamações no Congresso.

Na semana passada, a sessão do Congresso que estava prevista para ocorrer foi adiada sob o argumento de que era necessário aprovar esse projeto primeiro, para que, num segundo momento, os parlamentares pudessem analisar os vetos presidenciais.

O projeto seria votado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, mas saiu da pauta a pedido do relator e líder do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA). Pelo acordo que vinha sendo costurado, parte do dinheiro extra seria usado pelo governo para recompor o valor de emendas parlamentares durante a sessão do Congresso desta quarta.

Aliados do presidente da Câmara dizem enxergar uma operação casada do governo e do Senado para adiar a sessão, gerando desgaste com os deputados. Eles afirmam que sempre houve a sinalização de que o acordo seria cumprido, isso porque Lira tem a fama de cumprir os acordos.

Em entrevista nesta quinta-feira (25) à GloboNews, Lira voltou a criticar o adiamento da sessão, afirmou que essa sucessão de adiamentos "não é normal" e disse que não havia "obstáculo" da Câmara no acordo do veto de R$ 5,6 bilhões.

Os senadores, por sua vez, afirmam que até a manhã de quarta não havia uma sinalização de que isso seria levado a cabo pela Câmara, diante do acirramento de tensão entre a Casa e o Executivo nas últimas semanas provocado pela crise gerada pelas críticas públicas de Lira ao ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Eles dizem que, por parte dos senadores, o acordo seria cumprido.

Na terça (23), Rui Costa se reuniu com parlamentares que, segundo relatos, disseram não haver esse acordo. O cenário só teria mudado quando, na tarde de quarta, Lira telefonou a Pacheco durante reunião com líderes da Câmara, para dizer que a Casa cumpriria o acordo —e questionar se o Senado faria o mesmo.

A essa altura, Jaques Wagner já tinha retirado o projeto do DPAVT da pauta da CCJ e, portanto, não teria como contornar a situação.

Lira e Pacheco mantêm relação protocolar, sem um diálogo próximo, e acumulam desentendimentos sobre tramitação de propostas no Congresso. Na entrevista desta quinta, o alagoano disparou críticas ao Senado, sem citar nominalmente Pacheco, ao responsabilizar a Casa pelo avanço da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Quinquênio, considerada uma "pauta-bomba".

Aliados do governo dizem que o adiamento da sessão do Congresso garantiu mais tempo para negociar com parlamentares a liberação de emendas.

Já o entorno de Lira critica a demora da apreciação dos vetos porque entende que isso levará a um atraso na recomposição das emendas, num contexto de ano eleitoral —e que, portanto, prefeitos pressionam pelo envio dos recursos de deputados aliados.

Essa pressão foi citada por Lira também na entrevista desta quinta ao tratar do adiamento da sessão. "Os calendários vão subindo, os prazos findando e o governo volta a ter problema. É fato, não tem como a gente esconder, estamos em ano eleitoral. Os prefeitos vão apertar os deputados, que vão apertar os líderes e vai sobrar para mim, para o plenário e para o governo."

A expectativa é que a sessão ocorra na segunda semana de maio. Segundo Pacheco, não haverá outro adiamento.

+ ARTHUR LIRA ACIONA POLÍCIA CONTRA FELIPE NETO

A Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados abriu investigação contra o influenciador Felipe Neto após ele se referir ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), como "excrementíssimo" nesta semana. A abertura da apuração partiu de um pedido do próprio Lira. As declarações de Neto ocorreram durante a participação do influenciador num simpósio realizado na Câmara com o tema "regulação de plataformas digitais e a urgência de uma agenda", na terça (23). Ele participou do evento em vídeo. Felipe Neto disse ser preciso fazer com que a opinião pública estivesse "do nosso lado, se a gente quiser passar qualquer legislação" que se proponha a regular as redes sociais. E emendou: "É preciso, fundamentalmente, que a gente altere a percepção em relação ao que é um projeto de lei como era o 2.630 [PL das Fake News]. Que foi, infelizmente, triturado pelo excrementíssimo Arthur Lira", disse o youtuber.

Lira reajusta em 60% valores de diárias em viagens de deputados

Mariana Brasil e Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reajustou em 60% os valores das diárias em viagens para deputados. A verba envolve despesas com pousada, alimentação e locomoção.

O reajuste foi publicado nesta quinta (25) no Diário Oficial da Câmara. A definição ocorreu em reunião da Mesa Diretora da Casa de 17 de abril.

O percentual de reajuste corresponde à variação acumulada da inflação do período entre junho de 2015 a março de 2024, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Na justificativa, o presidente da Casa afirma que os valores do benefício nunca haviam sido reajustados desde sua criação, em abril de 2012.

O presidente da Câmara dos Deputados afirmou ainda que existiu nenhum pedido de parlamentares para que ocorresse o ajuste.

Oposição vê cenário distinto no Brasil e minimiza caso TikTok

Bolsonarismo exaltou Elon Musk e pegou carona em discurso de liberdade

Marianna Holanda

BRASÍLIA Após pegar carona no discurso de Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros integrantes da oposição ao governo Lula (PT) têm procurado minimizar a possibilidade de banimento do TikTok nos Estados Unidos e possíveis relações e impactos do episódio com os embates envolvendo redes sociais no Brasil.

Diante da avaliação de que possíveis restrições ao X (ex-Twitter) e ao TikTok em cada um dos países envolvem cenários distintos, discursos de liberalidade nas redes esfriaram e parlamentares adotaram postura dividida.

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), chega a ver censura na decisão americana, mas outros só a tratam como questão de geopolítica, como Hamilton Mourão (Republicanos-RS), senador, ex-vice-presidente de Bolsonaro e general da reserva.

Líderes de esquerda têm apontado incoerências nesse posicionamento, uma vez que, no Brasil, bolsonaristas criticam banimento e suspensão de contas e usuários no X acusados de fake news.

No domingo (21), durante ato no Rio, Bolsonaro chamou Musk de "mito da liberdade" e disse "que o objetivo dele é que o mundo todo seja livre". Em relação às possíveis restrições ao TikTok nos EUA, porém, tem mantido silêncio.

O presidente dos EUA, Joe Biden, sancionou projeto de lei na quarta (24) que dá nove meses para a empresa vender suas operações. A ByteDance, dona do aplicativo, deve passar ao controle de americanos caso pretenda continuar funcionando legalmente no país.

A justificativa de defensores do projeto é que a relação da China com a ByteDance pode trazer riscos à segurança nacional dos EUA, uma vez que a companhia seria obrigada a compartilhar dados com o governo chinês.

É com base nesse argumento que parlamentares de oposição a Lula apontam situação diferente do Brasil.

"Não vejo como censura, pois as demais plataformas estarão disponíveis. Aqui existe um claro viés político contra determinado grupo. Nos Estados Unidos, faz parte da Guerra Fria 2.0", disse Mourão.

Já o deputado federal bolsonarista Otoni de Paula (MDB-RJ) diz não ser possível traçar paralelo entre as decisões do Congresso americano e da Justiça brasileira. "Uma é segurança nacional, o outro é crime de opinião."

Para o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), também aliado do ex-presidente, é perigosa a retirada do ar de qualquer rede social. Mas, no caso dos americanos, é "um pouquinho mais grave".

Deputado Nikolas Ferreira em ato de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, no Rio de Janeiro Tércio Teixeira- 21.abr.24/Folhapress

> Lá nos Estados Unidos o que eles estão alegando é uma coleta de dados de espionagem do governo chinês. Então, eu acho que é um pouquinho mais grave
>
> **Nikolas Ferreira (PL-MG)**
> Deputado Federal

"O motivo aqui no Brasil é pífio. É de que basicamente o Elon Musk tem feito danos morais contra a democracia, uma coisa absurda. Lá nos Estados Unidos o que eles estão alegando é uma coleta de dados de espionagem do governo chinês. Então, eu acho que é um pouquinho mais grave", disse.

Há quem veja mais do que perigo no banimento de uma rede social, mas censura — termo usado pelos bolsonaristas para falar da suspensão de contas em redes sociais no Brasil.

"Eu, a princípio, sou contra [o banimento da rede social]. Acho que há outras formas de se posicionar em relação a redes sociais. Mas a questão lá não se trata de liberdade de expressão. É uma briga comercial", disse Marinho, também ex-ministro de Bolsonaro.

"Acho que pode ser considerada censura. Na hora em que os Estados Unidos tomam esse tipo de atitude, mesmo se tratando de uma retaliação, de uma guerra comercial, é o caminho que eu particularmente acredito que não seja o mais adequado. Gera um precedente ruim", completou.

O deputado André Fernandes (PL-CE) também avalia ser censura a determinação dos Estados Unidos. "Se vai remover uma rede social, uma plataforma, isso é censura e eu sou contra. Sou contra, Elon Musk é contra, isso mostra que somos favoráveis à liberdade de expressão", afirmou.

Ele se refere ao fato de o empresário dono do X ter se posicionado contra a desmonetização do TikTok, que ele classificou como um ato contrário à liberdade de expressão.

Musk se tornou aliado do bolsonarismo no Brasil na cruzada contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). O empresário chegou a chamá-lo de ditador, pedir seu impeachment e ameaçou não cumprir ordens judiciais. Pelas declarações, agora é investigado pela PF (Polícia Federal).

Para o deputado Orlando Silva (PC do B-SP), o caso americano não guarda relação com as discussões no Brasil. Ele é relator do PL das Fake News na Câmara, que busca regulamentar as big techs no país e teve a tramitação enterrada depois de o presidente da casa, Arthur Lira (PP-AL), propor a criação de um grupo de trabalho para debater o tema, o que ainda não ocorreu.

"Nunca discutimos restrição ao capital estrangeiro nas operações de serviços digitais. Não me parece que faça sentido. Importante é ter uma representação competente para responder a demandas administrativas e judiciais", disse Orlando Silva. Segundo ele, o episódio envolvendo o TikTok não deve impulsionar a discussão do projeto em Brasília.

Silva ainda minimizou o argumento americano de espionagem para tirar do ar o TikTok, classificando-o como "teoria da conspiração".

Aliados de Lula e integrantes de partidos de esquerda afirmam que o discurso da oposição não é consistente no que diz respeito ao tema. Para eles, o tratamento é diferente do que foi dispensado ao Brasil, quanto às decisões de Moraes.

"Imagina a gritaria 'contra a censura' se fosse na China, em Cuba, na Venezuela. (...) Como é que ficam agora os defensores da 'liberdade de expressão' do mentiroso Elon Musk e do seu bando de fascistas? Ditadura contra a rede social dos outros é colírio, né?", disse a presidente do PT e deputada, Gleisi Hoffmann (PR).

Prédio da rede social chinesa TikTok em Culver City, na Califórnia Mike Blake - 13.mar.24/Reuters

Casos TikTok e Musk põem holofote em debate sobre soberania

Com diferenças jurídicas, episódios foram mobilizados de formas distintas pela esquerda e a direita no Brasil

Renata Galf e Angela Pinho

SÃO PAULO Nos Estados Unidos, uma lei recentemente aprovada pelo Congresso pode resultar no banimento do TikTok no país. Já no Brasil, as ameaças do dono do X, o empresário Elon Musk, de descumprir decisões judiciais levaram ao debate público a especulação sobre um eventual bloqueio da plataforma.

Ambos os casos, em alguma medida, mobilizam a discussão sobre a soberania digital dos países para fazer cumprir suas ordens, leis ou decisões sobre empresas de tecnologia que operam em todo o mundo sem barreira física.

Há diferenças sobre o que está em jogo. No caso brasileiro, o respeito ao Judiciário, enquanto nos Estados Unidos, invoca-se a segurança nacional.

No Brasil, Musk prometeu "derrubar restrições" no X (o antigo Twitter) impostas por decisões judiciais do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Além disso, uma comissão do Congresso dos EUA divulgou relatório com uma série de decisões e ofícios sob segredo de Justiça que haviam sido emitidos pelo magistrado. Os ofícios foram entregues pela rede social a pedido do órgão, que é presidido por um aliado do ex-presidente republicano Donald Trump.

Não há evidências de que o X tenha desbloqueado perfis. Ainda assim, o tema da soberania acabou sendo mobilizado diante da ameaça de descumprimento —que foi comemorada entre os bolsonaristas.

Um ponto ainda a ser esclarecido é como contas suspensas conseguiram fazer transmissões online pela plataforma, como apontou a Polícia Federal.

Já a lei sancionada nesta quarta-feira (24) pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, proíbe a atuação do TikTok no país se a ByteDance, empresa chinesa dona do aplicativo, não se desfizer dele em nove meses.

A justificativa para o apoio à medida é o que o app seria uma ameaça à segurança nacional enquanto for de propriedade da ByteDance. Entre as preocupações alegadas para a aprovação da lei está a de a empresa fornecer dados ao governo chinês —apesar de não haver evidências de que isso tenha ocorrido.

No Brasil, a ofensiva de Musk contra Moraes teve consequências políticas e tem sido mobilizada de modos diferentes pelas forças da direita e da esquerda.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus filhos, que manifestaram enfático apoio a Musk, não se pronunciaram nesta quarta sobre a decisão do Congresso dos EUA a respeito do TikTok, que está alinhada à posição do aliado Trump.

Já a esquerda viu a investida de Musk contra Moraes como um ataque à soberania nacional, como disse o ministro Paulo Pimenta (Comunicação Social), e como um argumento pela regulação das redes —o PL das Fake News, no entanto, acabou enterrado neste meio tempo.

A posição foi reforçada nesta quarta com a iniciativa do Legislativo dos EUA em relação ao TikTok.

"Interessante como o Congresso deles trata as plataformas como questão de soberania nacional, mas para o resto do mundo querem a falsa liberdade do neoliberalismo", declarou Ivan Valente (PSOL-SP).

Francisco Brito Cruz, que é diretor executivo do InterneLab, centro de pesquisa sobre direito e tecnologia, avalia que a lei dos EUA é um precedente que alimenta um discurso de que Estados devem sair banindo e suspendendo plataformas, a despeito das consequências que esse tipo de medida possa ter em como a internet funciona.

"Lógico que os Estados têm que exercer algum nível de controle, mas desprezar o que pode significar essa fragmentação é não olhar para a forma como a internet foi construída até hoje e o que ela ainda pode agregar nesse sentido", diz. "O mundo seria muito diferente se existisse uma internet só brasileira, uma internet só americana, uma internet só iraniana."

O bloqueio de aplicativos de mensagem é tema de ações pendentes de julgamento no STF.

Clara Iglesias Keller, líder de pesquisa em tecnologia, poder e dominação no Weizenbaum Institute de Berlim, não vê como comparar a gravidade das medidas de bloqueio que já foram tomadas no Brasil e o que prevê a lei aprovada contra o TikTok.

Ela argumenta que enquanto esta última pode implicar em uma proibição definitiva, os casos brasileiros tratavam, ainda que se possa discutir quanto à proporcionalidade das medidas, de bloqueios frente a casos concretos e específicos no Judiciário.

> O mundo seria muito diferente se existisse uma internet só brasileira, uma internet só americana, uma internet só iraniana
>
> **Francisco Brito Cruz**
> diretor-executivo do InternetLab

Keller adiciona que a iniciativa dos EUA pode acabar reverberando no cenário brasileiro. "Reforça os debates sobre até onde um país pode e deve ir para exercer sua soberania online, tão antigos quanto a expansão da internet para o uso civil", diz.

Após repetidas declarações como a de que descumpriria decisões, Musk foi incluído por Moraes no inquérito das milícias digitais. Se de um lado há críticas quanto à jusficativa para a medida, paira incerteza sobre a efetividade de eventuais sanções penais ao empresário, que não mora no Brasil e cuja plataforma opera sem que sua sede física em São Paulo seja fundamental para a operação no país.

É um problema comum no mundo digital, diz o advogado Renato Opice Blum. Embora a lei possa ser clara, diz, é difícil fazê-la valer em casos como esse ou mesmo em situações em que a empresa nem sequer tem uma filial no país. Em sua avaliação, esse problema só poderá ser solucionado com convenções internacionais. Elas permitiriam a execução mais céleres de ordens judiciais sobre o tema de um país em outro.

Ao tratar desse tema, o aspecto econômico é fundamental, afirma Luca Belli, professor da FGV Direito Rio. Ele aponta a importância de investimento no desenvolvimento de tecnologia própria para garantir a soberania digital, o que valeria tanto para redes sociais como, por exemplo, para inteligência artificial.

É isso que impediria que um país fosse impactado por uma decisão unilateral de uma empresa digital ou do país que a abriga. "Fora os Estados Unidos e a China, todos os outros países são basicamente consumidores de tecnologia digital", diz.

"Estão em uma situação de colônia digital, em que sua sociedade e sua democracia são definidas por tecnologias criadas por atores estrangeiros que conseguem extrair bens valiosíssimos, como os dados de seus cidadãos."

Ironicamente, a decisão americana pode dificultar ainda mais uma regulação no Brasil, avalia João Victor Archegas, pesquisador sênior de Direito e Tecnologia do ITS (Instituto de Tecnologia e Sociedade) Rio.

Isso porque o mercado brasileiro se tornaria ainda mais relevante para a empresa — hoje, segundo o portal Statisa, é o terceiro, atrás apenas dos EUA e da Indonésia.

"Imagino que o TikTok também passaria a investir muito mais dinheiro em relações governamentais no Brasil para tentar influenciar ainda mais tentativas de regulação que possam ir na contramão dos seus interesses econômicos", afirma ele.

Fórum em Londres com ministros do Supremo barra a imprensa

Vandson Lima

LONDRES Jornalistas foram impedidos nesta quinta (25) de acompanhar um evento em Londres com a participação de ao menos dez autoridades do Judiciário brasileiro, incluindo três ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), ministros do governo Lula (PT), o chefe da Polícia Federal, integrantes do Legislativo e o ex-presidente Michel Temer (MDB).

Denominado "1º Fórum Jurídico - Brasil de Ideias", o encontro é organizado na capital inglesa pelo Grupo Voto, presidido pela cientista política Karim Miskulin, que em 2022, às vésperas da campanha eleitoral, promoveu almoço de Jair Bolsonaro (PL) com 135 empresárias e executivas no Palácio Tangará, em São Paulo.

À entrada, o ministro do STF Gilmar Mendes disse à **Folha** que não sabia do veto à imprensa. "Isso não nos foi informado. Eu não sabia, vou me informar."

Questionado se falaria com jornalistas depois, o ministro Alexandre de Moraes respondeu, entre irônico e bem humorado: "Nem a pau". Outro membro do STF no evento é o ministro Dias Toffoli.

Além da **Folha**, também foram barrados jornalistas das TVs Globo e Record.

Não foi permitido à imprensa nem permanecer no andar do evento, no luxuoso hotel Peninsula, que fica ao lado do Hyde Park e cujas diárias custam acima de 900 libras (cerca de R$ 5.800).

Organizador do evento, o Grupo Voto alegou que "o fórum é um evento privado". O material de divulgação diz que é uma "missão internacional, perpetuando o espaço democrático e promovendo um diálogo construtivo em prol do avanço do Brasil".

O evento, que começou na quarta (24) com uma noite de homenagens e vai até a sexta (26), terá 24 palestrantes, sendo que 21 deles exercem cargos públicos.

Também fazem parte da lista de autoridades anunciadas para os debates o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, além do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e integrantes do STJ (Superior Tribunal da Justiça) e do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

A **Folha** apurou que há cerca de 50 pessoas no encontro. Os debates não terão transmissão aberta.

Depois das palestras da manhã, autoridades brasileiras e convidados do evento foram almoçar no premiado restaurante Brooklands por Claude Bosi (duas estrelas no Guia Michelin), no 8º andar do hotel. O menu à la carte de três pratos no local custa £145 (cerca de R$ 935); o menu degustação de cinco pratos custa £175 (R$ 1.130); o menu degustação de sete pratos custa £195 (R$ 1.260) por pessoa. Uma combinação adicional de vinhos varia de £105 (R$ 680) a £205 (pouco mais de R$ 1.320) por pessoa.

O STF informou que não pagou passagens e diárias dos integrantes da corte e que só emite passagem internacional para ministros se forem da delegação do presidente.

O Supremo teve sessão na quarta e o presidente do tribunal, ministro Luís Roberto Barroso, anunciou que Toffoli e Moraes participariam de forma remota, mas não foram chamados a votar. Nesta quinta (25), o plenário da corte se reuniu novamente e os dois ministros votaram a distância.

Hotel Peninsula, onde ocorre evento com ministros do STF e autoridades do governo petista Vandson Lima/Folhapress

Governo escolhe quatro agências para publicidade por R$ 200 mi

Mariana Brasil

BRASÍLIA O governo Lula (PT) anunciou as quatro agências de publicidade escolhidas para fazer a comunicação digital e de redes sociais. Trata-se de licitação de R$ 197,7 milhões.

A Secom (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência da República as vencedoras: BR + Comunicação (consórcio BR&TAL), Usina Digital, IComunicação Integrada e Clara Serviços.

A disputa envolvia 24 empresas, segundo o governo. Esta é a primeira vez que a Secom promove uma concorrência desse tipo, voltada à comunicação digital.

Os contratos terão duração de um ano e podem ser prorrogados. O valor da licitação é para as quatro empresas e será distribuído sob demanda, sendo realizada uma seleção interna para prestação dos serviços. A metodologia será disposta por meio do Manual de Procedimentos de Comunicação Digital.

As empresas selecionadas vão planejar, desenvolver e implementar soluções de comunicação digital para o governo, bem como realizar moderação de conteúdo e de perfis em redes sociais, além da criação e execução técnica de projetos, ações ou produtos.

Segundo o edital, a contratação tem como objetivo atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações de comunicação digital "que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas".

Integrantes do governo têm repetido discurso de que a piora de Lula em pesquisas se deve a problemas de comunicação.

Esquerda errou antes do golpe de 64

Atualmente, o PT é vitória institucional e a direita quer se garantir 'na marra'

Marcos Augusto Gonçalves
Editor da Ilustríssima, formado em administração de empresas com mestrado em comunicação pela UFRJ. Foi editor de Opinião da **Folha**

Como se desenhava o campo da esquerda e como partidos, organizações e lideranças atuaram no período que antecedeu o golpe de 1964?

Em nova edição, atualizada e ampliada, de seu livro "A Esquerda e o Golpe de 1964" (Civilização Brasileira), o jornalista e biógrafo Dênis de Moraes leva ao leitor respostas para essas e outras questões que ele levantou para si próprio antes de sentar para escrever: Por que a esquerda perdeu? Como explicar o fracasso na mobilização pelas reformas de base? Por que os setores progressistas se apresentavam tão divididos? Por que as lideranças populares foram sobrepujadas na arena ideológica em plena fase de ascensão do movimento de massas? Por que não resistiram?

As conclusões podem ser deduzidas de uma boa amarração interpretativa de pesquisas abrangentes e de depoimentos de personagens que participaram ativamente do momento histórico, entre os quais Celso Furtado, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Darcy Ribeiro, Herbert de Souza, Frei Betto e Luiz Carlos Prestes.

O autor nos mostra um quadro de rachas e controvérsias, com duros embates entre as diversas correntes, mais veementes até, como observa Herbert de Souza, do que os que se travavam contra a direita.

Não eram poucas as contestações à nova diretriz do Partido Comunista Brasileiro que pregava a necessidade de uma etapa democrática, nacional e burguesa, no caminho para uma posterior revolução socialista. A proposta de uma aliança com a chamada burguesia nacional para combater o imperialismo e consolidar um regime nacional-popular passou a ser refutada por organizações, entre outras, como a Polop e as Ligas Camponesas.

As Ligas, já sob a liderança de Julião, que pregava a reforma agrária radical "na lei ou na marra", mantinham relações estreitas com a revolução cubana, vitoriosa em 1959 sob a liderança de Fidel Castro, e aderiram à ideia de organizar focos guerrilheiros armados em diversos pontos do país – que nada fizeram de verdade.

Leonel Brizola, eleito deputado federal em 1962, vivia às turras com Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e fazia campanha para dissolver o Congresso e convocar uma Assembleia Constituinte com a participação de "trabalhadores, camponeses, sargentos, oficiais nacionalistas e homens públicos autênticos", da qual deveriam ser excluídas "as velhas raposas da política tradicional".

Apostava-se, fantasiosamente, que um "dispositivo militar" legalista seguraria as pontas do oscilante ex-vice Goulart, enquanto investia-se com sua chancela em mobilizações pelas reformas de base e insubordinação de faixas subalternas das Forças Armadas, como marinheiros e sargentos.

O autor rechaça o bordão de que o golpe veio contra uma iminente ameaça comunista de tomada do poder, mas aponta que o ímpeto reivindicatório sugeria ruptura institucional e quebra de hierarquia militar.

Na ausência de uma avaliação mais realista das relações de força, acabou-se por oferecer à direita civil e grande parte do oficialato argumentos para fomentar uma intervenção das Forças Armadas.

Tudo, na realidade, foi muito mais complexo, como o livro bem expõe. Os acontecimentos se precipitaram numa correnteza de equívocos, voluntarismos, hesitações e erros de cálculo, num quadro de crise econômica com inflação em disparada, direita ativa e reflexos do cenário internacional da Guerra Fria.

As lições foram em boa parte aprendidas. Com Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, a esquerda veio a encontrar uma expressão institucional representativa, estável e democrática, enquanto a direita acabou sucumbindo ao saudosismo golpista reacionário e tenta se impor "na marra". Como bem escreveu Celso Rocha de Barros, precisa-se mais do que nunca de uma direita democrática.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizzarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | **SÁB. Demétrio Magnoli**

Comandante da Marinha critica título de herói a João Cândido

Matheus Tupina

SÃO PAULO O comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, criticou o projeto de lei que inscreve João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, de 1910, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, alegando que o reconhecimento qualificaria "reprovável exemplo de conduta" para os brasileiros.

O texto tramita na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Aliel Machado (PV-PR) com relatoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Olsen chamou os marinheiros envolvidos na revolta de abjetos, e disse que enaltecê-los é exaltar atributos que não contribuem para "o pleno estabelecimento e manutenção do verdadeiro Estado democrático de Direito", chamando o episódio de vergonhoso e deplorável.

"Incluir, no Livro de Heróis da Pátria, João Cândido Felisberto ou qualquer outro participante daquela deplorável página da história nacional [...] seria o mesmo que transmitir à sociedade, em particular, aos militares de hoje, que é lícito recorrer às armas que lhes foram confiadas para reivindicar suposto direito individual ou de classe."

Acrescentou que os insurgentes buscavam, além do fim dos castigos físicos nas embarcações, o que chamou de vantagens corporativistas e ilegítimas, como aumento de salários, regime de trabalho menos exigente e exclusão de oficiais considerados indignos da Marinha.

Ressaltou que castigos físicos são inaceitáveis nos navios da Marinha e incompatíveis com a sociedade contemporânea, mas que há muita diferença entre reconhecer um erro e "enaltecer um heroísmo infundado".

A Força não considera o movimento —que teve cerca de 2.300 marinheiros amotinados pelo fim do castigo físico— "ato de bravura" ou de "caráter humanitário".

Projetos para reconhecer João Cândido como herói nacional tramitam no Parlamento desde 2007, um ano antes de o então presidente Lula (PT) sancionar o texto de Marina Silva (na época senadora pelo PT-AC), concedendo anistia póstuma a ele e aos outros militares da revolta.

Cândido, conhecido como "almirante negro" por seu protagonismo na revolta e pela liderança de outros fardados negros, foi expulso, preso e morreu pobre em 1969. Ele nunca chegou a ser promovido a almirante, apesar de ter sido chamado assim pela imprensa e pela população.

Longe do Legislativo, ele é reconhecido como herói estadual no Rio de Janeiro, e municipal em São João do Meriti, na Baixada Fluminense.

Supremo forma maioria para equiparar apurações criminais

Ministros votaram pela equivalência das investigações do Ministério Público e as polícias

José Marques

BRASÍLIA A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votou nesta quinta-feira (25) para equiparar investigações criminais conduzidas pelo Ministério Público aos prazos e parâmetros dos inquéritos policiais.

A corte também têm maioria para que as apurações feitas por procuradores e promotores sejam registradas no Poder Judiciário, como já estava previsto no julgamento que instituiu o modelo do juiz das garantias.

O julgamento, que se iniciou nesta quarta-feira (24), foi suspenso apenas sem o voto do presidente do tribunal, ministro Luís Roberto Barroso, e será retomado na próxima quinta-feira (2).

Há, ainda, divergências em relação à tese que será elaborada a respeito do tema. Na próxima quinta-feira, o tema será debatido entre os integrantes da corte.

O ministro Flávio Dino levantou ressalvas sobre a necessidade de exigir autorização judicial para prorrogação de inquérito. Para ele, ela deveria ser aplicada somente em casos de investigados presos.

O voto que deu início ao julgamento foi apresentado em conjunto pelos ministros Edson Fachin e Gilmar Mendes.

Na tese apresentada pelos dois ministros, a realização de investigações criminais pelo Ministério Público pressupõe "comunicação ao juiz competente sobre a instauração e o encerramento de procedimento investigatório, com o devido registro e distribuição".

Também defenderam a necessidade de que se peça autorização judicial para eventuais prorrogações de prazos, sendo proibidas "renovações desproporcionais ou imotivadas".

Sessão do Supremo Tribunal Federal Augusto/ Divulgação STF

A tese de Fachin e Gilmar afirma que é obrigatório que o Ministério Público abra procedimento de investigação "sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública na prática de infrações penais ou sempre que houver morte, ferimentos graves ou outras consequências sérias em virtude da utilização de armas de fogo por esses mesmos agentes".

Esse ponto foi questionando nesta quinta por Cristiano Zanin, que entende que os membros do Ministério Público devem avaliar se há suspeita de irregularidades caso a caso antes de abrir esses procedimentos.

O voto de Fachin e Gilmar sugeriu que seja dispensado o registro na Justiça de procedimentos em casos que já tenham ações penais iniciadas e também para as que já foram concluídas.

"No caso das investigações em curso, mas que ainda não tenha havido a denúncia, o registro deverá ser realizado no prazo de 60 dias, a contar da publicação da ata de julgamento", diz o voto.

O STF julga três ações que questionam a atuação do Ministério Público em investigações criminais.

Gilmar, que participa de evento em Londres, não participou das sessões, nem de forma remota. O voto conjunto foi lido por Fachin.

Em 2015, o Supremo já havia confirmado que os promotores e procuradores podiam fazer investigações de ordem penal, desde que isso acontecesse por prazo razoável e que fossem respeitados direitos e garantias dos investigados.

A intenção dos ministros, ao voltar novamente a julgar o tema, era debater os limites do poder de investigação do Ministério Público e adequar o papel do órgão diante da implantação do juiz das garantias.

Em agosto passado, ao determinar a implantação do juiz das garantias —modelo que divide o julgamento de casos criminais entre dois juízes—, o STF definiu "que todos os atos praticados pelo Ministério Público como condutor de investigação penal" deveriam ser submetidos "ao controle judicial".

Ordenou ainda que o órgão encaminhasse, em até 90 dias, "sob pena de nulidade, todos os PIC [procedimentos investigativos criminais] e outros procedimentos de investigação criminal, mesmo que tenham outra denominação, ao respectivo juiz natural, independentemente de o juiz das garantias já ter sido implementado na respectiva jurisdição".

A discussão sobre o Ministério Público voltou ao Supremo em 2022, quando Gilmar apresentou votos no sentido de dar maior controle às investigações tocadas pelo Ministério Público.

Ele defendia que houvesse, nessas investigações criminais, "efetivo controle pela autoridade judicial competente", com informações sobre a instauração e o encerramento de procedimento investigatório, "com o devido registro e distribuição, atendidas as regras de organização judiciária, sendo vedadas prorrogações de prazo automáticas ou desproporcionais".

Fachin pediu que os processos fossem julgados pelo plenário físico do Supremo, e eles foram paralisados.

No modelo do juiz das garantias, um magistrado autoriza diligências da investigação e o outro analisa se recebe a denúncia e julga o réu.

Definição sobre multas da Lava Jato vai ao STF com falta de acordo

Lucas Marchesini

BRASÍLIA O governo federal não deve chegar a um acordo com as empreiteiras para renegociar os acordos de leniência firmados no âmbito da Lava Jato. Com isso, a definição ficará para o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça, que deve dar mais 30 dias para que um acordo seja fechado.

Foi ele que determinou, em fevereiro, a abertura da renegociação, dando prazo de 60 dias para um acordo. A data é nesta sexta (26).

As empresas querem usar até 50% do seu prejuízo fiscal para abater as multas, enquanto a AGU (Advocacia-Geral da União) e a CGU (Controladoria Geral da União) ofereceram 30%.

Os prejuízos fiscais são definidos contabilmente quando a empresa antecipa o pagamento de tributos sobre um lucro que depois não se realiza. Quando isso ocorre, o governo permite que compensem o valor em futuros pagamentos de tributos.

As empreiteiras que discutem as multas com a União são Metha (antiga OAS), Novonor (antiga Odebrecht), UTC, Engevix, Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Coesa. Juntas, elas devem R$ 11,8 bilhões em valores corrigidos.

A utilização do prejuízo fiscal no pagamento de multas de acordos de leniência é permitida por lei aprovada na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Usando essa lei, a BRF fechou um acordo com a CGU no fim de 2022 para pagar até 70% de uma multa de R$ 583,98 milhões usando créditos fiscais. O percentual é o teto permitido pela legislação.

A decisão de Mendonça determinando a reabertura das negociações foi dada em ação apresentada por PSOL, PC do B e Solidariedade, partidos representados na causa por integrantes do escritório de advocacia de Walfrido Warde, conhecido por posicionamentos críticos aos métodos da operação.

O ministro suspendeu, durante a discussão, qualquer multa em razão de eventual descumprimento das empresas das obrigações financeiras pactuadas.

Os partidos argumentaram ao STF que os pactos foram celebrados antes do acordo de cooperação técnica que sistematiza regras para a leniência e, por isso, seriam irregulares.

Em nota divulgada na ocasião, a corte afirmou que Mendonça ressaltou a importância dos acordos de leniência como instrumento de combate à corrupção e que a conciliação não servirá para que seja feito "revisionismo histórico".

O magistrado disse, ainda segundo o comunicado, que o objetivo é assegurar que as empresas negociem com os entes públicos com base nos princípios da boa-fé, da mútua colaboração, da confidencialidade, da razoabilidade e da proporcionalidade.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, e o presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas, foram favoráveis à abertura de prazo para a tentativa de repactuação.

As discussões de renegociação entre AGU, CGU e as empresas foram iniciadas em março.

Jornalistas da Folha recebem prêmio do Poder Judiciário

BRASÍLIA Dois trabalhos da **Folha** foram vencedores na 1ª edição do Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário. O anúncio ocorreu na noite de quarta-feira (24), em Brasília.

O jornal conquistou a primeira colocação em duas categorias: fotojornalismo e jornalismo de vídeo.

A repórter fotográfica da **Folha** Gabriela Biló venceu com o trabalho "Intentona golpista", que retratou os ataques aos prédios dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

Também foi premiado o documentário da **Folha** "Fantasmas da Lama", de autoria de Pedro Ladeira, Paulo Saldaña, André Carvalho, Henrique Santana e Nicollas Witzel.

Lançado em novembro, trata de cidades fantasmas surgidas após risco ou rompimento de barragens de mineração em Minas, além de acompanhar o drama por reparação integral oito anos após a tragédia de Mariana.

O prêmio é uma iniciativa conjunta dos cinco tribunais superiores (STF, TSE, STJ, TST e STM). A premiação foi dividida em cinco eixos, correspondentes aos cinco tribunais que organizam —o documentário da **Folha** foi agraciado no eixo 3, relacionado ao Superior Tribunal de Justiça.

Ao todo, foram anunciados 19 vencedores, divididos pelas categorias jornalismo escrito, de vídeo e de áudio e fotojornalismo, que abrangeu todos os eixos.

1 Sarney e Arthur Lira 2 Sarney e Flávio Dino 3 Sarney e Cristiano Zanin Fotos Cátia Seabra/Folhapress

Festa de 94 anos de Sarney reúne ministros e parlamentares

Catia Seabra

BRASÍLIA "Eu desejo tudo de bom para o senhor, viu?" A congratulação do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino ao seu antigo rival político serve de síntese do que foi a celebração dos 94 anos do ex-presidente José Sarney (MDB), na noite desta quarta (24), em Brasília.

"Na festa de cem anos dele vai haver 20 mil pessoas", brincou Dino, ao comentar o volume de convidados que lotaram os jardins da casa do aniversariante, em um bairro nobre da capital.

Governistas e opositores prestigiaram a festa. Ao menos dez ministros do governo Lula participaram da comemoração comandada pela filha e deputada, Roseana Sarney, e seus irmãos Sarney Filho e Fernando Sarney.

O presidente Lula (PT) não compareceu, mas telefonou horas antes. Seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e José Múcio (Defesa) estiveram entre os que passaram por lá. Haddad foi um dos primeiros a chegar, em uma breve passagem pela festa.

Além de Dino, os ministros do STF Kassio Nunes Marques e Cristiano Zanin foram à festa, que contou com a presença do presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), Bruno Dantas, e do ex-procurador-geral Augusto Aras.

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estiveram na homenagem a Sarney, bem como a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), o do Republicanos, Marcos Pereira (SP), e do MDB, Baleia Rossi (SP).

Pré-candidatos à vaga de Lira, assim como Pereira, os líderes do PSD, Antônio Brito (BA), e do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), também foram.

Ainda recuperando-se de fraturas no úmero e na clavícula, devido a uma queda sofrida em fevereiro, Sarney recebeu, por mais de cinco horas, os cumprimentos, ao lado da esposa, Marli. "Quando sofro uma queda, Deus me levanta", disse Sarney.

É AMANHÃ! PREPARE-SE PARA O MAIOR E MELHOR RANKING DE SERVIÇOS DE SÃO PAULO! NÃO PERCA!

10 ANOS DE TRADIÇÃO:

MAIS DE 40 CATEGORIAS; CONTEÚDO EXCLUSIVO MULTIPLAFORMA.

O Melhor de São Paulo - Serviços completa **10 anos** e amanhã você vai conhecer as marcas mais admiradas em **mais de 40 categorias** de serviços da cidade. Neste sábado, junto com a sua edição da **Folha**, circula o especial que preparamos para trazer informações e dados sobre esses serviços de excelência para o público. Não deixe de conferir!

SAIBA MAIS SOBRE O RANKING

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

mundo revolução dos cravos, 50

Militares desfilam em Lisboa na celebração dos 50 anos da Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura em Portugal Fotos Daryan Dornelles/Folhapress

Multidão vai às ruas em Portugal no aniversário da Revolução dos Cravos

Cerimônia no Parlamento tem críticas a presidente por fala sobre reparação por escravidão

Giuliana Miranda

LISBOA Com clima de festa e milhares de pessoas reunidas nas ruas, o aniversário de 50 anos da Revolução dos Cravos, movimento que pôs fim à ditadura em Portugal, foi marcado por hostilidades na sessão comemorativa pela data no Parlamento.

Representantes de três dos quatro partidos de direita com representação na Casa partiram para o ataque contra o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que dois dias antes havia declarado, durante um jantar com jornalistas estrangeiros, que Portugal deveria fazer reparações por seu passado escravocrata.

A única legenda de direita cujo discurso não teve conteúdo explicitamente crítico à declaração do chefe de Estado foi o PSD (Partido Social Democrata), atualmente no poder e da qual Rebelo já foi o líder.

Ainda que Portugal tenha tido um papel importante no tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, tendo transportado quase 6 milhões de africanos para trabalhos forçados, mais do que qualquer outra nação europeia, o assunto ainda é tabu no país.

Depois de dizer que "história não é dívida", Rui Rocha, líder da Iniciativa Liberal, criticou a ideia de reparações. "Quem declara ser nossa obrigação indenizar terceiros pelo nosso passado, atenta contra os interesses do país, reduz-se à função de porta-voz de sectarismos importados e afasta-se do compromisso de representar a esmagadora maioria dos portugueses".

O ataque mais contundente, porém, partiu do líder do partida de ultradireita Chega, que acusou o presidente de agir como um traidor da pátria. "O senhor presidente da República traiu os portugueses quando disse que temos de ser culpados e responsabilizados pela nossa história e que temos de indenizar outros países", afirmou André Ventura. "Pagar o que e pagar a quem? Se levamos mundos ao mundo inteiro, se hoje nos quatro cantos do mundo há alma portuguesa?"

Os comentários de Rebelo foram feitos na noite de terça-feira (22) em um encontro com jornalistas da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal. Questionado se estava pronto para pedir desculpas pelo passado colonial e pelo tráfico de pessoas escravizadas, o presidente afirmou que o país "assume toda a responsabilidade" pelos erros do passado.

"Temos de pagar os custos. Há ações que não foram punidas e os responsáveis não foram presos? Há bens que foram saqueados e não foram devolvidos? Vamos ver como podemos reparar isto", afirmou Rebelo, sem explicar, contudo, como seriam feitas as reparações.

Em Portugal, o presidente ocupa o posto de chefe de Estado, mas não tem função executiva. A chefia do governo cabe ao primeiro-ministro, atualmente o também social-democrata Luís Montenegro. Ainda que não governe, o presidente pode pressionar o debate público sobre a responsabilização do país por crimes ocorridos no passado.

As declarações de Rebelo, reproduzidas inicialmente pela imprensa internacional, rapidamente tiveram grande impacto também dentro do país. Membros do governo teriam se irritado com o timing do presidente, uma vez que os chefes de Estado de todas as ex-colônias portuguesas na África encontram-se em Lisboa para os festejos da Revolução dos Cravos.

Uma reportagem do jornal Expresso afirma que um membro do governo classificou as declarações presidenciais de tóxicas, inoportunas e com potencial de atrapalhar a cooperação com os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Apesar da repercussão de suas declarações, Rebelo, cujo pai foi ministro do Ultramar —como as colônias passaram a se chamar após uma espécie de reconfiguração de marca— não abordou o tema em seu discurso no Parlamento nesta quinta-feira, como fizera em 2023.

As possíveis reparações também ficaram de fora da intervenção presidencial justamente na cerimônia especial que reuniu os líderes das ex-colônias portuguesas, que conseguiram a independência —ou a tiveram reconhecida por Portugal— após o fim da ditadura lusa. Embora tenham feitos falas críticas à colonização e seus efeitos, os líderes africanos tampouco abordaram a questão reparatória.

O presidente de Angola, João Lourenço, teve uma das falas mais duras sobre o passado colonial na África. "Enquanto o povo português lutava, nós, os povos africanos colonizados, lutávamos desde o século 15 contra escravatura e pilhagens das nossas riquezas. Lutávamos contra os abusos do regime colonialista contra os nossos povos durante séculos. Lutamos pela nossa dignidade enquanto seres humanos que somos, que devem ter o mesmo direito à liberdade, o direito a sermos os senhores do nosso próprio destino."

Nas ruas do país, porém, o clima foi de festa. O tradicional desfile da avenida da Liberdade, no centro de Lisboa, bateu recorde de público. Uma espécie de congestionamento de pessoas e de grupos desfilando fez com que o ato terminasse mais de uma hora após o previsto.

Uma das presenças mais celebradas do dia foi a de Celeste Caeiro, 90, mais conhecida como "Celeste dos Cravos". Foi ela que, em 1974, distribuiu as flores aos soldados que participaram do golpe de Estado contra a ditadura, dando assim nome à revolução.

Acompanhada da família, Celeste participou da marcha e repetiu o gesto de distribuir os cravos.

Apesar da lotação, a festa transcorreu com tranquilidade. Diversas famílias foram em peso para as celebrações, que contaram ainda com um desfile de chaimites, os tanques que transportaram os militares que fizeram a revolução.

Com um cravo em uma mão e a mochila da neta na outra, a professora Mafalda Duarte, 68, acompanhou o percurso ao lado das filhas e da primeira neta, agora com 4 anos.

"Eu venho quase todos os anos e nunca vi nada assim, com tanta gente", disse ela, que conta ter transformado as comemorações da revolução em uma celebração da família. "Sempre trouxe as minhas filhas e agora a mais velha trouxe a minha neta. Enquanto eu tiver forças, vou descer a avenida da Liberdade para honrar o 25 de Abril."

Celeste Caeiro, 90, responsável por distribuir cravos às tropas revolucionárias em 1974

Adultos e crianças seguram flores vermelhas durante festa nas ruas de Lisboa

Eu venho quase todos os anos e nunca vi nada assim, com tanta gente. Sempre trouxe as minhas filhas e agora a mais velha trouxe a minha neta. Enquanto eu tiver forças, vou descer a avenida da Liberdade para honrar o 25 de Abril

Mafalda Duarte
professora portuguesa que compareceu à celebração dos 50 anos da Revolução dos Cravos

Governo transitório assume no Haiti após renúncia de premiê

País abalado por crise de violência tenta restaurar ordem mais de um mês depois anúncio de saída de Ariel Henry

PORTO PRÍNCIPE (HAITI) | AFP E REUTERS Mais de um mês após o anúncio da renúncia do então primeiro-ministro Ariel Henry, o governo transitório assumiu o comando do Haiti. Nesta quinta-feira (25), os nove membros do Conselho Presidencial de Transição prestaram juramento no Palácio Nacional, em Porto Príncipe, para serem empossados. O comitê inicia uma nova fase com a dura missão de tentar restaurar a ordem em um país assolado por uma grave crise de violência.

Enquanto o Haiti aguarda a nomeação de um novo premiê pelo Conselho Presidencial nos próximos dias, o país funcionará com um governo provisório, nomeado na quarta-feira (24). A começar pelo ministro das Finanças de Henry, Michel Patrick Boisvert, que será o premiê interino.

"Hoje é um dia importante na vida de nossa querida República. Este dia, de fato, abre uma perspectiva para uma solução para as crises multidimensionais que o país enfrenta", disse Boisvert após o juramento formal do conselho de transição no Palácio Nacional.

Ainda não se sabe se o Conselho conseguirá chegar a um consenso sobre a nomeação de um primeiro-ministro ou mesmo se entregará o poder a um governo eleito até 7 de fevereiro de 2026, o prazo estipulado para fim do mandato de transição. O país não tem eleições desde 2016.

E também há uma preocupação local com a reação das gangues locais para esse novo momento. Essas facções já expressaram descontentamento por terem sido excluídas das negociações de transição.

Foram esses grupos, aliás, que causaram a queda de Henry. O ex-premiê havia assumido o cargo em julho de 2021, cerca de duas semanas após assassinato a tiros do presidente Jovenel Moïse, que o tinha indicado ao posto. Desde então, o país passou a enfrentar uma crise profunda na política e na segurança pública.

A nação caribenha tem sofrido uma explosão de violência desde o final de fevereiro, quando gangues lançaram ataques a delegacias de polícia, prisões, sedes oficiais e ao aeroporto de Porto Príncipe.

Por causa do conflito, o ex-premiê havia anunciado em 11 de março que renunciaria assim que as novas autoridades fossem empossadas. Assim, oficializou sua saída do governo nesta quinta-feira. "Agradeço ao povo haitiano pela oportunidade de servir ao nosso país com integridade, sabedoria e honra. O Haiti renascerá", escreveu em uma carta.

Michel Patrick Boisvert, novo premiê interino do Haiti
Fotos Ralph Tedy Erol/Reuters

A criação do governo transitório pode facilitar o envio de forças estrangeiras para lidar com a crise no país. O Quênia disse que poderia enviar policiais desde que fosse instalado algum governo provisório no Haiti com quem dialogar. Até mesmo o governo brasileiro cogita auxiliar no transporte aéreo de policiais ofertados por países do Caribe para ajudar.

Países como Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Jamaica e Suriname já manifestaram intenção de ceder policiais para ajudarem a limitada Polícia Nacional Haitiana (cerca de 10 mil membros, numa conta superestimada) a combater as gangues armadas, reunidas em especial na coalizão intitulada G9, que domina Porto Príncipe.

Essas gangues, que controlam mais de 80% da capital, cometem vários abusos, incluindo assassinatos, estupros, saques e sequestros. De acordo com as Nações Unidas, cerca de 360 mil haitianos estão deslocados internamente em um país com cerca de 11,6 milhões de habitantes.

A violência ainda aprofundou a crise humanitária no Haiti. Segundo relatório divulgado pelo escritório de direitos humanos da ONU, os conflitos entre gangues no país mataram mais de 1.500 pessoas desde o início do ano, incluindo crianças. "Fatores estruturais e conjunturais levaram o Haiti a uma situação cataclísmica, caracterizada por uma profunda instabilidade política e instituições extremamente frágeis", diz o texto.

Policiais formam barreira perto do local de cerimônia de posse do Conselho Presidencial de Transição em Porto Príncipe

Ditadura de Maduro torna mais cinco opositores inelegíveis na Venezuela

CARACAS | AFP A Controladoria da Venezuela, alinhada à ditadura de Nicolás Maduro, anunciou nesta quarta-feira (25) a inabilitação política de mais cinco opositores ao regime —dois prefeitos em exercício e três ex-deputados. A decisão aumenta uma lista já extensa de líderes que perderam seus direitos políticos meses antes do processo eleitoral previsto para 28 de julho, no qual Maduro buscará o terceiro mandato.

De acordo com o especialista eleitoral Eugenio Martínez, os cinco políticos tornados inelegíveis eram potenciais candidatos a cargos regionais —após a eleição presidencial, a Venezuela deve realizar em 2025 votações para prefeitos e governadores. Ainda que eles não concorram diretamente contra Maduro em julho, as inabilitações indicam maior repressão à oposição meses antes do pleito.

Nos últimos anos, esse tipo de sanção tem sido praticada de forma sistemática no país e vem atingindo líderes com ampla popularidade, como María Corina Machado. Vencedora das primárias da oposição e favorita nas pesquisas, a ex-deputada ficou inelegível para as eleições após acusações de irregularidades administrativas na época em que ela foi deputada, de 2011 a 2014.

Os alvos agora são os prefeitos de El Hatillo, Elías Sayegh, e de Los Salias, José Antonio Fernández López, e os ex-deputados Tomás Guanipa, Carlos Ocariz e Juan Carlos Caldera. Todos ficarão inabilitados por 15 anos, com exceção do último, para quem a sanção durará 12 meses.

Eles são correligionários do duas vezes candidato presidencial Henrique Capriles, que também teve seus direitos políticos cassados.

"Não importa o que façam, nem como façam. Nada nos distrai, ninguém nos tira do caminho eleitoral. Todos a votar em 28 de julho!", escreveu Guanipa na rede social X.

A Plataforma da Unidade Democrática (PUD), principal aliança opositora, disse que as medidas aplicadas pelo regime são ilegais.

Diosdado Cabello, considerado o número dois do chavismo, rebateu as acusações e disse que na oposição há trapaceiros que buscam interferir no processo eleitoral.

Protestos pró-Palestina na Universidade Columbia se tornaram abusivos

OPINIÃO

John McWhorter
Professor associado de linguística na Universidade Columbia, é autor, entre outros, de "Racism Woke: How a New Religion Has Betrayed Black America"

THE NEW YORK TIMES Na última quinta-feira (18), na aula de humanidades musicais que eu leciono na Universidade Columbia, dois alunos estavam fazendo uma apresentação em sala sobre o compositor John Cage. Sua peça mais famosa é "4'33", que nos direciona a ouvir em silêncio os ruídos ao redor por exatamente esse tempo.

Tive que dizer aos alunos que não poderíamos ouvir a peça naquela tarde porque os ruídos ao redor não seriam de pássaros ou de pessoas passando pelo corredor, mas sim gritos enfurecidos dos manifestantes ao lado de fora do prédio.

Ultimamente, esse ruído tem sido quase contínuo durante o dia e até de noite, incluindo cantos fervorosos de "Do rio ao mar" (slogan pró-Palestina). Dois alunos da minha turma são israelenses; outros três, até onde eu sei, são judeus americanos. Não consegui fazer com que eles sentassem e ouvissem isso como se fosse música ambiente.

Pensei no que teria acontecido se os manifestantes estivessem cantando slogans antinegros ou algo como "DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão) têm de morrer", com a mesma melodia de "Do rio ao mar", que foi adaptada. Eles teriam durado aproximadamente cinco minutos antes que massas de estudantes os calassem e os expulsassem do campus.

Cantos assim teriam sido condenados como uma grave ruptura da troca civilizada, anunciados como uma ameaça e rotulados como uma forma de violência. Apostaria que a maioria dos manifestantes contra a guerra em Gaza os veria dessa forma. Por que tantas pessoas acham que protestos de semanas no campus não apenas contra a guerra em Gaza, mas contra a própria existência de Israel, ainda assim devem ser permitidos?

Embora eu saiba que muitas pessoas judias discordarão de mim, não acho que o ódio aos judeus seja tanto o motivo para esse sentimento quanto a oposição ao sionismo e à guerra em Gaza. Conheço alguns dos manifestantes, incluindo um casal que foi preso na semana passada, e acho difícil imaginar que sejam antissemitas.

Sim, pode haver uma linha tênue entre questionar o direito de Israel existir e questionar o direito de as pessoas judias existirem. E, sim, parte da retórica nos protestos ultrapassa essa linha.

Conversas que tive com pessoas fortemente contrárias à guerra em Gaza, cartazes e publicações em redes sociais e em outros lugares, e comentários anti-Israel que ouço há décadas nos campi colocam esses confrontos dentro de uma batalha maior contra estruturas de poder —aqui na forma do que chamam de colonialismo e genocídio— e contra a branquitude. A ideia é que estudantes e professores judeus devem ser capazes de tolerar tudo isso porque são brancos.

Entendo isso até certo ponto. Manifestações e eventos pró-palestinos, dos quais houve muitos aqui ao longo dos anos, não são hostis aos estudantes, professores e funcionários judeus em si. O desacordo nem sempre será algo amigável. No entanto, o assalto implacável deste protesto atual —diário, alto, até a noite e usando uma retórica cada vez mais raivosa— está além do que se espera que qualquer pessoa suporte, independentemente de sua branquitude, privilégio ou poder.

A discussão nas redes sociais tem afirmado que os protestos são pacíficos. Eles são, às vezes. Varia de acordo com o local e o dia; geralmente o que acontece dentro dos portões do campus é um pouco menos estridente do que o que acontece fora deles.

Mas constantes são os ataques. As pessoas discordarão de quão pacífico esse som pode ser, assim como discordarão da natureza do antissemitismo. O que sei é que mesmo os protestos mais pacíficos seriam tratados como ultrajes se fossem interpretados como, por exemplo, contra negros, mesmo que a mensagem fosse codificada, como em um grupo de pessoas segurando silenciosamente placas do Maga ['Make America Great Again', slogan da campanha de Donald Trump] ou vestindo camisetas dizendo "Todas as vidas importam".

Além disso, chamar tudo isso de pacífico estica o uso da palavra de forma bastante implausível. É um tipo estranho de paz quando um rabino local insta os estudantes judeus a irem para casa o mais rápido possível, quando um ativista árabe-israelense é agredido na Broadway, quando os cantos raivosos se tornam tão constantes que você quase para de ouvi-los e começa a parecer normal ver cartazes e roupas retratando membros do Hamas como heróis.

Entendo que os manifestantes e seus simpatizantes sintam que tudo isso é a resposta adequada, justiça social em marcha. Disseram-lhes que justiça significa colocar a batalha contra a branquitude e seu poder no centro das atenções, contestando o abuso de poder por todos os meios necessários. E acho que a guerra em Gaza não é mais construtiva ou mesmo coerente.

No entanto, as questões são complexas, de forma que este tipo intransigente de luta pelo poder não é adequado. Permanecem questões legítimas sobre a definição de genocídio, sobre a extensão do direito de uma nação de se defender e sobre a justiça da partição (que historicamente não se limitou à Palestina). Há uma razão pela qual muitos consideram o conflito israelo-palestino o mais desafiador moralmente no mundo moderno.

Na noite da última segunda-feira (22), Columbia anunciou que as aulas seriam híbridas até o fim do semestre, em prol da segurança dos estudantes.

O que começou como um protesto inteligente se tornou, com sua fúria inflexível, uma forma de abuso.

[...]
Sim, pode haver uma linha tênue entre questionar o direito de Israel existir e questionar o direito de as pessoas judias existirem. E, sim, parte da retórica nos protestos ultrapassa essa linha

Regular internet com liberdade é possível, diz enviada da ONU

Para Melissa Fleming, que vem ao Brasil para evento do G20, plataformas descumprem as próprias regras

G20 NO BRASIL
ENTREVISTA
MELISSA FLEMING

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO Em meio à disputa entre esquerda e direita sobre censura e liberdade na internet, Melissa Fleming, subsecretária-geral da ONU para comunicações globais, é categórica. "É possível regular mantendo a liberdade de expressão", diz ela à **Folha**.

Fleming vem ao Brasil na semana que vem para participar do evento paralelo ao G20 "Integridade da informação: combate à desinformação, ao discurso de ódio e às ameaças à democracia".

"Se deixarmos as plataformas cumprirem apenas suas próprias regras, não chegaremos a um ecossistema de informações saudável, porque elas não cumprirão", afirma. As Nações Unidas se preparam para lançar seus princípios de integridade da informação, e a subsecretária espera que empresas sigam essas diretrizes, apesar de a organização não ter poder vinculante.

*

No ano passado, em um discurso na ONU, a sra. afirmou que o ambiente online tinha piorado muito, pois as maiores plataformas haviam reduzido ou eliminado equipes de moderação e segurança. Como avalia a situação hoje? Infelizmente, não parece ter melhorado. Em especial no X, estamos vendo relatos alarmantes de discurso de ódio e desinformação. É uma situação muito preocupante. De certa forma, ao demitir praticamente todo mundo da equipe de segurança, [o X] estabeleceu um novo padrão para as outras plataformas e permitiu que todas reduzissem significativamente seu pessoal.

Nós sentimos isso na pele. Fizemos uma pesquisa global com funcionários da ONU, e 88% disseram que a desinformação estava afetando negativamente a capacidade de realizar seu trabalho. Temos cada vez mais evidências de que nossos ecossistemas de informação são tóxicos e que o surgimento das mídias sociais nesta última década contribuiu significativamente para isso. E isso também resultou no declínio do modelo financeiro dos veículos de mídia independentes e de interesse público. Até em países ricos como os EUA vemos os desertos de notícias [cidades onde não há mais nenhum veículo de comunicação].

Como a sra. vê a possibilidade de a inteligência artificial seguir este mesmo caminho das mídias sociais? Quando as redes sociais surgiram, os empresários do Vale do Silício eram considerados caras legais que estavam defendendo nossos interesses, conectando-nos e permitindo que reencontrássemos amigos da faculdade. Havia muita empolgação na época. Desde então, muitas coisas aconteceram, e há uma enorme preocupação com o ambiente de informação. É o contrário do que acontecia quando as redes sociais surgiram.

Nos EUA, parece haver um amplo apoio bipartidário. Governos e legisladores percebem a necessidade de agir rapidamente em relação à inteligência artificial generativa. Há um grande apelo por sistemas de governança regionais e internacionais. O secretário-geral [da ONU, António Guterres] criou um conselho consultivo de IA com especialistas de todo o mundo que apresentarão um relatório em junho sobre como criar uma governança global. Há um foco nas oportunidades incríveis que a IA oferece, como melhorar o atendimento médico e a educação em grande escala. No entanto, também há preocupações, como a disseminação de desinformação.

Melissa Fleming
Americana, é subsecretária-geral da ONU para Comunicações Globais desde setembro de 2019. De 2009 a 2019, foi chefe de comunicações globais do Acnur, agência da ONU para refugiados. É formada em estudos alemães pelo Oberlin College e tem mestrado em jornalismo pela Universidade Boston.

> Desde o início, a maior preocupação foi não dar pretexto para aqueles governos que estão bloqueando a internet e prendendo pessoas por se expressarem online. Não podemos minar a liberdade de expressão por meio do combate aos riscos da informação. É um equilíbrio delicado

A ONU está desenvolvendo princípios para preservar a integridade da informação. A sra. acha que algo voluntário, não vinculante, vá ser suficiente para as plataformas agirem? Sabemos que, ao nos concentrarmos apenas nas plataformas, não abordaremos o ecossistema como um todo. Precisamos abordar os anunciantes, que também devem seguir padrões, assim como empresas de relações públicas e Estados-membros, porque, como sabemos, alguns são disseminadores de desinformação. Provavelmente, o que quer que digamos a eles não os mudará, mas devemos relembrá-los sobre certos princípios já presentes em acordos internacionais, incluindo a proteção da liberdade de expressão.

A ONU não tem poderes vinculantes, mas tem autoridade moral global, então esperamos que governos, sociedade civil, plataformas sigam esses princípios. Talvez até funcionários das empresas de tecnologia possam dizer: "A propósito, os princípios da ONU dizem tal coisa, por que não estamos fazendo isso?"

O que se comprovou eficaz em regulação do ecossistema de informações e o que definitivamente não é recomendável, pensando na proteção da liberdade de expressão? Na Lei de Serviços Digitais da União Europeia, eles se basearam firmemente na liberdade de expressão. A lei entrou em vigor em fevereiro, então ainda precisamos observar. Mas é possível regular a internet mantendo a liberdade de expressão. Se deixarmos as plataformas cumprirem apenas suas próprias regras, não chegaremos a um ecossistema de informações saudável, porque elas não cumprirão. Então, precisamos de mecanismos de segurança, permitindo a liberdade de expressão.

Certos governos usam a regulamentação como arma para censurar o discurso. Por outro lado, plataformas dizem que qualquer regulação viola a liberdade de expressão. Como escapar dessa dicotomia? Desde o início, a maior preocupação foi não dar pretexto para aqueles governos que estão bloqueando a internet e prendendo pessoas por se expressarem online. Não podemos minar a liberdade de expressão por meio do combate aos riscos da informação. É um equilíbrio delicado.

A senhora tem preocupações sobre o ecossistema de informações no Brasil? O Brasil percorreu um longo caminho, e o vemos como um líder no espaço da integridade da informação. Está promovendo esta reunião do G20, reunindo a comunidade internacional para enfrentar essa questão. Sei que o governo está tentando encontrar uma maneira de proteger as pessoas e o ambiente online. Vocês têm veículos de imprensa muito fortes, mas as redes sociais nos últimos anos se tornaram dominantes como fonte de notícias para as pessoas. E isso tem levado as pessoas a caminhos enganosos e perigosos.

Planet Labs PBC - 11.fev.24/Reuters

NAVIO LIGADO A ENVIO DE ARMAS DA COREIA DO NORTE PARA RÚSSIA ATRACA NA CHINA

Um navio de carga russo alvo de sanções dos EUA e implicado na transferência de armas da Coreia do Norte para Moscou está atracado na China, mostram imagens de satélite obtidas pela agência de notícias Reuters. Fotos de empresas como a Planet Labs PBC obtidas nos últimos meses pelo Rusi (Royal United Services Institute), do Reino Unido, mostram que o navio Angara está ancorado desde fevereiro no estaleiro Zhoushan Xinya, na província chinesa de Zhejiang. Desde agosto de 2023, a embarcação de propriedade da companhia M Leasing, alvo de sanções em maio de 2022 pelos Estados Unidos por "transporte de armas e outros equipamentos militares" de interesse do Kremlin, segundo Washington, move para portos russos milhares de contêineres.O Ministério das Relações Exteriores da China disse que não tinha informações sobre o assunto. Tanto a Rússia quanto a Coreia do Norte rejeitam críticas sobre as supostas transferências de armas.

Julgamento sobre imunidade de Trump deve ocorrer depois de pleito

Fernanda Perrin

WASHINGTON As chances de Donald Trump ser julgado antes da eleição pelo 6 de Janeiro despencaram nesta quinta (25). O atraso é uma vitória para o time de defesa do ex-presidente, que conta com a volta à Casa Branca para extinguir de vez os processos contra ele.

O sinal foi dado pela Suprema Corte ao ouvir os argumentos em torno da tese de imunidade presidencial defendida pelos advogados do republicano, segundo a qual um presidente não poderia ser acusado praticamente de nenhum eventual crime cometido enquanto estava no cargo.

Embora os juízes tenham indicado que não concordam inteiramente com ela, eles deram a entender que veem sentido na proteção se aplicar a atos oficiais, como decisões de política externa, em oposição a atos privados.

O principal fator de atraso, no entanto, é o sinal de que a definição de que tipo de ação se enquadra em cada categoria deve ser remetida para as instâncias inferiores da Justiça federal — o que torna praticamente impossível prever a conclusão do julgamento.

Outro complicador é que, a depender de como as ações imputadas a Trump na acusação forem enquadradas, uma nova longa batalha de recursos é esperada. Nesta quinta, por exemplo, o procurador Michael Dreeben já defendeu que evidências relacionadas a atos oficiais possam ser apresentadas ao júri, mesmo que garantam imunidade a Trump.

Por isso, o processo do 6 de Janeiro, no qual Trump é acusado de tentar reverter sua derrota na eleição de 2020 para Joe Biden, depende do desfecho da análise da tese da imunidade para começar. Parte das acusações feitas pelo conselheiro especial Jack Smith, do Departamento de Justiça, seriam atos privados, alega a defesa do republicano.

Os juízes conservadores — que são hoje a maioria da Suprema Corte, graças a três nomeações feitas por Trump — enfatizaram nesta quinta que estão menos preocupados com o caso em questão e mais com a repercussão da decisão para futuros presidentes.

O argumento dos juízes é que, na ausência de imunidade, um presidente poderia deixar de cumprir seu trabalho como deve por temer ser processado após deixar o cargo, ou perseguido por adversários.

"Aconteça o que acontecer, isso vai continuar, vai se repetir e será usado contra o presidente atual, o próximo presidente e o presidente seguinte depois deste", disse o juiz Brett Kavanaugh.

Já a minoria de juízes mais progressistas se mostrou mais preocupada com as consequências que uma garantia de imunidade pode acarretar ao dar a um presidente a certeza de impunidade.

"Eles [os autores da Constituição] estavam reagindo a um monarca que afirmava estar acima da lei. O ponto não era justamente que um presidente não deveria estar acima da lei?", questionou a juíza Elena Kagan.

Dos quatro processos contra Trump, o do 6 de Janeiro é visto como o mais grave, por tratar, no limite, de uma tentativa de usurpação do poder.

Nas demais ações, o republicano é acusado de interferência eleitoral na Geórgia, posse ilegal de documentos confidenciais e fraude para esconder pagamentos a uma atriz pornô. O julgamento deste último caso começou na semana passada em Nova York.

Quartel do 2º Batalhão de Guardas, no Parque Dom Pedro 2º, faz parte do projeto de requalificação da região central de São Paulo Eduardo Knapp/Folhapress

Tarcísio lança PPP de R$ 2 bilhões para requalificar o centro de São Paulo

Governo paulista inclui 6.000 moradias no segundo pacote de intervenções na região em um mês

Clayton Castelani

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) vai lançar nesta sexta-feira (26) um pacote bilionário para habitação, reforma e restauro de imóveis, além da requalificação de espaços públicos degradados na região central da cidade de São Paulo.

O projeto é tratado como complementar a outra iniciativa estadual para a revitalização do centro paulistano, que é a transferência da estrutura administrativa do estado para o bairro Campos Elíseos.

A nova intervenção prevê R$ 2,4 bilhões de investimentos por meio de uma PPP (Parceria Público Privada), sendo R$ 1,9 bilhão aplicados pelo setor privado e R$ 500 milhões pelo governo. Isso significa que os empreendedores contratados devem inicialmente custear a maior parte das obras e, posteriormente, serão pagos pelo estado, com juros, ao longo de 15 anos.

Programado para ser entregue em etapas, o projeto tem previsão de conclusão em aproximadamente seis anos.

A intenção da gestão Tarcísio é que a requalificação acompanhe o tempo de construção do novo centro administrativo, também tocado por uma PPP e que prevê investimento de R$ 3,9 bilhões. O concurso de arquitetura para a nova sede do governo foi lançado no final de março.

Carro-chefe da nova proposta, a oferta de residências responde por pelo menos 53% da área construída do projeto —dos 719 mil m² de edificações previstas, 382 mil serão habitações novas ou recuperadas. Isso se traduz em 6.135 mil unidades, sendo 5.046 novas e 1.089 retrofits (prédios antigos modernizados).

Outros 337,5 mil m² em construções serão distribuídos entre equipamentos públicos (2%); calçadas, passarelas e ciclovias (8,1%); estacionamentos (8%); serviços e comércio (21,2%) e restauro de imóveis tombados (7,52%).

As empresas participantes da concorrência disputarão áreas da cidade divididas em quatro lotes espalhados sobre os distritos Sé e República. Existe ainda uma extensão de um desses lotes sobre grande parte do distrito Santa Cecília, onde estão as quadras que receberão a sede do governo.

Área da PPP da requalificação do centro de SP

— Rede de trem metropolitano

Lotes da PPP

Distritos diretamente beneficiados

Novo Centro Administrativo do Estado de SP

Fonte: Governo do Estado de SP

Ao concentrar seu projeto no centro histórico e adjacências, a gestão Tarcísio de Freitas também busca os estímulos econômicos oferecidos ao mercado imobiliário pela lei municipal de 2022 que criou o AIU (Área de Intervenção Urbana) do Setor Central.

Incentivos da AIU Setor Central, como descontos em taxas e impostos municipais, e outros, como a injeção direta de R$ 1 bilhão em projetos de retrofit, estão entre as principais apostas do prefeito Ricardo Nunes (MDB) para atrair moradores e empresas para o centro paulistano.

Nunes disputará a reeleição neste ano e conta com apoio de Tarcísio e de seu padrinho político, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Retrofits e restauros de bens tombados terão papel importante na PPP, já que parte dos edifícios previstos para o programa de requalificação são públicos, alguns abandonados ou subutilizados. Além disso, muitos poderão ficar vagos com a mudança de área do governo para os Campos Elíseos. É o caso do conjunto de edifícios que abriga secretarias e outros órgãos estaduais na rua Boa Vista, no centro histórico.

Outro imóvel a integrar a lista de renovações é o quartel do 2º Batalhão de Guardas, no Parque Dom Pedro 2º. O edifício com mais de 180 anos e tombado como patrimônio histórico estadual está em ruínas e sem uso desde o final dos anos 1990, quando deixou de ser a sede do 3º Batalhão do Choque da Polícia Militar. No local, a área construída terá de ser restaurada e o restante do terreno poderá receber edifícios.

Após estudos realizados no ano passado, a PPP da requalificação do centro entrará agora na fase de consulta pública, momento em que a sociedade pode apresentar sugestões e contestações à proposta. A publicação do edital está prevista para maio deste ano, e a assinatura do contrato, para agosto.

Na porção do projeto destinada a moradias, os 6.135 apartamentos deverão ser distribuídos entre diferentes grupos econômicos, sendo 55% destinados a famílias que se enquadram nas categorias de HIS (Habitação de Interesse Social) 1 e 2, com renda familiar mensal de até três salários mínimos (até R$ 4.236 atualmente) e de três a seis salários mínimos (até R$ 8.472), respectivamente.

Os 45% restantes serão enquadrados como HMP (Habitação de Mercado Popular), cuja renda familiar dos beneficiários varia de seis a dez salários mínimos (até R$ 14.120).

Esses grupos de renda para acesso a políticas públicas habitacionais são definidos por uma lei federal de 2005 que busca destinar moradia à população de menor renda.

Embora o déficit habitacional esteja majoritariamente concentrado no grupo HIS 1, sobretudo devido à dificuldade desse grupo para acessar crédito imobiliário, o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Cardinale Branco, defende a distribuição do investimento para diferentes públicos como forma de estimular a economia local e, assim, favorecer a mobilidade social dos mais pobres.

Branco também explica que o estuda criar regras para estimular a ocupação das novas moradias por famílias, alinhando assim a política habitacional estadual ao atual planejamento urbano da capital, o Plano Diretor de 2014.

Um dos desafios é evitar a ocupação das unidades apenas por pessoas que moram sozinhas, o que distorceria os critérios de renda para acesso aos programas habitacionais, ou compradores interessados em investir em imóveis para depois utilizá-los para locação de curta temporada por aplicativos como o Airbnb.

O governo também anuncia nesta sexta-feira o lançamento de 22.954 novas unidades da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) em todo o estado de São Paulo, além de 1.355 casas destinadas a idosos.

Ainda serão anunciadas emissões de 13.312 cartas de crédito para beneficiários de programas habitacionais que utilizam o FGTS, que basicamente são famílias atendidas pelo Minha Casa Minha Vida.

Considerando também as 6.135 unidades da PPP do centro da capital, o governo paulista considera, entre entregas diretas ou apoio financeiro, viabilizar o acesso à habitação para 43.756 famílias.

Com meta de viabilizar 200 mil moradias até o fim do governo, a gestão Tarcísio vem retomando o papel da CDHU na política habitacional, depois de a empresa estatal quase ter sido desativada na gestão do ex-governador João Doria.

Obras do trecho norte do Rodoanel são retomadas após 6 anos

SÃO PAULO As obras do trecho norte do Rodoanel Mario Covas (SP-021) foram retomadas nesta quinta-feira (25), após seis anos de paralisação. Se tudo correr conforme planejado, os trabalhos devem concluir a última fase de um dos maiores complexos viários do país.

"Com seis meses de antecedência em relação ao prazo contratual da Via Appia e investimento estimado em R$ 2,5 bilhões, as obras devem gerar mais de 10 mil empregos até a conclusão", afirma a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A construção do trecho norte do Rodoanel foi iniciada em 2013 e está paralisada desde 2018. A obra foi orçada inicialmente em R$ 4,3 bilhões, mas, até 2019, já tinha consumido cerca de R$ 6,85 bilhões, tendo se tornado alvo de investigação por suspeitas de superfaturamento e corrupção.

As empreiteiras que integravam os consórcios, como Coesa (ex-OAS) e Mendes Júnior, foram fortemente atingidas financeiramente pela operação Lava Jato, entraram em recuperação judicial e foram declaradas como inidôneas pela União.

Em março de 2023, o consórcio Via Appia venceu a concessão para a conclusão das obras do trecho. O contrato foi assinado em agosto.

O trecho norte do anel viário tem 44 km de extensão, entre as cidades de Arujá, Guarulhos e São Paulo. A obra ajudará a desafogar o trânsito na marginal Tietê. Ao todo, o Rodoanel terá cerca de 176 quilômetros de extensão.

A concessionária Via Appia vai operar o trecho norte pelas próximas três décadas. A empresa tinha até agosto para trabalhar apenas nos projetos, mas as obras começaram seis meses antes do prazo máximo previsto.

Operários trabalham na construção do trecho norte do Rodoanel Ronny Santos/Folhapress

Segundo a gestão Tarcísio, a expectativa é que o Rodoanel Norte melhore a infraestrutura viária e logística na Grande São Paulo e reduza o tempo das viagens e a poluição atmosférica e sonora.

O novo trecho vai facilitar o acesso ao Porto de Santos e deve ampliar a capacidade de escoamento das exportações e importações nacionais.

A parte do Rodoanel norte que liga as rodovias Fernão Dias e Dutra ao trecho leste devem ter prioridade. A previsão da concessionária é que esse trecho seja inaugurado no segundo semestre de 2025.

Depois, as obras devem ficar focadas na parte que conecta a Fernão Dias à avenida Raimundo Pereira de Magalhães e ao trecho oeste do Rodoanel. Nesse caso, a meta é concluir até setembro de 2026.

Na etapa atual, as obras começam pelo primeiro trecho com a limpeza da faixa de domínio, drenagem, terraplenagem, pavimentação e abertura de acessos, além da construção e complementação de quatro viadutos que interligam a Dutra ao início do trecho norte do Rodoanel.

A maior dificuldade técnica é que um túnel construído nessa parte da obra desabou durante os anos em que ficou abandonado. A concessionária terá como prioridade liberar os destroços do túnel.

Polícia conclui inquérito do caso do Porsche

Fernando Sastre Filho é indiciado sob suspeita de homicídio doloso do motorista de aplicativo Ornaldo Viana

Isabella Menon

SÃO PAULO A Polícia Civil concluiu o inquérito que investiga o acidente envolvendo o Porsche dirigido pelo empresário Fernando Sastre de Andrade Filho, 24, e pediu, pela terceira vez, a prisão preventiva (sem prazo) dele. A batida causou a morte do motorista de aplicativo Ornaldo da Silva Viana, 52.

Em nota, a SSP (Secretaria de Segurança Pública) afirma que o inquérito foi concluído pelo 30º DP (Tatuapé) e encaminhado para a Justiça, que deve acatar ou não o pedido de prisão. A polícia já havia solicitado a prisão do empresário outras duas vezes, mas os pedidos foram negados.

O empresário foi indiciado sob suspeita de homicídio doloso, lesão corporal e fuga de local de acidente. Procurada na manhã desta quinta (25), a defesa dele não se respondeu até a conclusão desta edição.

No relatório final, a polícia argumenta que a prisão preventiva de Fernando foi solicitada sob argumento da garantia da ordem pública. De acordo com as autoridades, os crimes são graves e há provas indiscutíveis da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

Segundo a polícia, os crimes investigados afrontam a "segurança viária e a locomoção de cidadãos de bem", diz. A mãe de Fernando, Daniela Cristina de Medeiros Andrade, é citada, no fim do relatório, como coautora no crime de fuga do local.

Polícia faz reconstituição do acidente envolvendo o Porsche na avenida Salim Farah Maluf, em São Paulo Ronny Santos/Folhapress

A prisão foi solicitada após a Polícia Militar ter entregado para a investigação as imagens das câmeras corporais dos policiais militares que atenderam a ocorrência.

As imagens mostram o empresário após o acidente, ao lado da mãe e de um tio, falando que não se recordava do que havia acontecido no acidente ao ser questionado pelos policiais militares.

Na ocasião, Fernando usava uma camisa branca com o texto "only Porsche" (somente Porsche em inglês).

Os dois tentaram deixar o local, mas foram impedidos por uma policial militar que afirmou que precisava "qualificar" o jovem antes de liberá-lo. "Não pode tirar ele daqui assim." A PM pergunta a outro colega se ele possui equipamento para teste de bafômetro no local, e o policial responde que não.

Questionado sobre o que tinha acontecido, Fernando diz: "A gente estava saindo da festa e a gente ia para a minha casa jogar sinuca, aí do nada aconteceu um acidente horrível e aconteceu isso. Eu não lembro mais de nada".

Nas imagens, a mãe aparece ao lado do empresário e pede que ele seja liberado para ir ao hospital. "Pelo amor de Deus, moça. Se ele tiver batido a cabeça, cada minuto conta", diz.

As imagens mostram Fernando perguntando diversas vezes onde está seu amigo Marcus Vinicius Rocha, 22, que estava no banco do passageiro e se feriu no acidente. "O Marcus está bem?", pergunta, sendo informado de que Marcus foi levado para o hospital.

"Pode ir?", pergunta a mãe após os questionamentos da polícia sobre o que havia acontecido. Os policiais concordam e liberam a família. "Vamos, Fernando", diz ela.

Fernando é então retirado do local do acidente no carro da mãe sob a alegação de que seria levado para atendimento no hospital São Luiz, sem passar pelo teste do bafômetro. Ao chegarem à unidade Anália Franco do hospital, porém, os PMs souberam Fernando não havia dado entrada no pronto-socorro nem em qualquer outro endereço da rede hospitalar. Os policiais disseram que então tentaram contato por telefone com a mãe e o investigado, que não atenderam as ligações.

Na terça-feira (23), foi divulgado o laudo da perícia que demonstra que o motorista do Porsche estava a 156 km/h momentos antes da colisão. Segundo a SSP, após sindicância, concluiu que houve falha de procedimento dos policiais que atenderam a ocorrência pelo fato do motorista não ter sido submetido ao bafômetro.

A batida aconteceu na madrugada de 31 de março, um domingo. Fernando perdeu o controle do Porsche e colidiu na traseira de um Renault Sandero, de acordo com policiais militares que atenderam a ocorrência. Atingido, Viana foi socorrido e encaminhado ao Hospital Municipal do Tatuapé, onde morreu.

O dono do Porsche se apresentou na delegacia mais de 30 horas após a colisão. O Ministério Público diz que a mãe do empresário tentou atrapalhar as investigações.

Cocaína contamina de maneira preocupante a água da baía de Santos, afirma pesquisador

Elton Alisson

AGÊNCIA FAPESP Além de poluentes já conhecidos, a baía de Santos tem sido afetada por um contaminante emergente que hoje está presente não só na água, mas também em sedimentos e organismos marinhos em toda a região do litoral paulista: a cocaína.

A droga causa graves efeitos toxicológicos em animais como mexilhões-marrons (Perna perna), ostras de mangue (Crassostrea gasar) e peixes (enguias), segundo resultados de análises realizadas em laboratório por pesquisadores da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). Por isso, passou a ser considerada um contaminante emergente preocupante.

"A cocaína hoje é, de fato, um contaminante da baía de Santos. Encontramos contaminação pela droga espalhada por toda a região", afirmou Camilo Dias Seabra, professor da Unifesp, em um painel de discussão sobre água durante a Fapesp Week Illinois, realizada nos dias 9 e 10 de abril em Chicago, nos Estados Unidos.

Por meio de um projeto apoiado pela Fapesp, o pesquisador, em colaboração com colegas da Unifesp e da Universidade Santa Cecília (Unisanta), identificou, em 2017, pela primeira vez, o acúmulo de cocaína e de outras substâncias derivadas de remédios em água superficial na baía de Santos e efeitos biológicos em concentrações ambientalmente relevantes.

Os pesquisadores encontraram em amostras de água coletadas na região ibuprofeno, paracetamol e diclofenaco, entre outros medicamentos, além de cocaína em concentração equivalente à da cafeína —um indicador tradicional de contaminação porque, além de ser consumida por meio de bebidas como café, chá e refrigerantes, está presente em vários medicamentos.

"É uma concentração enorme de cocaína se imaginarmos o consumo de cafeína", comparou Seabra. "Essas descobertas foram muito surpreendentes."

Uma das hipóteses levantadas pelos pesquisadores na época para explicar a alta concentração de cocaína nas amostras de água superficial da baía de Santos foi o período em que realizaram o estudo: durante o Carnaval, quando a região recebe um grande número de turistas.

"Pensamos que poderia ser um fenômeno carnavalesco. Mas fizemos um monitoramento sazonal e identificamos que, durante todo o ano, a cocaína e seus metabólitos estavam presentes não só na água, mas em mexilhões, por exemplo", afirmou Seabra.

Análises em laboratório revelaram que o fator de bioacumulação de cocaína em mexilhões-marrons foi mais de mil vezes maior que a concentração de água. "Esse é um fator de bioacumulação alto. Portanto, os frutos do mar na baía de Santos podem estar contaminados por cocaína, mas não só por ela", ponderou Seabra.

> "Pensamos que poderia ser um fenômeno carnavalesco. Mas fizemos um monitoramento sazonal e identificamos que, durante todo o ano, a cocaína e seus metabólitos estavam presentes não só na água, mas em mexilhões, por exemplo
>
> **Camilo Dias Seabra**
> professor da Unifesp

Os pesquisadores também realizaram estudos para avaliar os efeitos da exposição à cocaína em mexilhões-marrons. Os resultados das análises indicaram que, após uma semana de exposição, os animais apresentaram níveis elevados de dois neurotransmissores: a dopamina e a serotonina.

Essa alteração foi interpretada como uma resposta neuroendócrina que poderia causar impactos no sistema reprodutivo desses animais.

A fim de avaliar essa hipótese foram feitos estudos com outros animais, como enguias. As análises revelaram que a exposição crônica à cocaína afeta a ovogênese (formação dos óvulos) e esteroidogênese (produção de hormônios esteroides) desses peixes.

"Os ovos de enguia expostos à cocaína apresentaram menor taxa de maturação. Dessa forma, a cocaína pode ser entendida como um desregulador endócrino nesses animais", afirmou Seabra.

Por meio de um projeto de doutorado realizado com bolsa da Fapesp, os pesquisadores também analisaram o risco ecológico da exposição à cocaína em ostras de mangue usando a benzoilecgonina —um metabólito da droga— como biomarcador.

Os resultados indicaram que a droga causa graves efeitos citotóxicos e genotóxicos nesses organismos. "Estamos considerando a cocaína um contaminante emergente preocupante", disse Seabra.

Procurada pela reportagem, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) disse em nota que "a Cetesb monitora sistematicamente a qualidade das águas costeiras do estado, incluindo a área de influência do emissário submarino de Santos, e realiza ensaios ecotoxicológicos com amostras dessa área para avaliar possíveis efeitos da presença de contaminantes na fauna aquática. Os resultados do monitoramento podem ser acessados nos relatórios na página da Cetesb".

"O estudo em questão contribuiu com informações para o melhor conhecimento da região e, com base em seus resultados, pode-se concluir que as concentrações encontradas na água do mar da baía de Santos, na ocasião, não causariam efeitos no mexilhão estudado e não implicariam risco para os banhistas", conclui a nota.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Foi um dos primeiros presos e torturados na ditadura

CLODESMIDT RIANI (1920 - 2024)

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO Em abril de 1964, logo no início da ditadura militar no Brasil, o então deputado estadual Clodesmidt Riani (PTB) foi preso pelo Exército ao lado de outros dois parlamentares mineiros: Sinval Bambirra (PTB) e José Gomes Pimenta, o Dazinho (PDC).

Naquela época, Clodesmidt estava em seu terceiro mandato como deputado e era amigo e conselheiro do então presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar. Além disso, já era famoso pela defesa dos trabalhadores nas últimas décadas como líder sindical.

Nascido em 1920 em Rio Casca, na Zona da Mata mineira, ele era o quinto dos 18 filhos de Orlando Riani, operário e sindicalista, e Maria Riani. Sua jornada como líder sindical começou na década de 1950 em Juiz de Fora, onde se destacou como representante dos trabalhadores da Companhia Mineira de Eletricidade.

Riani também foi representante do Brasil na OIT (Organização Internacional do Trabalho) e presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) e do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Foi justamente durante seu mandato à frente do CGT que ocorreu o golpe militar, em março de 1964.

Cassado pela ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais), ele foi preso e torturado. Condenado inicialmente a 17 anos de reclusão, Riani obteve uma decisão favorável do STF (Supremo Tribunal Federal) e sua pena foi reduzida para um ano e dois meses. No entanto, acabou cumprindo cinco anos e oito meses, tendo sido libertado em 5 de março de 1971.

Em 1982, no início da redemocratização do país, ele voltou a se eleger deputado estadual para seu quarto mandato.

E em 1994, a ALMG reconheceu que a cassação teve motivação exclusivamente política e ideológica e concedeu pensão especial a Riani, Dazinho e Bambirra, referente ao período que ainda teriam de cumprir de seus mandatos durante a ditadura.

"Foram várias questões sociais que ele trouxe para dentro do movimento sindical, como a questão da previdência social, do 13º salário e da reforma agrária. Até o presidente [John] Kennedy, dos EUA, quis conhecê-lo pessoalmente", conta Rubensmidt Riani, 63, o filho caçula.

Clodesmidt casou-se com Norma Geralda Riani em 1941, em Juiz de Fora, com quem teve dez filhos. No início da pandemia de Covid-19, aos 100 anos, ele foi infectado e precisou ficar uma semana hospitalizado. No fim de março último, porém, ficou internado 15 dias para tratar uma pneumonia e morreu no dia 4 de abril por agravamento de uma insuficiência renal. Deixa oito filhos, 18 netos e 23 bisnetos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Mulheres fortes precisam desabar

Desde que decolamos nunca mais nos foi possível aterrissar

Tati Bernardi

Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Há pelo menos três anos procuro nas gavetas, nas sessões extras de terapia e na despensa de casa algo que silencie uma espécie de abatimento existencial. Arrumo obstinadamente minhas meias, bijuterias e remédios. Aumento a análise para três vezes por semana (quase sempre saio da conversa contabilizando mentiras). E devoro amendoins, ainda que eles piorem minhas cólicas abdominais.

Se digo a algum médico que ando assim, com a sensação de que a qualquer momento posso me arrastar pelos cômodos, querem me medicar para depressão ou me mapear de ponta a ponta para descobrir se sou drenada por alguma espécie de tumor. Tem também os que acreditam piamente na falta de vitaminas. Faço exames e mais exames e outro dia tive que ouvir do meu clínico geral: "São bons demais os resultados, chegam a irritar".

Sempre que visito minha mãe, eu me deito em seu sofá e caio em um sono profundo. Ela e minha filha riem da minha cara —"que preguiçosa!". Falam com carinho, mas nem imaginam o desespero que sinto por não conseguir nomear minha indisposição.

Meu corpo dói exatamente como doeu nos piores dias da minha infecção por Covid-19. Minha cabeça dói exatamente como doeu quando fiquei péssima de H3N2. Se não estou doente, por que acordo como se tivesse sido atropelada? Minha garganta arranha semana sim, semana não. Minha barriga incha com qualquer comida que não seja uma sopa rala de hospital. Se não consigo viajar ou ir a festas, dizem que sou estranha, antissocial ou arrogante. Mas como viajar e ir a festas se sinto que estou convalescendo de sabe Deus o quê?

Temo ser insuportável, então faço graça e exibo uma empolgação real sobre mil assuntos, mas por dentro eu só consigo pensar quando, por fim, chegará a hora em que me deitarei, em silêncio e sozinha, com almofadas nos joelhos e bolsa de água quente nas costas.

Na última madrugada acordei mais uma vez suando frio, com ânsia e medo de ter que encarar o dia seguinte exausta e desmemoriada. Tinha pela frente 14 horas dedicadas a reuniões, entregas de roteiros, dentista da minha filha, médico do meu pai, contas atrasadas com multas assombrosas, aulas e mais um processo judicial.

Tenho mais problemas do que outras pessoas da minha idade? Com certeza não; ou, melhor dizendo: tenho infinitamente menos dificuldades, considerando o país pobre e preconceituoso onde vivemos.

Me lembrei de algo que aprendi em meu longo histórico de pessoa neurótica: as melhores respostas aparecem justamente nessas madrugadas em que nos perguntamos se daremos conta do que, na verdade, já damos conta. Afinal, o que se passa comigo? Minha mente mandou na lata, sem qualquer enrolação: você precisa desabar.

Como desabar? Onde, como e em cima de quem ou do quê? Penso que se eu não trabalhar no ritmo indecente a que me acostumei, o que vai desabar é a minha casa, e ela cairá como uma primeira peça de dominó, derrubando as paredes de funcionários e parentes.

Um amigo diz que minha família parece um longa-metragem de baixo orçamento: uma criança pequena e dois idosos que precisam mais de mim do que eu deles. Alguns parceiros e amigos são seduzidos pela minha aparente língua afiada e meu comportamento vivaz, mas nem imaginam como fantasio receber atenção e colo para a criança assustada que disfarço a cada vez que conto piadas ou não abaixo a cabeça.

Ninguém entende como uma mulher forte está de saco cheio de precisar agendar seu choro para dali a seis meses. Temos um acúmulo de milhas na cervical e na lombar porque desde que decolamos nunca mais nos foi possível aterrissar.

Mulheres fortes precisam desabar. Não sei em quais terras firmes, ondas quentes ou coxas peludas. Mas eu quero poder não dar conta de tudo algumas horas por dia. E desejo segurar a mão de todas as mulheres com burnout, dores crônicas e depressão, para juntas fazermos um "desabaçaço". Vamos desabar na Paulista, no vão do Masp, no Largo da Batata. Vem comigo nessa luta pela inadiável e salutar queda!

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | **SÁB.** Oscar Vilhena Vieira, **Luís Francisco Carvalho Filho**

Estudantes da USP vivem sob arquibancada de estádio

Calouros aguardam vagas no conjunto residencial da universidade; reitoria diz que eles têm até maio para deixar local

Calouros vivem em alojamento embaixo de arquibancada na USP Danilo Verpa/Folhapress

Bruno Lucca

SÃO PAULO Cinquenta e um calouros vivem no Cepe (Centro de Práticas Esportivas) da USP, em alojamentos sob a arquibancada do estádio de futebol. Eles aguardam por vagas no conjunto residencial da instituição, o Crusp, enquanto sofrem com pragas e problemas estruturais.

Os alojamentos foram abertos no fim de fevereiro. Naquele mês, começaram a ser divulgados alguns nomes elegíveis ao auxílio-moradia da universidade, dividido em dois tipos: parcial, de R$ 300 mensais e estadia no Crusp, e integral, R$ 800 mensais para custear aluguel enquanto aguarda por um quarto.

Logo, movimentos estudantis alertaram a reitoria de que haveria chamadas de aprovados nos vestibulares até março, alunos chegariam de vários pontos do país, se inscreveriam no programa assistencial e aguardariam sem ter onde dormir.

Por isso foi solicitada uma medida emergencial, e os alojamentos do Cepe foram abertos. "Todos os ali ingressantes assinaram um termo comprometendo-se a sair até 5 de abril, quando nova lista de beneficiados pelo auxílio-moradia foi divulgada", afirma a reitoria.

Do grupo que está nos alojamentos, 35 alunos receberam o auxílio de R$ 800. Mas o valor, segundo os estudantes, é insuficiente para custear aluguel próximo à Cidade Universitária, no Butantã, zona oeste da capital. Por isso, todos permaneceram no local.

Oito calouros já ganharam vaga no Crusp, mas ainda não se mudaram. E outros oito estudantes tiveram seu pedido por suporte universitário negado por inadequação ao critério de baixa renda.

A reportagem questionou a universidade sobre as condições do alojamento, mas não houve resposta. A USP diz que os alunos têm até 17 de maio para deixar as dependências do Cepe, impreterivelmente.

Estudantes de graduação de todas as regiões do país ocupam quatro cômodos com janelas basculantes. Dois deles são exclusivos para os homens, e os outros dois, para as mulheres. Cada um deles tem nove beliches, ou seja, 18 vagas.

Malas jogadas, varais improvisados e alguns ventiladores, necessários em razão da calor intenso, compõem os cenários, também repletos de manchas, mofo, infiltrações e insetos de todos os tipos, atraídos por algum alimento armazenado sobre um móvel.

Os calouros não possuem cozinha naquele espaço. Eles comem nos bandejões, que funcionam de segunda a sábado. Aos domingos, juntam dinheiro para comprar algo.

"É difícil. As condições são degradantes", relata Breno Antoniole, 18, estudante de ciências sociais, natural de Araçatuba (SP). "Muitas pessoas ficam doentes aqui", disse. O jovem é um dos que recebem o auxílio de R$ 800.

Os moradores têm acesso a dois vestiários, sujos e cheios de azulejos soltos. Não há divisórias entre as duchas.

Em 2019, os alojamentos do Cepe chegaram a ser fechados pelas condições precárias.

A estudante de jornalismo Sophia Vieira, 18, representante discente do Conselho de Inclusão e Pertencimento da USP, declara ser vexatório o tratamento da instituição a seus alunos. "Estamos falando da maior universidade da América Latina deixando gente viver na precariedade de total", afirma.

O Crusp segue a mesma lógica. No conjunto residencial, as condições estruturais e sanitárias são ruins, como já mostrou a **Folha**. Nos últimos meses, contudo, houve investimento em melhorias. O bloco D está sendo remodelado e cozinhas foram instaladas nos demais. Além disso, colchões novos foram distribuídos para os moradores.

Mas tudo segue longe do ideal, de acordo com os estudantes. Em 2023 a USP investiu R$ 188 milhões em bolsas e auxílios diretos aos alunos. O orçamento da universidade foi de R$ 8,4 bilhões.

Conselho de patrimônio aprova demolição de vila em São Paulo

SÃO PAULO O Conpresp (conselho municipal de patrimônio de São Paulo) aprovou a demolição de quase 26 imóveis na região do parque Ibirapuera, na zona sul da capital. A decisão, tomada em sessão do último dia 15, foi publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo nesta quinta-feira (25) e confirmada pela **Folha**.

Na mesma sessão, o Conpresp autorizou o tombamento de um perímetro chamado de Mancha dos Bombeiros, conhecido antigamente como Invernada dos Bombeiros e que reúne quase 200 imóveis.

A área é delimitada pela avenida Brigadeiro Luís Antônio e as ruas Tutoia, Leme, Álvaro de Menezes e Manuel da Nóbrega (na altura do 8º Batalhão de Polícia do Exército e da Base de Administração e Apoio do Ibirapuera).

Entre os imóveis cuja demolição não está vetada pelo órgão está a Vila Liscio, um conjunto com oito sobrados construído nos anos 1930 e que foi adquirido pela empresa JSTX Participações Ltda no fim de 2022.

Em maio de 2023, esses sobrados estavam em fase de demolição, mas as obras foram embargadas pela prefeitura, que considerou um pedido de tombamento feito em fevereiro do mesmo ano.

Naquela ocasião, a JSTX disse à **Folha** que logo que tomou conhecimento do processo de tombamento suspendeu as obras. Procurada nesta quarta, a empresa não respondeu até conclusão desta edição.

A Vila Liscio fora construída pelo engenheiro Augusto Marchesini, em 1934, a pedido do empresário Luiz Liscio, na altura do número 3.500 da Brigadeiro Luís Antônio. Marchesini também projetou o Theatro São Pedro, na Barra Funda.

Outras duas áreas também tiveram o pedido de tombamento reprovado. A Vila Calabi, com 16 sobrados, projetada na década de 1940 pelo arquiteto italiano Daniele Calabi, e as Casas Moya & Malfatti, que têm um par de sobrados edificados em 1941 pela firma de Antonio Garcia Moya e Guilherme Malfatti.

Com a decisão, as obras de demolição na Vila Liscio poderão ser retomadas. As residências na Vila Calabi e as Casas Moya & Malfatti não pertencem, hoje, a nenhuma incorporadora.

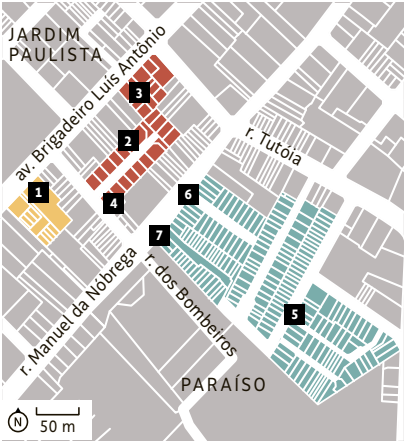
O advogado Arthur Badin, autor do pedido de tombamento ao Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da prefeitura, prometeu recorrer da decisão do Conpresp.

Ele, que justifica o seu pedido por entender que a região da Mancha dos Bombeiros está sob risco iminente de destruição, não quis conceder entrevista. Badin reforçou o seu pedido com um abaixo-assinado composto por mais de 2.500 assinaturas.

Nelson Lima Junior, coordenador do DPH e relator do caso, argumentou que as moradias da Vila Liscio não mais representam a forma de morar que se argumenta no pedido de tombamento apresentado pelo advogado Badin.

Vilas incluídas em processo de tombamento

- Tombamento em estudo
- Tombamento negado
- Tombadas

1 Conjunto Almirantes
2 Vila Calabi
3 Vila Liscio
4 Casa Moya & Malfatti
5 Travessa Vera de Oliveira Coutinho
6 Vila Avancini/Rua Arabá
7 Travessa Antonieta Medeiros

Fontes: Conpresp e DPH/Prefeitura de São Paulo e dados cartográficos ©2023 Google

ciência

P22, uma das fêmeas que recebeu implante de embriões clonados Léo Ramos Chaves/Revista Pesquisa Fapesp

Equipe da USP tenta gerar porcos para fornecer órgãos a seres humanos

Modificados geneticamente, animais serão criados em instalações especiais, como a inaugurada neste mês na Cidade Universitária

Ricardo Zorzetto

REVISTA PESQUISA FAPESP Em pé em uma sala escura, a veterinária e embriologista Ligiane Leme observava a tela de um computador, a única fonte de luz no local. Passava um pouco das 11h do dia 10 deste mês e o monitor exibia a imagem de um óvulo imaturo, seguro por uma micropipeta próximo a uma diminuta agulha.

Em seguida, a embriologista Georgina Hastenreiter moveu a agulha com o auxílio de um joystick e fez uma perfuração mínima na célula, por meio da qual, com movimentos rápidos e precisos, extraiu todo o seu material genético. O óvulo sem núcleo foi depois preenchido com o DNA de uma célula adulta de pele de porco.

Naquele dia e no seguinte, Leme, Hastenreiter e a biomédica Tainah Moraes repetiriam o procedimento em outros 600 óvulos coletados em um abatedouro no interior paulista.

Acondicionadas em um meio de cultura, as células reprodutivas das porcas foram levadas para o Centro de Estudos do Genoma Humano e de Células-Tronco da Universidade de São Paulo (CEGH-CEL-USP), onde seriam usadas em mais uma etapa do desenvolvimento de um projeto ambicioso: a tentativa de produzir no Brasil clones de animais geneticamente modificados para fornecer órgãos a seres humanos e, assim, quem sabe, ajudar a reduzir a fila de espera por transplantes. Segundo dados do Ministério da Saúde, 71 mil pessoas aguardavam um órgão em abril.

"O país tem o maior sistema público de transplantes de órgãos do mundo", lembra Ernesto Goulart, farmacêutico especialista em bioengenharia de tecidos e líder do projeto na USP. "Acreditamos ter a obrigação de desenvolver uma estratégia que permita a esse sistema se manter funcionando bem e atendendo mais pessoas."

O projeto é coordenado pela geneticista Mayana Zatz, do CEGH-CEL, e pelo cirurgião Silvano Raia, da Faculdade de Medicina (FM-USP). Teve financiamento inicial da empresa farmacêutica EMS e envolve quase 50 pesquisadores da universidade e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Ao final daqueles dois dias de abril, as pesquisadoras haviam obtido 280 embriões clonados, que foram transferidos para o útero de duas fêmeas híbridas das raças landrace e large white. Se tudo sair como o planejado, em meados de maio será possível saber se as porcas estão prenhes. A expectativa é, após os quase quatro meses de gestação, testemunhar o nascimento de ao menos um leitão.

A torcida é grande, apesar da baixa taxa de sucesso da técnica. Só uma pequena parte dos embriões obtidos por clonagem e transferidos para as fêmeas receptoras se implanta no útero e, destes, uma fração ainda menor (de 1% a 5%) completa a gestação e nasce.

No último ano, a equipe de Leme já produziu mais de 10 mil embriões clonados de porcos e realizou 20 transferências para as receptoras, com a inserção de cerca de 200 por vez. Todas as vezes as fêmeas ficaram prenhes e, em algumas, os fetos se desenvolveram por até 50 dias, quase metade de uma gestação suína.

Até o momento, nenhuma prenhez resultou no nascimento de um filhote, algo que os pesquisadores esperam que mude em breve, com os aprimoramentos feitos a cada nova tentativa.

A dificuldade de dominar a técnica é geral. Cerca de 15 grupos em ao menos oito países tentam clonar porcos geneticamente modificados para obter órgãos, mas só três conseguiram. Um é o da empresa eGenesis, nos EUA, fornecedora do rim transplantado em março para um homem com insuficiência renal.

Em abril, a equipe da USP passou a contar com a consultoria do veterinário e embriologista brasileiro Luis Queiroz, que auxiliou o desenvolvimento dos animais da eGenesis, para aprimorar a clonagem.

Obter os primeiros porquinhos clonados será a confirmação de que o grupo da USP finalmente dominou a técnica, passo essencial e complementar a outro necessário para obter órgãos mais compatíveis com os dos seres humanos: a edição genética das células.

Apesar das diferenças genéticas e de outras incompatibilidades, os porcos têm sido os animais doadores de escolha nos últimos anos porque têm órgãos com tamanho e funcionamento semelhantes aos dos humanos, além de serem domesticados, se reproduzirem bem em cativeiro e originarem ninhadas grandes em poucos meses.

O país tem o maior sistema público de transplantes de órgãos do mundo. Acreditamos ter a obrigação de desenvolver uma estratégia que permita a esse sistema se manter funcionando bem e atendendo mais pessoas

Ernesto Goulart
farmacêutico especialista em bioengenharia de tecidos e líder do projeto na USP

Há cinco anos, antes das tentativas de clonagem, Goulart e os biólogos Luiz Caires e Luciano Abreu Brito haviam começado os primeiros testes para alterar a configuração genética das células suínas e, assim, reduzir um dos principais riscos do transplante: a rejeição.

Instalados no Laboratório de Edição Gênica do CEGH-CEL, em uma sala vizinha à de clonagem, Goulart, Brito e colaboradores empregam duas técnicas para manipular o material genético das células a serem usadas na geração dos clones. Uma é a ferramenta de edição gênica Crispr-Cas 9, que ganhou notoriedade internacional recentemente por ser barata e de uso fácil.

Com ela, a equipe da USP já conseguiu desativar os três genes normalmente desligados nos experimentos de xenotransplante: o GGTA1, o CMHA e o B4GALNT2. Mais recentemente, eles começaram a usar uma segunda técnica para tentar acrescentar sete genes humanos às células suínas.

O objetivo é gerar células —e, consequentemente, embriões e órgãos— com características mais próximas às do ser humano para driblar o sistema de defesa e evitar a produção de novos anticorpos, causa da rejeição aguda, que pode ocorrer meses após o transplante.

"Quando a clonagem der certo, queremos estar prontos para testar as células editadas", afirma Goulart, que espera obter, além de rins, córneas, coração e pele para xenotransplante.

Os porcos clonados e as proles resultantes do cruzamento entre eles serão mantidas em duas instalações especiais, projetadas para a criação de animais doadores de órgãos para uso humano. A primeira, com capacidade para até dez animais, foi inaugurada em 23 de abril no campus da USP em São Paulo. Outra, maior, está em construção no IPT.

Após o nascimento, os animais ficarão sob os cuidados da XenoBR, startup resultante do projeto, que fornecerão os órgãos para os testes clínicos.

saúde

Vacinação contra a dengue será ampliada para mais 625 cidades

Doses enviadas aos municípios são destinadas a imunização de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos

Felipe Bramucci

SÃO PAULO O Ministério da Saúde ampliou a vacinação contra a dengue para 625 novos municípios. Desta forma, a imunização contra a doença transmitida pelo mosquito irá chegar a 1330 cidades do país. Ao todo, 1.682.139 doses novas foram distribuídas aos estados.

A ampliação irá contemplar seis novos estados que não tinham recebido o imunizante anteriormente. São eles: Alagoas, Ceará, Piauí, Rio Grande do Sul, Sergipe e Mato Grosso.

As doses enviadas para estes municípios devem ser utilizadas em crianças e adolescentes de 10 anos a 14 anos. Para as cidades que já estavam em campanha, a pasta anunciou, na última semana, a ampliação da faixa etária para todas as pessoas de 4 a 59 anos, conforme aprovado pela bula do imunizante. A estratégia visa reduzir a perda das doses com vencimento no próximo dia 30 de abril.

A pasta anunciou, assim, a reposição dos insumos para estes municípios que remanejaram as vacinas para outras regiões. Segundo a Saúde, os municípios irão receber a mesma quantidade de vacinas que foram repassadas.

As mudanças na distribuição das doses foram anunciadas nesta quinta-feira (25) e divulgadas em nota técnica.

A nota também anuncia a distribuição da segunda dose para os municípios que começaram a vacinação contra a dengue em fevereiro deste ano, respeitando o intervalo de três meses entre as doses.

Iniciada em fevereiro, a vacinação contra a dengue tem tido baixa procura do público-alvo. Com o risco de vencimento das doses, municípios que não haviam recebido as doses em um primeiro momento fizeram solicitações à pasta, que fez um remanejamento das doses no início de abril.

Apesar do aumento na distribuição, a pasta afirma que cerca de 48% (810.686) do total das doses foi aplicada. A procura pela vacina no mês de abril foi menor em relação aos outros meses.

O ministério também vai disponibilizar outros insumos como testes para diagnóstico e inseticidas para combater o mosquito Aedes aegypti. O repasse de R$ 140 milhões mensalmente aos estados irá contemplar outras medidas.

Além da redistribuição de imunizantes, a pasta da saúde também afirmou que o país começa a apresentar uma desaceleração no número geral de casos de dengue. Estados como o Rio de Janeiro e o Acre retiraram o decreto de emergência em saúde por dengue. Outros estados, como São Paulo, apresentam uma descida nos novos casos.

Atualmente, permanecem em vigor nove decretos estaduais e 587 municipais de emergência relacionados à epidemia. Os estados são: Amapá, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Casos de dengue em 2024 superam dobro do ano recorde

SÃO PAULO O Brasil atingiu a marca de 3.852.901 casos prováveis de dengue na quarta-feira (24), número que supera o dobro do total de casos prováveis de 2015, ano do recorde histórico da doença. Na época, o Ministério da Saúde registrou 1.688.688 casos prováveis da doença.

O número também é mais que o dobro dos casos de 2023, quando foram registrados 1.649.144 casos prováveis —a soma entre casos confirmados e em investigação—, de acordo com Painel de Monitoramento de Arboviroses. O país ultrapassou o número de casos registrados no ano passado em março.

As mortes pela doença este ano também já representam um aumento de 52% em relação ao ano passado: segundo o painel do Ministério da Saúde, 1.792 pessoas morreram este ano, enquanto em 2023 foram 1.179.

O Brasil já chega a um coeficiente de incidência de casos de 1.897,4, número que indica situação epidêmica, de acordo com definição da OMS (Organização Mundial de Saúde). Para o órgão de saúde, a definição é quando há incidência acima de 300 casos por 100 mil habitantes. De acordo com a organização, a epidemia da dengue neste ano pode ser a pior da história.

Em entrevista a jornalistas, a OMS afirmou que o aumento de casos é observado em toda a América Latina e no Caribe, porém três países encabeçam uma situação mais preocupante do cenário da doença: Brasil, Paraguai e Argentina, que representam 92% do casos e 87% das mortes relacionadas ao vírus.

A organização disse que a doença segue um padrão sazonal e, por isso, a maior parte da sua transmissão acontece no primeiro semestre do ano. Reiterou também que mudanças climáticas podem favorecer a dispersão do mosquito vetor da doença, como tempestades e inundações.

São Paulo é o estado com mais mortes pela doença (415). Em 2015, foram registrados 504 óbitos. O estado tem 733.051 casos confirmados da doença e 1.489.008 notificados.

De acordo com especialistas, o aumento da doença observada no sudeste e no sul do Brasil indicavam que o país poderia passar por uma epidemia já no início do ano de 2024.

"As mudanças climáticas, o aumento da temperatura em 2023, influenciada pelo El Niño, e também o aumento da temperatura global como um todo, favorecem a expansão do *Aedes aegypti* para outras regiões, como o sul do Brasil", afirmou o infectologista Júlio Croda, presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, em reportagem da **Folha**.

ambiente

Produção de carne salgada em planta da JBS em Santana de Parnaíba (SP) Paulo Whitaker - 19.dez.2017/Reuters

Fornecedores da JBS expandiram desmate, diz relatório de ONGs

Destruição aumentou em 21 fazendas, acusam entidades; Empresa afirma já ter desligado parte dos produtores

Ana Carolina Amaral

SÃO PAULO Fazendas ligadas à cadeia de suprimentos da JBS na amazônia e no cerrado desmataram novas áreas no último ano —parte delas com indícios de ilegalidade—, de acordo com o monitoramento feito por duas organizações ambientalistas internacionais, a Mighty Earth, voltada a campanhas globais, e a AidEnvironment, focada em pesquisas.

Com patrocínio da agência de desenvolvimento norueguesa Norad, elas lançaram na quinta-feira (25) um relatório sobre o desmate na cadeia da JBS, maior produtora de proteína animal do mundo, com dados do sistema Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Há um ano, as duas ONGs apontaram 68 casos de desmatamento ocorridos de 2019 a 2022, com potenciais ligações à cadeia de fornecedores da JBS. Na época, a empresa respondeu que não poderia verificar os casos, porque a identificação havia sido feita pelo sistema Deter, também do Inpe e voltado ao monitoramento diário dos biomas.

O setor da pecuária usa o Prodes —de resultados anuais— como base para cumprimento dos TACs (termos de ajustamento de conduta) firmados junto ao Ministério Público Federal para contenção do desmatamento na cadeia da carne.

Nos últimos meses, as ONGs voltaram a analisar os casos, desta vez usando o método aceito pelo setor. O sistema Prodes confirmou a ocorrência de desmatamento em 59 das 68 fazendas observadas no mesmo período, de 2019 a 2022.

Já ao analisar o Prodes 2023, os pesquisadores encontraram 16.843 hectares de desmatamento extra, somando novas áreas abertas por 21 fazendas, dentre as 68 analisadas. O dado indica que as fazendas expandiram o desmatamento em suas áreas nos meses seguintes ao primeiro relatório.

"Se a JBS tivesse agido diante dos nossos 68 casos de forma urgente e transparente, os subsequentes 16.843 hectares de recente desmatamento em 21 fazendas poderiam ser evitados", afirma o novo documento da Mighty Earth, acessado pela **Folha** em primeira mão.

O relatório inclui 37 novos casos de desmatamento em fazendas ligadas à cadeia da JBS, que somam 60.218 hectares. A detecção foi feita no último setembro pelo sistema Deter —que continua sendo usado pelo monitoramento de resposta rápida das ONGs. Das 37 fazendas, 12 fazem fronteira ou se sobrepõem a terras indígenas, segundo o levantamento.

Os dois documentos reúnem ao todo 105 fazendas e tratam tanto de desmates legais quanto ilegais. O relatório aponta indícios de ilegalidade, como falta de documentação autorizando o corte de vegetação, em 78 dos 105 casos. A maior parte deles fica na amazônia.

Em um contexto de cobranças internacionais que não fazem distinção sobre a legalidade do desmatamento a ser combatido —especialmente a nova legislação europeia, que busca banir a importação de commodities com risco de desmatamento—, os frigoríficos brasileiros têm adaptado suas políticas.

A JBS anunciou que 2023 foi a data-limite para que fornecedores diretos da amazônia apresentassem desmatamento zero —tanto legal quanto ilegal. Para fornecedores indiretos, o prazo da companhia é 2025 no bioma amazônico. Já no cerrado, o prazo é 2025 apenas para o desmatamento ilegal.

O Código Florestal permite que propriedades rurais desmatem até 20% da área na amazônia e 80% no cerrado, devendo manter o restante da área conservada como reserva legal, além de proteger APPs (áreas de preservação permanente), como topos e encostas de morros e margens de rios. Mesmo o desmate na área produtiva, porém, precisa acontecer mediante autorização dos governos estadual ou federal para que seja legal.

À **Folha** a JBS afirma que analisou todos os 105 casos. "[Das 105 fazendas], 60% sequer aparecem na base de fornecedores da empresa e 28% já estavam bloqueadas por descumprimento de algum critério socioambiental. Os 12% restantes correspondem a propriedades liberadas para comercialização de gado com a JBS, sempre em respeito aos protocolos citados", diz a companhia, em nota.

A JBS só mantém em sua base de dados os fornecedores diretos. Das 105 fazendas apontadas pela Mighty Earth, 59 são fornecedores indiretos, ou seja, fornecem gado para outra fazenda que, por sua vez, fornece diretamente à JBS.

O monitoramento dos fornecedores indiretos é o principal desafio do setor da pecuária atualmente, já que o boi pode ser transportado de uma fazenda com desmatamento para uma segunda que cumpre critérios ambientais, na chamada "lavagem de gado".

Em nota, a JBS aponta que as fazendas têm dificuldade de fazer o monitoramento por falta de acesso às chamadas GTAs (guias de trânsito animal). "[As GTAs] dariam visibilidade aos demais elos da cadeia de gado bovino."

A empresa também afirma que lançou uma plataforma para que seus fornecedores diretos cadastrem os indiretos. "A partir de 1º de janeiro de 2026, somente produtores cadastrados nessa ferramenta poderão seguir comercializando com a empresa."

Embora não estejam disponíveis para acesso público, as GTAs podem ser requeridas para consulta aos governos estaduais e federal e são usadas pelas ONGs ambientalistas para cruzar os dados de fazendas com altos níveis de desmatamento e os de fornecedores de grandes frigoríficos.

A dificuldade de acesso às GTAs também gera uma lacuna temporal no monitoramento. Por exemplo, uma das fazendas citadas no relatório consta como fornecedora direta da JBS em uma GTA de 2019, mas o desmatamento na propriedade ocorreu depois, em 2021. A JBS não informou se o fornecedor foi bloqueado após o desmate.

> "Se a JBS tivesse agido diante dos 68 casos de forma urgente, os subsequentes 16.843 hectares de recente desmatamento em 21 fazendas poderiam ser evitados
>
> **Mighty Earth**
> ONG ambientalista

Em outro caso contido no documento, a **Folha** apurou que um fornecedor direto se mantém autorizado a fornecer à JBS, mesmo após ter desmatado 66 hectares nos últimos cinco anos, segundo o sistema Prodes. A comunicação da JBS disse à reportagem que verifica as condições do caso, mas não as informou até a conclusão da reportagem.

Após cruzar as informações de fornecedores contidas nas GTAs com os dados de desmatamento dos sistemas do Inpe, a Mighty Earth e a AidEnvironment checam as imagens de satélite do sistema Planet, de resolução mais alta.

Segundo as ONGS, os nove casos que constavam no primeiro relatório e não foram confirmados pelo Prodes tratam de queimadas seguidas de degradação florestal. Elas afirmam que a abertura das áreas foi confirmada visualmente, mas que a recuperação da vegetação impediu a verificação anual feita pelo Prodes.

O Inpe confirma essa possibilidade. "Em alguns casos, acontece uma degradação progressiva. Tiram madeira e pega fogo repetidas vezes, vai ficando uma área degradada, daí lançam sementes de capim no meio. Então, você olha de cima, parece uma floresta paupérrima, com algumas árvores espalhadas, com capim por baixo", descreve Claudio Almeida, coordenador do Programa de Monitoramento de Biomas do Inpe.

Por outro lado, Almeida lembra que o Prodes traz uma leitura mais detalhada do que o Deter e serve, inclusive, para corrigi-lo. Isso porque o Deter pode gerar falsos positivos, por conta de imprecisões nas coordenadas do desmatamento. Ele pode, por exemplo, registrar nas coordenadas de outra fazenda a imagem do desmate em uma propriedade vizinha.

A Mighty Earth defende um monitoramento mais ágil e afirma que o Prodes não é suficiente por não flagrar, por exemplo, casos de degradação. Em nota, a JBS afirmou que passou a utilizar dados do Deter como critério de bloqueio de fornecedores, passando por uma validação pela plataforma Mapbiomas Alertas.

A JBS é alvo de pressão internacional contra a entrada de suas ações na listagem da Bolsa de Nova York. Além das críticas de ONGs, parlamentares britânicos enviaram uma carta à comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos pedindo a rejeição do IPO da empresa, para evitar uma alta do desmatamento.

Em fevereiro, a empresa foi acusada pela procuradoria-geral de Nova York de enganar o público sobre seu impacto ambiental em propagandas. A empresa promete zerar as emissões de gases-estufa até 2040, o que seria, de acordo com o processo, incongruente com seus planos de expansão.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

Encontra-se aberta no **HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90010/2024, processo 024.00163654/2023-61**, destinada a Contratação de Aquisição de Análises Hematológicas com concessão de Equipamentos em Comodato, a realização da sessão será na data de **13/05/2024** e horário **10:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de 29/04/2024, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras e www.imprensaoficial.com.br

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

ABERTURA DE SESSÃO PUBLICA

Encontra-se aberto no **HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90013/2024, processo 024.00025308/2024-66**, destinada ao **Aquisição de Conjuntos Privativos** a realização da sessão será na data **13/05/2024** e horário **09:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **29/04/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://www.gov.br/compras/pt-br; https://www.imprensaoficial.com.br/

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

ABERTURA DE SESSÃO PUBLICA

Encontra-se aberta no **HOSP. GUILHERME ALVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90020/2024, processo SEI nº 024.00053591/2024-16** destinada a **Aquisição de Papel Sulfite** a realização da sessão será na data **17/05/2024** e horário **09:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **26/04/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras – www.imprensaoficial.com.br

CIDADE DE SÃO PAULO — INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

COMUNICADO

A **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB** torna público que requereu junto à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA a **Licença Ambiental Prévia - LAP** para os empreendimentos:
"Obras de Controle de Cheias na Bacia do Córrego Moinho Velho". Processo SEI **6027.20240006574-9;**
"Obras de Contenção de Cheias na Bacia do Córrego Água Preta". Processo SEI **6027.20240008692-4;**
"Obras de Contenção de Cheias na Bacia do Córrego Uberaba". Processo SEI **6027.20240008349-6;**
"Obras de Controle de Cheias do Córrego Jacu - Verde". Processo SEI **6027.2024/0005532-8.**

CIDADE DE SÃO PAULO — INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB,** juntamente com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, convida a todos para a audiência pública referente ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA do empreendimento "Obras da Nova Marginal Pinheiros - Oeste", a realizar-se no dia **08/05/2024, às 18h**, no **CEU Cidade Dutra - Av. Interlagos, 7.350 - Interlagos - CEP: 04777000.**

CORPO DE BOMBEIROS

EDITAL DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na UGE 180200 – Centro de Suprimento e Manutenção do Material Operacional de Bombeiros – CSM/MOpB a seguinte licitação:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-200/0001/24
PROCESSO SEI Nº 057.00210933/2023-34
PROCESSO (CÓD. ÚNICO) Nº 20240418742
LOCAL DO PROCESSO PARA VISTAS AOS AUTOS: UGE 180200 – Centro de Suprimento e Manutenção do Material Operacional de Bombeiros – CSM/MOpB - sito à Avenida Morvan Dias de Figueiredo, 4221, Vila Maria, São Paulo/SP – Seção de Finanças.
OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM VIATURA AC-03101 (PART. RESTRITA).
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 14/05/2024, sendo realizada por meio eletrônico através do site www.gov.br/compras.
EDITAL: As empresas interessadas em participar do certame poderão retirar o edital pelo site www.gov.br/compras.
Demais esclarecimentos no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00 horas, pelo telefone: (11) 3396-2770/2783.
Autoridade Subscritora do Edital: 1º Ten PM Marcio Fazzani .
Pregoeiro: Cb PM Paulo César da Silva.

MÁRCIO FAZZANI
1º Ten PM – Chefe da Seção de Finanças UGE 180.200

Santander — FRAZÃO

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 13 de maio de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 15 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 56, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PUBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública contrato nº 0010248198, firmado em 06/09/2021, com os **Fiduciantes RICARDO ALEXANDRE PAULINO ALVES**, maior, inscrito no CPF nº 188.483.268-29, no dia 13/05/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 142.892,63 (cento e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e três centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **67.179 do Registro de Imóveis da Comarca de Barretos/SP**, constituído por "Um prédio residencial térreo que recebeu o nº 160 da Rua NBD 4 – Júlio Santana da Rocha, com 62,11m² (conf. Av.05) e seu respectivo lote de terreno, urbano, sob nº 47 da quadra "C", do loteamento denominado Jardim Nova Barreto II, na cidade de Barretos/SP, situado na Rua NBD4 – Júlio Santana da Rocha (antiga Rua 05 - conf. Av.02), entre a Avenida NBD3 – Nelson Adamo Jorge (antiga Rua 02 - conf. Av.02) e a Avenida NBD5 – Artur Martins da Silva (antiga Rua 03 - conf. Av.02), quadra completada pela Rua NBD2 – Assad Moisdessi da Silva (antiga Rua 04 - conf. Av.02), distante 106,00m (cento e seis metros) do ponto onde tem início a linha curva na confluência da Rua 05 com a Rua 03, medindo 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros) de frente, igual medida nos fundos, por 20,00m (vinte metros) de cada lado e da frente aos fundos, confrontando, pela frente com a Rua NBD4 – Júlio Santana da Rocha (antiga Rua 05 - conf. Av. 02), de quem da referida Rua NBD4 – Júlio Santana da Rocha (antiga Rua 05 - conf. Av. 02) o observa, pelo lado esquerdo confronta com o lote nº 48, pelo lado direito com o lote nº 46, e pelos fundos com o lote nº 16, todos da mesma quadra "C", perfazendo a área total de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados)". **Cadastro Municipal:** 3.33.003.0432.01 (Av.03). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.07 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 15/05/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 127.097,56 (cento e vinte e sete mil noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira:** www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21361_OL_2633-10).

YACHT CLUB PAULISTA

Fone: (11) 5514-6911 / (11) 5514-6912 / 55 11 94789-4601
http://www.yachtclubpaulista.org

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ANUAL

Ficam os Senhores Associados do Yacht Club PAULISTA em pleno gozo de seus direitos sociais, na forma do *Estatuto Social do YACHT CLUB PAULISTA*, Artigo **26 - inciso 02**, convocados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada na sede Social do YCP, no dia 28 de Abril de 2024, em primeira convocação as 10:00 horas, e as 11:00 horas em segunda convocação; e para ambas chamadas, e com encerramento para as 16:00 horas do mesmo dia, com objetivo de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, em votações em separado para cada um dos itens:

Pauta Ordinária:
1) Abertura dos Trabalhos;
2) Eleição da Composição da Mesa;
3) Eleição dos cargos vagos do Conselho Deliberativo, efetivos e suplentes cujos mandatos expiram no dia 30 de abril 2024;
4) Examinar e aprovar as contas do exercício findo;
5) Outros assuntos de interesse da sociedade;

Pauta Extraordinária:
1) Eleição dos cargos vagos do Conselho Fiscal como suplentes para complementação de mandato;

Aos associados quites para com o YCP, e impedidos de comparecer, pedimos a gentileza de providenciarem uma procuração na forma da minuta anexa, assinada graficamente ou por assinatura digital certificada, dando poderes para seu representante de comparecer e votar em seu nome os assuntos constantes da respectiva ordem do dia, e encaminhá-la para controle da secretaria (rubia@ycp.com.br ou secretaria@ycp.com.br).
Agradecemos de antemão a sua compreensão e colaboração, e ficamos à sua disposição para esclarecimentos e informações.
São Paulo, 11 de abril de 2024
Atenciosamente,

Sergio Augusto Gomes Canineo
Comodoro
Yacht Club Paulista - Rua Itupú, 1077 - Chácara Vista Alegre, São Paulo - SP, 04922-100

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária **BARI SECURITIZADORA S/A,** inscrita no CNPJ sob n° 10.608.405/0001-60, situada à Avenida Sete de Setembro, 4.781, sala 02, Bairro Água Verde, Curitiba/PR, nos termos da Escritura datada de 03/05/2016, lavrada à fls. 283, Livro 4.575 do 14º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, e Cédula de Crédito Imobiliário nº 29, Série Mondial Jundiaí, emitida em 31/10/2016, sendo outrora credora **SEI JUNDIAÍ EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 08.772.208/0001-30, com sede em São Paulo/SP, no qual figuram como Fiduciantes **ADRIANA RODRIGUES GALVÃO CÉSAR,** brasileira, empresária, portadora do RG nº 20.257.615-2-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 161.658.398-35, e seu marido **ALESSANDRO RIBAS GALVÃO CÉSAR,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 22.377.924-6-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 155.602.268-90, casados pelo regime da comunhão universal de bens, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 13 de maio de 2024, às 11:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 485.674,69 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por: **Uma Unidade Autônoma** sob número um mil e dez (1010), localizada no décimo (10o) pavimento do "Bloco Hotel 2", integrante do empreendimento denominado "Mondial Jundiaí" situado na Avenida Nove de Julho, Chácara Tavares, na cidade e comarca de Jundiaí/SP, contendo uma área privativa de 14,690m², uma área comum de 12,166m², uma área de terreno de uso exclusivo de 2,981m², área de terreno de uso comum de 1,604m², área total de terreno de 4,585m², perfazendo a área total de 26,856m² correspondente a fração ideal de 0,0010847 do terreno e coisas comum do condomínio. **Av.4** Para constar que o empreendimento Mondial Jundiaí, Bloco Hotel 2, está situado na Avenida Nove de Julho, n° 3401. **Imóvel objeto da matrícula nº 152.515 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí/SP. Observação: (i)** Consta gravada na Av.10, Penhora, oriunda do Processo 1024350-08.2018.8.26.0001, que será baixada pelo credor sem prazo determinado. **(ii)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **20 de maio de 2024,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 247.694,09 (duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais e nove centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site **www.portalzuk.com.br** e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do **www.portalzuk.com.br** , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: ADRIANA RODRIGUES GALVÃO CÉSAR e ALESSANDRO RIBAS GALVÃO CÉSAR,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY
AVISO DE LICITAÇÃO

ENCONTRA SE ABERTO NO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY, EM FRANCO DA ROCHA, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90013/2024 PROCESSO N.° 024.00057229/2024 14 CÓDIGO ÚNICO: 20240344685 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFE RMAGEM (ABSORVENTE HIGIÊNICO E OUTROS), A REALIZAÇÃO SERÁ NA DATA DE 14 /05/2024 ÀS 10:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS

HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Acha-se aberto, no **Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros**, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90009/2024**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE TUBOS DE COLETA** a ser realizado através do sistema "Compras SP". A data da abertura do certame será no dia 03/05/2024 às 09h00m, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

Fundação Zerbini

CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13

Primeiro Termo Aditivo Contratual

Projeto 3034 – Convênio 923963/2021 Teleconsultoria em UTI Geral – Processo 0602/2022 – P.P. 018/2022. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. CNPJ: 02.357.251/0001-53. Objeto: Integração de dados dos equipamentos de monitorização a beira leito para o Instituto do Coração – HCFMUSP. Valor Total estimado R$ 7.183.500,00. Data de assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FZ-C-0149/22: 08 de Março de 2024 – Vigência: até 12/12/2024. São Paulo, 25 de abril de 2024. **Edina Almeida** e **Marcel Nascimento**.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - FIPT

CNPJ: 05.505.390/0001-75

AVISO

2ª Chamada Para o Processo PC. 4343 - Processo 4354/24 - Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de engenharia para execução de obras e adequações das Áreas do laboratório de EN/LBE no Prédio 32 do IPT, situada na Av. Prof. Almeida Prado, 532 - Cidade Universitária "Armando Salles Oliveira" - Butantã, São Paulo, SP. Data do envio por e-mail da proposta comercial e dos documentos de habilitação: até às **16:00 horas** do dia **10/05/2024**, conforme Chamada disponível no site da FIPT: www.fipt.org.br. Os documentos de habilitação e propostas comerciais deverão ser enviados no e-mail: editaisfipt@fipt.org.br conforme especificações e datas contidas no Edital para: *Esclarecimentos* adicionais poderão ser obtidos através do telefone: (11) 3769-6933/ 6912, com Sr. Francisco ou no e-mail acima.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Hospital Universitário da USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 91551/2024 - HU
PROCESSO SEI Nº 154.00001551/2024-31

O Hospital Universitário torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 91551/2024 - HU, do tipo menor preço, cujo objeto é PUBLICAÇÃO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/04/2024 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 13/05/2024 às 08h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do site www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 26/04/2024, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

São Paulo/SP, 19 de abril de 2024.

Aos Associados da Associação dos Lojistas do Shopping Metrô Santa Cruz
Ref.: CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO SHOPPING METRÔ SANTA CRUZ
Prezados Senhores,
Serve a presente para, consoante a disposto no art. 13 do Estatuto Social da Associação dos Lojistas do Shopping Metrô Santa Cruz, convocar V. Sas. para comparecer à **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO SHOPPING METRÔ SANTA CRUZ**, a ser realizada no dia **07 de maio de 2024**, às **16h00min**, em 1ª convocação, e às **16h30min**, em 2ª convocação, nas dependências da **Administração do Shopping Metrô Santa Cruz**, localizado na Rua Domingo de Morais, 2.564, Vila Mariana, município de São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
(i) Aprovação das contas referentes ao exercício findo em 31/12/2023;
(ii) Aprovação do orçamento para o exercício de 2024;
(iii) Eleição dos membros da Diretoria com mandato de 01 (um) ano, contado da data da realização da assembleia, ou até a próxima assembleia que trate deste tema; e
(iv) Assuntos Gerais.

Atenciosamente,

JOSÉ VICENTE COELHO DUPRAT AVELLAR
Diretor Presidente da Associação dos Lojistas do Shopping Metrô Santa Cruz

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL - "Condominio Piscine Home Resort" – Osasco/SP

BCO leilões

ROGÉRIO DAMÁSIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 1021, autorizado por GMR OSASCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., CNPJ n. 16.560.978/0001-48, com sede na Avenida Magalhães de Castro, 4800, Edifício Park Tower, 16º Andar, Conj. 161/162, Butantã/SP, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/1997, que instituiu a alienação fiduciária os bens imóveis, realizará o leilão na modalidade exclusivamente ONLINE dos imóveis abaixo, em 1ª praça que terá início em 06/05/2024, a partir das 14:00 horas, encerrando-se em 10/05/2024 às 14:00 horas, caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação na 1ª praça, a praça seguirá sem interrupção até às 14:00 horas do dia 27/05/2024 (2ª praça). Devedor fiduciante: **GREYCE KELLY VIEIRA FELIX** (CPF 000.748.512-33) e seu cônjuge **JOSE ROSINALDO FELIX DA SILVA** (CPF 301.784.878-83). Descrição do Imóvel: **Apartamento nº 1810, localizado no 18º Pavimento da Torre B – Beach – integrante do Condominio "Piscine Home Resort" - Matrícula 129.487 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Osasco/SP.** Descrição completa: Apartamento 1810, localizado no 18º Pavimento da Torre B – Beach, integrante do Condomínio "Piscine Home Resort", situado na Avenida Franz Voegeli, nº 900, Osasco/SP, contendo as seguintes áreas: privativa total de 61,470m², área comum total de 44,611m2, sendo 36,894m2 coberta edificada e 7,717m2 descoberta, já incluída a área correspondente a 01 vaga de estacionamento localizada na garagem coletiva da área residencial, perfazendo a área total de 106,081m2 e correspondendo a fração ideal de 0,001130 do terreno. Inscrição cadastral: 23224.54.77.0001.02.216.01. Lance Mínimo em **1º Leilão: R$548.572,73.** Lance Inicial em **2º Leilão: R$625.331,95.** Ônus e Gravames: Não consta na certidão de matrícula obtida em 22.03.2024. Nos valores de 2ª Praça estão incluídas as despesas (como prêmios de seguro, dos encargos contratuais, emolumentos, despesas de retomada e cobrança, IPTU apurado em março/2024, ITBI, condomínio até março/2024 e despesas com publicidade do presente Edital), já atualizadas até a data do leilão. Não obstante, cumpre ao interessado buscar eventuais outros débitos sobre o imóvel, inclusive condomínio e IPTU devidos até a data da alienação, os quais são de responsabilidade o pagamento pelo arrematante. Forma de pagamento: A venda será à vista, observado o direito de preferência do Devedor Fiduciante na arrematação do imóvel (Art.27, Parágrafo 2-B, Lei 9514/97), sem concorrência de terceiros, após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário e até a data da realização do segundo leilão pelo valor da dívida acrescendo-se a comissão de 5% do leiloeiro. Condições Gerais: Os interessados deverão se cadastrar no site www.bcoleiloes.com.br e se habilitar antes do início do leilão. Os lances online e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos e concorrerão em igualdade de condições. A eventual desocupação do imóvel é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como, mas não se limitando ao pagamento de comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato da arrematação, despesas com Escritura Pública ou Particular com a Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI), eventuais foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos, IPTU e débitos com a Associação dos Moradores etc. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram e sem qualquer garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações extrajudiciais eletrônicas e vistoriar o bem, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. **As comunicações ao devedor fiduciante nos endereços físicos do contrato bem como eletrônico informando as datas, local e horário da praça foram enviadas na forma do artigo 27, Parágrafo 2º - A, da Lei 9.514/97.** Mais informações no escritório do leiloeiro ou através dos e-mails: leilao@bcoleiloes.com.br e comercial@bcoleiloes.com.br. ROGÉRIO DAMÁSIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 1021.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. 60.633.674/0001-55

Cotação - Processo IPT Nº DL00229.2024 - RC95654.2024.

Objeto: Placa de óxido de zircônia para utilização no ensaio de fusibilidade de cinzas para a norma isso 21404.
Data Final para apresentação de proposta: **30/04/2024 até as 17:00h.**
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4056 - marcelino@ipt.br - Departamento de Compras.

Cotação - Processo IPT Nº DL00189.2024 - RC93540.2024

Objeto: Inspeção de segurança nos seguintes equipamentos: 02 pontes rolantes capacidade 16t, fabricação STAHL TALHAS, 01 pórtico 2,0t, fabricação STAHL TALHAS e 01 sistema lcs 500kg, fabricação STAHL TALHAS, com visitas que consistem na presença de 01 (um) técnico eletromecânico.

Cotação - Processo IPT Nº DL00248.2024 - RC96389.2024

Objeto: Manutenção corretiva do banho maria incubador - marca Nova Ética modelo 501-d - nº série 38268 - código do equipamento ban.501.141727 - tensão 220 v - número de patrimônio 018594.
Data Final para apresentação de proposta: **30/04/2024 até as 17:00h**
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária **BARI SECURITIZADORA S/A,** inscrita no CNPJ sob n° 10.608.405/0001-60, situada à Avenida Sete de Setembro, 4.781, sala 02, Bairro Água Verde, Curitiba/PR, nos termos da Escritura datada de 03/05/2016, lavrada à fls. 271, Livro 4.575 do 14º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, e Cédula de Crédito Imobiliário nº 14, Série Mondial Jundiaí, emitida em 31/10/2016, sendo outrora credora **SEI JUNDIAI EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 08.772.208/0001-30, com sede em São Paulo/SP, no qual figuram como Fiduciantes **ADRIANA RODRIGUES GALVÃO CÉSAR,** brasileira, empresária, portadora do RG nº 20.257.615-2-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 161.658.398-35, e seu marido, **ALESSANDRO RIBAS GALVÃO CÉSAR,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 22.377.924-6-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 155.602.268-90, casados pela comunhão universal de bens, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 13 de maio de 2024, às 11:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 592.955,85 (quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por: **Uma Unidade Autônoma** sob número quatrocentos e onze (411), localizada no quarto (4o) pavimento do "Bloco Hotel 1", integrante do empreendimento denominado "Mondial Jundiaí" situado na Avenida Nove de Julho, Chácara Tavares, na cidade e comarca de Jundiaí/SP, contendo uma área privativa de 21,590m², uma área comum de 23,937m², uma área de terreno de uso exclusivo de 4,169m², área de terreno de uso comum de 2,646m², área total de terreno de 6,815m², perfazendo a área total de 45,527m² correspondente a fração ideal de 0,0017912 do terreno e coisas comum do condomínio. **Av.4** Para constar que o empreendimento Mondial Jundiaí, Bloco Hotel 1, está situado na Avenida Nove de Julho, n° 3401. **Imóvel objeto da matrícula nº 152.318 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí /SP. Observação: (i)** Consta, gravada na Av.10, Penhora oriunda do Processo 1024350-08.2018.8.26.0001, que será baixada pelo credor sem prazo determinado. **(ii)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **20 de maio de 2024,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 302.407,48 (trezentos e dois mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e oito centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: ADRIANA RODRIGUES GALVÃO CESAR, ALESSANDRO RIBAS GALVÃO CÉSAR,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Acha-se aberto, no **Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, PREGÃO ELETRÔNICO nº 900013/2024**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL P/PP/ M E LENÇOL ROLO** a ser realizado através do sistema "Compras SP". A data da abertura do certame será no dia 13/05/2024 às 09h00m, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

UASG: 090160 – HOSPITAL HELIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO à partir de 26/04/2024

Encontra-se aberto no Endereço Eletrônico http://www.compras.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 90007/2024**, **PROCESSO SEI: 024.00036342/2024-66**, tipo MENOR PREÇO, Objeto: Serviço de Controle, Operação e Fiscalização de portarias e edifícios, data da sessão pública, será no dia 14/05/2024 às 9:00 horas.Vistoria Agendada. O edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site http://www.imprensaoficial.com.br, Seção " Negócios Públicos".

HOSPITAL MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS

Acha-se aberto, no **Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, PREGÃO ELETRÔNICO nº 12/2024**, objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO AQUISIÇÃO DE **MEDICAMENTOS (CLOREXIDINA, DIGLICONATO (OU GLICONATO) 5 MG/ML (0,5%)100 ML E ALCOOL ETILICO 70% 100 ML)** a ser realizado através do sistema "www.gov.br/compras". A data da abertura do certame será no dia 14/05/2024 às 10h00m, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

Encontra-se aberto no Centro de Detenção Provisória de Suzano, situado na rua Soldado Edivaldo Tavares de Assunção, s/n, parque Maria Helena, Suzano - SP, Pregão Eletrônico n.º 01/2024 destinado à prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de veículos, compreendendo a distribuição de Etanol, Gasolina comum e Diesel S10 para frota de veículos automotores desta Unidade Prisional, durante o período de 30 meses a partir da assinatura do contrato, licitação do tipo MENOR PREÇO e modalidade de disputa ABERTO. A sessão pública será realizada no dia 14/05/2024 às 09:00h através do site www.gov.br/compras.

3º CENTRO DE TELEMÁTICA DE ÁREA

CNPJ nº 09.575.593/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP nº 90.005/2024 - 3º CTA - Processo: 64191.000520/2024-81

Objeto: prestação de serviço de contratação de treinamento em ferramentas de uso do exército brasileiro visando capacitação, treinamento e aprimoramento profissional das soluções cisco e vmware implementadas no sistex. Total de itens: 06. Disponibilidade do edital: 26/04/24 das 09:30h às 11:30h e das 13h às 15h. Endereço: Rua da Independência, 632, Cambuci - São Paulo/SP ou https://www.gov.br/compras/edital/160486-5-90.005-2024. Entrega das propostas: a partir de 26/04/24 às 09:30h no site www.gov.br/compras. Abertura da sessão pública: 14/05/2024 às 09:30h no site www.gov.br/compras. JOSÉ EDUARDO FRANÇA - Tenente Coronel - Ordenador de Despesas do 3º CTA.

Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A - PROGUARU

"em liquidação"
CNPJ/MF nº 51.370.575/0001-37 - NIRE 35.300.004.345

ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitações da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A de acordo com o constante no: **Processo Administrativo nº 249/2024**, torna público que fará realizar a **Disputa Fechada Eletrônica** nº 002/2024 - Alienação de bens imóveis de propriedade da Proguaru S/A. Envio das Propostas até as 09h00 no dia **08/05/2024 - Disputa às 10h00**. Site: http://www.licitacoes-e.com.br.
Guarulhos, 26 de abril de 2024
Ricardo Ferreira Bortoleto
Autoridade Competente - Membro da Comissão Liquidante

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Hospital Universitário da USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12

Ref.: Errata

Pregão Eletrônico	Nº Processo SEI	Pregão Eletrônico	Nº Processo SEI
90002/2024	154.00001121/2024-19	90008/2024	154.00001374/2024-92
90004/2024	154.00001119/2024-40	90009/2024	154.00001382/2024-39
90007/2024	154.00001373/2024-48	91120/2024	154.00001120/2024-40

Onde se lê: "PREGÃO ELETRÔNICO ORDINÁRIO", Leia-se: "***PREGÃO ELETRÔNICO RP***"
Demais informações e condições permanecem inalteradas.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Parcerias em Investimentos
GABINETE DO SECRETÁRIO
Consulta Pública SPI nº 01/2024

A Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI do Governo do Estado de São Paulo comunica que realizará CONSULTA PÚBLICA para colher sugestões e contribuições visando o aprimoramento do PROJETO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA REGENERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, que compreende a implantação de unidades habitacionais, infraestrutura e equipamentos públicos e a prestação de serviços. Os documentos relevantes para a concessão, regulamento e formas de participação na consulta pública estarão disponíveis a partir do dia 29 de abril de 2024 por meio de data room, cujo acesso será concedido mediante pedido encaminhado ao e-mail consultacentro.spi@sp.gov.br, contendo nome completo, e-mail, CPF, instituição, telefone e cidade do(a) solicitante. O prazo para envio de contribuições ficará aberto até o dia 29 de maio de 2024.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela atual Credora Fiduciária **BARI SECURITIZADORA S/A,** inscrita no CNPJ sob n° 10.608.405/0001-60, situada à Avenida Sete de Setembro, 4.781, sala 02, Bairro Água Verde, Curitiba/PR, nos termos da Escritura datada de 03/05/2016, lavrada à fls. 295, Livro 4.575 do 14º Tabelião de Notas de São Paulo/SP, e Cédula de Crédito Imobiliário nº 42, Série Mondial Jundiaí, emitida em 31/10/2016, sendo outrora credora **SEI JUNDIAI EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA,** inscrita nº CNPJ sob nº 08.772.208/0001-30, com sede em São Paulo/SP, no qual figuram como Fiduciantes **ADRIANA RODRIGUES GALVÃO CÉSAR,** brasileira, empresária, portadora do RG nº 20.257.615-2-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 161.658.398-35, e seu marido, **ALESSANDRO RIBAS GALVÃO CÉSAR,** brasileiro, empresário, portador do RG nº 22.377.924-6-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 155.602.268-90, casados pela comunhão universal de bens, residentes e domiciliados em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 13 de maio de 2024, às 11:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 592.955,86 (quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por: **Uma Unidade Autônoma** sob número um mil quatrocentos e seis (1406), localizada no décimo quarto (14º) pavimento do "Bloco Hotel 1", integrante do empreendimento denominado "Mondial Jundiaí" situado na Avenida Nove de Julho, Chácara Tavares, na cidade e comarca de Jundiaí/SP, contendo uma área privativa de 22,500m², uma área comum de 24,945m², uma área de terreno de uso exclusivo de 4,344m², área de terreno de uso comum de 2,758m², área total de terreno de 7,102m², perfazendo a área total de 47,445m² correspondente a fração ideal de 0,0018668 do terreno e coisas comum do condomínio. **Av.4** Para constar que o empreendimento Mondial Jundiaí, Bloco Hotel 1, está situado na Avenida Nove de Julho, n° 3401. **Imóvel objeto da matrícula nº 152.395 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Jundiaí/SP. Observação: (i)** Consta, gravada na Av.10, Penhora oriunda do Processo 1024350-08.2018.8.26.0001, que será baixada pelo credor sem prazo determinado. **(ii)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **20 de maio de 2024,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 302.407,49 (trezentos e dois mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e nove centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: ADRIANA RODRIGUES GALVÃO CESAR, ALESSANDRO RIBAS GALVÃO CÉSAR,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenha sido cientificado. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

ESPORTE AO VIVO
20h Avaí x Santos Série B, SPORTV E PREMIERE
21h Guarani x Chapecoense Série B, TV BRASIL, CANAL GOAT E PREMIERE
23h30 Phoenix Suns x Minnesota Timberwolves NBA, ESPN2 E STAR+

STF julga presidente da CBF que contratou faculdade de Gilmar

Parceria foi firmada antes do TJ-RJ afastar Ednaldo Rodrigues, diz confederação

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) adiou para a próxima semana o julgamento sobre a manutenção de Ednaldo Rodrigues na presidência da CBF (Confederação Brasileira de Futebol). A corte definirá se referenda a decisão do ministro Gilmar Mendes de suspender ordem do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) —que havia afastado Ednaldo do comando da instituição citando irregularidades na sua eleição ao cargo.

Para ser mantido, o presidente da CBF precisa de mais cinco votos além do de Gilmar, perfazendo maioria na corte de 11 ministros.

Com sua decisão, Gilmar atropelou o ministro André Mendonça, que havia em outra ação negado recurso que requeria o retorno de Ednaldo ao cargo.

O presidente da confederação tem relação com o IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público), faculdade de propriedade de Gilmar. A instituição de ensino assinou um contrato em agosto do ano passado para gerir todos os cursos oferecidos pela CBF.

O chefe da confederação também tem relação indireta com outro ministro: Ednaldo foi defendido na corte fluminense por Rodrigo Fux, filho do ministro Luiz Fux.

Por meio da assessoria, o STF informou que Fux não participará do julgamento, assim como o presidente da corte, Luís Roberto Barroso, por haver pessoas próximas deles que advogaram no caso.

Gilmar, por sua vez, não respondeu sobre o contrato do IDP com a CBF e se isso pode impactar na decisão do STF.

Por meio de nota, a CBF afirmou que a "atividade principal da entidade não é educação e formação profissional" e por isso "entendeu ser mais eficiente compartilhar a gestão da operação dos cursos com uma instituição de ensino".

A escolha do IDP, segundo a confederação, foi a reputação acadêmica e experiência em cursos a distância. "Nesse processo de definição da parceria, a CBF analisou propostas de diversas instituições de ensino", diz o texto.

A CBF também afirma que a parceria foi firmada antes das decisões do TJ-RJ e dos ministros do Supremo sobre a gestão de Ednaldo.

O IDP não respondeu às perguntas da **Folha** sobre o tema.

A previsão é que o IDP seja responsável por todas as formações oferecidas pela CBF e repasse mensalmente 16% do faturamento com os cursos para a entidade futebolística.

O contrato é de dez anos e diz que a CBF Academy, braço da entidade responsável pelos cursos, tem um portfólio de mais de 50 cursos e já certificou mais de 10 mil alunos.

A instituição de ensino fica responsável por toda a gestão da CBF Academy, o que inclui seleção de professores, comercialização das aulas e curadoria dos cursos.

> “Nessa situação, há risco de prejuízo iminente, uma vez que a inscrição de jogadores da seleção brasileira no torneio qualificatório para os Jogos Olímpicos de Paris 2024, que deve ser ultimada até amanhã (5.1.2024), restaria inviabilizada
>
> **Gilmar Mendes**
> ministro do STJ, ao decidir por manter Ednaldo Rodrigues na presidência da CBF

Ednaldo foi destituído da CBF pelo TJ-RJ em 7 de dezembro, e havia uma previsão de que novas eleições fossem convocadas em 30 dias.

A corte fluminense indicou o presidente do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), José Perdiz, como interventor na entidade. O TJ-RJ afirmou que o Ministério Público do Rio de Janeiro não tinha legitimidade para ajuizar a ação do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) acordado com a CBF em 2022 que abriu caminho para a eleição de Ednaldo.

Em 13 de dezembro, a presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Maria Thereza de Assis Moura, negou um recurso por entender que não havia interesse público no pedido da CBF.

Em 22 de dezembro, Mendonça rejeitou uma ação do PSD em favor do presidente da entidade sob o argumento de que a disputa decidida pela corte fluminense já foi "apreciada em cognição exauriente" em primeira e segunda instância.

"Nessa conjuntura, não vislumbro caracterizada, no presente momento, a presença dos requisitos capazes de justificar a concessão da medida de urgência", afirmou o ministro do Supremo.

O ministro Gilmar Mendes, no entanto, foi na contramão em outra ação sobre o mesmo tema, movida pelo PCdoB. O magistrado apontou que esportes são atividades que contêm interesse social e, por isso, o Ministério Público tem legitimidade para atuar na área, mesmo tratando-se de uma entidade privada.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) enviou parecer ao STF pela manutenção de Ednaldo na CBF. Um dos argumentos foi o de que o imbróglio poderia ensejar a "suspensão da participação da seleção brasileira e dos times nacionais em competições" da Fifa e da Conmebol.

Isso porque as entidades internacionais não reconheciam o interventor indicado pelo TJ-RJ para o cargo.

Gilmar Mendes seguiu a mesma linha. "Nessa situação, há risco de prejuízo iminente, uma vez que a inscrição de jogadores da seleção brasileira no torneio qualificatório para os Jogos Olímpicos de Paris 2024, que deve ser ultimada até amanhã (5.1.2024), restaria inviabilizada", afirmou.

A seleção masculina jogou o torneio pré-olímpico de futebol e não se classificou para Paris-2024.

Marta luta por convocação para se despedir da seleção nos Jogos

PARIS-2024

SÃO PAULO Eleita seis vezes a melhor jogadora do mundo, Marta, 38, afirmou que seu ciclo com a camisa da seleção brasileira está próximo do fim. A partir do ano que vem, a veterana não pretende mais defender a equipe. Por isso, seu maior desejo neste momento é garantir sua convocação para os Jogos Olímpicos de Paris, onde espera se despedir em grande estilo.

"Se eu for para a Olimpíada, vou curtir cada momento, porque, independentemente de ir para Olimpíada ou não, este é meu último ano com a seleção. Não tem mais Marta a partir de 2025 na seleção como atleta", afirmou a jogadora ao CNN Esportes.

Quando assumiu a seleção brasileira feminina, em setembro do ano passado, o técnico Arthur Elias disse que tanto Marta como Cristiane, 38, faziam parte de seus planos para a equipe canarinho. Tanto que elas estiveram presentes na primeira lista de convocadas divulgada pelo ex-comandante do Corinthians.

Marta comemora gol pela seleção brasileira contra o Canadá Denis Charlet - 10.mar.20/AFP

No entanto, a dupla veterana perdeu espaço nas chamadas mais recentes. A camisa 10 ficou fora da lista pela primeira vez quando o treinador formou o plantel que disputou a Copa Ouro, entre fevereiro e março. A atacante, que já havia sido preterida na convocação anterior, também não foi chamada para a competição.

Arthur Elias explicou que tem observado aproximadamente 50 atletas antes de definir seu grupo para os Jogos Olímpicos. Segundo ele, a equipe ainda não está fechada.

"A melhor decisão é pensar no processo da equipe e também no processo de cada atleta para que ela chegue na melhor performance dela aos Jogos Olímpicos", justificou o treinador, quando divulgou a lista para a Copa Ouro.

Embora tenha ficado fora da competição realizada nos Estados Unidos, onde o Brasil acabou com o vice-campeonato, perdendo na decisão justamente para as anfitriãs, por 1 a 0, a camisa 10 vem atuando com boa regularidade pelo Orlando Pride, na NWSL, a liga de futebol feminino dos Estados Unidos. A última partida dela foi no dia 19, quando jogou por 74 minutos na vitória sobre o San Diego Wave.

Considerada uma das grandes estrelas da liga norte-americana, ela ainda não definiu até quando pretende continuar jogando pelo Pride. A brasileira está no futebol dos Estados Unidos desde 2017.

Já ao falar sobre a aposentadoria, Marta citou que é o momento de abrir espaço para as jogadoras mais jovens.

"A gente tem que entender que chegou a hora. Eu estou muito tranquila com relação a isso, porque eu vejo com muito otimismo esse desenvolvimento que a gente está tendo com relação às atletas jovens."

Pela seleção, a camisa 10 participou de cinco Olimpíadas e conquistou duas medalhas de prata (2004 e 2008). É, também, bicampeã dos Jogos Pan-Americanos (2003 e 2007) e tricampeã da Copa América (2003, 2010 e 2018).

O MUNDO É UMA BOLA | *Luís Curro* folha.com/omundoeumabola

Na terceira divisão, Messi defende equipe de base da França

Messi, Lionel, o Messi que todos conhecemos, continua na ativa, defendendo o Inter Miami (EUA) e a seleção da Argentina. Está com 36 anos e prossegue atuando em altíssimo nível. Nos oito jogos mais recentes pelo time da Flórida, marcou nove gols. Na carreira, por clubes e pela seleção, são 830, sem contar os feitos em partidas amistosas.

É possível, provável até, que o melhor jogador que a Argentina já teve (superior até a Maradona, cravei depois da Copa do Mundo de 2022) pendure as chuteiras em 2026, depois do Mundial que será nos EUA, no México e no Canadá.

Seu contrato com o Inter Miami vai até o final de 2025. Depois, imagino que ele acerte um contrato curto, de seis meses, com o Newell's Old Boys, de sua cidade natal, Rosario, onde começou a carreira, e tente o bi da Copa do Mundo antes de parar, aos 39 anos.

Certamente o futebol ficará mais triste sem Messi. Sem esse Messi, Lionel.

Pois espera-se que um outro Messi mantenha o famoso sobrenome em evidência no mundo da bola.

Rayane Messi, 16, joga no Dijon e está na mira de vários times europeus Vincent Poyer/Divulgação/Dijon

Sem parentesco com Lionel, esse Messi, Rayane, é francês.

Está com 16 anos, atua pelo Dijon, da terceira divisão da França, usando a camisa 36 (coincidentemente a idade do "xará" argentino), e veste também o uniforme da seleção sub-17 de seu país.

Porém, afora o sobrenome e a posição em campo (atacante), Rayane não tem nada em comum com Lionel.

Vinte anos mais novo, o jogador nascido em Sèvres é destro, negro e "grandalhão" (1,87 m). O supercraque argentino é canhoto, branco e "baixinho" (1,70 m).

O Messi francês estreou pelo time principal do Dijon no último dia 5, em derrota para o Versailles por 2 a 0.

Em sua segunda partida, uma semana depois, voltou a sair do banco de reservas para marcar seu primeiro gol, aos 41 minutos do segundo tempo, o da vitória por 1 a 0 sobre o Orléans no estádio Gaston Gérard, onde sua equipe manda as partidas.

Pela seleção sub-17 francesa, Rayane joga desde 2023. Estreou no dia 15 de novembro, contra a Estônia, com a camisa 7 (usada "desde sempre" pelo português Cristiano Ronaldo, grande rival de Lionel em premiações individuais neste século) e já balançou as redes, uma vez, na goleada por 4 a 0.

Seu melhor jogo aconteceu no último dia 26 de março. Dessa vez com a camisa 9, fez os dois gols no 2 a 1 diante da Inglaterra sub-17, em um clássico europeu.

Pela seleção de base francesa, Rayane atuou em seis confrontos, sempre pelo classificatório para a Eurocopa sub-17, com quatro gols marcados.

Nesse cenário de artilharia, ele supera Lionel duas vezes na precocidade, já que o argentino só foi fazer seu primeiro gol, tanto pelo time principal do Barcelona como por uma seleção de base de seu país (no caso, a sub-20), com 17 anos.

Ajudado pelo sobrenome — apesar de existirem centenas de Messis pelo mundo, não é todo dia que aparece um bom de bola por aí—, Rayane vem despertando a cobiça de clubes de mais nome que o Dijon, que tem chances remotas de subir de divisão neste ano.

O jornal português A Bola, de reconhecida fama no esporte, publicou que três clubes na elite francesa (Olympique de Marselha, Lille e Strasbourg) e dois da primeira divisão da Alemanha (Borussia Dortmund, semifinalista da Champions League, e Leipzig) querem o atacante.

O site Bavarian Football Works vai além, afirmando que o principal clube da Alemanha, o Bayern de Munique (outro semifinalista da Champions), vislumbra contar com a promessa francesa.

O contrato de Rayane Messi Tanfouri (eis o nome completo do jogador) com o Dijon expira na metade de 2025.

Um dos registros feitos pelo fotógrafo Sebastião Salgado em Lisboa, na década de 1970, e que será exposto no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo ©Sebastião Salgado

Revolução dos Cravos é tema de exposição com fotos de Sebastião Salgado em SP

MUNDO

SÃO PAULO A Revolução dos Cravos, movimento que pôs fim à ditadura de Portugal e que completa 50 anos nesta quinta-feira (25), será tema de duas exposições. Uma delas, em São Paulo, apresentará fotografias de Sebastião Salgado. A outra, em Brasília, terá arte contemporânea de vários artistas.

A exposição com as fotos de Salgado ocorrerá no MIS (Museu da Imagem e do Som), na capital paulista, a partir do dia 10. A mostra "50 anos da Revolução dos Cravos em Portugal", parte do "Maio Fotografia no MIS 2024", vai exibir uma série inédita com mais de 50 imagens capturadas pelo renomado fotógrafo brasileiro.

Os registros foram feitos em Lisboa durante a década de 1970, quando Salgado ainda estava no início da carreira. A curadoria é da ambientalista e produtora gráfica Lélia Wanick Salgado, a esposa de Sebastião.

A exposição em Brasília será instalada nos jardins da Embaixada de Portugal. Serão 11 obras contemporâneas de artistas portugueses e brasileiros. Com curadoria de Benjamin Weil, diretor do Centro de Arte Moderna Gulbenkian de Lisboa, e de Marcelo Jorge, representante do Museu de Arte de Brasília, a mostra vai dialogar com questões e valores da Revolução dos Cravos.

Entre os artistas portugueses, a exposição apresentará obras de Pedro Barateiro, Fernanda Fragateiro, Rui Chafes, Ana Vidigal, Luisa Cunha, Paula Rego e Márcio Carvalho. Os brasileiros Cecília Mori, Flávio Cerqueira e Paulo de Paula são os artistas nacionais convidados, além de José Maria Martinez Zaragoza, espanhol radicado no Brasil.

A mostra "Arte no Jardim" vai de 9 de maio a 17 de outubro.

Em 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos, um movimento liderado por militares e apoiado pela maioria da população civil, pôs fim ao Estado Novo em Portugal, regime ditatorial que durou 41 anos. O levante, rápido e pacífico, foi orquestrado por militares e encerrou um dos regimes autoritários mais longos do século 20, encabeçado em grande parte pelo ditador António de Oliveira Salazar.

A Revolução dos Cravos foi chamada dessa forma em razão dos cravos vermelhos que, distribuídos pela população, eram colocados pelos soldados dissidentes nos canos de suas armas.

"Maio Fotografia no MIS 2024"
Quando: a partir de 10 de maio
Ingressos: R$ 10 (inteira) e R$ 5 (meia); grátis às terças-feiras e na terceira quarta-feira do mês
Onde: MIS (Museu da Imagem e do Som), na av. Europa, 158, Jd. Europa, São Paulo

"Arte no Jardim"
Quando: de 9 de maio a 17 de outubro
Ingressos: gratuito (é preciso levar documento de identificação para entrar no local)
Onde: Embaixada de Portugal, na av. das Nações, Lote 2, Brasília

GELO E GIM

Daniel de Mesquita Benevides
folha.com/geloegim

A bebida que surgiu como protesto a Salazar

A canção estava proibida —o disco, não. E assim veio o sinal. Ao tocar na rádio, "Grândola, Vila Morena" acendeu o pavio da Revolução dos Cravos, aos 25 minutos do dia 25 de abril, há 50 anos. Zeca Afonso, o autor e intérprete, havia passado tempos preso pela ditadura de Salazar, que já durava quatro décadas.

Se no Brasil os militares chamavam de revolução um golpe covarde e violento, em Portugal dava-se o contrário. Os militares faziam sim, a revolução, mas para acabar com o arbítrio. Eram oficiais e soldados insatisfeitos com as corrosivas guerras coloniais e a degradação do país no esforço de manter o domínio ultramarino.

Se aqui há capitães de uma truculência inominável —ao menos um ex-presidente e um governador—, na "terra da fraternidade", como na letra de Afonso, os capitães saíram às ruas cantando "o povo é quem mais ordena". Guardadas as exceções, uns ostentavam as balas, o choque-elétrico, o pau-de-arara, enquanto os patrícios tinham seus fuzis carregados de cravos. Os cabelos reco talvez fossem os mesmos, mas quanta diferença.

A canção, simples e comovente, também foi gravada por Amália Rodrigues, rainha do fado, gênero melancólico e passadista, que curiosamente tem pouco da paixão libertária. No Brasil, os joelhos de Nara acomodaram seu violão para acompanhar "Grândola, Vila Morena" numa versão linda. Na linha do combativo The Clash, a banda punk paulistana 365 também entrou nesse coro luso, à sombra da azinheira.

A tão cantada vila fica no distrito de Setúbal, região do Alentejo, próxima de Lisboa. A 240 km ao norte, está o distrito de Coimbra e a cidade de Cantanhede. Lá foi criado um caso raro de protesto em forma de bebida alcoólica.

Cansado dos desmandos de António de Oliveira Salazar e da Pide, a polícia secreta, que prendia, torturava e matava os opositores do regime, o comerciante Nuno Sérgio tascou no rótulo de uma deliciosa bebida o nome: Licor de Merda.

O desabafo escatológico vingou. A receita é secreta, mas sabe-se que tem leite, baunilha e frutas. E algo mais. Nada de coliformes, garantem os produtores. Há que beber em estado de dissonância cognitiva. Quem passar dessa barreira será recompensado.

Nascida a apenas 22 km de Cantanhede, em Anadia, Maria da Conceição Tavares deve curtir. Além de saboroso, tem no batismo o humor sem meias-palavras da genial economista. Ela, que veio ao Brasil para escapar das garras do Estado Novo português, fez 94 anos neste dia 24, um antes da comemoração da Revolução dos Cravos.

A flor símbolo do movimento de libertação lusitano, além de bonita, representa amor e respeito, tida como panaceia para os sofrimentos. Assim como muitas bebidas locais —e não apenas vinhos e Portos. Na terrinha ainda há a Ginja, ou ginjinha, um licor que sabe a cereja ácida; o licor Beirão; o Moscatel de Setúbal; a Aguardente de Medronho; a Jeropiga, vinho misturado com aguardente de cana (mais forte que a nossa); Granito Montemorense, licor com sabor de anis; a Poncha, feita com rum da Madeira, e por aí vai.

Cada cantinho no país do cantinho da Europa tem uma bebida para chamar de sua. O PIB pode não ajudar, mas "não se bebe PIB", parafraseando a aniversariante.

O brinde vai para ela e, porque a festa foi bonita, pá, para os insurgentes de abril. Com um cheirinho de alecrim.

Caipirão

- 60 ml de Beirão
- Meio limão

Corte o limão e macere-o dentro da coqueteleira. Acrescente o licor de Beirão e bastante gelo picado. Bata e despeje tudo num copo robusto, de tamanho médio

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
26.abr.1924

Arnolfo Azevedo deve ficar na presidência da Câmara Federal

As negociações para a formação da Mesa Diretora da Câmara Federal, no Rio de Janeiro, continuam entre os deputados, mas parece estar assentada a eleição do paulista Arnolfo Azevedo para permanecer como presidente (função que exerce desde 1921).

Já o baiano Octavio Mangabeira indicou que recusaria o cargo de primeiro-secretário para continuar na comissão de finanças.

Há numerosos candidatos para os postos na direção da Câmara, o que embaraça muito a organização de uma chapa de consenso. Entretanto, a última palavra caberá à bancada mineira.

LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

Astronautas chineses se despedem antes do lançamento do foguete rumo à estação espacial Tiangong Bei He/Xinhua

China envia três astronautas para missão de seis meses no espaço

CIÊNCIA

Albee Zhang e Ryan Woo

Reuters A China enviou nesta quinta (25) três astronautas para sua estação espacial para uma estadia de seis meses. A missão faz parte da troca regular de ocupantes em Tiangong, que significa palácio celestial.

A espaçonave Shenzhou-18, ou vaso divino, e seus três passageiros decolaram no topo de um foguete Long March-2F do Centro de Lançamento de Satélites de Jiuquan, no noroeste da China, às 20h58 no horário local (9h58 no de Brasília). Mais tarde, a nave se acoplou com sucesso a Tiangong.

Lidera a missão Ye Guangfu, 43, que já esteve na estação em 2021. Li Cong, 34, e Li Guangsu, 36, vão ao espaço pela primeira vez.

A estação Tiangong pode abrigar no máximo três astronautas por vez a uma altitude orbital de até 450 km.

A China tem lançado duas missões tripuladas à Tiangong por ano desde 2021, quando a construção do posto avançado começou. A Shenzhou-18 lançada nesta quinta (25) é a sétima.

Cada tripulação permanece em Tiangong por cerca de seis meses, realizando caminhadas espaciais e experimentos científicos dentro do ambiente de baixa gravidade da estação.

Tiangong se tornou uma demonstração de força da China, após o país ser excluído da Estação Espacial Internacional liderada pela Nasa, a agência espacial dos EUA.

ilustrada

O ator Josh O'Connor
Charlotte Hadden/ The New York Times

O estilo inglês

Josh O'Connor, 'it boy' contido que venceu o Emmy com o seu príncipe Charles em 'The Crown', estrela filmes com Zendaya e Carol Duarte e se prepara para trabalhar com Karim Aïnouz

Leonardo Sanchez

CANNES (FRANÇA) Com as pernas cruzadas e as mãos entrelaçadas, um pouco arqueado, o olhar repousado no chão, Josh O'Connor não tem a pose que se espera de um desses galãs que rompem as fronteiras da dramaturgia britânica para fazer sucesso do outro lado do Atlântico.

Timidez é a primeira palavra que vem à mente ao sentar para conversar com o astro de "The Crown", que veste roupas largas e deixa as frases saírem de sua boca com espontaneidade, embora num volume diminuto. Com corpo retraído e voz para dentro, ele não parece em nada o príncipe Charles desesperado por atenção da superprodução da Netflix.

Tampouco há no ator o jeito expansivo de Patrick Zweig, jogador de tênis que ele interpreta em "Rivais", ou a frustração reprimida de Arthur, em "La Chimera". Numa curiosa dobradinha, os filmes chegam nesta semana aos cinemas brasileiros, ambos dirigidos por cineastas italianos —Luca Guadagnino e Alice Rohrwacher, respectivamente.

"Tenho zero interesse em determinar um caminho para seguir. O que me move enquanto ator são os diretores e artistas com quem tenho a possibilidade de trabalhar, mesmo que eu tenha que aprender italiano para isso", disse O'Connor no último Festival de Cannes, onde "La Chimera" foi exibido.

O idioma faz parte da polifonia melancólica do filme, em que ele interpreta um arqueólogo que retorna à cidadezinha italiana onde morava depois de um tempo na prisão. "O inglês", como é conhecido, faz parte dos "tombaroli", ladrões de túmulos etruscos que os violam em busca de riquezas de eras passadas.

Num jogo de realismo fantástico típico do cinema de Rohrwacher, Arthur tem uma espécie de sexto sentido que o ajuda a identificar onde os tesouros estão enterrados. Embora esse desrespeito à história o incomode, é seu ganha-pão. Também incomoda Itália, personagem da brasileira Carol Duarte e de quem vira amigo, numa relação que transborda para fora das telas.

"Ele é um ator muito sensível. O jogo de cena com ele é ótimo, e nós acabamos construindo os personagens juntos", disse Duarte sobre "Josholino", como o apelidou carinhosamente, no mesmo festival. "Nós nos tornamos bons amigos, então havia leveza no trabalho. Foi uma dinâmica especial, a que construímos."

Um ano depois, mesmo com os holofotes e a expectativa que embalam "Rivais", ele aparece na mesma pose contida em conversa virtual com jornalistas, ao lado de Guadagnino e dos colegas de elenco, Mike Faist, outro que desponta desde o "Amor, Sublime Amor" de Steven Spielberg, e Zendaya, estrela badalada do cinema, da TV e das redes sociais.

O'Connor e Faist vivem parceiros no mundo do tênis profissional, e logo passam a disputar a atenção da estrela em ascensão do esporte, papel de Zendaya. Os personagens acabam formando um triângulo amoroso, que dá vazão ao erotismo enraizado no cinema de Guadagnino.

Novamente, o cineasta brinca com os corpos de seus musos. Ele enquadra O'Connor num balcão, com as nádegas arrebitadas e agarradas por um shortinho, na altura da câmera. E depois acompanha as manobras que o ator faz com uma microtoalha quando entra pelado numa sauna, ao mesmo tempo intimidando e seduzindo Faist. Em outro momento, ele os flagra num beijo cheio de desejo.

"Josh e eu usávamos todo o tempo que tínhamos para treinar nossas falas enquanto passeávamos por Boston. Nós íamos e voltávamos da cidade, então passamos muito tempo um com o outro", diz Faist.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

OLHO VIVO

O estado de São Paulo registrou a primeira morte por febre amarela neste ano. A vítima era um homem de 50 anos, morador de Águas de Lindóia, no interior paulista, que frequentava também a região de Monte Sião, em Minas Gerais. Ele foi a óbito no dia 29 de março.

OLHO 2 A secretaria estadual da Saúde de SP registrou um segundo possível caso da doença, em Serra Negra (a a cerca de 20 quilômetros de Águas de Lindóia), que está sendo investigado. O paciente teve alta hospitalar. A pasta intensificou as ações de vigilância em saúde e reforçou a campanha de vacinação na região.

IN LOCO Segundo dados atualizados até segunda-feira (22), a cobertura vacinal contra a doença no estado é de 68,47%. Normalmente restrito à região amazônica, o último surto da febre amarela no Sudeste do país ocorreu entre 2016 e 2019.

IN LOCO 2 Em 2017, só o estado de São Paulo registrou 103 infectados. No ano seguinte, o número saltou para 524 doentes. Em 2019, foi para 69 casos.

TRANSMISSÃO O vírus da febre amarela é transmitido no Brasil por mosquitos silvestres, que circulam apenas em regiões de mata. Desde 1942 não há registro de transmissão pelo mosquito Aedes aegypti, vetor da dengue e da zika, que circula nas cidades.

CICLO O Brasil adota o esquema de uma dose durante toda a vida. A vacina faz parte do calendário de imunização.

ALERTA "A vacina da febre amarela tem um período de dez dias para criar anticorpos. Desta forma, quem for viajar para zona de mata, acampamentos, trilhas, cachoeiras, é de suma importância que se imunizem o quanto antes", afirma a coordenadora da Vigilância em Saúde da secretaria, Regiane de Paula.

SINAIS Um dos nomes mais influentes de seu partido, o deputado federal Aécio Neves (MG) teria sinalizado que o PSDB não irá compor chapa com Tabata Amaral (PSB-SP) na disputa pela Prefeitura de SP. A afirmação é feita por emedebistas que estabeleceram tratativas com o parlamentar mineiro nos últimos dias.

SINAIS 2 Tabata tem buscado construir uma aliança com os tucanos, num arranjo que mira a indicação do apresentador José Luiz Datena, recém-filiado ao PSDB, como seu vice. Ricardo Nunes (MDB), atual prefeito de São Paulo e pré-candidato à reeleição, também busca o apoio da legenda.

SINAIS 3 De acordo com lideranças emedebistas ouvidas pela coluna, Aécio teria dito que Tabata pode não conseguir cumprir uma cláusula considerada fundamental para o PSDB: a de não apoiar Guilherme Boulos (PSOL-SP) caso ele avance para o segundo turno com Nunes.

CALMA LÁ A Prefeitura de São Paulo desistiu de pavimentar a rua Sebastião Velho, em Pinheiros, após mobilização dos moradores. A via é de paralelepípedo e abriga um conjunto de edifícios conhecido como Predinhos da Hípica.

À MESA

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

O comediante Renato Aragão foi homenageado em um jantar que contou com convidados como o ator Rafael Aragão, que faz o humorista no musical "Adorável Trapalhão", e o diretor do espetáculo, José Possi Neto **1**. O evento foi realizado na casa do escritor e ex-secretário de Educação de São Paulo Gabriel Chalita **2**, na capital paulista, na noite de terça (23). O produtor Fernando Poli e o marido, o ator e cantor Tiago Abravanel **2**, estiveram lá

MARTELO A Justiça de São Paulo negou um pedido de indenização por danos morais feito pela preparadora de elenco Fátima Toledo contra a atriz Denise Weinberg. Cabe recurso.

FICHA Toledo pedia o pagamento de R$ 30 mil por declarações dadas pela artista em redes sociais e entrevistas, em que ela acusou a preparadora de abusos físicos e psicológicos nos bastidores do filme "Linha de Passe", em 2008.

NADA VI Fátima Toledo nega qualquer fala ou ato violento. A juíza Marcela Machado Martiniano, da 25ª Vara Cível, julgou improcedente o pedido de indenização.

EXPRESSÃO A magistrada diz que não está em julgamento a legalidade do método de trabalho aplicado por Fátima, mas, sim, "o direito de reclamação daquela que se viu insatisfeita e abalada com as práticas aplicadas".

TROFÉU O azeite Sabiá Arbequina, feito no Brasil, foi eleito o segundo melhor do mundo pelo concurso Evooleum, dentro da categoria da variedade arbequina, da Espanha.

TROFÉU 2 Ele é o único brasileiro que aparece no ranking. O Evooleum é organizado há 20 anos pela editora espanhola Mercacei e pela Associação Espanhola de Municípios Olivais.

CAVALETE Mais de cem pessoas visitaram na quarta (24) a mostra "Real Estate of the Art", que expõe obras de artistas plásticos contemporâneos em um prédio em construção no Itaim Bibi, em SP.

CAVALETE 2 A proposta é uma iniciativa da Helbor com a MPD Engenharia e faz parte da plataforma criada no ano pela incorporadora para valorizar a cultura.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

O estilo inglês

Continuação da pág. C1

Aos 33 anos e com um Emmy e um Globo de Ouro por "The Crown" no currículo, o ator Josh O'Connor se cerca de projetos díspares. Do intimista e autoral "La Chimera" a "Rivais", uma das principais apostas da Warner Bros. no ano, o inglês nascido em Southampton conta ter como prioridade o cinema, não importa o gênero, país ou estúdio com o qual trabalhe.

"'The Crown' foi uma das melhores experiências da minha vida, mas foi longa. A televisão é como uma maratona, e eu gosto de me entregar por completo ao personagem e à história, sem ficar trocando de colaboradores. Fazer isso na TV é difícil. O cinema combina mais com a minha sensibilidade", diz O'Connor, ele próprio corredor de maratonas.

Antes de estourar com as intrigas palacianas, fez figuração no live-action "Cinderela" e personagens de dramas independentes britânicos, como "The Riot Club", "Emma" e "O Reino de Deus", no qual já havia brincado com a alcunha de galã, deitando nu sobre o feno da fazenda de seu personagem, após uma noite de paixão com um funcionário.

A fala mansa de O'Connor é reflexo da personalidade pacata do inglês. Vestindo pulôveres de lã coloridos e aconchegantes na entrevista em Cannes, na divulgação de "Rivais" ou num ensaio fotográfico para o The New York Times, ele se considera uma alma velha num corpo jovem.

"Não gosto de festas, de sair em grupo ou de fingir que sou deslocado. E eu decidi que eu não preciso gostar disso", disse ele ao The Guardian há quatro anos. Em sua página no Instagram, dedicada a paisagens solitárias, seu rosto não aparece nem na foto de perfil.

É um instinto que se manifesta nos hobbies. Da avó, herdou o gosto pela cerâmica, e de ninguém em específico, o hábito de escrever cartas. "Eu escrevo para todos os meus diretores contemporâneos favoritos. É algo que eu faço quando vejo um filme que gosto. A maioria provavelmente nunca nem recebeu as cartas."

Um dos filmes que viu foi "A Vida Invisível", estrelado pela colega de elenco Carol Duarte e dirigido por Karim Aïnouz, cearense que estará em Cannes neste ano com "Motel Destino", thriller erótico nacional. Em paralelo, o cineasta se prepara para filmar "Rosebushpruning", seu segundo longa estrangeiro, com O'Connor, Kristen Stewart e Elle Fanning no elenco.

"Nos conhecemos num Zoom, numa conversa muito carinhosa, e depois ofereci a ele o papel, que é bastante arriscado", diz Aïnouz, ainda sem dar muitos detalhes sobre o filme. "A grande coisa do Josh é que, além do talento e da doçura, ele é muito corajoso. Ele se abre para papéis diversos, não necessariamente grandes, e sempre traz calor e empatia para os personagens."

No futuro, O'Connor tem ainda dois projetos que já causam comoção na internet. Em "The History of Sound", vai se envolver com outro "it boy", Paul Mescal, num drama ambientado na Primeira Guerra Mundial. Em "Separate Rooms", volta a atuar sob a batuta de Guadagnino, em mais um romance gay para colocar no seu currículo.

Não que ele busque temas específicos ao aceitar papéis —como eles serão traduzidos no produto final pouco importa, afirma o artista. "Atuar, para mim, é como fazer cerâmica. É mais sobre o processo do que o resultado."

O ator Josh O'Connor
Charlotte Hadden/The York Times

Harvey Weinstein em tribunal de Nova York Johannes Eisele - 21.fev.2020/AFP

Weinstein tem uma de suas condenações por estupro anulada

Pivô do movimento MeToo, que nega as acusações, vai continuar preso por sentença recebida no ano passado

NOVA YORK | AFP E REUTERS A mais alta corte do estado de Nova York anulou nesta quinta-feira uma das condenações de Harvey Weinstein por crimes sexuais. Pivô do movimento MeToo, ele recebeu sentenças consecutivas, em 2020 e 2023, por estupro e abuso.

A condenação anulada foi a de 2020. Numa decisão de quatro votos a três, o Tribunal de Apelações do estado decidiu que o juiz que supervisionou a condenação de Weinstein naquele ano errou ao permitir que outras mulheres cujas acusações não faziam parte do caso testemunhassem.

O tribunal também disse que o juiz agravou o erro ao permitir que Weinstein fosse interrogado de forma que o retratou sob uma luz prejudicial. "A solução é um novo julgamento", informou o tribunal.

Agora, caberá ao promotor de Manhattan, Alvin Bragg —envolvido em um julgamento contra o ex-presidente Donald Trump— decidir se buscará um novo julgamento de Weinstein. A condenação de 2020 foi de 23 anos de prisão, relativa a dois crimes sexuais —forçar sexo oral em uma assistente de produção em 2006 e estuprar uma atriz em 2013.

Weinstein continuará preso, porque foi condenado em Los Angeles em 2023 por outro estupro, pelo qual recebeu a sentença de 16 anos de prisão. Na ocasião, ele foi absolvido das acusações envolvendo uma das mulheres que testemunhou em Nova York.

Arthur Aidala, advogado de Weinstein, disse ao jornal New York Times que a anulação não era apenas uma vitória para o seu cliente, mas para todos os réus no estado de Nova York. Ele parabenizou o Tribunal de Apelações "por defender os princípios mais básicos que um réu criminal deve ter em um julgamento".

A atriz Ashley Judd, uma das primeiras pessoas a acusar Weinstein, criticou a Justiça ao New York Times. "Isso é muito difícil para os sobreviventes. Ainda vivemos na nossa verdade. E sabemos o que aconteceu."

CRÍTICA SERIAL

Luciana Coelho
Secretária-assistente de Redação e colunista de séries

Richard Gadd e Jessica Gunning em cena de 'Bebê Rena' Ed Miller/Divulgação

Suspense genial, 'Bebê Rena' é uma imolação pública de seu autor e ator

Uma coisa que Richard Gadd disse não querer fazer em "Bebê Rena", sua história pessoal como vítima de abusos transportada para palcos e telas, era recair no maniqueísmo comum a relatos de predação sexual. Afinal, nem sempre é um monstro quem faz coisas ruins. Na verdade, quanto mais humano o vilão, mais assustador ele ou ela é.

Optou, assim, por retratar entre luzes e sombras tanto seu alter ego, um comediante fracassado que busca uma escada para a fama, como seus algozes, uma "stalker" que passa a interferir em todos os aspectos de sua vida e um mentor que lhe inflige enorme trauma físico e emocional (dizer mais aqui traria spoilers).

Conseguiu, tanto na peça de 2019 quanto na minissérie que estreou neste mês na Netflix, uma bomba dramática que reverbera seus choques por dias no espectador.

"Bebê Rena" trata de medo, culpa, angústia, autoestima, doença mental e, sobretudo, da solidão das vítimas, que estão no meio de nós tentando fazer seu fardo invisível.

O enredo já seria notável por sua mudança de perspectiva —o crime é comum, mas homens vitimizados, além de estarem em muito menor número, raramente tornam público seu tormento. Reportagem da **Folha** apontou que, desde que o crime de "stalking" entrou no Código Penal brasileiro, há três anos, 169 mil mulheres fizeram denúncias, ante 28 mil homens.

Mas Gadd foi mais fundo. Criador, roteirista e protagonista da peça, um sucesso no festival de artes de Edimburgo em 2019, e da minissérie, que multiplica o feito para os milhões de espectadores da plataforma de streaming, ele de fato viveu o tormento do personagem Danny Dunn.

De 2015 a 2017, recebeu 1.071 emails, 350 horas de mensagens de voz, 790 mensagens em redes sociais e 106 páginas de cartas de uma mulher que passou a persegui-lo após ele atendê-la com gentileza no pub londrino onde trabalhava como barman.

"Martha", como ele nomeou a personagem interpretada magistralmente por Jessica Gunning, é uma solitária muito obesa que, aos 43 anos, vive em um muquifo e perdeu a carreira em um escritório de advocacia depois de perseguir o chefe. Foi condenada, cumpriu pena e reincidiu.

Martha se encanta com Donny, a quem atribui diversos apelidos, inclusive o "bebê rena" do título, e passa a fantasiar uma relação e a remeter emails de alto teor sexual.

Vai diuturnamente ao pub, onde passa horas falando com seu alvo e consome um refrigerante. Toda essa atenção que supre o vazio da vida da stalker supre também o do comediante, que começa a se alimentar desses elogios e desejos até se tornar obcecado por sua perseguidora.

Histórias de stalkers são sempre aterrorizantes (estão aí "Atração Fatal" e "Amor para Sempre"). E Gadd/Dunn conta a sua de maneira brutalmente honesta. Embora seja firme em manter sua posição de alguém que foi vitimizado repetidamente, não se exime de narrar como desenvolveu uma codependência com seus abusadores.

A insegurança quanto à sua orientação sexual (expressa na forma como conduz seu namoro com Teri, uma mulher trans vivida pela excelente Nava Mau), a necessidade de aprovação e a dificuldade em seguir em frente um dia eclodem numa espécie de imolação pública durante uma apresentação.

Sua vulnerabilidade se torna tão palpável para espectadores quanto é para abusadores.

A forma como ele admite e se recrimina por ter se beneficiado dessa atenção é algo duríssimo de assistir, assim como é duríssimo vê-lo, consumido por seus medos e culpas, afastar as pessoas que lhe são caras, recusando-se a ver que elas também têm ou tiveram suas provações.

Apesar da empolgação do público e dos elogios da crítica, Gadd e a Netflix enfrentam agora um problema. O carimbo de "caso real" levou o público ávido por fofocas a investigar a identidade daqueles que atormentaram o artista no passado e a atirar suspeitas a esmo. Vem então uma inquietação perturbadora ante a principal ambiguidade da série.

Não era isso que ele queria?

Os sete episódios de 'Bebê Rena' estão disponíveis na Netflix

Em 'Rivais', Zendaya é sedutora e competitiva

Novo filme do diretor italiano Luca Guadagnino faz bagunça temporal para tentar disfarçar o seu roteiro esburacado

CINEMA
Rivais
★★★☆☆
Estados Unidos, 2024. Dir.: Luca Guadagnino. Com: Josh O'Connor, Mike Faist, Zendaya. 12 anos. Nos cinemas

Sérgio Alpendre

Em "Rivais", novo longa do diretor italiano Luca Guadagnino, de "Me Chame pelo Seu Nome", Zendaya é Tashi Duncan, uma jovem tenista cobiçada por dois grandes amigos, também tenistas —Art Donaldson e Patrick Zweig, vividos respectivamente por Mike Faist e Josh O'Connor.

Apesar de disputarem a mesma mulher, Art e Patrick lidam com a possibilidade de não serem escolhidos por ela de uma forma aparentemente civilizada. Talvez porque, no fundo, o amor maior que eles sentem é um pelo outro.

No quarto de hotel deles, após uma festa e brincadeiras sedutoras entre os três, Tashi decide que o vencedor do duelo no dia seguinte ficará com ela. Cria-se então uma rivalidade que parecia não existir com tanta intensidade: pelo amor da moça e pelas vitórias no tênis.

Amor, logo ficará evidente, é força de expressão. Os dois caem nas garras de uma mulher que domina a arte da manipulação. Patrick ganha a partida nessa ocasião, mas tempos depois ela percebe que não pode confiar nele, e passa a dominar também Art.

Impedida de continuar jogando tênis por uma grave contusão no joelho, ela se torna treinadora de Art, fazendo dele um campeão. E se casa com ele também.

Patrick, que aprendeu o esporte com o amigo, deixa seu enorme talento e a força no saque serem subjugados por um temperamento incontrolável. Ele não vai longe em torneio algum, enquanto Art já conquistou seis Grand Slams.

"Rivais" começa num ponto em que Art está cansado das competições, o que provoca uma séria crise em seu casamento com Tashi. Nesse tempo, Art e Patrick estão disputando a final de um torneio que dará passagem para o US Open, mas, na verdade, disputam o coração de Tashi.

O filme alterna os tempos, 13, 12, seis anos antes, retornando ao tempo atual eventualmente, após nos deixar mais a par dos caminhos traçados por esses três personagens até a disputa em questão.

Muitas vezes essa mistura de tempos é uma maneira de disfarçar um roteiro esburacado. Por mais que seja possível fazer um grande filme a partir de um roteiro deficiente, tudo leva a crer que Guadagnino tenha se escorado nesse truque pelo mesmo motivo.

Não é fácil dar certo com essa bagunça temporal, mas desta vez deu, por uma improvável conjunção de fatores. O primeiro é a escolha do elenco, que alcança um equilíbrio com uma espécie de triângulo: Zendaya com mais força, tendo abaixo de si um equilíbrio entre Faist e O'Connor, com cada personagem, um minando o outro.

Tashi é manipuladora e competitiva, Art tem momentos de muita apatia, sobretudo no tempo mais recente do filme, e Patrick é tão atirado, que muitas vezes se torna vítima da própria afobação.

Há relativa felicidade nos momentos de corte, nas escolhas de quando mudar o tempo da trama e na duração de cada unidade de tempo com relação ao que vamos apreendendo sobre os personagens.

Essa alternância combina com o estilo alucinado e hipnotizante de Guadagnino, que ora se arrisca numa câmera lenta, quase insuportável em sua morosidade, ora acelera como um cavalo selvagem.

No festival de manipulações dos personagens e nas soluções encontradas, o diretor corre risco de cair na misoginia. Talvez o final seja postiço, e quase inesperado, até para tentar evitar essa acusação.

Detalhe do cartaz de 'Rivais', com Zendaya, Josh O'Connor e Mike Faist Divulgação

INÊS249

Rock in Rio leva Barão Vermelho e banda Incubus ao palco Sunset

Grupo deve apresentar canções inéditas em espaço que contará ainda com Pitty, Planet Hemp e britânicos do Deep Purple

Os integrantes da Barão Vermelho, Guto Offi, Fernando Magalhães, Rodrigo Suricato e Mauricio Barros Marcos Hermes/Divulgação

Diogo Bachega

SÃO PAULO O Rock in Rio preparou uma programação dedicada ao gênero que dá nome ao festival para o dia 15 de setembro, que teve suas primeiras atrações reveladas nesta segunda-feira.

O palco Sunset contará com a presença das bandas nacionais Barão Vermelho e Planet Hemp, esta em um show com Pitty. O grupo britânico Deep Purple será headliner do espaço nesse dia, que conta ainda com o show dos americanos Incubus.

Já o palco Mundo terá apresentações dos grupos Avenged Sevenfold, a grande atração da noite, Evanescence, de "Bring me to Life", e Journey, do hit "Don't Stop Believin'".

No ano passado, a Barão Vermelho apresentou no The Town, em São Paulo, um show que recuperava sua trajetória, com imagens de entrevistas, apresentações e momentos dos 42 anos da banda carioca. Para o Rock in Rio, o grupo promete manter seus clássicos, mas rejeita ser vista apenas pela lente da nostalgia.

"Uma banda de 42 anos tem sucessos de 42 anos. Talvez isso possa parecer nostálgico para alguns ouvidos, mas tocamos nosso repertório. O Frank Sinatra, quando se apresentava, tocava 60 anos de história", diz Mauricio Barros.

O grupo promete um show exclusivo, com um convidado ainda não revelado e material inédito. A apresentação fará parte de um novo projeto que está sendo planejado para o próximo semestre.

Rodrigo Suricato, que assumiu em 2017 o posto de vocalista da banda, ocupado por Cazuza nos primórdios do grupo e por Frejat por décadas, diz acreditar que o Barão Vermelho é um caso ímpar de sobrevivência ao tempo e às mudanças de formação.

"O Barão Vermelho é o curioso caso da banda que absorveu o espírito de um time de futebol. Independente dos jogadores, o público torce, tipo, 'não estraga minha parada'."

A Incubus também deve fazer uma apresentação que atravessa sucessos de suas diferentes fases. A banda esteve no Brasil pela última vez em 2017, quando também se apresentou no Rock in Rio.

"Os últimos sete anos nos deixaram mais refinados e confiantes em nosso ofício, o que vai se refletir em uma experiência ainda melhor para todos os envolvido. Estamos muito animados em estar no Rio de Janeiro e no Rock in Rio novamente", disse Brandon Boyd, vocalista do grupo.

Zé Ricardo, há anos à frente do palco Sunset e do Espaço Favela, agora estreia como diretor artístico do festival carioca. Ele ocupou o cargo na edição de estreia do The Town, no ano passado, e afirma que essa edição vai ser especial.

"Estamos nos preparando para fazer a melhor edição da nossa vida", afirma. "Meu grande desafio na hora de fazer qualquer palco é contar uma história. Através da arte, na construção de um line-up, você pode pôr as pessoas para pensar. Festival é sobre você ir ver alguma coisa, mas sair de lá com coisas que não conhecia antes."

Jabuti proíbe livros com inteligência artificial

Prêmio literário anuncia regras da próxima edição, que troca categorias de ciência por saúde, educação e negócios

Walter Porto

SÃO PAULO O Jabuti vai deixar de premiar obras de ciências, ciências humanas e ciências sociais neste ano, anunciou a Câmara Brasileira do Livro nesta quinta-feira, ao apresentar a 66ª edição do troféu.

A justificativa é a criação do Jabuti Acadêmico, braço da instituição voltado a publicações mais técnicas, que incorporará categorias similares. No lugar, o prêmio mais tradicional da literatura brasileira terá três novas categorias voltadas a saúde e bem-estar, educação e negócios.

"Notamos que as categorias com mais ISBNs emitidos no Brasil são relacionadas a educação, saúde e bem-estar, então queremos avaliar e prestigiar esses talentos", afirma o curador Hubert Alquéres.

Outra mudança anunciada é o veto expresso a obras que usam inteligência artificial. No ano passado, houve uma polêmica pela inclusão de ilustração feita com IA entre os semifinalistas desta categoria.

A edição de "Frankenstein", publicada pelo Clube de Literatura Clássica foi desenvolvida com a ferramenta Midjourney pelo designer Vicente Pessôa, que aparecia indicado.

"Não existia vedação a inteligência artificial. Era um tema ainda não muito discutido", afirma Alquéres. "O regulamento foi omisso, então a curadoria tomou a decisão de desclassificar aquele candidato. Agora colocamos expressamente nas regras que livros feitos com auxílio de IA não poderão se inscrever."

Segundo ele, serão permitidos livros que usem IA como exemplo ao discutir o tema, mas não obras feitas com a ajuda dessa tecnologia, seja em texto, seja em imagem.

Outra mudança no Jabuti deste ano é a inclusão de uma categoria para escritores estreantes de poesia. A premiação específica para autores novatos, inaugurada na edição de 2023, se voltava apenas aos romancistas, o que motivou críticas ao prêmio.

O Jabuti Acadêmico já tem inscrições encerradas para sua primeira edição, que acontece em agosto com curadoria de Marcelo Knobel, ex-reitor da Unicamp. Serão laureadas obras em 29 categorias.

Já as inscrições para o Jabuti tradicional estão abertas até 13 de junho. O vencedor como livro do ano ganha R$ 70 mil e uma viagem à Feira de Frankfurt, o maior mercado de livros do mundo. Cada um dos outros ganhadores leva R$ 5 mil —mesmo valor pago pelo Jabuti Acadêmico. A festa deve ser antecipada para o começo de novembro.

Câmara aprova maior punição a cambistas com Lei Taylor Swift

SÃO PAULO A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira um projeto de lei que amplia punições para a venda de ingressos por cambistas. O texto será enviado ao Senado.

Conhecida como Lei Taylor Swift —pelo fato de ter tido a sua urgência aprovada em plenário após problemas nas vendas para o show da cantora no Brasil—, a proposta define a proibição da venda de ingressos de quaisquer eventos de lazer por preços acima dos estabelecidos pelos organizadores do evento.

A proposta é um substitutivo do relator Luiz Gastão, do PSD, ao projeto de lei 3115/23, do deputado Pedro Aihara, do PRD. O texto prevê pena de detenção de um a dois anos e multa de até cem vezes o valor oficial do ingresso.

"A revenda ilegal de ingressos tem facilitado a atuação dos cambistas, que encontram na internet um espaço propício para lucrar com a escassez de ingressos e a alta demanda. Essa prática lesiva dificulta ainda mais o acesso da população aos eventos, prejudicando a economia popular e alimentando a especulação financeira", afirma o texto.

O projeto foi apresentado em junho do ano passado pelo deputado Pedro Aihara dias após fãs da cantora Taylor Swift sofrerem com prática durante a venda de ingressos.

'Autobiografia de um Polvo' é debatido no Clube de Leitura Folha

SÃO PAULO Não é só que os animais se comunicam. Eles escrevem. E nas três histórias de "Autobiografia de um Polvo" estão grafadas a poética e a subjetividade dos bichos. O livro da filósofa e psicóloga belga Vinciane Despret será tema do encontro de abril do **Clube de Leitura Folha**.

Traduzida por Milena P. Duchiade e publicada pela Bazar do Tempo, a obra mistura as áreas de conhecimento da autora com ciência e ficção.

Despret parte de um conto da americana Ursula K. Le Guin, nome fundamental da ficção científica, no qual a escritora cria um ramo da linguística dedicado à linguagem dos animais, em especial à produção escrita deles.

Na história que dá nome ao livro, Despret trata de uma possível extinção dos polvos. As três narrativas, que têm pontos de contato, são situadas em um futuro pós-século 21 e pós-capitalismo.

O **Clube de Leitura Folha** é mediado pela jornalista e crítica literária Gabriela Mayer, uma das apresentadoras do podcast Café da Manhã. Os encontros são virtuais e acontecem na última segunda-feira de cada mês, às 20h. A partir de maio, as reuniões passarão a ser na última quarta do mês.

Para participar do encontro de abril, no dia 29, é só acessar o Zoom e ingressar na sala de reunião com o número de reunião 889 2377 1003.

Os atores Carol Duarte e Josh O'Connor em cena do filme 'La Chimera', de Alice Rohrwacher Divulgação

Carol Duarte estreia no exterior com 'La Chimera'

Atriz contracena com Josh O'Connor e Isabella Rossellini em filme italiano de Alice Rohrwacher, que a levou a Cannes

Leonardo Sanchez

CANNES (FRANÇA) Figurinos anacrônicos, cenários graciosamente decadentes, certa teatralidade e premissas que por trás do mundano escondem uma vocação para a fantasia marcam o cinema de Alice Rohrwacher. Essa singularidade a fez se destacar, rapidamente, no cenário europeu.

Como contos de fadas modernos, os filmes da italiana tratam de temas densos, em especial da miséria, mas o fazem sob o verniz da inocência, por um olhar de encantamento. Não é diferente em "La Chimera", exibido na Mostra de Cinema de São Paulo depois de passar pelo Festival de Cannes, no ano passado.

Por seu trabalho mais maduro, que mostra uma consolidação das bases de seu cinema, Rohrwacher não foi condecorada, ironicamente. A diretora de 41 anos, afinal, embolsou os prêmios do júri, por "As Maravilhas", e de roteiro, por "Feliz como Lázaro", em edições passadas do evento.

"La Chimera" é também seu projeto de maior anseio internacional, já que mistura ao italiano das cenas o francês, o inglês e até o português. Este graças a Carol Duarte, brasileira que chamou a atenção da cineasta em "A Vida Invisível", de Karim Aïnouz, e que após o convite para um teste virtual embarcou no avião, fez quarentena e começou a ensaiar.

O preparo precisou ser dinâmico, contou ela durante o Festival de Cannes, mas nem por isso menos prazeroso. Duarte já arranhava um pouco de italiano, graças à companheira, que tem raízes no país, e depois aperfeiçoou o idioma com a ajuda da sogra.

No processo, contracenou com Isabella Rossellini e Josh O'Connor, que ganhou projeção como o então príncipe Charles de "The Crown" e de quem acabou virando amiga.

"A gente não teve tanto tempo para ensaiar, então nossa função, juntos, foi a de entender a cabeça da diretora, o que ela queria", disse ela à reportagem no festival. "E ela tem um cinema muito particular, não existe outra Alice. É uma linguagem muito específica, sendo dramática sem ser dramática, cômica sem ser cômica."

Rohrwacher não buscava necessariamente uma brasileira para a personagem de "La Chimera". A cineasta queria uma estrangeira que fosse capaz de sugerir um caminho para o futuro —o nome Itália não é à toa, afinal— e viu em Duarte o jeito descontraído, determinado e quase cômico que precisava para o filme.

Itália é uma jovem que estuda canto lírico e auxilia a idosa vivida por Rossellini nas tarefas domésticas. Elas só não a levam à exaustão pela tendência da personagem em enxergar o lado positivo de tudo e todos —a ingenuidade em meio à aspereza, repetidas no cinema de Rohrwacher. No palacete onde elas vivem, goteiras o transformam num atestado de falência daquela sociedade, por mais que ela se agarre a um passado glorioso.

E é uma busca desesperada pelo passado que move a trama, tanto por causa de uma desilusão amorosa que assombra o protagonista de O'Connor, chamado por todos de "o inglês", quanto pelo ofício do qual se ocupa. Junto com um grupo local igualmente às margens, ele busca riquezas sepultadas pelos etruscos séculos atrás naquela região entre a Toscana e a Úmbria.

Os "tombaroli", como são chamados, são um problema real daquela região da Itália, na qual Rohrwacher cresceu e buscou inspiração. "Todos os homens praticamente saíam à noite para escavar e, no dia seguinte, se reuniam no bar para falar do que encontraram", relembra a diretora.

"São histórias incríveis, que sempre me fascinaram quando criança. Não pelo aspecto ilegal dessa atividade, mas porque eles estavam violando lugares sagrados. Essas pessoas estavam olhando para o passado de uma forma nova e isso me impressionou muito."

Esse olhar para trás parece impregnado de melancolia, assim como acontecia em "Feliz como Lázaro". O futuro, por outro lado, não parece exatamente animador, o que põe o personagem de O'Connor numa encruzilhada —de um lado, a casa quase mal-assombrada de Rossellini, e de outro nenhuma perspectiva à vista para alguém que acabou de sair da prisão.

Há ainda certo realismo mágico na história. Não é o diploma de arqueologia do protagonista que o capacita a encontrar os túmulos etruscos que ele e sua gangue querem saquear, mas uma espécie de superpoder, um mal-estar que o toma de súbito sempre que caminha por cima de um desses mausoléus centenários, como se fosse um detector de metais humano.

"O que me toca nos trabalhos da Alice é a natureza de conto de fadas deles. Mas chamá-los disso também é como subestimá-los, porque eles são filmes políticos. Remete à tradição do cinema italiano, a filmes que não fazemos mais. Mas Alice evoca isso. É como se ela fosse de outra época", afirma O'Connor.

Em termos de estética e temática também, a obra de Rohrwacher parece perdida no espaço e no tempo. De tantas referências, seus longas se tornam lúdicos e são quase como uma visita a um brechó.

É que o conceito da passagem do tempo a fascina, afirma a cineasta, a ponto de torná-lo, bem no fundo, o grande protagonista de sua filmografia. "O cinema é ressurreição", afirma a diretora.

Filme se aproxima de Federido Fellini com personagens grotescos e caráter delirante

CINEMA
La Chimera
★★★★☆
Itália, França, Suíça, 2024. Direção: Alice Rohrwacher. Com: Carol Duarte, Isabella Rossellini e Josh O'Connor. 16 anos. Nos cinemas

Bruno Ghetti

Enquanto Hollywood gasta energia com diretoras da mediocridade de uma Greta Gerwig, a Europa valoriza o trabalho de cineastas talentosas. A italiana Alice Rohrwacher, desde sua estreia, com "Corpo Celeste", de 2011, parece não só uma das grandes "cineastas mulheres" de nosso tempo como um dos maiores destaques do cinema atual.

Sua obra tem enorme força sensorial, com imagens realistas e oníricas que trazem elementos biográficos em um habilidoso equilíbrio com observações sociais. Em seu novo longa, "La Chimera", ela leva seus rompantes barrocos ao paroxismo. Mas se ela costuma ser apontada como uma discípula de Pier Paolo Pasolini, desta vez algo mudou, mais próxima da espetacularidade de Federico Fellini.

O filme é constantemente invadido por personagens estranhos e grotescos. São todos dispensáveis à trama, claro, mas é preciso reconhecer que reforçam positivamente o caráter delirante do longa.

Os toques de delírio estão na própria trama: um grupo de mercenários cavadores busca no subsolo toscano objetos da civilização etrusca para vender no mercado ilegal. O líder é Arthur, papel de Josh O'Connor, um arqueólogo que, com poderes sobrenaturais, descobre onde importantes relíquias estão escondidas. Ele se envolve com Itália, vivida pela brasileira Carol Duarte, uma estudante de canto que faz as vezes de serva na vila da matriarca de uma família decadente, interpretada por Isabella Rossellini.

Carol se mostra um objeto cinematográfico valioso. Ela reluz mais que qualquer outro em cena. Mas não sabemos quase nada sobre sua personagem —ou mesmo sobre a de Rossellini e o de O'Connor. São seres flutuantes que nunca de fato se enraizam na trama de Rohrwacher. O filme inteiro, aliás, dá a impressão de ele próprio estar sempre em levitação, talvez até à deriva. É uma obra singularmente fugidia, sempre escapando de qualquer possibilidade de rotulação ou aprisionamento.

Rohrwacher nunca se interessou muito pela clareza narrativa. Sua especialidade sempre foram as informações sensoriais e os elementos do absurdo, do não dito. É sempre um exercício tanto laborioso quanto fascinante tentar entender os tortuosos percursos que as ideias da cineasta fazem em sua cabeça antes de se tornarem imagens. A falta de literalidade e a paixão por surpreender o espectador têm sido parte da grandeza dos seus filmes. Talvez sejam o seu diferencial.

Mas a fantasia rebuscada em que ela se lança em "La Chimera" é um tanto mais elusiva do que talvez devesse, e mesmo espectadores que acompanharam com interesse em obras anteriores talvez não consigam seguir seu complicado fluxo narrativo agora. Pressente-se que se trata de uma fábula sobre a exploração dos muito ricos em cima do resto da humanidade, ou qualquer coisa nessa linha.

Rohrwacher tem dito que seu longa é uma maneira de entrelaçar presente e passado, mas o filme é por demais inconsistente nesse sentido: o que exatamente ela quer cotejar ou contrapor entre o ontem e o hoje? O filme desvia de qualquer tentativa de racionalização satisfatória nesse sentido. Ou em qualquer outro.

Aline Bispo

USP diversa

Quanto mais as universidades forem plurais, mais se vestirão da excelência

Djamila Ribeiro
Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros 'Feminismos Plurais'

Uma das mais importantes ações afirmativas da história do país deriva da reivindicação por maior ingresso e permanência nas universidades públicas de alunos e alunas vindos de grupos sociais mais vulnerabilizados.

Desde o início do século, paralelamente às reservas de vagas para estudantes de baixa renda, as cotas raciais vêm sendo implementadas como ação afirmativa para a população negra e indígena. Foi necessária muita luta dos movimentos sociais para tanto e até hoje é feito um trabalho de conscientização sobre as desigualdades históricas que estruturam a sociedade.

Passados anos de vigência, uma série de pesquisas indicam resultados positivos, como o desempenho acadêmico igual ou superior de cotistas quando comparado aos não cotistas. Pesquisas ainda apontam impactos no bem-estar das famílias de baixa renda, beneficiando toda a sociedade, além de um serviço melhor e mais eficiente das empresas quando há uma composição plural em seus quadros.

Cada vez mais é evidente como a insistência de uma elite brasileira, ao longo dos séculos, em privilegiar oportunidades apenas a um determinado grupo prejudicou o país e leva até hoje a problemas graves de moradia, segurança, saúde e saneamento básico, entre outras áreas.

Muito tempo perdido com exclusões e falácias. É necessário um esforço integrado para pensarmos o futuro com generosidade e altivez. Para além da ação de combate às discriminações, o investimento em uma universidade de excelência, com verba suficiente de cuidado para que seus alunos e alunas possam aproveitar a graduação e pós-graduação, é um bem para a tecnologia e pesquisa do país.

Nesse sentido, é de saudar o lançamento do Fundo USP Diversa. Anunciado pela Universidade de São Paulo no último mês, o fundo vem levantando dezenas de milhões de reais para viabilizar bolsas de auxílio para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Para apoiar, é possível fazer doações tanto como pessoa física quanto pessoa jurídica.

O fundo nasce com grandes sonhos e estruturado sob os pilares da transparência e prestação de contas, além de um comitê gestor. Na concessão do auxílio, são consideradas vulnerabilidades socioeconômicas, de raça, gênero, etnia, orientação sexual e deficiência. Entre seus objetivos está o combate à evasão estudantil —problema que assola a realidade de estudantes que não conseguem concluir suas graduações e pós-graduações por falta de oportunidade financeira.

Por essa razão, são destinados três auxílios: o auxílio permanência, de R$ 800 ou R$ 300, o auxílio alimentação, consistente em refeições gratuitas nos restaurantes universitários, e a destinação de 2.653 vagas de moradia nos campi da universidade. Somente em 2023 foram concedidos 304 auxílios e a expectativa que isso aumente este ano e nos anos seguintes.

Aproveito para parabenizar todas as pessoas envolvidas nessa iniciativa, o que faço na pessoa da cantora e compositora Marisa Monte, porta-voz e uma das idealizadoras do programa. Parabenizo ainda duas pessoas: a professora doutora Ludhmilla Hajjar, médica cardiologista e docente da universidade, pela idealização e articulação do fundo, como Cristiane Sultani, diretora do Instituto Beja e responsável pelo aporte inicial de R$ 5 milhões.

Esta é uma iniciativa de vanguarda, que será, tenho certeza, espelhada para outras universidades públicas no país. E é necessário destacar que, embora o compromisso do setor privado com o apoio às universidades brasileiras seja fundamental, o Estado deve desenvolver políticas públicas de apoio a todos os estudantes de baixa renda em universidades.

Pois quanto mais a USP e todas as universidades públicas brasileiras forem diversas, mais se vestirão da excelência. Parabéns e que a iniciativa tenha vida longa!

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | **SÁB. Mario Sergio Conti**

Ivete Sangalo em desfile da Misci Fotos Zé Takahashi/Divulgação

Misci, no auge e cobiçada até por Oprah, desfila a sua nova coleção

Marca de Airon Martin chama Ivete Sangalo para a passarela e apresenta parceria com artista Jaime Lauriano

João Perassolo

SÃO PAULO A fila para entrar era maior do que a de uma balada no auge, e muita gente vestia a marca dos pés à cabeça, como membros de um fã clube. Mas ninguém estava ali para ver um astro da música.

A turma esperava ansiosa, na terça-feira, para ocupar o seu lugar na plateia do desfile da nova coleção da Misci, a marca mais desejada da moda nacional hoje, capaz de criar e comunicar como poucas um universo todo seu, vinculado aos rincões do Brasil, mas com apelo de grife de luxo global.

"É o primeiro desfile da Misci que eu realmente fiz o produto que queria, em acabamento e matéria-prima", diz Airon Martin, o designer por trás da marca, em uma entrevista por vídeo, com a expressão feliz, mas cansada, de quem acabou de acordar depois da festa de comemoração de sua coleção mais ambiciosa. "Ainda estou na euforia."

No desfile, os modelos desciam a imensa rampa do prédio da Bienal de São Paulo vestindo peças que faziam referência à natureza e ao interior do Brasil —saia no formato de folha, camisa transparente em tom terroso de chão batido, brinco tipo traseira de cavalo, com as patas e até a crina.

O acessório, desenvolvido com o designer de joias Carlos Penna, foi levado à passarela por Ivete Sangalo, sob gritos histéricos da plateia, combinado com um look todo em marrom. Nos bastidores, a cantora afirmou que seu visual era pensado para uma "mulher dona de si".

A proposta da Misci é sensual, com partes do corpo à mostra, o caimento lânguido das roupas fluindo ao andar, sinuoso como as curvas do prédio de Oscar Niemeyer. O desfile trouxe também bolsas imensas e peças com detalhes do universo caubói —tanto o acessório quanto a estética "western" estão em alta nas passarelas internacionais.

Mas a Misci olha menos para fora e mais para seu próprio país. Na nova coleção, intitulada "Tenda Tripa", a marca mostrou camisas em látex feitas por comunidades da Amazônia, um tecido em que o designer da grife quer investir e acredita que pode ser produzido em escala industrial.

As peças neste material traziam um bordado feito a partir de ilustração de Jaime Lauriano, artista quente do momento que em seu trabalho desafia a história oficial do Brasil. O bordado, costurado em um tom próximo do tecido, é um mapa imaginário criado a partir da junção de diversas cartografias do território brasileiro do século 16, de acordo com o artista.

O mapa imaginado por Lauriano traz rios, como se fossem vísceras, em referência ao nome da coleção, e desenhos de vegetação e de uma tenda, esta em alusão à moradia dos povos originários.

Martin afirma que deixar o bordado na cor do látex, invisível de longe, foi proposital. "É para você olhar com atenção para o produto. Nessa comunicação de internet, tudo tem que estar muito mastigado, as pessoas querem tudo muito rápido. Isso incomoda muito", afirma o designer, em resposta a uma crítica que diz ter recebido de que o bordado poderia ser de outra cor para facilitar a leitura. "Ele é tipo um braile."

O estilista conta que a parceria com Lauriano foi fundamental para destravar seu processo criativo na elaboração da coleção. O artista se mostra contente pelo fato de seu desenho, com a moda, poder chegar a um público maior, para além do mundinho da arte, que considera elitista.

Martin conta ainda que era fundamental colaborar com um artista em atividade. Ele relata já ter recebido ofertas para estampar suas peças com criações de mortos famosos. "Fazer com artista que não está mais aqui, eu não sinto que é uma colaboração. É mais uma interpretação de um trabalho já existente, como a Handred faz [com o designer de móveis Sérgio Rodrigues] e a Osklen fez [com a pintora Tarsila do Amaral]."

Surgida de um trabalho de conclusão de curso de Martin, a Misci abriu a primeira loja em 2020, em meio à pandemia, e desde então só cresceu em popularidade, vendas e reconhecimento. No ano passado, a grife teve um boom motivado por líderes do governo federal que apareceram vestindo peças da marca, como a primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Neste ano, a Misci inaugurou uma loja de rua nos Jardins, em São Paulo, seu terceiro ponto de venda. Meses depois, a apresentadora Oprah Winfrey, em passagem pela cidade, comprou bolsas da marca, dando novo impulso de popularidade à etiqueta.

Agora, a grife quer conquistar o interior do Brasil, uma região com poder de consumo gigantesco, diz o estilista, com conhecimento de causa —ele nasceu e cresceu em Sinop, em Mato Grosso. Para isso, o designer desenvolveu peças com Lenny Niemeyer, estreando uma linha de praia na Misci que estará disponível em 250 lojas multimarca pelo país, graças à capilaridade da reconhecida designer carioca.

Mesmo que já tenha participado da São Paulo Fashion Week, Martin tem optado por desfilar de forma independente nas últimas coleções. De acordo com ele, o modelo de negócios da semana de moda não permite que a Misci leve seus patrocinadores, porque as marcas que apoiam a grife competem com os patrocinadores da SPFW. "Eu queria estar [na semana de moda]. Seria muito importante para mim e para o evento a gente estar junto lá dentro", afirma.

A SPFW não quis comentar a declaração do estilista.

A reportagem questiona se o tanto de gente vestida inteira de Misci no desfile foi contratada para isso. Não, ninguém. "Eu nunca paguei uma influenciadora na minha vida. GKay é minha cliente. Sasha [Meneghel] é minha cliente, Enzo [Celulari] é cliente", conta Martin, acrescentando que, quando alguém pede para receber peças da Misci, manda as pessoas para as suas lojas.

"Eu xingo. Porra, você tem dinheiro, vai comprar! E eles vão. Não sei se eles compram por medo ou porque gostam, mas eles compram."

Modelo desfila com peça de aspecto lânguido e fluido da grife

Modelo desfila look marrom, cor central da coleção da Misci

Modelo desfila conjunto com tonalidade de chão batido

Pianista islandês que é um astro do streaming executa Bach em São Paulo

Víkingur Ólafsson repassa a carreira e afirma que Heitor Villa-Lobos deveria ser mais tocado nos palcos da Europa

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Tudo em Víkingur Ólafsson deve estar impecável. Seu paletó azul-marinho é do tom dos óculos arredondados, um contraste com a pele branca, de um rosto imberbe e de mãos tão delicadas.

É assim que o pianista islandês de 40 anos se apresenta ao mundo, um esteta, que se dedica a vislumbrar a clareza das coisas, as formas, os temas, as cores, porque sua música, um fenômeno em todas as plataformas de streaming, tem a rigidez e a serenidade, tão típica da paisagem dos fiordes.

"É claro que podemos ouvir música de concerto no fone de ouvido", diz ele, em um dos camarins da Sala São Paulo.

"E o modelo do streaming está funcionando muito bem para o repertório." Ólafsson pega então o seu telefone celular, abre um aplicativo e constata que, naquele momento, mais de mil pessoas estavam ouvindo uma gravação sua no Spotify. Com uma visão renovadora para a música de concerto, o pianista vive agora o auge de sua popularidade.

Ele não tem do que reclamar. Se você digitar no streaming o nome de um compositor, são altas as chances do algoritmo te direcionar para um dos álbuns de Ólafsson.

Viajando em turnê 200 dias por ano e com mais de 2 milhões de ouvintes por mês no Spotify, pouco mais de metade do que tem uma diva pop como Pabllo Vittar, ele está até domingo na capital paulista para fazer sua estreia com a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a Osesp, e interpretar as "Variações de Goldberg", de Bach, em um recital.

Sua presença por causou frisson entre os melômanos. A organização aumentou o número de assentos, mas de nada adiantou. Os ingressos evaporaram. Ólafsson, por seu turno, aprovou a acústica da Sala São Paulo. "Fiquei feliz logo quando cheguei. Nem sempre é assim. A vida de um pianista pode ser bem estressante às vezes", diz ele, um admirador da música brasileira.

No início da carreira, Ólafsson praticava peças de Villa-Lobos. "É preciso que mais maestros brasileiros estejam na Europa para internacionalizar a música dele", ele afirma. "Villa-Lobos merece mais."

O pianista chegou mesmo ao Brasil para seduzir. Com a Osesp, ele vai contar uma história de amor, interpretando o "Concerto para Piano", do alemão Schumann, um símbolo do período romântico. Composta em 1841, a obra é uma declaração de amor a Clara, mulher do autor, também pianista e compositora, e foi criada num contexto em que ele precisava se consolidar no cenário musical de sua época.

"Encontramos sua fragilidade e heroicidade no concerto", diz ele , entre suspiros. "Estamos diante de todas as faces do amor." Não por acaso, a música que se desenvolve em três movimentos se constitui em diálogos, entre arroubos sentimentais e temas pacificadores. Sob a regência do maestro austríaco Christoph Koncz, o programa se combina com a obra "Pelléas e Mélisande", de Schoenberg.

Já o recital de "Variações de Goldberg" é o carro-chefe de Ólafsson. Ao menos, tem sido assim desde que ele lançou, no ano passado, um álbum dedicado a essa obra de Bach, uma das mais importantes da história da arte. É um bom exemplo de como o gênio alemão estabeleceu as regras desse jogo chamado música ocidental, que ainda são válidas no século 21. A brincadeira de Bach se inicia com uma ária, cuja melodia parece ter sempre existido.

Em seguida, o intérprete deve executar 30 variações até, passada uma hora de música, voltar aonde tudo começou, a mesma ária. O pianista imagina a abstração geométrica contida nas "Variações" como um carvalho, a árvore, de casca espessa e diferentes ramos.

Para Ólafsson, a música é orgânica e humana. Ele gosta de se lembrar que sua mãe, pianista, praticava o instrumento grávida, esbarrando nas teclas o barrigão. Na casa onde ele cresceu, em Reykjavik, a capital islandesa, seu pai, arquiteto, o incentivava a ser um criador. Na adolescência, ele só queria saber de jogar bola.

A carreira musical foi difícil. Isolado do circuito, Ólafsson nunca participou de competições. Mas o seu talento se impôs. Ele foi estudar na prestigiosa Julliard School, em Nova York. Ólafsson adorava ir ao Metropolitan e, sem dinheiro, pegava o lugar dos bacanas que saíam no intervalo.

"A ópera é a maior forma de arte. É a linguagem do impossível", diz. É uma explicação para que ele seja conhecido pelo seu trabalho com a visualidade, desde os dois primeiros discos, antes de assinar o contrato com a gravadora Deutsche Grammophon.

Com sete discos, ele se tornou prima-donna. É um repertório diverso, que vai da música barroca até autores contemporâneos. Ólafsson afirma ter, sim, uma identidade.

"Isso é algo que muda com o tempo, mas eu só toco o que eu amo", afirma. Por isso, ele tem de escapar das pressões da indústria. "É preciso evitar o sucesso. Não se pode fazer música pela fama. Se você fizer isso, é um músico barato." Ele não se preocupa com opiniões mais conservadoras e não hesita em fazer arranjos para Mozart ou Rameau.

Mesmo assim, Ólafsson é também um símbolo de como o mercado da música de concerto se organiza atualmente.

Ele aparece em clipes bem produzidos no YouTube, está em reels do Instagram, transmitindo sua imagem elegante. Não basta ser. É preciso parecer ser. Desde 2017, Ólafsson voltou a morar em Reykjavik.

O artista é casado com uma pianista e mostra com orgulho seus dois filhos, de três e cinco anos. Na capital islandesa, Ólafsson está a quatro horas de Boston ou de Frankfurt.

É o lugar ideal para ele, que gosta de se confundir no frio das paisagens inóspitas, antes das turnês. Ainda que não jogue mais futebol, temendo machucar as mãos, Ólafsson diz se sentir ainda aquele mesmo menino islandês. "Eu sempre soube que me tornaria um pianista internacional", diz.

Víkingur Ólafsson
Sala São Paulo - pça. Júlio Prestes, 16, São Paulo. Livre. Qui e sex., às 20h30; sáb., às 16h30; dom., às 18h. Ingressos esgotados

O pianista islandês Víkingur Ólafsson em ensaio do disco 'Debussy-Rameau' Ari Magg/Divulgação

INÊS249

Personal trainer é pivô de separação

Relação entre Arthur Lira e o governo pode ser classificada como tóxica

Renato Terra
Roteirista e autor de 'Diário da Dilma'. Dirigiu 'Uma Noite em 67' e 'Narciso em Férias'

Fim do mistério sobre o desentendimento entre o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o ministro Alexandre Padilha.

Com a palavra, a terapeuta Vânia Homem de Vênus: "Os corpos políticos são inseridos no universo simbólico de maneiras diferentes. O embate entre a fala e o falo acaba irrompendo um fetiche mútuo. Quando Lira usa expressões como 'incompetente' e 'desafeto pessoal' para se referir a Padilha, escancara traços de um analfabeto emocional que não sabe reconhecer seus sentimentos, que dirá elaborá-los. Uma farofa de estupidez!"

Foram inúmeras indiretinhas que começaram a espocar desde que Lira, tomado pela testosterona, apresentou a sua versão do bordão "vai pra casa, Padilha".

Em entrevista para o Conversa com Bial, por exemplo, o presidente da Câmara lançou uma mensagem cifrada. "Tenho erros e acertos, não tenho problema de reconhecer o erro quando o faço. Já vinha apontando reservadamente ao governo, e ele sabe disso, que há alguns meses não funciona a articulação do governo", disse quando perguntado sobre o atrito com Padilha. "Se prestar atenção, há um esforço grande da presidência da Casa, do líder do governo na Câmara, de convergir as matérias para que cheguem muito maduras ao plenário da Câmara."

Uma comissão constituída por psicólogos, astrofísicos e linguistas foi formada para decodificar o conceito de "articulação do governo" e a expressão "convergir as matérias para que cheguem muito maduras ao plenário da Câmara".

O cientista Simão Bacamarte liderou uma pesquisa de campo. "Enviamos uma sonda para o Congresso com o objetivo de coletar materiais que nos ajudem a entender o que é essa tal 'articulação' defendida por Lira. Ainda não obtivemos nada que pudesse significar um mísero resquício de debate ou diálogo que aponte para um projeto de país", lamentou.

Psicólogos classificam a relação entre Congresso e governo como tóxica. "Todos falam, ninguém ouve e todos saem com a sensação de que foram traídos", resumiu Bentinho de Assis.

À tarde, o jornalista Leozinho Personal revelou a origem do desentendimento. "Se querem saber os bastidores da política brasileira, é preciso ter fontes na Academia Body Planet. Quem viu 'Vale o Escrito' sabe o que estou dizendo", gabou-se. Em seguida, cravou: "Um personal trainer foi pivô da separação entre Lira e governo".

Débora Gonzales

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | **SÁB. José Simão**

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Documentário de John Galliano que revisita polêmicas está no streaming

Ascensão e Queda de John Galliano
Mubi, 14 anos
John Galliano foi demitido da Dior por causa de seus insultos antissemitas em 2011. Doze anos depois, ele fez um mea culpa em um dos mais significantes documentários do gênero, dirigido por Kevin Mcdonald. O filme registra a trajetória do designer desde estudante na universidade Central Saint Martins, em Londres, até tornar-se o diretor criativo de uma das maiores marcas de moda do mundo.

Pina
Aquarius, livre
O documentário destaca quatro obras do balé Tanztheater Wuppertal Pina Bausch. Pina morreu em 2009, no início das filmagens, mas seus bailarinos convenceram o diretor Wim Wenders a concluir o projeto. Indicado ao Oscar de 2012 de melhor filme estrangeiro.

Vikingur Ólafsson
YouTube Osesp, 20h30, livre
O celebrado pianista islandês se apresenta em São Paulo sob a batuta do regente austríaco Christoph Koncz. No repertório, "Bachianas Brasileiras nº 1", de Heitor Villa-Lobos; "Concerto para Piano em Lá Menor", de Robert Schumann; e o poema sinfônico "Pelléas e Mélisande", de Arnold Schoenberg.

Projeto Gemini
Megapix, 21h, 14 anos
Henry é um assassino profissional que é atacado por um clone mais jovem seu, capaz de prever seus movimentos. Henry tem de descobrir quem está por trás disso, antes que seja vencido por si mesmo. Filme dirigido por Ang Lee.

A Pura Verdade
Film & Arts, 22h, 12 anos
Em 1613, depois que um incêndio destrói seu teatro, o Globo Theatre, William Shakespeare volta à sua cidade, mas sua mulher e suas filhas querem distância dele. Filme estrelado por Ian Mckellen, Judi Dench e Kenneth Branagh.

Diálogos com Mario Sergio Conti
GloboNews, 23h30, livre
O entrevistado desta sexta é Pablo Ortellado, pesquisador e professor da USP, que vai falar sobre as disputas entre Elon Musk e Alexandre Moraes, do controle das big techs e do impacto das redes sociais na política.

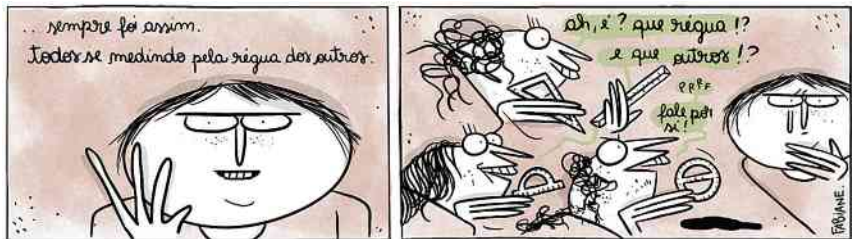
QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Bicudinho *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

		2		8	9			
				4			6	7
6	5				2			
					7			2
4		9	1		8	6		5
2			4					
			2				1	3
9	8			1				
			8	3		4		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

7	1	2	6	8	9	3	5	4
3	9	8	5	4	1	2	6	7
6	5	4	3	7	2	1	8	9
8	3	5	9	6	7	1	4	2
4	7	9	1	2	8	6	3	5
2	6	1	4	5	3	7	9	8
5	4	7	2	9	6	8	1	3
9	8	3	7	1	4	5	2	6
1	2	6	8	3	5	4	7	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Ligeireza, presteza **2.** Outro nome do cúbito, osso do antebraço / Filho de Iemanjá, orixá poderoso, guerreiro e lutador **3.** Um sistema operacional de muita importância no início da informática / O tempo corrido desde o nascimento **4.** Encher demais **5.** (Gír.) Fazer desordens **6.** Pessoa muito semelhante a outra / Boletim Oficial **7.** O humorista, apresentador e escritor carioca Soares, de "O Homem que Matou Getúlio Vargas" / Diz-se de nota elevada na escala musical **8.** Grande ave que se alimenta de peixes que captura mergulhando **9.** Famoso destino turístico no litoral paranaense **10.** Cidade do RN, no litoral nordeste / Leon Tolstói (1828-1910), romancista e filósofo russo **11.** Estar situado à margem ou beira de / Ave da mesma família do gaturamo **12.** Mensagem eletrônica não solicitada, enviada em massa / (Pop.) Má sorte, urucubaca **13.** Sigla da entidade que ajuda o alcoólatra a se livrar da dependência da bebida / Cobrir de pó.

VERTICAIS
1. Um que não teme o perigo / Habilidosa **2.** De forma esférica / Idiota **3.** (Fig.) Árduo, louco, cansativo / Diz-se de expressão baixa, grosseira **4.** Um advérbio de lugar / Diz-se de colher utilizada como medida, cujo conteúdo não ultrapassa as suas bordas / Material que pode ser farpado, usado em cercas **5.** Utensílio usado para regar jardins, canteiros etc. **6.** Grande ave de Madagáscar, já extinta / Peças produzidas num processo judicial / Zeca Pagodinho, sambista **7.** Ferro esmaltado usado em panelas / Antecede Seg / O Patinhas é o personagem milionário das histórias da Disney **8.** A Beat cantora / Desordenada e confusa **9.** Que está acima da superfície da água / Fazer subir.

HORIZONTAIS: 1. Agilidade, **2.** Ulna, Ogum, **3.** Dos, Idade, **4.** Abarrotar, **5.** Zonar, **6.** Sósia, BO, **7.** Jô, Aguda, **8.** Atobá, **9.** Ilha do Mel, **10.** Touros, LT, **11.** Orlar, Tiê, **12.** Spam, Zica, **13.** AA, Empoar. **VERTICAIS: 1.** Audaz, Jeitosa, **2.** Globoso, Lorpa, **3.** Insano, Chula, **4.** Lá, Rasa, Arame, **5.** Irrigador, **6.** Dodó, Autos, ZP, **7.** Ágata, Dom, Tio, **8.** Duda, Babélica, **9.** Emerso, Altear.

guiafolha

O MELHOR DO FIM DE SEMANA

ESTREIAS DE CINEMA

Aumenta que É Rock 'n Roll
O longa recria a relação e as ideias dos jovens jornalistas que fundaram a Fluminense FM, uma estação de rádio dedicada ao rock e que era tida como maldita.
Brasil, 2024. Dir.: Thomas Portella. Com: Johnny Massaro e Marina Provenzzano. 16 anos

Contra o Mundo
Quando a família de Garoto, o protagonista, é assassinada, ele treina com um misterioso xamã para se tornar um assassino e se vingar.
Boy Kills World. África do sul, Alemanha, EUA, 2024. Dir.: Moritz Mohr. Com: Bill Skarsgård, Famke Janssen e Jessica Rothe. 18 anos

Dorival Caymmi - Um Homem De Afetos
★★★☆☆
O documentário conta a história do cantor e compositor a partir de depoimentos de artistas e das músicas que fazem parte da sua carreira.
Brasil, 2020. Dir.: Daniela Broitman. Livre

La Chimera
★★★★☆
Arthur é um jovem arqueólogo que se envolve com um grupo de ladrões de túmulos em busca de um caminho para a vida após a morte —que para ela servirá para reencontrar sua amada.
França, Itália, Suíça, 2023. Dir.: Alice Rohrwacher. Com: Josh O'Connor, Carol Duarte e Isabella Rossellini. 12 anos

A Natureza do Amor
Sophia é uma professora de 40 anos que mantém um relacionamento longo e estável. Sua vida muda ao conhecer Sylvain, que trabalha na reforma de sua nova casa de campo.
Simple Comme Sylvain. Canadá, 2023. Dir.: Monia Chokri. Com: Magalie Lépine Blondeau, Pierre-Yves Cardinal e Francis-William Rhéaume. 16 anos

Plano 75
★★★★☆
Num Japão distópico, um programa governamental incentiva o sacrifício voluntário de idosos para remediar o envelhecimento da sociedade.
Plan 75. Japão, 2022. Dir.: Chie Hayakawa. Com: Chieko Baishô, Hayato Isomura e Yumi Kawai. 14 anos

Rivais
★★★☆☆
Durante a adolescência, os tenistas Tashi, vivida por Zendaya, Art e Patrick se conhecem e se envolvem dentro e fora das quadras. Anos mais tarde, o reencontro do casal com o antigo amigo estremece as relações entre eles.
Challengers. EUA, 2024. Dir.: Luca Guadagnino, Com: Zendaya, Josh O'Connor e Mike Faist. 14 anos

Spy X Family – Código: Branco
Nesta aventura, Loid, Yor e a filha adotiva, Anya, realizaram uma viagem. O pai, então, descobre que a menina tem poderes de telepatia e acaba se envolvendo com uma perigosa organização.
SPY X Family Code: White. Japão, 2023. Dir.: Takashi Katagiri. Com: Takuya Eguchi, Saori Hayami e Atsumi Tanezaki. 14 anos

Vidro Fumê
A estrangeira Mary sofre um sequestro relâmpago com o namorado no Rio de Janeiro. O casal enfrenta uma noite de terror dentro de uma van que circula pela cidade.
Brasil, 2024. Dir.: Pedro Varela. Com: Ellie Bamber, James Frecheville e Mari de Oliveira. 16 anos

Tony Ramos e Denise Fraga em ensaio de 'O que Só Sabemos Juntos' Cacá Bernardes/Divulgação

Denise Fraga e Tony Ramos contracenam no teatro em SP

Temporada de 'O que Só Sabemos Juntos' fica em cartaz no Tuca até junho

Natalia Nora

SÃO PAULO Denise Fraga e Tony Ramos dividem o palco pela primeira vez em suas carreiras. Sob a direção de Luiz Villaça, a dupla encena o dueto "O Que Só Sabemos Juntos", que estreia nesta sexta-feira (26), no Teatro Tuca, em Perdizes. A temporada fica em cartaz até 30 de junho.

O espetáculo usa interação com a plateia para criar uma espécie de festa cênica, em que ninguém entende o que está sendo celebrado. Enquanto preparam o evento —com ajuda do público— os atores se deparam com questões cotidianas que dão início a debates e reflexões no palco.

As cenas tratam de questões como aquecimento global, diferentes tipos violência, desigualdade, racismo e opressão. Mas também abordam lembranças felizes como brincadeiras, músicas, poemas, cenas de filme e outras histórias comoventes da infância dos atores e de alguém da plateia.

Cenas de clássicos como "Tio Vânia", de Anton Tchékhov e "Galileu Galilei", do alemão Bertolt Brecht, também são intercaladas no roteiro do espetáculo —que foi escrito por Denise, Luiz e Vinicius Calderoni. O mesmo acontece com textos de bell hooks, Olga Tokarczuk, Dorrit Harazim e Annie Ernaux, além de poemas de Fernando Pessoa, Wislawa Zymborska, Arnaldo Antunes e João Cabral de Melo Neto.

A idealização e criação são assinadas pelo trio Luiz Villaça, Denise Fraga e José Maria —que juntos comandam a produtora Nia Teatro. O grupo de artistas diz buscar gerar reflexões sobre os sentidos da vida em uma sociedade, segundo eles, cada vez mais caótica, em que os prazeres não são devidamente celebrados.

Os desvios da trama original que acontecem no roteiro —e atrasam a conclusão da festa— se relacionam com os obstáculos enfrentados por todos no dia a dia. A superação dessas questões, como o título da peça sugere, pode estar na convivência com o outro e na atenção que se dá aos detalhes do cotidiano.

O espetáculo marca a volta de Tony Ramos ao teatro após cerca de duas décadas se dedicando a produções audiovisuais, como o filme "45 do Segundo Tempo", lançado nos cinemas em 2022.

A montagem também integra a longa trajetória que Denise vem construindo nos palcos. Este é o primeiro trabalho da atriz carioca depois de apresentar o monólogo "Eu de Você" em diversos teatros do Brasil, incluindo o Tuca.

Após o fim da temporada na capital paulista, o espetáculo segue em turnê pelo Brasil, com sessões no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília.

O que Só Sabemos Juntos
Dir.: Luiz Villaça. Com: Denise Fraga e Tony Ramos. Teatro Tuca – R. Monte Alegre, 1024, Perdizes. Sex., às 21h; sáb., às 20h; dom., às 17h. Até 30/6. A partir de R$ 40, em sympla.com.br

PARA APRECIAR

Exposição da Paulista

Deste domingo (28) até o dia 26/5, a ciclovia da av. Paulista recebe, no trecho entre a rua Augusta e alameda Campinas, uma mostra de arte gratuita organizada pela União Geral dos Trabalhadores. Foram convidados os artistas Marcelo Cipis, premiado internacionalmente, e Derlon, pernambucano que mora em SP e se inspira na estética dos cordéis, na fotopintura e na xilogravura para criar. Cada um deles produziu 15 painéis que discutem direitos trabalhistas, jornadas de trabalho, racismo, o fim do trabalho escravo e infantil, entre outros temas

PARA CURTIR

Samba de Dandara

Neste sábado (27), das 14h às 18h, o projeto Linha Mestra leva à Oficina Cultural Oswald de Andrade (r. Três Rios, 363, Bom Retiro, região central) uma feira de arte e artesanatos produzidos por mulheres em situação de vulnerabilidade de diferentes regiões da capital paulista. Coletivos convidados, como as Artesãs da Terra Indígena Tenondé Porã, da serra do Mar, também participam do evento, que recebe, às 15h, o Samba de Dandara, roda de música que exalta grandes compositoras e intérpretes femininas do gênero. Grátis

PARA DANÇAR

Ball: Isso é Baile

O evento, que faz parte da comemoração do aniversário de 112 anos do Capão Redondo e é feito pelo coletivo Amen, leva à Fábrica de Cultura do bairro (r. Algard, 82, Conjunto Habitacional Jardim São Bento) um baile LGBTQIA+ em que performers competem em dez categorias de dança — com foco em identidades negras, transexuais, latinas e periféricas. A noite gratuita, marcada para o sábado (27), das 16h às 21h, ainda tem discotecagem dos DJs Kaim e Aya, que tocam funk, hip-hop e house para aquecer o público para a festa

É GRÁTIS

Priscilla, a Rainha do Deserto

Neste sábado (27), o longa 'Priscilla, a Rainha do Deserto' será exibido na Cinemateca Brasileira (lgo. Senador Raul Cardoso, 207, Vila Mariana), às 18h30. O filme de Stephan Elliott acompanha três drag queens que viajam da cidade de Sydney até Alice Springs, para um show em um resort. Vencedor do Oscar de melhor figurino, o longa comemora 30 anos em 2024. Após a exibição, o público pode participar de um bate-papo com Betina Polaroid, finalista do reality show brasileiro Drag Race Brasil.

Banda Groofboogaloo se apresenta no Madeleine Jazz Bar, na Vila Madalena Duda Morais/Divulgação

Conheça bares e eventos para curtir jazz em SP

Efeméride internacional dedicada ao gênero, celebrada em 30 de abril, inspira festivais e shows especiais na capital

Laura Lewer

SÃO PAULO Desde 2011, quando a Unesco decidiu e o pianista e compositor Herbie Hancock anunciou, o Dia do Jazz é comemorado internacionalmente em 30 de abril.

A ideia era a de que o gênero musical fosse reconhecido por seu legado de unir pessoas em todas as partes do mundo. Na prática, também faz com que vários dias dessa época do ano sejam dedicados a apresentações especiais, com repertórios de artistas celebrados e jams (improvisações) entre músicos.

Esses encontros acontecem em praças, festivais ou nas clássicas casas de show com luz baixa, tijolinhos aparentes e cardápios inspirados em Nova Orleans —cidade localizada no sul dos Estados Unidos que é berço deste estilo.

Na capital paulista não é diferente, e o calendário é parcialmente dedicado ao ritmo.

Veja, a seguir, lugares em São Paulo onde o jazz é o gênero que impera, além de eventos especiais que estão marcados para os próximos dias.

*

Bar do Bunker

O bar de vinhos no subsolo da cafeteria À Mercê, na região central da capital paulista, recebe com frequência artistas que se dedicam ao gênero musical —vale ficar atento à agenda, publicada no Instagram, e harmonizar as taças com as opções de tábuas que a casa oferece.

Pça. da República, 119, Centro, no subsolo. Instagram @bardobunker e @amerce.sp

Blue Note

Esta é a filial paulista do famoso clube de jazz de Nova York. Embora se volte a vários gêneros musicais, sempre tem em sua programação bandas de improvisação, novos artistas que buscam referências no ritmo e grupos que mergulham nos repertórios de nomes clássicos. Para celebrar o Dia Internacional do Jazz, por exemplo, a casa convida a Banda Mantiqueira.

Conjunto Nacional - Av. Paulista, 2.073, 2º andar, Instagram @bluenotesp. Programação em bluenotesp.com. Banda Mantiqueira: ter. (30), às 20h. A partir de R$ 120 em Eventim

Bourbon Street Music Club

A casa inaugurada na década de 1990 é um dos mais clássicos palcos de jazz na capital paulista e já recebeu nomes como Nina Simone, Ray Charles, Diana Krall e B. B. King. Por lá, a comemoração da data é feita com seu projeto fixo Toda Terça um Jazz, que na ocasião recebe a paulista Diameyka Odara para interpretar canções de Aretha Franklin. Para acompanhar a apresentação há drinques, cervejas, vinhos e receitas inspiradas na culinária de Louisiana, nos Estados Unidos.

R. dos Chanés, 127, Moema, Instagram @bourbon_street. Diameyka Odara: ter. (30), às 20h30. A partir de R$ 35 em Sympla

Festival Jam Brasil

O festival marcado para o fim de abril espalha o gênero musical por ruas, bares e restaurantes da cidade para promover circuitos de jazz. A programação da Jam na Rua, por exemplo, abraça o projeto Jazz no Limoeiro —que improvisa um palco na rua ao redor de uma árvore— e o espaço do Beco do Batman. Inclui shows de nomes como Cuca Teixeira, Thiago Espírito Santo e Joabe Reis, além do circuito Jazztronomia, que marca shows em restaurantes como o Barletta e a Casa Raw, conhecidos por dar espaço ao ritmo.

De sex. (26) a dom. (28) em vários endereços. Consulte a programação completa no site jambrasil.com.br

JazzB

A casa na Vila Buarque é outro famoso reduto do gênero na capital paulista e, para a semana de comemoração, tem programação de shows até o sábado. Na sexta (26), quem se apresenta é o vibrafonista Tyler Blanton, que também toca com seu quinteto no Madeleine Jazz Bar. No sábado (27), tocam o conjunto Vitrola Manouche, à tarde, e, à noite, o Marta Karassawa Quintet.

R. Gen. Jardim, 43, Vila Buarque, programação completa em Instagram @jazzbclub

Salão do Blue Note, que fica no Conjunto Nacional, na avenida Paulista Keiny Andrade/Folhapress

Madeleine Jazz Bar

Em funcionamento há 15 anos, tem noites dedicadas ao ritmo musical de terça a sábado —incrementadas com um cardápio vasto de vinhos e drinques como o sazerac, criado em Nova Orleans. Para o dia 30, convida o Tyler Blanton Quinteto, comandado pelo vibrafonista e compositor conhecido na cena de Nova York.

R. Aspicuelta, 201, Vila Madalena, Instagram @bar_madeleine, Tyler Blanton Quinteto: ter. (30), às 20. R$ 33 na porta

Miles Street Jazz Festival

O evento, uma criação do mesmo dono do Miles Wine & Jazz Bar, faz sua segunda edição no feriado do 1º de Maio com nove horas de shows para celebrar o dia anterior —e a expectativa é reunir 10 mil pessoas. Tocam artistas como Jana Mark, Ivan Márcio e The Blue Bullets, Vanessa Brown, Jorginho Neto Collective, André Youssef e Theresa Dalme. O cardápio do festival inclui paellas, tapas, sanduíches e pizzas.

R. Antônio de Macedo Soares, 1.373, Campo Belo. Qua. (1º), às 11h. Grátis

Whiplash

Todo dia é dia de música neste speakeasy com luz baixa, piso de madeira, paredes de tijolinhos e apreço pela coquetelaria. A casa, inspirada em bares nova-iorquinos, se dedica ao jazz às terças, quando artistas e bandas fazem performances instrumentais; às quartas, quando o gênero ganha companhia da bossa nova; e às quintas, dia em que aposta numa vertente mais pop do ritmo. No dia 30 recebe a Brazilian Jazz Tribute, que toca nomes como Miles Davis.

R. Dr. Melo Alves, 74, Jardins, Instagram @whiplash_bar. A partir de R$ 40

À esq., drinque salted caramel, do bar Whiplash, com uísque, limão e caramelo salgado; à dir., o trombonista Joabe Reis, que se apresenta no Festival Jam Brasil Fotos Divulgação

Técnicos do Ministério da Fazenda durante entrevista sobre a regulamentação da reforma tributária Marcelo Camargo/Agência Brasil

Reforma deverá tributar compra de site internacional

Operações de até US$ 50 também passarão a pagar IVA a partir de 2026

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA A regulamentação da reforma tributária proposta pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê a taxação das compras realizadas por meio de plataformas digitais, incluindo internacionais como Shein e Shopee.

Por outro lado, os consumidores devem sentir um alívio na aquisição de alimentos —mesmo aqueles que ficaram fora da Cesta Básica Nacional, isenta de cobrança. Famílias de baixa renda ainda terão parte do tributo pago devolvido por meio do chamado "cashback".

Os detalhes do projeto que regula o funcionamento do novo sistema tributário a partir de 2026 foram apresentados nesta quinta-feira (25) pelo Ministério da Fazenda.

O governo afirma que adotou como premissa a tentativa de tornar o sistema mais progressivo, isto é, cobrar mais de quem tem renda mais elevada e aliviar a carga de quem ganha menos.

Pelo projeto, as compras de produtos ou serviços realizadas por meio de plataformas digitais serão tributadas pelo novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) a partir de 2026, quando os novos tributos começam a valer.

A cobrança deve valer para todas as plataformas online, sediadas no Brasil ou no exterior, e alcançará compras de todos os valores, inclusive aquelas de até US$ 50 feitas por pessoas físicas.

A Receita tem hoje o programa Remessa Conforme. O programa isenta de Imposto de Importação as remessas de até US$ 50 destinadas a pessoas físicas, além de dar prioridade a esses bens no despacho aduaneiro. Essas compras também são livres de PIS/Cofins. Em contrapartida, a companhia se compromete a seguir as regras do fisco.

Os estados, por sua vez, aplicam cobrança do ICMS de 17%.

Quando a reforma entrar em funcionamento, as compras internacionais terão que recolher os dois novos tributos, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal.

As novas regras não mexem no Imposto de Importação, tributo que não foi abarcado pela reforma e que permanece zerado para as compras internacionais até US$ 50.

O secretário extraordinário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que não se trata de criar um tributo novo sobre essas remessas, mas reconheceu que a medida pode resultar em aumento das cobranças sobre essas compras.

Hoje, a alíquota de 17% do ICMS é cobrada sobre o preço cheio, que já embute os tributos cobrados sobre o bem. O cálculo "por fora", apenas sobre o valor do produto, resultaria em uma incidência de 20,5% —abaixo da alíquota média do novo IVA, calculada em 26,5%.

"A diferença em relação ao que é hoje é pequena."

Segundo Appy, as empresas domiciliadas no exterior terão que fazer o registro no Brasil para fazer o pagamento do tributo. Se elas não efetuarem o pagamento, o comprador no Brasil terá que fazê-lo.

O auditor da Receita Roni Petterson Brito, que participou da elaboração da proposta, assegurou que o registro será muito simplificado, como ocorre nos outros países.

O governo estabeleceu uma lista enxuta de 18 categorias de produtos da Cesta Básica Nacional, que serão integralmente desonerados dos novos tributos.

Os produtos foram listados considerando a diversidade regional e cultural da alimentação do país e garantindo uma alimentação saudável e nutricionalmente adequada, exigências previstas na emenda constitucional da reforma.

A prioridade foi incluir os alimentos mais consumidos pela população mais pobre para assegurar que o máximo possível do benefício tributário seja apropriado pelas famílias de baixa renda.

A lista inclui desde o tradicional arroz e feijão (dois dos alimentos mais consumidos pelos brasileiros), além de coco, grãos e farinha. Mas o governo deixou de fora todos os tipos de proteína animal, o que inclui carnes e laticínios.

Mesmo fora da lista de produtos da cesta com alíquota zero, as carnes terão alívio, segundo o governo. Elas serão alvo da alíquota reduzida, equivalente a 40% da padrão (o que resulta numa cobrança de 10,6%, caso a estimativa do governo se confirme).

"As carnes já estão sendo desoneradas", disse Appy, citando o exemplo da picanha, frequente nos discursos de Lula desde a campanha de 2022.

Cálculos apresentados pelo governo apontam que a tributação da carne pode cair dos atuais 12,7% para 8,5%, no caso da população de baixa renda com direito ao cashback. Para os demais, a cobrança será de 10,6%.

A lista de produtos da cesta básica estendida, com alíquota reduzida, incluiu as carnes bovinas, suína, ovina, caprina e de aves, produtos de origem animal, além de peixes, carnes de peixes e crustáceos. Até o camarão ficou na lista de produtos com taxação menor, pois em alguns estados ele é um alimento popular, consumido pela baixa renda.

Foram excluídos da lista os produtos de origem animal considerados de luxo, como foie gras, atuns, bacalhaus, caviar e lagosta.

Além dos benefícios da Cesta Básica, as famílias de baixa renda terão direito à devolução de uma parcela do tributo pago sobre o consumo, mecanismo conhecido como "cashback". Terão acesso ao benefício as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (hoje, o equivalente a R$ 706) inscritas no Cadastro Único de programas sociais.

O governo estima que o público potencial da medida será de 28,8 milhões de famílias ou 73 milhões de pessoas, cerca de um terço da população brasileira.

O texto prevê a devolução de 100% da CBS e 20% do IBS na aquisição do gás de cozinha em botijão.

O projeto ainda definiu uma lista com medicamentos que terão alíquota zero do IBS e da CBS, o que inclui aqueles oferecidos pelo programa Farmácia Popular do governo.

Nessa lista, o que chama atenção é o Viagra (citrato de sildenafila), indicado para tratar disfunção erétil, mas que também é usado contra distúrbios pulmonares.

Uma segunda lista contém 850 tipos de medicamentos que terão tributação reduzida em 60%. Entre eles está o botox, nome popular da toxina botulínica, substância química que atua impedindo a contração dos músculos e é muito usado por pacientes que buscam reduzir rugas e linhas de expressão.

Leia mais na pág. 2 e na coluna de Vinicius Torres Freire, na pág. 4

Sorteio da nota fiscal pode pagar 2 Megas da Virada por ano, diz Appy

A regulamentação propõe destinar R$ 600 milhões a R$ 700 milhões por ano para a realização de sorteios para premiar contribuintes que exigem a emissão de nota fiscal em suas compras. O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, disse que vai ser o mesmo que "ter duas Megas Senas da Virada do IBS e da CBS", os novos tributos criados a partir da reforma. O projeto propõe destinar até 0,05% da arrecadação do novo IVA a programas de cidadania fiscal, que incentivem os consumidores a exigir os documentos fiscais — usualmente, mediante identificação do comprador com o CPF na nota.

Principais ponos da regulamentação

ALÍQUOTAS FEDERAL, DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

- O Ministério da Fazenda estima que a alíquota de referência do novo sistema tributário será de **26,5%**, sendo **8,8% da CBS** (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e **17,7% do IBS** (Imposto sobre Bens e Serviços), de competência de estados e municípios

ALÍQUOTA REDUZIDA PARA PROFISSIONAIS LIBERAIS DE 18 ÁREAS

- A proposta também propõe **redução em 30%** das alíquotas do IBS e da CBS sobre a prestação de serviços de **18 profissões** regulamentadas de natureza científica, literária ou artística
- Considerando a alíquota média de 26,5% projetada para os novos tributos, os serviços desses profissionais seriam tributados em 18,6%
- As profissões: administradores, advogados, arquitetos e urbanistas, assistentes sociais, bibliotecários, biólogos, contabilistas, economistas, economistas domésticos, profissionais de educação física, engenheiros e agrônomos, estatísticos, médicos-veterinários e zootecnistas, museólogos, químicos, profissionais de relações públicas, técnicos industriais e técnicos agrícolas

DESONERAÇÃO DA CESTA BÁSICA

Alíquota zero

- Arroz, leite fluido pasteurizado ou industrializado, na forma de ultrapasteurizado, leite em pó, integral, semidesnatado ou desnatado; e fórmulas infantis definidas por previsão legal específica; manteiga, margarina, feijões, raízes e tubérculos, cocos, café, óleo de soja, farinha de mandioca, farinha, grumos e sêmolas, de milho e grãos esmagados ou em flocos, de milho, farinha de trigo, açúcar, massas alimentícias, pão do tipo comum (contendo apenas farinha de cereais, fermento biológico, água e sal), ovos, produtos hortícolas (exceto cogumelos e trufas), frutas frescas ou refrigeradas e frutas congeladas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes

Alimentos que terão redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS

- Carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal (exceto foies gras), peixes e carnes de peixes (exceto salmonídeos, atuns, bacalhaus, hadoque, saithe e ovas e outros subprodutos), crustáceos (exceto lagostas e lagostim) e moluscos; leite fermentado, bebidas e compostos lácteos, queijos tipo muçarela, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone, queijo parmesão, queijo fresco não maturado e queijo do reino, mel natural, mate, farinha, grumos e sêmolas, de cereais, grãos esmagados ou em flocos, de outros cereais, e amido de milho; tapioca, óleos vegetais e óleo de canola, massas alimentícias, sal de mesa iodado, sucos naturais de fruta ou de produtos hortícolas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes, polpas de frutas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes

VEÍCULOS PODERÃO TER IMPOSTO MAIOR; ULTRAPROCESSADOS SÃO POUPADOS

- Proposta prevê alíquota maior de imposto para **veículos**, embarcações, aeronaves, produtos do **fumo**, bebidas **alcoólicas e açucaradas**, além de bens minerais extraídos. Essas categorias serão alvo de incidência do chamado IS (Imposto Seletivo), criado para sobretaxar bens considerados danosos à saúde
- A lista **não inclui** alimentos **ultraprocessados**

EDUCAÇÃO COM ALÍQUOTA REDUZIDA

- Lista inclui os cursos de educação tradicional, como infantil, fundamental e médio, mas também permitiu o benefício para o ensino de línguas nativas de povos originários

CASHBACK PARA BAIXA RENDA

- A proposta prevê um "cashback" de até **50%** dos tributos na conta de luz, água, esgoto e gás natural e de até 100% na aquisição do gás de botijão para famílias de baixa renda
- Terão acesso ao benefício as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (hoje, o equivalente a R$ 706) inscritas no Cadastro Único de programas sociais

PLANO DE SAÚDE NÃO DARÁ CRÉDITO EM TRIBUTO DE EMPRESAS

O projeto impede as empresas de aproveitarem o crédito do imposto pago nas despesas com plano de saúde

SORTEIO DE DUAS "MEGAS DA VIRADA" POR ANO

- A regulamentação propõe destinar R$ 600 milhões a R$ 700 milhões por ano para a realização de sorteios para premiar contribuintes que exigem a emissão de nota fiscal em suas compras
- O projeto propõe destinar até 0,05% da arrecadação do novo IVA a programas de cidadania fiscal, que incentivem os consumidores a exigir os documentos fiscais —usualmente, mediante identificação do comprador com o CPF na nota

COMPRAS EM SITES ESTRANGEIROS DEVEM SER TAXADAS

- As compras de produtos e serviços realizadas por meio de plataformas digitais passarão a ser tributadas pelo IVA
- Essa cobrança deve valer para as plataformas online, inclusive aquelas com sede no exterior, como Shein, Shopee e AliExpress. A tributação alcançará compras de todos os valores, inclusive aquelas de até US$ 50 feitas por pessoas físicas
- Hoje, as compras até esse valor são isentas do Imposto de Importação. Mas há ICMS

MEIS TERÃO REDUÇÃO DE R$ 3 NO IMPOSTO MENSAL

- Hoje, os MEIs recolhem valor mensal, equivalente à contribuição previdenciária mais R$ 1 de ICMS e R$ 5 de ISS, caso sejam contribuintes desses impostos. Microempreendedor pagará, em 2027 e 2028, R$ 7 além da alíquota previdenciária —R$ 1 de ICMS, R$ 5 de ISS, R$ 0,994 de CBS e R$ 0,006 de IBS. O valor total inicialmente maior do que os atuais R$ 6, mas cairá

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Ora, pois!

Os brasileiros investiram R$ 465 milhões em Portugal para obter vistos de residência no ano passado. É o que mostram os dados mais recentes do governo português após pouco mais de um ano da nova política de imigração. Em março de 2023, o país passou a exigir aplicações de estrangeiros em vez da compra de imóveis, que inflacionaram. Com esse dinheiro, daria para bancar as políticas de inclusão racial do Brasil neste ano.

TOP 2 Desde então, o mercado financeiro lusitano esquentou, atraindo cerca de R$ 5,5 bilhões, somente até o fim do ano passado. Os brasileiros só perderam para os chineses (R$ 2 bilhões).

FORCINHA A maior parte do dinheiro foi para fundos multimercados ou FIPs (Fundos de Investimento em Participações). A única exigência de Portugal é a de que, ao menos, 60% sejam destinados a ativos de empresas locais.

EM ALTA Entre janeiro e abril deste ano, a Heed Capital, por exemplo, viu triplicar a consulta de brasileiros. Hoje, ela administra uma carteira de R$ 126 milhões. "O visto pode ser extensivo à família. Com ele, o processo de cidadania é muito facilitado," diz Gustavo Caiuby, diretor da gestora.

REPARAÇÃO Representantes das maiores cooperativas devem se encontrar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pleitear uma alíquota menor para as operações de crédito, vantagem que perderam com a reforma tributária. As grandes instituições consideram que as cooperativas já operam como bancos e, por isso, não seria correto usufruírem de um imposto menor. No entanto, aguardam o desenrolar das discussões para, se necessário, exigirem isonomia.

PEGANDO... A BYD arrombou uma porta fechada pelas concorrentes tradicionais e está distribuindo carros para autoridades públicas como forma de promoção de seus modelos elétricos. O presidente Lula foi um dos beneficiados. Ele recebeu um BYD Tan, de quase meio milhão de reais. A montadora chinesa ofereceu o veículo até janeiro, porque o contrato com a Ford venceu e não será renovado.

... VÁCUO Executivos afirmam que as montadoras tradicionais estão abolindo essa prática, porque suas matrizes não querem exposição a suspeitas de troca de favores ou brechas para subornos. Consultada, a BYD disse, via assessoria, que faz o comodato de acordo com a lei e com a máxima transparência, cumprindo todos os critérios de compliance adotados pela matriz.

PEDE PRA SAIR O conselho de pessoal da Petrobras apontou conflito de interesses na indicação de Jerônimo Antunes e de Marcelo Gasparino da Silva para integrar o conselho de administração da estatal. Para assumir o assento, Antunes se comprometeu a renunciar ao Comitê de Auditoria das empresas que possuem contratos com a Petrobras. Já Gasparino da Silva terá de sair do conselho de administração da Eletrobras.

com Diego Felix

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad; pasta entregou texto da tributária ao Congresso na quarta Gabriela Biló - 22.abr.24/Folhapress

Alíquota federal deve ser de 8,8%, e regional, de 17,7%

Concessões durante tramitação podem elevar carga em demais segmentos

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes

BRASÍLIA O Ministério da Fazenda estima que a alíquota de referência do novo sistema tributário será de 26,5%, sendo 8,8% da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e 17,7% do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de estados e municípios.

Essa será a alíquota padrão de referência, aplicada aos bens e serviços que não são beneficiados com algum tipo de tratamento diferenciado.

Os dados foram apresentados nesta quinta (25) em uma longa entrevista coletiva técnica —durou 6 horas e 50 minutos, já descontado o intervalo para almoço—, um dia após a apresentação formal do texto ao Congresso.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, disse que a carga média sobre o consumo deve ser menor porque há categorias com uma alíquota mais baixa, como a cesta básica.

Na entrega do projeto, na quarta (24), ele havia sinalizado que a alíquota padrão ficaria entre 25,7% e 27,3%, com média de 26,5%. "Eu diria que a referência é a média", disse.

Se confirmado o patamar, a alíquota ficará entre as maiores do mundo para IVA. Hoje, a maior é a da Hungria, 27%.

Appy rebateu as críticas de que a alíquota será elevada.

"[Os críticos dizem] 'Ah, é muito alta'. [A cobrança] É por fora, vai ser sobre o preço do bem ou serviço. Hoje é por dentro, as pessoas não têm a menor ideia de quanto estão pagando", disse.

"Hoje a alíquota por fora é 34,4%, mas as pessoas não sabem", acrescentou. Segundo ele, o projeto segue as premissas dadas pela emenda constitucional promulgada no ano passado, que prevê a manutenção da carga tributária.

As estimativas da Fazenda consideram o projeto na forma enviada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso, com benefícios como o "cashback" para famílias de baixa renda e a taxação de bens considerados danosos à saúde e meio ambiente.

Isso significa que, se os parlamentares quiserem ampliar a lista de produtos da Cesta Básica Nacional (isenta de tributos) ou itens alcançados pelas alíquotas reduzidas, a cobrança sobre demais segmentos ficará ainda maior.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, fez esse alerta ao abrir a coletiva. "À medida que discutirmos um benefício, teremos a implicação do quanto aquilo pesa para o restante da sociedade", disse.

As alíquotas de referência serão fixadas pelo Senado após a aprovação da regulamentação da reforma. Elas serão aplicadas automaticamente à União e aos estados e municípios, mas os entes terão autonomia para alterá-las.

O diretor de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária Daniel Loria destacou que o novo sistema prevê o recolhimento do tributo no destino, ou seja, onde ocorre o consumo. Hoje, boa parte da cobrança é feita na origem, isto é, onde os bens são fabricados ou onde as empresas prestadoras de serviço estão sediadas.

Esse é um ponto importante, já que hoje os governadores e prefeitos definem alíquotas que não necessariamente incidem sobre contribuintes que são seus eleitores —no caso de bens transportados para outros estados, por exemplo.

União, estados e municípios poderão optar tanto por uma alíquota maior quanto por uma menor.

Essa escolha poderá se dar de duas maneiras. A primeira seria em ponto percentual acima ou abaixo da alíquota de referência —por exemplo, um CBS de 0,3 ponto percentual acima da referência, resultando em cobrança de 9,1% pelas simulações da Fazenda.

A segunda forma seria fixar nominalmente a nova alíquota, dizendo que a cobrança da CBS passará a ser de 9,1%, no caso do exemplo.

Appy ressaltou que mudanças legais promovidas no futuro pelo Congresso ou pelos Legislativos locais vão disparar um gatilho automático de ajuste na alíquota de referência e, mais importante ainda, só entrarão em vigor após o reequilíbrio na carga.

Para facilitar a compreensão da regra, Appy deu outro exemplo. "O Congresso eventualmente fala que quer mudar a Cesta Básica. Se Congresso fizer isso no futuro, ampliar [a lista de produtos da] Cesta Básica, ele pode aprovar, faz parte da competência dele. Mas só entra em vigor depois que tiver sido feito o ajuste na alíquota de referência", afirmou.

A proposta de regulamentação da reforma tributária foi entregue pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) ao Congresso na quarta (24).

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta quinta que quer votar a regulamentação da tributária na Casa antes do início do recesso parlamentar (em meados de julho) e que é possível concluir a tramitação neste ano.

Ele disse que um cronograma da tramitação será elaborado nos próximos dias com "transparência absoluta", mas evitou dizer quem será o relator, indicando que há na Câmara diversos deputados "muito afeitos a esse tema".

Já O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), disse nesta quinta que a reforma tributária "faz a diferença" ao desonerar investimentos e exportações, mas não pode sair com "muito penduricalho" das próximas discussões.

"O imposto, embora elevado, a reforma tributária vai ajudar. Vai desonerar completamente exportação, vai desonerar completamente investimento. Simplifica. Reduz custo para pagar imposto", disse após participar de fórum na sede do BNDES, no Rio.

"O que não pode é ter muito penduricalho. A gente precisa ter cuidado na regulamentação para não ter muitas exceções, para a gente focar muito no IVA, que é um grande salto de qualidade."

Ele afirmou acreditar que o projeto estará regulamentado até o final do ano.

Colaboraram Leonardo Vieceli, do Rio, e Victoria Azevedo, de Brasília

MEI terá redução de R$ 3 no imposto mensal com reforma

BRASÍLIA Os MEIs (microempreendedores individuais) poderão ter redução de R$ 3 no imposto mensal ao fim da transição da reforma tributária. A proposta está no projeto de regulamentação enviado na quarta-feira (24) ao Congresso Nacional.

Hoje, os MEIs recolhem um valor mensal, equivalente à contribuição previdenciária mais R$ 1 de ICMS e R$ 5 de ISS, caso sejam contribuintes desses impostos.

Os tributos serão substituídos pelo novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que prevê parcela federal (Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS) e outra parcela de estados e municípios (Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS).

A CBS terá uma fase de testes em 2026 e entrará plenamente em funcionamento em 2027. O novo tributo de estados e municípios terá fase de testes em 2027 e 2028 e começará a ser cobrado efetivamente em 2029, com transição gradual até substituir totalmente os atuais em 2033.

Pelo projeto do governo, o microempreendedor pagará, em 2027 e 2028, um valor de R$ 7 além da alíquota previdenciária —R$ 1 de ICMS, R$ 5 de ISS, R$ 0,994 de CBS e R$ 0,006 de IBS.

O valor será inicialmente maior do que os atuais R$ 6, mas cairá ao longo do tempo.

A cobrança dessa parcela, sem considerar a contribuição previdenciária, somará R$ 6,60 em 2029, R$ 6,20 em 2030, R$ 5,80 em 2031 e R$ 5,40 em 2032.

Ao fim da transição, com a extinção de ICMS e ISS, o valor cairá a R$ 3 a partir de 2033 —sendo R$ 1 da CBS federal e R$ 2 do IBS estadual e municipal.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, ressaltou que o critério para a definição do valor foi observar a cobrança atual e dividir por dois (ou seja, uma redução de 50%).

"Já é um valor simbólico hoje, vai continuar sendo simbólico", disse Appy.

De acordo com ele, o Congresso poderá alterar esses valores caso assim deseje.

Proposta para tributária bate de frente com projetos do setor privado

ANÁLISE

Eduardo Cucolo
Repórter de Mercado, é autor do blog Que Imposto é Esse

SÃO PAULO A proposta do governo de regulamentação da reforma tributária bate de frente, em muitos pontos, com projetos apresentados pelo grupo paralelo formado por congressistas e representantes do setor privado.

A lista de bens e serviços contemplados com isenções e alíquotas reduzidas e o "cashback" são exemplos dos embates que devem marcar as discussões nos próximos três meses —prazo previsto para votar o texto na Câmara.

Na entrega da proposta, o secretário Bernard Appy disse que um número menor de exceções permite manter a alíquota dos novos tributos perto de 26,5%. A tributação padrão atual é de 34%, citou o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Outro ponto polêmico é a inclusão de automóveis (exceto os menos poluentes) e bebidas açucaradas na lista de produtos com tributação adicional pelo Imposto Seletivo, por danos causados à saúde e ao ambiente.

O governo foi mais comedido ao listar só três minerais tributados pelo mesmo motivo (minério de ferro, petróleo e gás natural), mas decidiu não isentar a exportação desses produtos.

Há também pontos na proposta que vão ao encontro dos projetos do grupo paralelo, como redução de obrigações tributárias acessórias e busca por harmonização entre União, estados e municípios.

Merece análise mais detalhada as propostas para dois grandes problemas do sistema atual: a garantia da não-cumulatividade e a mudança do local de tributação da origem para o destino.

Uma das autoras da proposta que gerou a emenda da reforma, a tributarista Vanessa Canado sempre defendeu que os projetos de um governo devem se basear no melhor do ponto de vista técnico.

Concessões políticas, se houver, deverão ser feitas no debate público no Congresso.

O texto dá ao governo uma boa margem de negociação. A apresentação da alíquota estimada mostra qual será o custo de mudanças que busquem apenas benefícios setoriais, não o aprimoramento sempre necessário de uma proposta tão complexa.

Zanin atende a pedido de Lula e suspende desoneração da folha

Ministro considerou que, sem a indicação do impacto orçamentário, poderá ocorrer desajuste nas contas públicas

José Marques, Victoria Azevedo e Douglas Gavras

O ministro do STF Cristiano Zanin Carlos Moura - 17.out.23/SCO/STF

BRASÍLIA E SÃO PAULO O ministro Cristiano Zanin, do STF (Supremo Tribunal Federal), atendeu a pedido do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e suspendeu nesta quinta-feira (25) trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha de empresas e prefeituras.

A ação foi apresentada ao Supremo nesta quarta (24). A petição foi é assinada pelo próprio presidente e pelo chefe da AGU (Advocacia-Geral da União), ministro Jorge Messias.

O principal argumento é que a desoneração foi aprovada pelo Congresso "sem a adequada demonstração do impacto financeiro". O governo diz que há violação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Constituição.

Na decisão liminar —ou seja, provisória—, Zanin considerou que, sem indicação do impacto orçamentário, poderá ocorrer "um desajuste significativo nas contas públicas e um esvaziamento do regime fiscal constitucionalizado".

A suspensão tem efeito imediato. Zanin, porém, submeteu a decisão aos colegas. Os demais ministros vão analisá-la em sessão virtual que se inicia na madrugada desta sexta (26) e termina em 6 de maio.

A liminar levou a reações de congressistas e de setores produtivos. Para o presidente do Senado e também do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), trata-se de um "terceiro turno".

Ao fundamentar a decisão, o ministro que foi advogado de Lula nos casos da Lava Jato afirmou que, em 2000, "o país passou a buscar a responsabilidade fiscal com a valiosa participação do Congresso Nacional", citando a lei que trata do tema.

Ele acrescentou que, no entanto, "as regras fiscais aprovadas naquela oportunidade passaram por um processo de flexibilização ao mesmo tempo que houve um aumento desordenado de despesas públicas nos últimos anos".

Zanin menciona, então, a regra do teto de gastos, aprovada pelo Congresso em 2016, durante a gestão Michel Temer (MDB), que limitava o crescimento das despesas do governo federal.

"[A emenda à Constituição do teto foi] aprovada em prazo exíguo e num momento político conturbado do país, tudo para reforçar a intenção das Casas Legislativas de promover o efetivo controle das contas públicas."

Segundo o ministro, "a diretriz da sustentabilidade orçamentária foi, portanto, eleita pelo legislador como um imperativo para a edição de outras normas, sobretudo aquelas que veiculam novas despesas ou renúncia de receita".

Zanin afirmou ainda que cabe ao STF ter "um controle ainda mais rígido para que as leis editadas respeitem o novo regime fiscal". Hoje, no país vigora o arcabouço fiscal.

A desoneração da folha foi criada em 2011, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

A prorrogação do benefício até o fim de 2027 foi aprovada pelo Congresso no ano passado e o benefício foi estendido às prefeituras, mas o texto foi integralmente vetado por Lula. Em dezembro, o Legislativo decidiu derrubar o veto.

Em reação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enviou uma MP ao Congresso, propondo a reoneração gradual da folha e a consequente revogação da lei promulgada após a derrubada do veto.

A medida, anunciada em 28 de dezembro do ano passado, valeria a partir de 1º de abril.

O novo texto sofreu resistências do Congresso, e o governo precisou revogar o trecho da reoneração das empresas na tentativa de buscar um acordo político. Ao mesmo tempo, o Executivo enviou um projeto de lei tratando da redução gradual do benefício.

No início de abril, Pacheco desidratou ainda mais a MP e decidiu derrubar do texto o trecho que reonerava as prefeituras.

A decisão do governo de judicializar o tema vem depois da constatação de que não foi possível chegar a acordo político com os congressistas. A iniciativa já provocou protestos.

Pacheco, em nota, disse que o governo "erra ao judicializar a política e impor suas próprias razões, num aparente terceiro turno de discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento".

Ele disse que respeita a decisão de Zanin e que buscará apontar os argumentos do Congresso.

"Mas também cuidarei das providências políticas que façam ser respeitada a opção do parlamento pela manutenção de empregos e sobrevivência de pequenos e médios municípios", afirmou Pacheco, que vai se reunir nesta sexta (26) com o setor jurídico do Senado e convocará reunião de líderes.

Relator da proposta no Senado, Ângelo Coronel (PSD-BA) disse que o governo "prega a paz e a harmonia e age com beligerância".

"Esperamos que a maioria do STF derrube essa ADI [ação direta de inconstitucionalidade] proposta pelo governo federal que não acatou a decisão da maioria esmagadora da Casa das leis", disse.

Já o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), afirmou que o movimento do Executivo em buscar o Judiciário "contribuirá para prolongar o tensionamento nas relações com o Legislativo".

Em nota, a presidente da Feninfra (Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática), Vivien Melo Suruagy, disse a decisão "vai estimular a quebra de empresas e causar demissões".

A ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal) lamentou a decisão. "Isso impactará na competitividade das cadeias produtivas, com possíveis efeitos negativos sobre a manutenção dos empregos e potenciais efeitos inflacionários", afirmou a entidade.

Guerra do imposto começa agora

Na regulamentação das exceções, pode passar boi, boiada e muito favor para amigos do poder

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo mandou ao Congresso o que é, até aqui, um projeto razoável de regulamentação da mudança dos impostos sobre consumo. Procurou manter a qualidade restante da reforma tributária, definida em termos gerais por meio de emenda à Constituição, de dezembro de 2023.

Para citar apenas um aspecto da reforma, o pessoal tentou limitar exceções ou privilégios.

Na emenda constitucional, deputados e, em especial, senadores criaram um excesso de regimes diferenciados, favorecidos e específicos. Isto é, bens e serviços para os quais o imposto será menor.

Quanto mais exceções, pior a qualidade econômica da reforma. Além disso, mais regras serão necessárias para enquadrar com precisão produtos e atividades que merecerão tratamento diferente. É oportunidade para lobby ou mutreta.

Pelo menos 20 profissões ganharam esse direito, por exemplo (redução de 30% da alíquota). É o caso também de "produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais" (redução de 60%).

A concessão genérica estava na emenda constitucional. A regulamentação inclui, entre outros, feira de negócios, show, carnaval, programa de auditório (sic), "entrevistas e clipes" (influencers?). O que mais os lobbies vão colocar nessa e noutras caixinhas de imposto menor ou zero?

Em nome da justiça social, o imposto sobre alguns produtos e serviços pode ser menor (comida, remédio, escola, saúde). Melhor é devolver o imposto pago para os mais pobres, em vez de se generalizar o benefício, que será apropriado também pelos ricos (como ocorre com a atual desoneração de alimentos).

Outras leis, ordinárias, serão necessárias para especificar a situação. É o que vai acontecer com o imposto seletivo sobre veículos, por exemplo, que vai variar de acordo com potência ou impacto ambiental. Produtores de refrigerantes vão tentar escapar do "seletivo" (que tenta induzir a redução do consumo de "males" para a saúde e o ambiente). Etc.

A definição do que são "produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura" é campo aberto de incerteza. "In natura", na lei, é "produto tal como se encontra na natureza", que não seja industrializado ou "acondicionado em embalagem de apresentação", embora possa haver "acondicionamento indispensável para o transporte". Hum.

Enfim, com mais exceções, mais conflito haverá entre contribuinte e Receita: mais arbítrio oficial ou lobby privado e judicialização.

Esses são apenas poucos exemplos de como as especificações de regimes diferenciados podem dar pano para a manga. Atualmente, é muitíssimo pior. Mas podemos fazer besteira nova.

O imposto, no fim das contas, é pago pelo consumidor. Uma redução de alíquota, porém, evita o risco de que o vendedor do bem ou prestador de serviço veja seu mercado diminuir, em certos casos (em particular no de produtos e serviços que não sejam de grande necessidade). Esse o motivo da disputa.

O governo diz que a alíquota média da nova tributação sobre consumo será de 26,5%; a emenda constitucional da reforma proíbe aumento de carga tributária. Em tese, EM MÉDIA, vamos pagar o mesmo tanto de imposto que pagamos hoje, mas com ganho grande de eficiência econômica.

Por bom motivo, a carga de alguns setores aumentará. Porém, a carga de alguns ainda será menor do que a de outros por privilégio de quem tem poder político-econômico.

A discussão vai bem além de alíquotas. A reforma é muito complexa e enorme. Os entendidos ainda mastigam as centenas de artigos da regulamentação. Mas temos de prestar muita atenção ao que se vai fazer dessa oportunidade rara de melhorar a medula econômica do país.

Senado é responsável por PEC do Quinquênio, diz Lira

Presidente da Câmara disse que é 'difícil' prever se texto avançará na Casa

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), responsabilizou, nesta quinta-feira (25), o Senado pelo avanço da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Quinquênio, que turbina salários de juízes, promotores, delegados da Polícia Federal, defensores e advogados públicos.

"Cada um com as suas responsabilidades. Não foi a Câmara que pautou o Quinquênio. Cada um que pauta as suas coisas, que responda por elas, não se pode dizer que a Câmara pautou um projeto até hoje de 'pauta-bomba'", disse em entrevista à GloboNews.

"Colocados os números que a Fazenda coloca, que pode variar de R$ 40 a R$ 80 bilhões, é mais do que uma pauta-bomba", completou o parlamentar.

Disse ainda ser "difícil de prever" se o projeto andará na Câmara dos De´putados porque avalia que o texto pode não avançar no Senado dada a repercussão negativa.

A proposta, já aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, altera a Constituição para garantir aumento automático de 5% do salário para as carreiras contempladas a cada cinco anos, até o limite de 35%.

Inicialmente, a PEC concedia o quinquênio a juízes e membros do Ministério Público. A comissão estendeu o penduricalho para defensores públicos; membros da advocacia da União, dos estados e do Distrito Federal; e delegados da Polícia Federal.

> Cada um com as suas responsabilidades. Não foi a Câmara que pautou o Quinquênio. Cada um que pauta as suas coisas, que responda por elas
>
> **Arthur Lira (PP-AL)**
> presidente da Câmara dos Deputados, à GloboNews

"Quando você trata do assunto magistratura, você tem um problema sério ali para resolver que é uma questão salarial focada numa categoria que decide bilhões de reais ganhando, hoje em dia, muito pouco, então temos que equilibrar a situação. Quando começam a entrar 10, 20, 30 categorias de todas as carreiras de estado, você vai perder o controle. Daqui a pouco vai estar todo mundo", afirmou Lira.

O presidente da Câmara voltou a pontuar que é preciso tratar com transparência "onde nasceu o problema", ao citar matérias que são apresentadas no Senado. "Fato é que sempre quando as coisas são votadas, o tratamento é do Congresso. Lógico, aprovado nas duas Casas. Mas, onde nasceu o problema, isso tem que ser tratado com transparência", disse ele.

Lira não citou nominalmente o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao fazer essas críticas. Os dois mantém relação protocolar, sem um diálogo próximo, e acumulam desentendimentos sobre tramitação de propostas no Congresso.

Como a **Folha** mostrou, Pacheco indicou a aliados que quer desidratar a PEC e restringir o penduricalho a juízes e membros do Ministério Público para diminuir a resistência do governo —que vê o tema como pauta-bomba para as contas públicas.

Senadores próximos a Pacheco o procuraram após a aprovação da proposta na CCJ para reclamar da inclusão de mais categorias e afirmar que há risco de derrota no plenário.

Mesmo com a resistência do governo, parlamentares que conversaram com o presidente do Senado dizem que ele deve insistir na aprovação do penduricalho para juízes, promotores e procuradores até o final de seu mandato.

Acordo prevê reajuste de auxílio-alimentação de servidor em 52%

VIDA PÚBLICA

SÃO PAULO O governo Lula (PT) aumentou o auxílio-alimentação dos servidores públicos federais de R$ 658 para R$ 1.000. O acordo foi fechado nesta quinta (25).

Com isso, o benefício terá um reajuste de 52%. Foram corrigidos ainda o auxílio-saúde (de R$ 144,38 para R$ 215) e o auxílio-creche (de R$ 321 para R$ 484,90).

Os novos valores serão processados a partir das folhas de maio e cairão nos pagamentos em 1º de junho. A proposta teve 83% de aprovação das entidades representativas das categorias. O acordo foi assinado por 33 das 40 delas.

Em 2023, o governo concedeu 9% de aumento salarial linear para todos os servidores públicos federais e aumento de 43,6% no auxílio-alimentação.

De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o aumento do auxílio-alimentação resulta em um ganho de renda de mais de 4,5% para mais de 200 mil servidores ativos —que são os que ganham até R$ 9.000 mensais.

Já aqueles servidores que têm as menores remunerações do serviço público federal que recebem, simultaneamente, os três benefícios (alimentação, saúde e creche) terão aumento na remuneração total de 23%.

O secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, destaca que a proposta do governo que foi aprovada age contra a disparidade na remuneração no serviço público federal.

Feijóo reforçou ainda o compromisso do governo com o diálogo permanente e com a valorização dos servidores públicos.

"Este espaço democrático de diálogo nos permitiu fechar esse acordo que, juntamente com o reajuste de 9% que já foi concedido no ano passado, faz com que se inicie um processo de recuperação dos salários que ficaram congelados por tanto tempo", afirmou o secretário.

Além dos reajustes nos benefícios, o governo também se comprometeu a implantar até julho todas as mesas específicas de carreiras que ainda não foram abertas no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Atualmente são 18 as mesas de negociações específicas abertas. Dez mesas já chegaram a acordos e oito estão em andamento.

A greve nacional de professores começou há dez dias, com 21 instituições federais de ensino. Ao menos 31 instituições federais aderiram e estão com aulas suspensas. Já são 26 universidades, quatro institutos federais e um centro tecnológico.

Na sexta (19), o governo fez uma contraproposta a professores e técnicos e servidores da educação federal para 2025 e 2026. Nos dois casos, o governo propôs antecipar o pagamento do reajuste do ano que vem de maio para janeiro. Para servidores técnico-administrativos, a proposta prevê 9,5% de reajuste e, para professores, de 9% em 2025.

Desde então, o governo já dizia que, neste ano, não há espaço orçamentário para reajuste, mas concederia aumento nos benefícios, como alimentação e creche.

Servidores federais da educação em greve com estudantes em frente à sede do MEC em Brasília Pedro Ladeira - 17.abr.24/Folhapress

AB Concessões S.A.

CNPJ nº 15.019.317/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

AB Concessões S.A. - A AB Concessões está sediada em São Paulo - Capital e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimentos, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias. A AB Concessões, criada em 2012, é a única holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia. A AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%). Os relatórios individuais de cada Concessionária do Grupo AB Concessões estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nos sítios eletrônicos de relações com investidores das respectivas Companhias. **Destaques do ano de 2023: 1. Desempenho Financeiro e Operacional das Concessionárias (100% Controladas). Rodovias das Colinas:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2023 teve um aumento de 13,2% em relação ao ano de 2022, o valor foi de R$ 829.853 mil. A receita líquida no ano de 2023 foi de R$ 768.361 mil (+13,2%). O tráfego da Companhia em 2023 foi de 65.572 mil de eixos equivalentes, volume 6,1% acima do tráfego registrado no ano de 2022. O EBITDA ajustado da Companhia foi de R$ 612.977 mil no ano de 2023 (+9,7%). • EBITDA: Eliminação dos efeitos do ICPC 01 na receita líquida e nos custos operacionais; • EBITDA Ajustado: Eliminação do efeito da provisão de manutenção. O número de veículos que transitam pelas rodovias da Concessionária aumentou em 7,5% em 2023. O tráfego da Companhia tem sua maior concentração nas rodovias SP 280 (Castello Branco) e SP 075 (Santos Dumont), as quais representam aproximadamente 60,8% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 280 é uma importante via de ligação entre a região que engloba o Centro e Oeste do Estado de São Paulo e o Estado do Mato Grosso do Sul, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos, sendo cerca de 59,4% do seu tráfego representado por eixos pesados. Na Rodovia SP 075, o tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades no entorno de Campinas e Sorocaba, bem como pelo tráfego para o Aeroporto de Viracopos, sendo que os eixos leves representam 60,8% do seu tráfego total. Em 2023, a tarifa média por eixo equivalente da Companhia foi de R$ 12,66, o que representa um crescimento de 6,7% em relação ao ano de 2022. **Nascentes das Gerais:** A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2023 representou 17,2% em relação ao ano de 2022, alcançando R$ 212.093 mil. A receita líquida no ano de 2023 foi de R$ 212.466 mil (+15,7%). O tráfego da Companhia em 2023 foi de 27.279 mil de eixos equivalentes, volume 9,3% maior que o tráfego registrado no ano de 2022. O EBITDA ajustado em 2023 foi de R$ 143.036 mil (+12,2%). • EBITDA: Eliminação dos efeitos do ICPC 01 na receita líquida e nos custos operacionais; • EBITDA Ajustado: Eliminação do efeito da provisão de manutenção. O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, o tráfego em potencial da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia. **Triângulo do Sol:** As atividades operacionais da Companhia foram encerradas com o fim do prazo da concessão, em 30 de abril de 2023, e a Companhia entrou em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão, tais como, resolução das contingências, pleitos junto ao poder concedente e outros sejam solucionados. **2. Investimentos:** No ano de 2023, as Concessionárias controladas pela AB Concessões realizaram os seguintes investimentos: **Rodovias das Colinas:** Em 2023, a Concessionária em manteve ao longo dos anos, o seu compromisso com os usuários da rodovia, realizando diversas ações a fim de manter os melhores padrões em segurança, conservação e monitoramento da rodovia, conforme previsto em contrato. **Nascentes das Gerais:** Em 2023, a Concessionária AB Nascentes das Gerais continua seu processo de investimento em melhorias nas rodovias do sistema, contribuindo para torná-las mais seguras, confortáveis e com plenas condições de trafegabilidade para seus usuários. Neste sentido, conclui-se no ano de 2023 importantes investimentos nos municípios de Piumhi, Itaú de Minas e São Sebastião do Paraíso, que envolvem a implantação de duplicações, travessias e contornos urbanos. Destaca-se também a conclusão de obras de duplicações e entroncamento no polo de Divinópolis, passarelas de pedestres na região de Passos e serviços de restauração de pavimento e sinalização das rodovias do sistema, contribuindo para a melhoria da segurança e conforto dos usuários. Para o ano de 2024, importantes obras têm conclusão prevista para o primeiro semestre, tais como faixas adicionais e novos entroncamentos no trecho entre Mateus Leme e Divinópolis e na região de Passos e Capitólio. Até o final de 2024 há previsão também de conclusão de obras de novos entroncamentos, faixas adicionais e melhorias de traçado na região entre Piumhi e São Sebastião do Paraíso. **3. Governança Corporativa:** Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia. **Conselho de Administração:** - O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, com foco na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições. - Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia; - Com regimento interno e periodicidade de reuniões; - Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio. **Auditoria e Demonstrações Financeiras:** - Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras; - Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). **Transparência e Gestão:** - Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados; - Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes; - Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia. **4. Responsabilidade Socioambiental:** Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para ações que valorizam a integridade, a segurança viária, e a educação e bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária. Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha "Caminhoneiro na Via", estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões. O Grupo AB Concessões levou a campanha "Motociclista na Via" a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e faixas de adesivos refletivos em capacetes. Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha "Pedestre na Via" distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas. Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha "Usuário na Via", que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros. Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha "Educação na Via", que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores. Por meio desta campanha, a concessionária abre suas portas para receber os visitantes conhecerem seu Centro de Controle Operacional (CCO) e também realiza palestras em empresas e escolas sobre segurança no trânsito e preservação ambiental. No "Comunidade na Via" são promovidas ainda ações em praças públicas e empresas, com prestação de serviços de saúde gratuitos e distribuição de materiais educativos. **5. Considerações finais:** As informações financeiras da AB Concessões S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	147.422	689	389.457	622.264
Contas a receber	5	–	–	73.025	106.586
Contas a receber de Partes Relacionadas	11	7.100	3.673		
Tributos e encargos a recuperar	6	609	773	8.651	15.528
Instrumentos financeiros derivativos	22	–	–	–	68.820
Dividendos a receber	11	416.436	358.728	–	–
Outros ativos		147	1.069	14.964	21.063
Total do ativo circulante		**571.714**	**364.932**	**486.096**	**834.261**
Não Circulante					
Debêntures com partes relacionadas	11	1.616.905	1.616.905	1.616.905	1.616.905
Contas a receber	5	–	–	69.381	69.352
Dividendos a receber	11	5.785	5.785	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	32.972	213.947	328.855
Tributos e encargos a recuperar	6	–	–	77.407	70.373
Depósitos e bloqueios judiciais	14	7.984	97.528	357.486	496.334
Outros Ativos		130	131	47.900	29.337
Total do realizável a longo prazo		**1.630.803**	**1.753.320**	**2.383.027**	**2.611.155**
Investimentos	7	1.910.110	2.004.778	–	–
Imobilizado		5.093	4.312	6.664	4.328
Intangível	9	1.428	1.409	1.911.243	2.132.391
Ativo Contratual	9	–	–	29.858	5.636
Direito de uso		2.307	3.127	10.788	5.636
Total do ativo não circulante		**3.549.742**	**3.766.945**	**4.341.580**	**4.759.147**
Total do Ativo		**4.121.456**	**4.131.877**	**4.827.677**	**5.593.408**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Debêntures	10	–	–	419.858	451.102
Passivo de Arrendamento		965	1.049	4.820	3.036
Fornecedores		1.718	4.004	92.531	83.155
Contas a pagar com Partes Relacionadas	11	–	–	635	635
Debêntures e Mútuo com partes relacionadas	11	1.553.985	107.712	–	–
Obrigações fiscais	13	221	2.100	19.200	26.353
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	13	–	28.285	50.704	118.879
Credor pela concessão	12	–	–	1.352	3.870
Obrigações sociais e trabalhistas		12.088	10.354	25.913	27.383
Provisão para manutenção	15	–	–	81.481	136.223
Instrumentos financeiros derivativos	22	–	–	–	60.820
Outras contas a pagar		138	515	6.383	16.235
Total do passivo circulante		**1.569.115**	**154.020**	**702.877**	**927.689**
				(216.781)	
Não Circulante					
Debêntures	10	–	–	851.538	1.240.948
Passivo de Arrendamento		1.421	2.078	6.127	2.600
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	9.866	5.653	406.614	332.860
Provisão para manutenção e investimentos	15	–	–	82.288	91.427
Dividendos a pagar	11	191.243	191.243	191.243	191.243
Obrigações fiscais	13	–	89.262	–	132.162
Debêntures e Mútuo com partes relacionadas	11	–	1.292.633	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	–	–	237.179	277.488
Total do passivo não circulante		**202.530**	**1.580.868**	**1.774.989**	**2.268.728**
Patrimônio Líquido	16				
Capital social		738.653	738.653	738.653	738.653
Reserva de capital		1.791.591	1.791.591	1.791.591	1.791.591
Prejuízos Acumulados		(180.434)	(133.254)	(180.434)	(133.254)
Total do patrimônio líquido		**2.349.811**	**2.396.990**	**2.349.811**	**2.396.990**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**4.121.456**	**4.131.877**	**4.827.677**	**5.593.408**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Lucros retidos	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	15	738.653	1.791.591	47.171	137.435	–	2.714.850
Prejuízo líquido do período		–	–	–	–	(335.419)	(335.419)
Ajuste de exercícios anteriores - reflexo de controladas		–	–	–	–	17.560	17.560
Transferência para prejuízos acumulados		–	–	(47.171)	(137.435)	184.606	–
Saldos em 31/12/2022	15	738.653	1.791.591	–	–	(133.253)	2.396.991
Saldos em 31/12/2022		738.653	1.791.591	–	–	(133.254)	2.396.990
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	–	(47.180)	(47.180)
Saldos em 31/12/2023	15	738.653	1.791.591	–	–	(180.434)	2.349.810

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto prejuízo líquido por ação, básico e diluído - em reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita Operacional Líquida	17	–	–	1.288.462	1.709.393
Custo dos Serviços Prestados	18	–	–	(546.602)	(706.174)
Resultado Bruto		–	–	741.860	1.003.219
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(26.133)	(17.826)	(310.831)	(273.834)
Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	5	–	–	6.219	(1.983)
Perdas pela não recuperabilidade dos ativos	11	–	(518.345)	–	(518.345)
Resultado de equivalência patrimonial	7	211.484	468.094	(31.907)	(26.401)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	151	104	4.467	23.312
Total		185.502	(67.973)	(332.052)	(797.252)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		185.502	(67.973)	409.807	205.967
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	19	47.209	27.562	282.608	269.369
Despesas financeiras	19	(219.794)	(203.105)	(420.187)	(458.543)
Total		(172.585)	(175.543)	(137.579)	(189.174)
Resultado antes dos Tributos sobre o Resultado		12.917	(243.516)	272.228	16.793
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes		(27.125)	(99.577)	(244.808)	(449.803)
Diferidos	8	(32.972)	7.674	(74.600)	97.591
Prejuízo Líquido do Exercício		(47.180)	(335.419)	(47.180)	(335.419)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R$	20	(225,47)	(1.602,93)	(225,47)	(1.602,93)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo Líquido do Exercício	(47.180)	(335.419)	(47.180)	(335.419)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	(47.180)	(335.419)	(47.180)	(335.419)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Prejuízo líquido do exercício		(47.180)	(335.419)	(47.180)	(335.419)
Ajustes para conciliar o prejuízo/lucro líquido do período ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	32.972	(7.674)	74.599	(97.591)
Depreciação e amortização	9 e 18	2.007	1.667	316.417	300.239
Juros sobre debêntures e mútuos com partes relacionadas	11	171.734	153.314	(31.907)	(26.401)
Juros sobre debêntures e instrumentos financeiros	19 e 21	–	–	213.867	239.378
Provisão para manutenção e investimentos, líquido do ajuste a valor presente	15	–	–	72.389	119.447
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	14	4.213	2.285	108.640	54.058
Provisão (Reversão) para perda esperada - Contas a receber	5	–	–	(6.219)	1.984
Baixa do ativo intangível	9	–	–	73	9
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento e juros provisionados		–	–	239	
Resultado de instrumentos financeiros	22	–	–	(9.385)	141
Resultado de equivalência patrimonial	7	(211.484)	(468.094)	31.907	26.401
		(47.738)	(135.576)	723.440	800.591
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	5	(3.428)	(1.796)	39.752	(9.152)
Impostos a recuperar		164	209	(157)	137
Outros ativos		601	(1.199)	(19.002)	(14.194)
Depósitos e bloqueios judiciais		89.544	(23.108)	138.848	(145.437)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.286)	366	(33.159)	24.340
Obrigações sociais e trabalhistas		1.734	1.705	(1.470)	3.648
Obrigações fiscais	13	(91.338)	50.639	42.345	395.360
Provisão para manutenção (pagamentos)	15	–	–	(136.270)	(91.765)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (pagamentos)	14	–	(2.285)	(34.886)	(45.162)
Apropriação da outorga variável		–	–	(2.518)	468
Outras contas a pagar		(1.115)	383	(4.538)	3.362
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(28.088)	(23.206)	(249.836)	(345.593)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(81.950)	(133.868)	462.550	576.603
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos					
Dividendos Recebidos		298.239	141.907	–	–
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	9	(1.666)	(1.438)	(75.650)	(154.402)
Mútuo com partes relacionadas - pagamento		(50.000)	–	–	–
Aumento de capital em controlada	7c	(17.890)	(24.000)	–	–
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento		228.683	116.469	(75.650)	(154.402)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Debêntures:					
Pagamento de principal	10	–	–	(431.224)	(189.838)
Pagamentos de juros	10	–	–	(194.977)	(199.418)
Arrendamento - pagamento principal e juros				(2.571)	–
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	22			9.065	17.232
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		–	–	(619.707)	(372.024)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		146.733	(17.398)	(232.807)	50.176
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	689	18.087	622.264	572.088
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	147.422	689	389.457	622.264

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A AB Concessões S.A. ("Companhia") é uma holding, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A. A Companhia faz parte do grupo italiano Mundys (nova razão social da Atlantia) ("Mundys"), que é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo. A Companhia, após as reestruturações societárias concluídas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Triângulo do Sol"), Rodovias das Colinas S.A. ("Colinas") e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Nascentes das Gerais"), e da empresa Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. ("Soluciona"), além de deter 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Rodovias do Tietê"). Em 16 de novembro de 2023, a controladora AB Concessões, em observância a Resolução CVM nº 44, comunicou por meio das suas controladas, Rodovias das Colinas S.A. e Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., seus investidores e o mercado em geral que, nesta data, celebraram com **Via Appia Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura** ("Via Appia"), gerido pela Starboard Asset Ltda., contrato de compra e venda de até 100% de suas ações. O fechamento da Transação está sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e/ou contratuais necessárias para essa Transação. A seguir o objeto social das controladas diretas e empreendimentos controlados em conjunto: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.: A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Triângulo do Sol"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez, uma subsidiária do grupo italiano Mundys (nova razão social da Atlantia) ("Grupo"). Em 01 de agosto de 2023, conforme divulgado em fato relevante, a Companhia recebeu a comunicação da CVM por meio do qual foi informada do deferimento de seu pedido de cancelamento do seu registro de emissor de valores mobiliários na categoria "B", tendo atendido as condições previstas no artigo 51 da Resolução CVM nº 80/2022. O cancelamento voluntário do registro foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2023. A Companhia tinha como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, competia à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos, o qual por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 26, de 19 de agosto de 2022, foi autorizado, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, a extensão do prazo contratual até 30 de abril de 2023, em decorrência do reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Extinta a concessão, retornaram ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão ocorreu sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente, que caso resultem favoráveis à concessionária, poderão ser reequilibrados por meio de indenização financeira. A Companhia concluiu os compromissos decorrentes do contrato de concessão. A administração encerrou os negócios com o fim do prazo de concessão, em 30 de abril de 2023, e entrou em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão, tais como, resolução das contingências, pleitos junto ao poder concedente e outros sejam solucionados, portanto, a base contábil de continuidade operacional não é apropriada para a controlada. Ao elaborar essas informações financeiras, a administração considerou os impactos na realização dos ativos da controlada e o cumprimento de certas obrigações pelos valores reconhecidos. Rodovias das Colinas S.A.: A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Itu, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000. Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 27, de 03 de junho de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por mais 115 dias, a partir de 03 de julho de 2028. Com essa prorrogação, o período de exploração da concessão foi estendido para 26 de outubro de 2028. Durante o período de prorrogação será devido ao Poder Concedente o valor referente à outorga variável sobre as receitas de pedágio apuradas no período. A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão. i) Rodovias das Colinas S.A. e Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.: Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT nº 04, a qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução. Contratualmente, as tarifas de pedágio da controlada Colinas são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao Termo Aditivo e Modificativo nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual, para a controlada Rodovias das Colinas. Em 30 de junho de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselhor Diretor da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo ("Artesp"), tendo em vista o atual contexto econômico extraordinário, comunicou a decisão de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão de rodovias do Estado de São Paulo. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 02/2022, de 17 de agosto de 2022, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em razão da não aplicação do ajuste tarifário de 2021-2022. A recomposição foi mediante emprego de verbas do tesouro, com pagamentos bimestrais realizados pelo poder concedente. Os pagamentos foram realizados à Companhia no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022. Em 14 de dezembro de 2022, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 10,72% baseados na evolução do IGPM entre junho/2021 e maio/2022, a vigorar a partir de 16 de dezembro de 2022. Concessionária da Rodovia MG050 S.A.: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Nascentes das Gerais") é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; e as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas. Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SEINFRA, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas à maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA, conforme antes especificado. As variações de receita de pedágio a menor, verificados além da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA mediante a composição do reequilíbrio econômico do contrato. A Nascentes das Gerais assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado. Estimativas de Investimentos, recuperação e manutenção: Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. As controladas, Rodovia das Colinas e Nascentes das Gerais, estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

	Colinas Previsão de 2024	Nascentes das Gerais Previsão de 2024 a 2029	Total
Recuperação e Manutenção	35.785	123.769	159.554
Infraestrutura	–	467.605	467.605
Total dos custos	**35.785**	**591.374**	**627.159**

As estimativas de investimentos foram segregadas levando-se em consideração o seguinte: • Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. • Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 15. Concessionária Rodovias do Tietê S.A.: A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial, é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, São Paulo, Brasil, que iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão. Em 06 de agosto de 2021, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, tendo a controlada em conjunto Rodovias do Tietê - em Recuperação Judicial - como interveniente anuente, para alienação da totalidade das Ações e dos Créditos Intercompany. O referido Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi aditado em 30 de janeiro de 2024, com o objetivo de alterar e prorrogar o prazo final para o fechamento da operação para o dia 30 de março de 2024, de modo que, encerrado tal prazo, qualquer uma das partes poderá, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, rescindi-lo. Em 30 de setembro de 2021, a Concessionária Rodovias do Tietê S.A. - em recuperação judicial obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP - Agencia de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que o mesmo entre em vigência. Na data de 29 de setembro de 2023, nos autos da Recuperação Judicial ("Plano"), em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Salto, Estado de São Paulo ("Juízo"), homologado em 30 de setembro de 2021, foi apresentado o pedido de extensão do prazo para aprovação da ARTESP do Plano de Recuperação Judicial por 180 (cento e oitenta) dias adicionais, portanto até 30 de março de 2024. Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.: A Soluciona Conservação Rodoviária, é uma sociedade de empresária limitada, com sede na cidade de Matão/SP, na Rua Elias Raimundo de Brito, nº 1860, bairro Nova Cidade, que iniciou suas operações em 26 de julho de 2016, e tem por objeto a prestação de serviços, para as concessionárias do Grupo AB Concessões, de conservação dos elementos que compõem o Sistema Rodoviário, exercidos dentro dos limites da faixa de domínio. Capital circulante negativo: Em 31 de dezembro de 2023, o passivo circulante consolidado supera o ativo circulante consolidado no montante de R$ 216.781, originado principalmente pelo passivo da empresa controlada, Concessionária da Rodovia MG050 S.A. "Nascentes das Gerais". Conforme nota explicativa nº 25 de eventos subsequentes, a controlada Rodovia das Colinas captou R$ 250.000 em março de 2024, reforçando o caixa consolidado. As controladas apresentam geração de fluxos de caixa operacionais, que somado ao caixa disponivel permitirá que sejam cumpridos os compromissos assumidos de curto prazo. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 27 de março de 2024. Base de mensuração, consolidação, moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) Eliminação dos saldos entre empresas consolidadas; (b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra respectivo patrimônio líquido da empresa investida. (c) Eliminação de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Combinação de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A reserva de capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios e foi registrada como contrapartida do custo da combinação de negócios excedente à participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos. Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como direito de concessão adquirido na combinação de negócios, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis que exceder o custo de aquisição é reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente. Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, estão descritas a seguir: *a) Contabilização do Contrato de Concessão:* Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na Nota 1. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. *b) Momento de reconhecimento do ativo intangível:* A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. *c) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:* A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso. *d) Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão:* A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. A estimativa da provisão de manutenção envolve o uso de premissas tais como: (i) planejamento dos trabalhos de reparo, substituição, (ii) renovação de componentes individuais da infraestrutura, (iii) duração dos ciclos de manutenção, (iv) estado de reparo dos ativos, (v) o custo esperado para categorias homogêneas de intervenção, e (vi) taxa de desconto. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em mudança nas políticas contábeis em si. As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são: **2.1. Instrumentos financeiros ativos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Reconhecimento inicial e mensuração:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos Financeiros:** A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como: i) mensurados ao custo amortizado ou ii) valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado: • São mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável e irretratável como VJR um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Esta avaliação inclui: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:* Para fins da avaliação do principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, são considerados: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo: baseados na performance do ativo). **Mensuração subsequente: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR são mensurados pelo valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento: Ativos Financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos Financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: · dificuldades financeiras significativas do devedor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperada no balanço patrimonial:* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **2.2. Instrumentos de hedge:** A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com juros das debêntures como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge". Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A Nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge" de valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data. **2.3. Ativo intangível:** A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria (Nota Explicativa nº 9). A infraestrutura em construção representa os ativos ainda em fase de construção, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que esta é construída. **2.4. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado seja menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas ou registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Impostos correntes: As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro provável em montante suficiente para sua realização. **2.6. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 13. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.7. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.8. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. **2.9. Provisão para manutenção:** A provisão é decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **2.10. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão. É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. Receita de contraprestação pecuniária: Oriunda do contrato de concessão patrocinada da controlada, Nascentes das Gerais, é paga mensalmente pela SEINFRA à controlada visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas brasileiras de contabilidade. A Companhia reconheceu como receita de construção no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 64.280 (R$ 148.173 em dezembro de 2022), e custo de construção nos mesmos valores. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. **2.11. Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição. **2.12. Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na "Reserva de lucros" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia revisou as novas normas descritas a seguir que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras: - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 e IFRS *Practice Statement 2*); - Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) e - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). - Imposto mínimo complementar global. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Classificação dos passivos como circulante e não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26); - Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06) e - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado) (alterações ao CPC 03 e CPC 40)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e contas bancárias	274	39	12.300	18.471
Aplicações financeiras (a)	147.148	650	377.157	603.793
Total	**147.422**	**689**	**389.457**	**622.264**

(a) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração média de 95% a 98% em 31 de dezembro de 2023 (95% a 98% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **5. Contas a receber de clientes e do poder concedente - consolidado:**

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a)	71.073	103.255
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.381	69.352
ARTESP - ressarcimento (c)	–	7.205
Contraprestação pecuniária (d)	1.689	1.729
Outras	1.571	9.129
Provisão para perdas de créditos esperada	(1.308)	(14.732)
Total	**142.406**	**175.938**
Circulante	**73.025**	**106.586**
Não circulante	**69.381**	**69.352**

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. (b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, cujo reequilíbrio econômico financeiro em favor da controlada Colinas foi objeto do Termo Aditivo e Modificativo - TAM nº 26/2019. Devido a evidência objetiva de realização desses saldos, nenhuma provisão para crédito esperada foi constituída. A controlada Colinas aguarda definição do poder concedente quanto a forma de recebimento/compensação, e por isso classificou o montante integralmente como recebível a longo prazo. (c) Refere-se a ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão integralmente provisionados das controladas Colinas e Triângulo. (d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, decorrente da apuração dos indicadores de desempenho, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão da controlada Concessionária Rodovia MG 050 S/A, cujos valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente e do Poder Concedente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SEINFRA, é de 30 dias. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Inicio do exercício	(14.732)	(12.749)
Adições à provisão no exercício	–	(4.028)
Reversões no exercício	6.219	2.045
Baixas no exercício	7.205	–
Em 31 de dezembro de 2023	**(1.308)**	**(14.732)**

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	72.967	104.270
Vencidos:		
Até 30 dias	16	1.240
De 31 a 90 dias	44	855
Acima de 90 dias	70.688	84.305
	143.715	**190.670**

6. Tributos e encargos a recuperar:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
IRPJ/CSLL - repetição de indébito - ágio (a)	34.801	34.801
Multas/Juros - repetição de indébito - ágio (a)	35.572	35.572
IRPJ / CSLL - pagamento a maior	8.234	5.107
IRRF - Aplicações Financeiras	6.327	7.841
Outros Tributos	1.124	2.580
Tributos e encargos a recuperar	**86.058**	**85.901**
Circulante	**8.651**	**15.528**
Não Circulante	**77.407**	**70.373**

(a) Em 23 de dezembro de 2021, por meio de Ata do Conselho de Administração, foi deliberado acerca do pedido de restituição dos tributos, multas e juros pagos pela controlada Triângulo do Sol S/A, em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela controlada Triângulo do Sol S/A nos anos de 2016 e 2017, com redução da multa em 50%, com subsequente pedido de restituição para discutir o mérito do aproveitamento do ágio fiscal (vide nota explicativa nº 8). **7. Investimentos:** Controladora: Conforme mencionado na nota 1, a Companhia é controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Soluciona, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê. A movimentação do investimento é como segue:

Participação no investimento	Nascentes das Gerais 100%	Triângulo do Sol 100%	Colinas 100%	Soluciona 100%	Rodovias do Tietê 50%	Total
Movimentação						
Saldo em 31/12/2021	**432.208**	**306.262**	**1.198.724**	**(1.162)**	**–**	**1.936.032**
Resultado de equivalência patrimonial	(36.636)	340.991	279.343	572	(26.401)	557.869
Amortização da mais-valia de ativos (c)	–	–	(89.775)	–	–	(89.775)
Dividendos distribuídos (a)	–	(397.473)	(69.835)	–	–	(467.308)

continua →★

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA AB CONCESSÕES S.A. (Em milhares de reais)

Participação no investimento	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Soluciona	Rodovias do Tietê	Total
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (d)	–	–	–	–	26.401	26.401
Aumento de capital em controlada (b)	24.000	–	–	–	–	24.000
Ajuste de exercícios anteriores (e)	17.560	–	–	–	–	17.560
Saldo em 31/12/2022	**437.132**	**249.780**	**1.318.457**	**(590)**	**–**	**2.004.778**
Resultado de equivalência patrimonial	(37.182)	19.791	351.818	(1.261)	(31.907)	301.259
Amortização da mais-valia de ativos (c)	–	–	(89.775)	–	–	(89.775)
Dividendos distribuídos (a)	–	(71.691)	(284.258)	–	–	(355.947)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (d)	–	–	–	–	31.907	31.907
Aumento de capital em controlada (b)	16.000	–	–	1.890	–	17.890
Saldo em 31/12/2023	**415.950**	**197.880**	**1.296.242**	**39**	**–**	**1.910.110**

(a) Em 27 de abril de 2022, foi aprovada a proposta para a alocação do lucro líquido, da controlada Triangulo do Sol, do exercício de 2021 da seguinte maneira: (a) R$ 52.225 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) distribuídos diretamente ao acionista da controlada em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) R$ 162.276 (cento e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil reais) alocados na conta de Reserva de Lucros da controlada. Este último, item (b), foi retificado em 04 de agosto de 2022, através de Assembleia Geral Extraordinária, para R$ 71.000. Adicionalmente, na mesma data, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$148.554, sendo R$ 71.000 oriundos da conta de Reserva de lucros, apurados em 31 de dezembro de 2021, e R$ 77.554 oriundos do resultado apurado em 31 de março de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$196.694, da controlada Triângulo do Sol, oriundos da conta de Reserva de Lucros, apurados até 30 de setembro de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R$ 66.743, da controlada Triângulo do Sol, oriundos dos Lucros Retidos em 31 de dezembro de 2022 somados aos dividendos mínimos obrigatórios de R$ 4.948 mil. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 87.955 e de dividendos em razão do excedente à conta de reserva de lucros no valor de R$ 196.303, da controlada Rodovia das Colinas. (b) Em 29 de dezembro 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R$ 24.000 com a emissão de 82.758.621 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data. Em 31 de março 2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R$ 1.890 com a emissão de 500 novas quotas sociais, as quais foram integralmente subscritas nessa data. (c) Em 31 de dezembro de 2023, a mais-valia decorrente da aquisição da controlada Colinas totalizava R$ 448.877, cujos valores estão sendo amortizados de forma proporcional até o prazo final da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a amortização destes valores de mais-valia foi de R$ 89.775 (R$ 89.775 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) para a controlada Colinas. (d) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 11, "b". (e) Reversão de R$ 17.560 reconhecidos em contrapartida de Ajustes de exercícios anteriores, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O ajuste decorre de amortização a maior registrada em períodos anteriores, o qual foi avaliado pela Companhia e, devido ao fato de o impacto ser imaterial, não foi feita a correção retrospectiva nos montantes dos períodos anteriores. As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Controladas				Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Soluciona	Rodovias do Tietê (a)
Participação - %	100	100	100	100	50
Ativo circulante	69.743	132.604	1.689.443	3.899	248.044
Ativo não circulante	1.040.476	273.074	707.761	3.772	2.109.268
Passivo circulante	161.310	31.775	916.744	2.703	2.681.684
Passivo não circulante	532.956	176.024	633.095	4.928	596.276
Patrimônio líquido	415.953	197.878	847.365	39	(920.649)
Lucro líquido (prejuízo do exercício)	(37.183)	19.791	351.818	(1.261)	(159.893)

(a) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 11, e não há obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) da Companhia em nome da controlada em conjunto. A Companhia possui dividendos a receber no valor de R$ 5.785, classificado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029. **8. Impostos de renda e contribuição social diferidos:** a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

Controladora	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Ativo			
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	–	(5.653)	5.653
Obrigações Fiscais	–	(91.322)	91.322
Base de cálculo	**–**	**(96.975)**	**96.976**
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos	**–**	**(32.972)**	**32.972**

Consolidado	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Ativo			
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:			
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - nota 14	226.663	(106.196)	332.859
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	329.926	(211)	330.137
Obrigações Fiscais	5.365	(135.088)	140.453
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05) (d)	93.014	(16.809)	109.823
Instrumentos financeiros derivativos	–	(319)	319
Arrendamento mercantil e provisões diversas	1.170	1.170	–
Provisão para perda de crédito esperada - nota 5	1.187	(13.545)	14.732
Provisão para manutenção	82.793	(77.208)	160.001
Base de cálculo	**740.118**	**(348.206)**	**1.088.324**
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	**251.640**	**(118.390)**	**370.030**
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a)	30.677	(6.817)	37.494
Total do crédito	**282.317**	**(125.207)**	**407.524**

Consolidado	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Passivo			
Diferenças temporárias:			
Outros ativos	29.361	1.238	28.123
Encargos financeiros antecipados (b)	18.964	(5.934)	24.898
Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal	137.167	(24.205)	161.372
Juros de debêntures capitalizados	2.670	(317)	2.987
Atualização de depósitos judiciais sobre o ágio	30.399	16.396	14.003
Direito de concessão adquirido	680.117	(136.023)	816.140
Base de cálculo	**898.678**	**(112.943)**	**1.047.523**
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%
Total do débito	**305.551**	**(50.607)**	**356.158**
Tributo diferido passivo líquido	**(23.233)**	**(74.600)**	**51.366**
Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:			
Composição por empresa			
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
AB Concessões	–	(32.972)	32.972
Colinas	74.409	(20.655)	95.064
Nascentes das Gerais	137.684	(3.609)	141.293
Soluciona	1.854	816	1.038
Triângulo do Sol	–	(58.487)	58.487
Tributo diferido ativo	**213.947**	**(114.907)**	**328.854**
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:			
AB Concessões (c)	(231.240)	46.248	(277.488)
Triângulo do Sol	(5.940)	(5.940)	–
Total do diferido passivo	**(237.180)**	**40.308**	**(277.488)**
Tributo diferido passivo líquido	**(23.233)**	**(74.599)**	**51.366**

(a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão, exceto para a controlada Triângulo do Sol, cujo saldo foi totalmente realizado em setembro de 2021, antes da assinatura do Termo Aditivo Modificativo nº 24 que estendeu o prazo da concessão até 21 de janeiro de 2022. Em 15 de fevereiro de 2022, por meio de Ata do Conselho de Administração, foi deliberado acerca do depósito judicial do ágio fiscal amortizado pelas controladas Rodovia das Colinas e Triângulo do Sol, referente aos trimestres dos anos de 2016 à 2021, acrescido de juros e multa de 20% do valor, totalizando R$ 55.516 e R$ 81.111, respectivamente, com o consequente pedido de declaração de legalidade para discutir o mérito de aproveitamento de tal ágio fiscal, sendo que, nesta mesma causa foi ajuizada o pedido de restituição do ágio pago em decorrência de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, decorrente do aproveitamento de ágio fiscal pela controlada Triângulo do Sol nos anos de 2016 e 2017, conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 23 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 6). Adicionalmente, durante o ano de 2023 a controlada, Rodovia das Colinas, efetuou depósitos judicias referente aos períodos de 03/2023, 06/2023 e 09/2023 no valor total de R$ 5.113 (R$ 6.817 referente aos períodos de 03/2022, 06/2022, 09/2022 e 12/2022). Em 31 de dezembro de 2023 o montante registrado totaliza R$ 145.148 (31 de dezembro de 2022 o montante registrado totaliza R$141.740). (b) Refere-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação das debêntures. (c) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos. (d) O montante líquido de R$ 93.014 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 109.823 em 31 de dezembro de 2022) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção do artigo nº 69 da lei nº 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do intangível (contábil) e provisão de manutenção e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos ativos fiscais, pelas controladas Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais, para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	31/12/2023 Valor	31/12/2023 Efeito tributário	31/12/2022 Valor	31/12/2022 Efeito tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	156.128	53.083	–	–
Prejuízos fiscais não reconhecidos	175.085	53.746	124.504	42.332
	331.213	**106.829**	**124.504**	**42.332**

b) Reconciliação dos impostos: O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	12.917	(243.516)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(4.392)	82.795
Diferenças permanentes:		
Outros ajustes	(1.603)	(346)
Baixa de diferido não recuperável	(32.095)	–
Rendimento sobre debêntures ativas	(93.912)	(333.505)
Resultado de equivalência patrimonial	71.905	159.152
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(60.097)	(91.903)
Correntes	(27.125)	(99.577)
Diferidos	(32.972)	7.674
Alíquota efetiva dos impostos	465,26%	37,74%

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	272.228	441.945
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Receita (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(92.558)	(150.261)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos (a)	(11.414)	(12.489)
Diferenças permanentes:		
Outros ajustes	(6.027)	(12.054)
Baixa de diferido não recuperável (b)	(90.961)	–
Rendimento sobre debêntures ativas	(93.912)	(112.718)
Perdas de instrumentos financeiros derivativos não dedutíveis	(13.689)	–
Resultado de equivalência patrimonial	(10.848)	(6.372)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**(319.409)**	**(293.894)**
Correntes	(244.808)	(330.926)
Diferidos	(74.599)	37.032
Alíquota efetiva dos impostos	117,33%	66,50%

(a) A Companhia reconheceu ativo fiscal diferido para o registro de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados, até o limite em que será provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social poderão ser utilizados. (b) O montante de R$ 90.961 refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos baixados em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro.

9. Ativo contratual e intangível da concessão: A movimentação é como segue:

Consolidado	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.349.786**	**107.157**	**20.903**	**3.282.252**	**6.760.098**
Adições	147.968	–	880	–	148.848
Baixas	(1.327)	–	–	–	(1.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.496.427**	**107.157**	**21.783**	**3.282.252**	**6.907.619**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.496.427**	**107.157**	**21.783**	**3.282.252**	**6.907.619**
Adições	113.237	–	1.709	–	114.946
Baixas	(18.514)	–	–	–	(18.514)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**3.591.150**	**107.157**	**23.492**	**3.282.252**	**7.004.051**
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(2.036.845)**	**(100.046)**	**(19.422)**	**(2.330.092)**	**(4.486.405)**
Adições	(141.879)	(1.033)	(592)	(136.023)	(279.527)
Transferências	(4.977)	–	–	–	(4.977)
Baixas	1.318	–	–	–	1.318
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.182.383)**	**(101.079)**	**(20.014)**	**(2.466.115)**	**(4.769.591)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(2.182.383)**	**(101.079)**	**(20.014)**	**(2.466.115)**	**(4.769.591)**
Adições	(174.230)	(1.066)	(480)	(136.024)	(311.800)
Baixas	18.441	–	–	–	18.441
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.338.172)**	**(102.145)**	**(20.494)**	**(2.602.139)**	**(5.062.950)**
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.314.044**	**6.078**	**1.769**	**816.136**	**2.138.027**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.252.978**	**5.012**	**2.998**	**680.113**	**1.941.101**
Taxa média (a.a.)	**7,29%**	**1,47%**	**3,32%**	**6,12%**	
Ativo intangível					**1.911.243**
Ativo contratual					**29.858**
Total ativo da concessão					**1.941.101**

(a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão. (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota 1. Esse valor foi ajustado a valor presente, na data do seu registro original. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão. (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada de forma linear pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem. Ativo contratual (infraestrutura em construção): O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 15 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo classificado na rubrica de "Ativo contratual" é de R$ 29.858 (R$ 5.636 em 31 de dezembro de 2022). O montante de ativo contratual (infraestrutura em construção) em 31 de dezembro de 2023, refere-se, principalmente, às obras da controlada Nascentes das Gerais, detalhadas a seguir:

• ITV 129 - km 301,4 ao km 304,8	R$ 8.368
• ITV121 - km 286,3 ao km 286,7 - ITV	R$ 6.788
• ITV-24C - Implantar 3ª faixa lado direito/esquerdo	R$ 6.244
• ITV 81B-82-83 - Implantar na travessia urbana de formiga multivia com separador central - km 201,7 ao km 204,5	R$ 3.667
• TF1 - Implantar 3ª faixa - LD - Km 76,0	R$ 2.667
• ITV 135B - Implantação de 3ª faixa km 318 a km 318,2	R$ 1.332
• Demais obras	R$ 792
	R$ 29.858

Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*): A administração da Companhia não identificou indicação de que que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

10. Debêntures - Consolidado

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31/12/2023	31/12/2022
Colinas					
4ª emissão:					
3ª série (a)	25.500	IPCA + 5,70% a.a.	Abril/ 2023	–	163.523
5ª emissão:					
1ª série (c)	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/ 2023	–	88.816
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/ 2025	411.836	412.564
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/ 2024	52.552	105.291
10ª emissão:					
1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/ 2026	401.932	402.674
2ª série (d)	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	Dezembro/ 2023	–	100.647
Nascentes das Gerais					
5ª emissão: (b)	400	IPCA + 5,97% a.a.	Dezembro/ 2030	424.042	443.434
Total				**1.290.362**	**1.716.949**
Custo de transação				(18.965)	(24.899)
Saldo líquido				**1.271.397**	**1.692.050**
Circulante				419.858	451.102
Não circulante				851.538	1.240.948

(a) Essas operações foram mensuradas a valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 22). Em 17 de abril de 2023 a controlada, Rodovia das Colinas, liquidou a 3ª série da 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. (b) Em 19 de maio de 2021 a controlada Nascentes das Gerais aprovou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R$ 400.000 de espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em espécie com garantia real, série única, e será atualizada monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e mais 5,97% a.a.. (c) Em 13 de Outubro de 2023 a controlada Rodovia das Colinas liquidou a 1ª série da 5ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. (d) Em 15 de Dezembro de 2023 a controlada Rodovia das Colinas liquidou a 2ª série da 10ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

Cronograma de desembolso (não circulante)	31/12/2023
2025	394.755
2026	210.443
2027	9.404
2028	62.534
2029	64.885
2030	123.658
Custo de transação	(14.141)
	851.538

Cláusulas restritivas: As debêntures, das controladas Rodovia das Colinas e Concessionária Rodovia MG050, contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as controladas não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

11. Partes relacionadas:

Saldos patrimoniais	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a receber, mútuos e debêntures a receber				
Ativo circulante				
Contas a receber de controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	2.801	909	–	–
Rodovias das Colinas S.A.	4.299	1.422	–	–
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	–	1.342	–	–
	7.100	**3.673**	**–**	–
Dividendos a receber de controladas:				
Rodovias das Colinas S.A.	402.745	168.859	–	–
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	13.691	189.869	–	–
	416.436	**358.728**	**–**	–
Ativo não circulante				
Dividendos a receber de controlada:				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	5.785	5.785	–	–
Debêntures a receber de outras partes relacionadas:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (c)	1.616.905	1.616.905	1.616.905	1.616.905

Saldos patrimoniais	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar				
Passivo circulante				
Fornecedores de serviços - outras partes relacionadas:				
Contern Construções e Comércio Ltda. (e)	–	–	596	596
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	–	–	39	39
Debêntures a pagar a controladas (d):				
Rodovias das Colinas S.A.	1.182.996	–	–	–
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	123.744	107.712	–	–
Total	**1.306.740**	**107.712**	**–**	**–**
Mútuo a pagar a controladas:				
Rodovias das Colinas S.A. (f)	247.245	–	–	–
Total	**247.245**	–	–	–
Total do passivo circulante	**1.553.985**	**107.712**	**635**	**635**
Debêntures a pagar a controladas (d):				
Rodovias das Colinas S.A.	–	1.029.727	–	–
Total	**–**	**1.029.727**	**–**	**–**
Mútuo a pagar a controladas:				
Rodovias das Colinas S.A. (f)	–	262.906	–	–
Total	**–**	**262.906**	**–**	**–**
Total do passivo não circulante	**–**	**1.292.633**	–	–
Dividendos a pagar a acionistas:				
Autostrade Conc. Participações Brasil Ltda.	95.622	95.622	95.622	95.622
Hauolimau Empreendimentos e Participações Ltda.	95.621	95.621	95.621	95.621
Total	**191.243**	**191.243**	**191.243**	**191.243**

Controladora Transações	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de prestação de serviços com controladas (a):		
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	8.229	6.407
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	3.691	8.080
Rodovias das Colinas S.A.	13.840	13.065
Total	**25.760**	**27.552**
Controladas e Controlada em Conjunto:		
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	31.907	26.401
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (d)	(16.032)	(19.779)
Rodovias das Colinas S.A. (d)	(187.608)	(159.936)
Total	**(171.734)**	**(153.314)**

Consolidado Transações	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Controlada em Conjunto:		
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	31.907	26.401
Total	**31.907**	**26.401**

(a) Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas com as controladas, referente a gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são arcados inicialmente pela Companhia e reembolsados trimestralmente pelas controladas mediante Nota de Débito, sem margem de lucro, até o último dia útil do mês subsequente à prestação de contas. (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Lineas International Holding B.V., para a controlada em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 7, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A controlada em conjunto encontra-se em processo de pedido de recuperação judicial e apresentou plano de recuperação judicial. Em 30 de setembro de 2021, a controlada em conjunto obteve a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, que no presente momento depende da aprovação do órgão regulador, ARTESP - Agencia de Transporte do Estado de São Paulo quanto a alteração de controle para que o mesmo entre em vigência. Desta forma, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas de crédito sobre os demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2023 totaliza R$ 199.900 (R$ 167.993 em 31 de dezembro de 2022). (c) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros de 2,6448% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento, em 31 de julho de 2028, os quais tem sido integralmente provisionados para perda. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo. As debêntures a receber de partes relacionadas contam com a garantia do penhor dos dividendos da Garantidora. Em 01 de julho de 2023, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a alteração dos Juros das Debêntures a receber para reduzi-los para zero a partir de 03 de julho de 2023, de modo que a Emissora pagará os Juros das Debêntures para os Debenturistas acumulados até 02 de julho de 2023. (d) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R$500 e valor total de R$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 31 de dezembro de 2023. Em 24 de março de 2021, foi aprovada a compensação de dividendos a receber das controladas Triângulo do Sol e Rodovia das Colinas, com parte do saldo da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, emitida em 29 de junho de 2012, nos valores de R$199.482 e R$99.144, respectivamente. Em 30 de junho de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a alienação de 85 (oitenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, no valor de R$ 102.825, através da compensação de dividendos a receber da controlada Triângulo do Sol. Em 14 de setembro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para a alienação de 63 (sessenta e três) debêntures da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da Companhia, no valor de R$77.209, através da compensação de dividendos a receber da controlada Triângulo do Sol, além da alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2022. Em 04 de agosto de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para alteração da data de vencimento das Debêntures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 14 de setembro de 2023. Em 30 de junho de 2023 ocorreu a prorrogação do vencimento para 31 de dezembro de 2024. (e) Refere-se à prestação de serviços/retenções contratuais relacionadas a obras de duplicação. (f) Saldo de mútuo com a controlada Rodovia das Colinas, sobre o qual incidem juros de 30% acima das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DIs de um dia, expressas de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, tendo como vencimento original 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovável por igual período. Em 12 de dezembro de 2016, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2021 e a taxa de remuneração foi alterada para 110% do DI - Certificado de Depósitos Interbancários, ao ano, expressa de forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, aplicados a partir de 1º de janeiro de 2017, e foram amortizados R$171.392 de juros do saldo de mútuo com a Companhia, com saldo de dividendos distribuídos na mesma data. Em 17 de dezembro de 2021, foi prorrogado o vencimento para 31 de dezembro de 2024. Em 30 de junho de 2023, foi realizada a amortização antecipada de parte do Mútuo, por pagamento, no montante de R$50.000. Remuneração da Administração: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Salários e bônus	6.966	6.993	11.581	12.255
Encargos	2.192	1.922	3.840	3.311
Outros benefícios	3.132	2.301	4.754	2.787
Total	**12.290**	**11.216**	**20.175**	**18.353**

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada, nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários. **12. Credor pela concessão:** Refere-se ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol. O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, a partir de março de 2000, e junho de 1998, respectivamente. O montante do ônus variável é apresentado como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Parcela Variável	1.352	3.870
Total	**1.352**	**3.870**
Circulante	1.352	3.870

O ônus variável da controlada Colinas corresponde a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A partir de setembro de 2021 o ônus variável da controlada Triângulo do Sol corresponde a 3% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 24, de 13 de setembro de 2021, foi definido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, que até o fim do prazo de concessão, seria devido à ARTESP o valor referente ao ônus variável (ônus de fiscalização) sobre as receitas à alíquota de 3%. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi compensado com valores referente ao Projeto Ponto a Ponto (TAM nº 26/2019) o montante de R$ 15.262 referente a parte variável do direito de outorga (R$ 13.444 em 31 de dezembro de 2022), pela controlada Rodovia das Colinas e foram pagos ao Poder Concedente pela controlada Triângulo do Sol o montante R$ 10.366 (R$ 22.910 em 31 de dezembro de 2022). **13. Obrigações Fiscais e Imposto de renda e contribuição social a pagar:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	28.285	50.704	118.879
PIS e COFINS s/ receitas financeiras (a)	–	91.322	–	134.222
Programa de Integração Social - PIS e COFINS	197	–	9.914	11.474
Imposto Sobre Serviços - ISS	–	–	8.394	11.119
Outros	24	40	890	1.701
Total	**221**	**119.647**	**69.902**	**277.395**
Circulante	**221**	**30.385**	**69.902**	**145.233**
Não circulante	**–**	**89.262**	**–**	**132.162**

(a) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo corresponde ao PIS/COFINS sobre as receitas financeiras prevista no Decreto federal nº 8.426/2015, tendo sido suspensa a exigibilidade destes tributos, mediante depósitos judiciais. Em 13 de dezembro de 2022, a controlada, Rodovias das Colinas, requereu em Agravo em Recurso Extraordinário, a desistência da ação mandamental originária, bem como do Agravo no referido Recurso Extraordinário, com a consequente conversão dos depósitos judiciais realizados em renda em favor da União Federal, e a extinção do crédito tributário, nos termos do art. 156, VI, do Código Tributário Nacional. Em 22 de maio de 2023, foi proferida decisão, por meio da qual a Vice-Presidência, em juízo de admissibilidade, (i) negou seguimento e inadmitiu o Recurso Extraordinário e (ii) inadmitiu o Recurso Especial, interpostos pela Companhia. Os depósitos judiciais realizados foram convertidos em favor da União Federal e o crédito tributário foi extinto, nos termos do art.156, VI, do Código Tributário Nacional. **14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários. A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que a sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes. A Companhia entende que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros de responsabilidade civil contratados, conforme mencionado na nota explicativa nº 24, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, na rubrica de Outros Ativos, no montante de R$ 46.681 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 28.123 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

Consolidado	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2023
Riscos:						
Cíveis (a)	77.987	34.639	(5.106)	(8.444)	17.599	**116.675**
Trabalhistas (b)	220.366	16.945	(15.036)	(20.145)	37.251	**239.381**
Tributários	296	8	(60)	–	94	**338**
Outras contingências (c)	34.211	32.364	(10.669)	(6.296)	610	**50.220**
Total	**332.860**	**83.956**	**(30.871)**	**(34.885)**	**55.554**	**406.614**

Consolidado	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	31/12/2022
Riscos:						
Cíveis (a)	74.618	16.377	(6.296)	(14.490)	7.778	77.987
Trabalhistas (b)	199.098	26.816	(13.532)	(12.532)	20.516	220.366
Tributários	1.096	–	(825)	–	25	296
Outras contingências (c)	49.152	7.805	(11.975)	(18.140)	7.369	34.211
Total	**323.964**	**50.998**	**(32.628)**	**(45.162)**	**35.688**	**332.860**

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado decorre da tese de responsabilidade objetiva (sem culpa) atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos. (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade, entre outros. O incremento identificado decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico, conforme legislação trabalhista, e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a Companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores. (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais. Adicionalmente, as controladas são parte em: (i) processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R$ 181.532 (R$ 163.090 em 31 de dezembro de 2022), (ii) trabalhistas no valor de R$ 16.454 (R$ 24.156 em 31 de dezembro de 2022), (iii) administrativos no valor de R$ 43.527 (R$ 35.789 em 31 de dezembro de 2022) e (iv) tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R$ 270.725 (R$ 128.140 em 31 de dezembro de 2022), ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões. Dentre os processos cíveis das controladas Colinas e Triângulo do Sol, consta ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM, que aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. Em novembro de 2017, o processo cuja parte é a controlada Colinas foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acordão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores. Já o processo cuja parte é a controlada Triângulo do Sol está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas. O principal processo tributário, do saldo também mencionado acima, trata-se da ação declaratória com pedido de tutela provisória que visa a declarar a inexistência de relação jurídica com a União Federal (Fazenda Nacional) no que tange à incidência do Imposto IRPJ e da CSLL quanto ao reconhecimento da higidez das amortizações fiscais de ágio realizadas trimestralmente nos anos de 2016 a 2021, das controladas Rodovia das Colinas e Triângulo do Sol. A Companhia mantém depósitos e bloqueios judiciais, classificados no ativo não circulante, que estão assim representados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Processos cíveis e trabalhistas	6.793	5.424	31.801	36.332
Processos tributários (a)	169	89.262	179.811	287.674
Bloqueios judiciais (b)	1.022	2.842	145.873	172.328
Total de depósitos judiciais	**7.984**	**97.528**	**357.485**	**496.334**

(a) O montante de R$ 179.811 (R$ 287.674 em 31 de dezembro de 2022), conforme mencionado na nota explicativa nº 8, corresponde a depósitos judiciais relativos à discussão judicial sobre o benefício fiscal calculado sobre a amortização do ágio decorrente da aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas, no montante de R$ 179.750 (R$ 155.744 em 31 de dezembro de 2022) e depósitos judiciais referente a outras naturezas no montante de R$ 61 (R$ 857 em 31 de dezembro de 2022). (b) O saldo de bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R$ 1.022 na controladora e R$ 145.873 no consolidado (R$ 2.842 e R$ 172.328, em 31 de dezembro de 2022), referem-se a garantias judiciais, que correspondem principalmente a processos de natureza trabalhista de terceiros, nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial. **15. Provisão para manutenção e investimentos - Consolidado:** A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, sendo ajustada a valor presente à taxa de 9,71% a.a.(12,62% a.a. em 2022), para a controlada Rodovia das Colinas e 10,07% a.a., para a controlada Concessionária Rodovia MG050 (12,62% a.a., em 2022). A controlada Triângulo do Sol não teve revisão do ajuste a valor presente no período devido ao encerramento do contrato de concessão conforme mencionado na nota explicativa nº 1, sendo utilizada a taxa de 12,62% em 2023 e 2022. A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**121.342**	**75.675**	**197.017**
Constituição da provisão	135.807	20.507	156.314
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(16.404)	(18.226)	(34.630)
Realização da provisão	(91.765)	(17.556)	(109.321)
Ajuste a valor presente - realização	11.021	7.249	18.270
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**160.001**	**67.649**	**227.650**
Constituição da provisão	45.805	6.244	52.049
Ajuste a valor presente sobre a constituição	(5.456)	(3.531)	(8.987)
Realização da provisão	(133.162)	(9.352)	(142.514)
Ajuste a valor presente - realização	15.604	19.967	35.571
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**82.792**	**80.977**	**163.769**
Circulante	118.405	17.818	136.223
Não circulante	41.596	49.831	91.427
Total em 31 de dezembro de 2022	**160.001**	**67.649**	**227.650**
Circulante	65.594	15.887	81.481
Não circulante	62.390	19.898	82.288
Total em 31 de dezembro de 2023	**127.984**	**68.794**	**163.769**

16. Patrimônio Líquido: O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R$ 738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	Participação
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50% + 1 ação
Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50% - 1 ação

Reserva de capital: Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos dos direitos de concessão adquiridos na combinação de negócios da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia. Reserva legal: A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). **17. Receita operacional líquida:** A receita é composta conforme a seguir:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio	1.300.680	1.659.407
Outras receitas - contraprestação pecuniária	19.074	18.767
Outras receitas - receitas acessórias	18.708	28.960
Receita de serviços de construção	64.280	148.173
Receita bruta	**1.402.742**	**1.855.307**
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(65.383)	(83.574)
PIS	(8.708)	(11.102)
COFINS	(40.189)	(51.238)
Receita operacional líquida	**1.288.462**	**1.709.393**

18. Custos, despesas e outras receitas operacionais por natureza:

Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de depreciação e amortização (a)	(2.147)	(1.667)
Despesas com prestadores de serviços	(8.094)	(4.884)
Despesas com funcionários	(8.224)	(8.740)
Despesas com materiais e equipamentos	(408)	(77)
Outras despesas	(1.202)	(92)
Constituição de provisão para contingências	(6.058)	(2.285)
Outras receitas	151	23
Total	**(25.982)**	**(17.722)**
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(26.133)	(17.826)
Outras receitas	151	104
Total	**(25.982)**	**(17.722)**

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(107.218)	(167.452)
Despesas de depreciação e amortização (a)	(316.555)	(300.239)
Despesas com o ônus variável da concessão	(23.111)	(36.187)
Despesas com prestadores de serviços	(90.707)	(104.260)
Despesas com funcionários	(104.083)	(140.680)
Despesas com materiais e equipamentos	(46.506)	(49.447)
Custos com construção	(64.280)	(148.173)
Constituição provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(111.226)	(54.058)
Reversão (Constituição) Reembolso de seguro	22.374	6.692
Provisão para perda esperada	6.218	(1.984)
Outras despesas	(16.121)	(15.845)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.467	52.954
Total	**(846.748)**	**(956.698)**
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(546.602)	(706.174)
Despesas gerais e administrativas	(310.831)	(273.834)
Provisão para perda esperada	6.218	(1.984)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.467	23.312
Total	**(846.748)**	**(956.698)**

(a) Refere-se à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível, nos valores de R$ 1.037 e R$ 311.800 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente (R$ 623 e R$ 297.086 em 31 de dezembro de 2022, respectivamente), somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do CPC 06 (R2), no valor de R$ 3.718 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 2.530 em 31 de dezembro de 2022). **19. Resultado financeiro:**

Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	15.011	1.161
Juros com partes relacionadas (nota 11)	31.907	26.401
Outras receitas financeiras	291	–
	47.209	**27.562**
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas (nota 11)	(203.640)	(179.715)
Comissões bancárias e outras	(16.030)	(23.255)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(124)	(35)
	(219.794)	**(203.105)**
Resultado financeiro	**(172.586)**	**(175.543)**

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	61.914	55.127
Juros com partes relacionadas (nota 11)	31.907	26.401
Receitas com instrumentos financeiros - hedge	15.860	34.976
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	155.156	138.350
Outras receitas financeiras	17.771	14.515
	282.608	**269.369**
Despesas financeiras:		
Variação do ajuste a valor presente	(26.223)	(18.270)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(213.867)	(239.378)
Despesas com instrumentos financeiros - hedge	(12.540)	(23.725)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	(149.091)	(149.742)
Comissões bancárias e outras	(17.028)	(24.970)
Outras despesas financeiras	(1.438)	(2.458)
	(420.187)	**(458.543)**
Resultado financeiro	**(137.579)**	**(189.174)**

20. Resultado básico e diluído por ação: A tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício e a média ponderada de ações, utilizados para o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

Básico e diluído	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício	(47.180)	(335.419)
Média ponderada de ações durante o exercício	209.254	209.254
Resultado por ação - básico (em R$)	**(225,47)**	**(1.602,93)**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro/ prejuízo por ação, portanto, o lucro/ prejuízo por ação básico e diluído são os mesmos. **21. Demonstração dos fluxos de caixa:** Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo. a) Informações suplementares:

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	42.535	(12.558)
Utilização de provisão de investimento na aquisição do ativo intangível	–	10.359
Provisão para investimentos a realizar - intangível	–	(13.311)
Contas a receber Poder Concedente	15.262	–
Outorga Variável	(15.262)	–
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**42.535**	**(15.510)**
Aquisições do intangível	(42.535)	15.510
Aquisição de direito de uso	(8.549)	–
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(51.128)**	**15.510**
Arrendamento	8.549	–
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	**8.549**	**–**

b) Dividendos recebidos: A Companhia classifica os dividendos recebidos com um fluxo de caixa das atividades de investimento, visto tratar-se de retorno sobre os investimentos realizados nas Companhias controladas. A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o resgate de debêntures anteriores, no financiamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro. **22. Instrumentos financeiros:** A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia e suas controladas, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. Valor justo dos instrumentos financeiros: a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*: Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue: 1. Contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias. 2. As debêntures com partes relacionadas possuem prazo de um ano e estão atreladas a operações de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na Nota 11, e incorporam taxas de juros a receber até a data do balanço. 3. Credor pela concessão, refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos pela Companhia conforme suas características:

Controladora	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado *)
Ativos		
Partes relacionadas - contas a receber	7.101	3.673
Dividendos a receber	422.221	364.512
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	1.718	4.004
Debêntures com partes relacionadas	1.306.741	1.137.439
Mútuo com partes relacionadas	247.245	262.906

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado *)
Ativos		
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	142.406	175.938
Passivos		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	93.166	83.790
Debêntures	1.271.397	1.553.426
Credor pela concessão	1.352	3.870

(*) A classificação das debêntures a receber, em 31 de dezembro de 2022, estão sendo reapresentadas para considerar a classificação do instrumento financeiro como mensurado a valor justo, ao invés de custo amortizado, considerando que a escritura da 1ª emissão privada de debêntures possui cláusula de conversão das debêntures em ações da emissora. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de Debêntures e Mútuos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Controladora	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo
Debêntures e Mútuo (Passivos) com Partes Relacionadas	1.505.470	1.558.513	1.400.345	1.424.267

Consolidado	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor justo
Debêntures passivas (a)	1.271.396	1.315.041	1.529.002	1.566.869

(a) Valores líquidos (exceto 4ª emissão da controlada Rodovia das Colinas) dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na Nota 10. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. b) *Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo*: Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. Os equivalentes de caixa estão indexados ao CDI e os valores correspondem ao valor justo na data das demonstrações financeiras individuais (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo). Os saldos de debêntures a receber com partes relacionadas têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. Os valores justos foram apurados com base no fluxo de caixa projetado de dividendos da Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A. (nível 2 - conforme hierarquia de valor justo). As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo de proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexado ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 10, bem como a preservação desta variação, a parte de instrumentos derivativos, denominados "*offset swaps*", com taxas opostas às dos *swaps* contratados com o objetivo de proteção (*hedge*) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente "*swaps*" de taxa de juros. A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Controladora/Consolidado	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado *)
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	–	68.820
Instrumentos financeiros derivativos	–	60.820
Debêntures passivas (a)	–	163.523
Debêntures ativas	1.616.905	1.616.905

(a) Conforme informado na nota nº 10, as debêntures de 4ª emissão - 3ª série - emitidas pela controlada Rodovia das Colinas S/A foram mensuradas a valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo, até a data da sua liquidação em 17 de abril de 2023. (*) A classificação das debêntures a receber, em 31 de dezembro de 2022, estão sendo reapresentadas para considerar a classificação do instrumento financeiro como mensurado a valor justo, ao invés de custo amortizado, considerando que a escritura da 1ª emissão privada de debêntures possui cláusula de conversão das debêntures em ações da emissora. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer as Debêntures ativas ao custo amortizado, os saldos apurados seriam equivalentes aos valores justos considerando que as debêntures possuem como garantia o penhor dos dividendos da Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A. Em 12 de junho de 2013 a Controlada Colinas contratou "*swap*" para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,669% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do "*hedge*"), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de "*hedge*" de valor justo. A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência ("nocional")	Valor justo ("fair value") 31/12/2023	Valor justo ("fair value") 31/12/2022	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	–	60.310	(60.310)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	–	94.846	(94.846)
Total				257.265	–	155.156	(155.156)
Contrato ponta passiva (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	–	33.569	33.569
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	–	52.767	52.767
Total				257.265	–	86.336	86.336
					–	68.820	
Instrumentos financeiros, líquido a realizar							(68.820)
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							8.320
Recebimento de instrumento financeiro							63.820
Efeito acumulado no resultado do exercício							3.320

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de *Swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou *Swaps* para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa). Em 17 de abril de 2023 a controlada, Rodovia das Colinas, liquidou a 3ª série da 4ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações. A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2023, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocional)	Valor justo ("fair value") 31/12/2023	Valor justo ("fair value") 31/12/2022	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	–	36.693	(36.693)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	–	57.643	(57.643)
Total				257.265	–	94.336	(94.336)
Contrato ponta passiva							
Taxa pós							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	–	60.310	60.310
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	–	94.846	94.846
Total				257.265	–	155.156	155.156
					–	60.820	60.820
Instrumentos financeiros, líquido							60.820
Pagamento de Instrumento Financeiro							(54.755)
Efeito acumulado no resultado do exercício							6.065

continua →

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 DA AB CONCESSÕES S.A. (Em milhares de reais)

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa. Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o ano, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R$ 8.320 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.468 em 31 de dezembro de 2022) e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos. Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de mercado; • Risco de crédito; • Risco de liquidez. a) Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. *Exposição a riscos e de taxas de juros:* A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de taxas de juros. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI e do IPCA, relativos a debêntures a receber de partes relacionadas, e debêntures e mútuos a pagar em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2023, a administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures e mútuos, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: • Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023. • Cenário II: aumento e redução de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023. • Cenário III: aumento e redução de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023. Os cenários II e III, de aumento e redução de 25% e 50%, foram aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Controladora			Aumento		Redução	
	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (a)	–	10,07%	12,59%	15,11%	7,55%	5,04%
Debêntures indexador						
Debêntures - Colinas	(1.182.996)	(140.545)	(170.817)	(201.089)	(110.273)	(80.001)
Debêntures - Triângulo	(123.744)	(14.701)	(17.868)	(21.034)	(11.535)	(8.368)
Mútuo - Colinas	(247.245)	(27.891)	(34.184)	(40.477)	(21.598)	(15.305)
Total	(1.553.985)	(183.137)	(222.869)	(262.600)	(143.406)	(103.674)
Aplicações financeiras e mútuo - Indexador						
CDB e operações compromissadas - CDI (b)	147.148	14.920	18.652	22.384	11.189	7.459
Mútuo - CDI (c)	199.900	21.230	26.538	31.845	15.923	10.615
Exposição líquida - perda	(1.206.937)	(146.987)	(177.679)	(208.371)	(116.294)	(85.601)
Aumento (Redução) nas despesas financeiras em relação ao cenário-base	–	–	(30.692)	(61.384)	30.692	61.384

(a) Fonte: Boletim de índices financeiros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa projetado para 2024. (b) Ver Nota nº 4. (c) Ver Nota nº 11 (referência "b"). O impacto da variação do CDI sobre as debêntures ativas não foram considerados na análise de sensibilidade acima, uma vez que a receita financeira sobre essas debêntures são integralmente provisionadas para perda. *Exposição a riscos cambiais:* Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias bancárias contratadas por suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias, a Companhia e suas controladas interrompem a prestação de serviços em casos de inadimplementos. As controladas apresentam valores a receber, principalmente, da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 5. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos foi como segue:

Valor Contábil	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	147.422	689
Contas a receber de partes relacionadas	7.101	3.673
Dividendos a receber	422.221	364.512
Debêntures com partes relacionadas	1.616.905	1.616.905

Valor Contábil	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	389.457	622.264
Contas a receber de cliente e do poder concedente	142.406	175.938
Debêntures com partes relacionadas	1.616.905	1.616.905
Instrumentos financeiros derivativos (*)	–	8.001

(*) Valor apresentado pelo líquido da ponta ativa e passiva de instrumentos financeiros derivativos. c) *Risco de liquidez:* O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (a)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
Ativos circulantes e não circulantes:										
Contas a receber	141.620	–	72.132	–	72.132	69.488	–	–	69.488	141.620
Total	**141.620**	**–**	**72.132**	**–**	**72.132**	**69.488**	**–**	**–**	**69.488**	**141.620**
Passivos:										
Debêntures - principal e juros (b)	(1.290.362)	(413.531)	(117.697)	(339.533)	(457.230)	(725.400)	(250.519)	(270.744)	(1.246.663)	(1.703.893)
Passivo de arrendamento	(8.560)	(899)	(1.158)	(3.004)	(4.162)	(4.948)	–	–	(4.948)	(9.110)
Credor pela concessão (c)	(1.349)	–	(1.349)	–	(1.349)	–	–	–	–	(1.349)
Total	**(1.300.271)**	**(414.430)**	**(120.204)**	**(342.537)**	**(462.741)**	**(730.348)**	**(250.519)**	**(270.744)**	**(1.251.611)**	**(1.714.352)**
Exposição líquida	**(1.158.651)**	**(414.430)**	**(48.072)**	**(342.537)**	**(390.609)**	**(660.860)**	**(250.519)**	**(270.744)**	**(1.182.123)**	**(1.572.732)**

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2023 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura. (c) Valores nominais. **23. Gestão de Risco de Capital:** A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas, com exceção da sua controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. que, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, encerrou os negócios com o fim do prazo de concessão em 30 de abril de 2023. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. Índice de endividamento: O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Dívida - partes relacionadas	1.624.005	1.400.345
Caixa e equivalentes de caixa	(147.422)	(689)
Dívida líquida	**1.476.583**	**1.399.656**
Patrimônio líquido	**2.349.811**	**2.396.990**
Índice de endividamento líquido	**0,63**	**0,58**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Dívida - debêntures (a)	1.290.362	1.716.949
Caixa e equivalentes de caixa	(389.457)	(622.264)
Dívida líquida	**900.905**	**1.094.685**
Patrimônio líquido	**2.349.811**	**2.396.990**
Índice de endividamento líquido	**0,38**	**0,46**

(a) Divida bruta, sem o efeito dos custos de transação, conforme nota explicativa nº 9. A Companhia possui índice de endividamento líquido de 0,38 em 31 de dezembro de 2023 (0,46 em 31 de dezembro de 2022), como resultado da 9ª e 10ª emissões de debêntures públicas da controlada Rodovias das Colinas, e 5ª emissão de debêntures públicas da controlada Nascentes das Gerais, conforme nota explicativa nº 10, cujos recursos foram destinados para usos gerais e reforço de caixa das controladas. **24. Seguros contratados:** A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo. Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	57.839	Outubro/2024
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	114.250	Outubro/2024
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	106.630	Outubro/2024
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	769.896	Setembro/2024
Seguro-garantia	Garantia de ampliação de concessão	132.339	Setembro/2024

25. Eventos subsequentes: Em 12 de março de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, a controlada, Rodovia das Colinas, deliberou, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por ações, a aprovação da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R$ 250.000.

DIRETORIA

José Renato Ricciardi - Diretor Presidente

Alexandre Tujisoki - Diretor Financeiro e de RI

CONTADOR

Aderson Costa Silva

CRC-SP 219557/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da **AB Concessões S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AB Concessões S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AB Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na nota explicativa n° 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os balanços patrimoniais individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2023, apresentam no ativo não circulante na rubrica de "Debêntures com partes relacionadas" a receber no montante de R$ 1.616.905 mil. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos financeiros, as debêntures são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo e, portanto, devem seguir os critérios de mensuração de valor justo. A Companhia preparou a análise de valor justo das debêntures, a qual indica um aumento do saldo dessas debêntures, no montante de R$ 34.437 mil, que não foi registrado nessas demonstrações financeiras. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de "Debêntures com partes relacionadas" a receber registrado no ativo não circulante está apresentado a menor em R$ 34.437 mil, o imposto diferido ativo, apresentado, no balanço patrimonial, no ativo não circulante, está a menor em R$ 11.708 mil e resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a menor em R$ 22.729 mil, líquidos de impostos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase: Encerramento da controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.:** Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que os negócios da controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. foram encerrados tendo em vista o fim do prazo de concessão em 30 de abril de 2023, portanto, a base contábil de continuidade operacional da controlada não é apropriada. Com o fim da concessão, a controlada Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. entrou em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão, tais como, resolução das contingências, pleitos junto ao poder concedente, entre outros sejam solucionados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Contrato de compra e venda da Companhia e suas controladas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa n° 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual descreve que os acionistas controladores da Companhia, em 16 de novembro de 2023, celebraram contrato de compra e venda de até 100% de suas ações. O fechamento desta operação está sujeito à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção de aprovações regulatórias e/ou contratuais necessárias para essa transação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", concluímos que o Relatório da Administração também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva

Contadora - CRC 1SP252905/O-2

64,2 milhões vivem em lares com insegurança alimentar

27,6% estavam nessa situação em 2023, diz IBGE, queda em relação a 2017-2018

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO O Brasil tinha quase 64,2 milhões de pessoas vivendo em domicílios classificados com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) em 2023. É o que aponta a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) divulgada nesta quinta (25) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A escala usada pelo levantamento contabiliza desde endereços com incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro até casos mais extremos, de locais já afetados pela fome.

Os quase 64,2 milhões moravam em 21,6 milhões de lares identificados com insegurança alimentar. Esses endereços correspondiam a 27,6% dos domicílios no país em 2023 (78,3 milhões).

A proporção perdeu força na comparação mais recente da série histórica do IBGE, embora o problema ainda afete quase 3 em cada 10 lares.

O percentual de domicílios em insegurança alimentar era de 36,7% (ou 25,3 milhões) na pesquisa do órgão que havia investigado o tema pela última vez, a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2017-2018.

Apesar de os levantamentos serem diferentes, seus resultados podem ser analisados em conjunto porque seguem a mesma metodologia.

O IBGE usou a Ebia (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) para identificar os lares em condição de segurança ou insegurança alimentar.

O órgão não pesquisou o tema no intervalo entre a POF 2017-2018 e a Pnad 2023. Durante esse vácuo, o país amargou os efeitos da pandemia.

Com a crise sanitária e econômica, famílias perderam renda e sentiram a disparada dos preços dos alimentos. Cenas de brasileiros em busca de doações e restos de comida ganharam evidência à época.

André Martins, analista do IBGE, associou a redução da insegurança alimentar na Pnad 2023, ante a POF 2017-2018, a fatores como recuperação do mercado de trabalho e ampliação de programas sociais.

Outro possível impacto, explicou, veio da deflação (queda dos preços) dos alimentos no ano passado. "A recuperação que a gente vê em outros indicadores vai se refletir no acesso aos alimentos", disse.

Dados divulgados pelo IBGE na semana passada apontaram que a renda per capita bateu recorde no Brasil em 2023.

O rendimento teria sido impulsionado pela melhora do mercado de trabalho e pela ampliação do Bolsa Família.

Mas o percentual de lares classificados em insegurança alimentar no ano passado (27,6%) ainda supera o registrado pelo IBGE na Pnad de 2013. Segundo a pesquisa, 22,6% dos domicílios estavam nessa situação em 2013.

"O copo meio cheio é estar melhor do que antes da pandemia [2017-2018]. Muito disso está relacionado à expansão do Bolsa Família, que paga R$ 600 hoje, além de benefícios auxiliares", diz André Salata, coordenador do centro de pesquisas PUCRS Data Social.

"O copo meio vazio é pensar que em torno de um quarto dos domicílios ainda passe por insegurança alimentar, em uma situação pior do que a de dez anos atrás. É uma informação muito grave", diz.

Os critérios adotados pelo IBGE dividem os lares em três categorias de insegurança alimentar: leve, moderada e grave. O fenômeno não pode ser usado como sinônimo direto para fome.

A insegurança alimentar leve envolve incerteza de acesso a alimentos no futuro, onde a qualidade da alimentação pode ser afetada para não comprometer a quantidade.

No grau moderado, há redução quantitativa de comida entre adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação.

Nos domicílios com insegurança alimentar grave, a restrição da quantidade de alimentos também afeta crianças. A ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos atinge todos os moradores, e a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio, diz o IBGE.

No ano passado, 3,2 milhões de lares estavam em insegurança alimentar grave no país, com 4,1% do total (78,3 milhões). Esses endereços reuniam 8,7 milhões de pessoas.

A insegurança alimentar leve é a mais presente. Em 2023, alcançou 18,2% dos domicílios, acima do percentual relativo ao nível moderado (5,3%).

A soma das três proporções (4,1%, 18,2% e 5,3%) corresponde aos 27,6% dos lares em situação de insegurança alimentar.

Na Pnad 2004, o percentual de domicílios com algum nível do problema (leve, moderado ou grave) era de 34,8%.

O IBGE diz que a insegurança alimentar afeta mais os grupos da população que historicamente também são mais prejudicados por outras desigualdades econômicas e sociais.

Em 2023, 34,5% dos domicílios da área rural conviviam com o problema. O percentual superou os lares urbanos (26,7%).

A área rural costuma apresentar renda média inferior à das cidades. "A questão do rendimento é muito associada à insegurança alimentar", afirmou Martins.

Em 2023, só 7,9% dos lares com insegurança alimentar tinham como responsáveis pessoas com curso superior completo. Esse nível de escolaridade alcançava 23,4% nos de segurança alimentar e 19,1% no total de endereços.

As pessoas não tinham instrução em 7,7% dos domicílios com insegurança alimenta, mais que nos lares com segurança alimentar (4,7%) e no total de endereços (5,6%).

Pardos eram responsáveis por 54,5% dos lares com insegurança alimentar, percentual superior ao registrado por essa população no total dos domicílios (44,7%). Quadro similar se vê quando as pessoas de referência são pretas. Fatia de 15,2% dos endereços com insegurança alimentar tinha pretos como responsáveis, mais que o verificado no total de domicílios (12%).

Entre os lares com insegurança alimentar, 29% tinham brancos como responsáveis, menos que no total (42%).

Em 2023, as mulheres respondiam por 59,4% dos lares com insegurança alimentar, mais que o total dos domicílios (51,7%).

Enquanto isso, os homens eram os moradores de referência em 40,6% dos endereços com o problema, nível inferior ao observado no total (48,3%). Considerando só lares com insegurança alimentar moderada ou grave, o rendimento domiciliar per capita chegava no máximo a meio salário mínimo em metade dos domicílios em 2023 (50,9%).

Domicílios com segurança alimentar são 72,4%. Uma família vive com segurança alimentar quando tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades.

Em 2023, o país tinha 72,4% do total de lares nessa situação, em 56,7 milhões de domicílios do total de 78,3 milhões.

A proporção cresceu ante a POF 2017-2018, quando estava em 63,3%. Porém, ainda ficou abaixo do nível registrado na Pnad 2013 (77,4%).

Os 56,7 milhões de domicílios que registravam segurança alimentar abrigavam quase 152 milhões de moradores, ou 70,3% da população total projetada na pesquisa (216,1 milhões de pessoas). Já os 64,2 milhões de moradores dos domicílios que conviviam com insegurança alimentar (21,6 milhões de lares) representavam 29,7% da população.

A insegurança alimentar no Brasil

Divisão dos domicílios do Brasil em 2023

Em % do total de lares

* Soma insegurança leve (18,2%), moderada (5,3%) e grave (4,1%)

Evolução dos domicílios com insegurança alimentar no Brasil

Em % do total de lares**

Domicílios com insegurança alimentar nas regiões em 2023

Em % do total de lares de cada local**

Domicílios com insegurança alimentar nas UFs em 2023

Em % do total de lares de cada local**

** Soma insegurança leve, moderada e grave

Fonte: IBGE

G20 questiona projeto global contra fome, prioridade do governo Lula

BRASÍLIA O lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, principal bandeira do presidente Lula (PT) para o G20, enfrenta uma série de questionamentos levantados por outros membros do bloco. Países do G20 resistem a criar e a financiar uma nova organização internacional e afirmam que pode concorrer com entidades já existentes.

Em paralelo às ressalvas dos sócios estrangeiros, o Executivo passou a considerar a criação de uma estrutura mais enxuta e com número reduzido de funcionários. E o Brasil diz estar disposto a arcar sozinho com os custos para manter a iniciativa nos primeiros anos.

O Brasil assumiu em novembro de 2023 a presidência do G20, bloco que reúne as maiores economias do globo, e o governo Lula considera a Aliança Global contra a Fome a mais relevante contribuição do mandato brasileiro ao fórum.

Mas, nas primeiras reuniões com os sócios do G20 sobre o tema, auxiliares de Lula viram que o desenho final da proposta precisará ser mais modesto do que o pensado inicialmente.

No final de março, em um encontro realizado em Brasília, representantes de diferentes países disseram respaldar o objetivo do Brasil de mobilizar um esforço internacional de enfrentamento à pobreza. Disseram, entretanto, que é preciso simplificar a governança proposta para a nova organização.

O Brasil advoga que a organização tenha secretariado próprio e comitê diretivo, financiados pelos governos que aderirem à iniciativa —um dos pontos mais questionados por os membros do G20, segundo relatos colhidos pela **Folha**.

Segundo um diplomata estrangeiro, que falou sob condição de anonimato, existe hoje pouco apoio no mundo para o lançamento de uma nova organização internacional.

Ricardo Della Coletta, Nathalia Garcia, Renato Machado e Idiana Tomazelli

Petrobras aprova distribuição de 50% de dividendos extras

Empresa sinaliza chance de outro pagamento igual até o fim do ano; estatal também elegeu conselho nesta quinta

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O governo aprovou nesta quinta (25) a distribuição de R$ 22 bilhões em dividendos extraordinários da Petrobras e sinalizou a possibilidade de nova distribuição de valor equivalente no ano, de acordo com as condições financeiras da companhia.

A decisão encerra crise iniciada no começo de março, quando o próprio governo rejeitou proposta semelhante da direção da Petrobras. Com os dividendos adicionais, a Petrobras já aprovou R$ 94 bilhões em dividendos sobre o lucro de 2023.

A assembleia começou com presença inusual do presidente da companhia, Jean Paul Prates, e de seu diretor Financeiro, Sergio Caetano Leite. Sobrevivente de forte processo de fritura nas últimas semanas, Prates deixou o evento sem dar entrevista.

O valor aprovado corresponde a 50% do lucro excedente de 43,9 bilhões que a empresa registrou no ano anterior. Após semanas de idas e vindas, com fortes impacto sobre as ações da estatal, a União não só recuou como recomendou à empresa que avalie distribuir os 50% restantes.

A distribuição foi autorizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada. Ao mesmo tempo, o conselho de administração da Petrobras reavaliou sua posição, se posicionando de forma favorável ao pagamento dos recursos.

A proposta foi levada à assembleia de acionistas desta quinta pelo procurador da Fazenda Nacional, Ivo Timbó, causando incômodo em acionistas privados que já haviam declarado votos contra a proposta da Petrobras de reter os dividendos.

"A União vota pela alteração da original proposta da administração da Petrobras quanto à destinação do resultado de 2023, ajustando-a para a distribuição de 50% do lucro líquido remanescente", afirmou Timbó. O voto majoritário da União é suficiente para aprovar a matéria.

A proposta da União, completou ele, recomenda "avaliar ao longo do corrente ano a viabilidade de distribuição, a título de dividendos extraordinários dos 50% remanescentes ora destinados à reserva de capital".

Os dividendos aprovados nesta quinta serão pagos em duas parcelas iguais, em conjunto com cerca de R$ 14 bilhões remanescentes de dividendos ordinários, nos dias 20 de maio e 20 de junho.

Os acionistas também elegeram o novo conselho de administração da estatal. Na votação, estiveram em jogo 10 das 11 cadeiras do colegiado que decide a estratégia da estatal —uma delas, reservada a representante dos trabalhadores, será ocupada novamente por Rosângela Buzanelli.

A União indicou oito pessoas mas ganhou seis cadeiras, perdendo duas para indicados pelo banco Clássico: o dono do banco, José João Abdalla, e o advogado Marcelo Gasparino, ambos já integrantes do conselho de administração da companhia.

Entre os eleitos pelo governo, cinco também foram reconduzidos: Prates, o secretário especial de Análise Governamental da Casa Civil, Bruno Moretti, dois secretários do MME (Ministério de Minas e Energia), Victor Saback e Pietro Mendes, e o advogado Renato Gallupo.

Pietro Mendes é o atual presidente do conselho e chegou a ser afastado do mandato por liminar concedida pela Justiça Federal de São Paulo, mas a decisão foi derrubada e ele foi novamente eleito para comandar o colegiado.

O governo elegeu também o secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, que substitui o ex-ministro Sergio Machado Rezende. Com ele, agora são quatro representante de ministérios no conselho da Petrobras.

A nomeação de representantes de ministérios chegou a ser alvo de críticas de aliados do PT durante o governo Jair Bolsonaro (PL), diante da possibilidade de conflito de interesses.

Outras duas vagas são reservadas a representantes de acionistas minoritários. Uma delas foi ocupada por Jerônimo Antunes, conselheiro de outras empresas, como Eletrobras, e a outra, pelo advogado Francisco Petros, que se reelegeu para o posto.

A indicação de Antunes chegou a ser questionada por comitê interno da estatal, diante da possibilidade de conflito de interesses com outras empresas das quais é conselheiro. O executivo se comprometeu a deixar cargos conflitantes com a Petrobras.

Em uma rara manifestação pública, o banqueiro Abdalla aproveitou a assembleia para apoiar a gestão de Prates, que passou as últimas semanas sob forte fritura. Ele é o maior acionista individual da Petrobras e grande beneficiado pelos dividendos.

"Nesse ano e pouco [de sua gestão], a condução que ele deu à companhia levou a uma valorização enorme", afirmou ele. "Queria agradecer o presidente Jean Paul na qualidade de acionista".

Por outro lado, sindicatos aliados de Prates criticaram a distribuição dos dividendos. A FUP (Federação Única dos Petroleiros) lamentou "que tenha prevalecido a política de distribuição de megadividendos da Petrobras, com pagamento de ganhos extraordinários, implementada pelo governo passado".

"Na visão da FUP, a Petrobras precisa rever as regras que o mercado financeiro impôs à empresa e que acarretam um desequilíbrio de poder na condução da companhia e nas necessidades de investimentos", diz a entidade.

Como fica o novo conselho da Petrobras

■ Representante do governo
■ Representante de minoritários
■ Representante de trabalhadores
R Recondução

R **Jean Paul Prates** Presidente da Petrobras

R **Pietro Mendes** Presidente do conselho

R **Vitor Saback** Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME

Rafael Dubeux Secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda, indicado pela União

R **Bruno Moretti** Secretário especial de Análise Governamental da Casa Civil

R **Renato Gallupo** Advogado

R **José João Abdalla Filho** Banqueiro, indicado por fundos geridos pelo banco Clássico

R **Marcelo Gasparino** Advogado, indicado por fundos geridos pelo banco Clássico

Ações preferenciais

Jerônimo Antunes Economista, indicado por fundos geridos pela Franklin Resources

Ações ordinárias

R **Francisco Petros** Advogado, indicado por fundos geridos pela Navi Capital e outros investidores individuais

R **Rosângela Buzzaneli** Geóloga da área de Operação Exploratória Marítima Águas Profundas da Petrobras, foi eleita pelos empregados da companhia

Fonte: Petrobras

+

Alphabet salta 12% e supera US$ 2 tri após anunciar 1º dividendo

A Alphabet, dona do Google, anunciou nesta quinta-feira (25) o pagamento de seu primeiro dividendo, de US$ 0,20 por ação. Além disso, divulgou que a receita no primeiro trimestre subiu 15%, a US$ 80,5 bilhões, acima do esperado pelo mercado. Assim, as ações subiram 11,86% após o fechamento do mercado dos Estados Unidos, adicionando mais de US$ 250 bi à sua capitalização e elevando seu valor para acima de US$ 2 trilhões. O presidente-executivo, Sundar Pichai, disse que o trimestre teve "desempenho forte da Busca, YouTube e Cloud" e que o Google está bem encaminhado com seu modelo de IA generativa.

Bandeira dos EUA tremula em frente a torre de resfriamento de usina de carvão em Crystal River, Flórida Dane Rhys - 26.mar.24/Reuters

Estados Unidos impõem limite de carbono a usinas a carvão com planos de longo prazo

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Lucie Aubourg

WASHINGTON | AFP O governo de Joe Biden anunciou nesta quinta-feira (25) que os EUA vão impor, a partir de 2032, limites rígidos às emissões de CO_2 das usinas a carvão que continuarem suas operações a longo prazo. A medida busca ajudar os Estados Unidos a honrarem os seus compromissos climáticos.

As novas regras também se aplicam às centrais a gás que serão ainda construídas, e são amparadas em tecnologias de captura de carbono, ainda pouco utilizadas, nas quais a administração Biden aposta fortemente.

De acordo com as novas regras, as usinas a carvão que estiverem em operação após 2039 terão de capturar 90% das suas emissões de CO_2 já a partir de 2032. As novas usinas a gás também deverão ser equipadas para capturar 90% do seu CO_2 no mesmo ano.

O anúncio nos "faz avançar na luta contra a crise climática", disse Ali Zaidi, assessor para o clima do presidente democrata, que concorre à reeleição. "O setor energético tem mais ferramentas do que nunca para reduzir a sua poluição", afirmou ela.

A geração de eletricidade é responsável por cerca de 25% das emissões de gases do efeito estufa do país e é a segunda maior emissora, atrás apenas do setor de transportes.

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) propôs há um ano a normativa, aprovada com algumas alterações após uma consulta pública obrigatória.

A regulamentação final não inclui as usinas de gás já existentes, que estarão sujeitas a outra norma. O prazo para as usinas capturarem seu CO_2 foi adiado de 2030 para 2032.

Até agora, não existiam normas federais que limitassem as emissões das centrais a carvão existentes. De acordo com a EPA, essas usinas representam a maior fonte de emissões no setor energético.

A agência argumenta que a regulamentação deve evitar a emissão de quase 1,4 bilhão de toneladas de CO_2 até 2047, o equivalente às emissões anuais de 328 milhões de veículos.

A medida recebeu elogios de organizações ambientais. "É uma das ferramentas mais eficazes já desenvolvidas para reduzir as emissões nocivas ao clima provenientes do setor energético", reagiu a organização Sierra Club.

"É histórico", disse à AFP Margie Alt, diretora da Campanha de Ação Climática, um coletivo de organizações ambientais. O governo Biden "terá feito mais pelo clima do que qualquer outro", disse.

Nenhuma tecnologia é imposta às empresas para atingir as metas de redução de emissões, mas a EPA defende que a melhor opção será a captura e armazenamento de CO_2, que permite reter este gás em vez de o liberá-lo na atmosfera.

No entanto, de acordo com a Agência Internacional de Energia, existem atualmente apenas cerca de 40 instalações de captura de CO_2 para processos industriais ou produção de eletricidade em todo o mundo.

A organização 350.org considera que estas tecnologias ainda não comprovaram sua eficácia. Segundo o instituto, o que deveria ser reduzido é o número de usinas deste tipo.

Na última década, várias usinas a carvão fecharam nos Estados Unidos, enquanto a produção de energia solar e eólica aumentou, assim como as usinas a gás.

No entanto, em 2023, cerca de 60% da eletricidade foi produzida em usinas a gás (43%) ou carvão (16%) nos Estados Unidos, segundo a Agência Internacional de Energia, seguidas pelas energias renováveis (21%) e pela energia nuclear (18%).

+

Mercadante defende que Estado financie transição energética

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, defendeu nesta quinta (25) políticas públicas para financiar projetos da "nova energia". Para ele, o mercado financeiro não tem condições de suprir sozinho a demanda por investimentos na transição energética. "É a primeira vez na história que a nova matriz energética custa mais que a anterior. Por isso, depende decisivamente do Estado e de políticas públicas, ou ela não vai acontecer", disse. "Se deixarmos simplesmente pelas forças de mercado e pelo menor custo, vamos continuar emitindo gás carbônico, aquecendo o planeta." "Não temos as naves que alguns estão construindo para tentar sair da Terra, e pode ser que consigam, não antes deixando de fazer muita bobagem por aqui. Este é o nosso planeta, tem um custo, e precisamos de política pública", disse Mercadante, sem citar nomes. A fala vem após as polêmicas envolvendo o bilionário Elon Musk e o governo brasileiro. Musk comanda a SpaceX, de voos espaciais. As declarações ocorreram em um fórum na sede do BNDES, no Rio, sobre crédito para inovação na indústria.

FUNDAÇÃO ZERBINI

ACESSE www.fz.org.br
fz_fundacao / fzfundacao

CNPJ: 50.644.053/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Membros dos Conselhos Fiscal, Curador e Consultivo da Fundação Zerbini – FZ, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **O Mundo, o Brasil e a FZ em 2023:** Tema bastante debatido mundialmente, a **Saúde para Todos** tem sido o norte geral dos países. Principalmente após esses últimos anos voltados ao combate à Covid-19, observou-se quão essencial é garantir que toda pessoa tenha acesso às políticas públicas de saúde que valorizem a vida e o bem estar, estes são temas discutidos pela ONU e Mercocidades. Em 2023 a Organização Mundial de Saúde - OMS comemorou 75 anos e vê na celebração a oportunidade de reforçar e dar visibilidade global à importância dos territórios e das autarquias locais para abordar o tema saúde para todos. Outro assunto em evidência diz respeito ao envelhecimento populacional, antes visto como um fator relevante para os países mais desenvolvidos, atingiu o status de fenômeno global nas últimas décadas. Em 2030, existe a expectativa de que uma em cada seis pessoas no mundo terá 60 anos ou mais, de acordo com a OMS. No Brasil, dados do Censo 2022, do IBGE, mostram que o número de idosos no país cresceu 57,4% em 12 anos. A saúde segue enfrentando desafios sazonais. O aumento da dengue ao longo de 2023, com o ressurgimento do sorotipo 3, preocupa as autoridades, que apontam que deve haver uma epidemia em alguns estados no próximo ano. A onda de pneumonia provocada por bactéria na China e Europa também é outro tema que merece atenção. Com as mudanças climáticas, há uma preocupação de que haja mais surtos de doenças, além das ondas de calor excessivos que já chegaram ao Brasil. Na economia, em 2023, o PIB brasileiro somou R$ 10,9 trilhões, segundo dados do IBGE, com o PIB per capita chegando a R$ 50.193,72, avanço real de 2,2% ante o ano anterior. Ainda segundo informações do IBGE, o PIB cresceu 2,9% em 2023, desse percentual de crescimento a agricultura cresceu 15,1% de 2022 para 2023, na indústria 1,6% pontos percentuais enquanto os serviços ficaram com 2,4%, outra influência positiva no resultado do PIB de 2023 foi o desempenho das Indústrias Extrativas. A atividade teve alta de 8,7% devido ao aumento da extração de petróleo e gás natural e de minério de ferro. Destaque também para Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, com alta de 6,5%. "Houve condições hídricas favoráveis e a bandeira verde vigorou durante todo o ano de 2023. A inflação oficial no país (IPCA-Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fechou 2023 em alta de 4,62%, ficando dentro do estabelecido para o ano que variava de 1,75 a 4,75, inferior ao registrado em 2022 que atingiu o patamar de 5,79%. A taxa de desemprego fechou o ano de 2023 em 7,8%. É o menor patamar registrado desde 2014 e uma queda de 1,8 ponto percentual em relação a 2022 (9,6%). No trimestre encerrado em dezembro, a taxa de desocupação chegou a 7,4%, um recuo de 0,3 ponto percentual em comparação com o trimestre de julho a setembro. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em 31 de janeiro, pelo IBGE. **FZ e InCor: lado a lado pela saúde e pelo futuro I nossa história:** A FZ fundada em 1978, nasceu exclusivamente com o objetivo de oferecer suporte técnico, administrativo, operacional e financeiro, além de tornar-se responsável por captar, gerenciar e investir na estrutura do próprio Instituto do Coração, o InCor, que é um dos Institutos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (InCor-HCFMUSP). A FZ desempenha papel importante no apoio ao InCor, garantindo que pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS tenham acesso a tecnologias de ponta e tratamentos inovadores em cardiologia e pneumologia, os quais são raros e muitas vezes indisponíveis em outras instituições públicas. Inaugurado em 1977, o InCor é um hospital público universitário de alta complexidade, cuja reputação como referencial de excelência em Ensino, Pesquisa, Inovação e Assistência em Cardiologia, Pneumologia e Cirurgias Cardíaca e Torácica é consolidada tanto no cenário nacional quanto internacional. O InCor é singular em resolver casos de altíssima complexidade em cardiologia e pneumologia, posicionando-se como líder em tratamentos especializados e inovadores nessa área. **Premiações e reconhecimentos:** Como resultado destes esforços, tivemos reconhecimento externo da Qualidade e Segurança que dedicamos aos nossos pacientes, por meio da Acreditação ONA II e, mais uma vez, o InCor entrou para o *ranking World's Best Specialized Hospitals*, da revista *Newseeek*, mantendo seu lugar de destaque nas categorias "Cardiologia" e "Cirurgia Cardiovascular", reforçando sua relevância como um dos mais importantes centros de saúde do mundo. Além disso, recebemos **Premiação no Congresso da SABM**, por meio do InovaInCor, onde recebemos os prêmios de 1º e 2º lugar de melhor infográfico no Congresso da *Society for the Advancement of Patient Blood Management* (SABM), realizado em Nashville, EUA, em outubro de 2023. **Inovações que participamos: InCor Digital** - plataforma online desenvolvida pelas áreas de Saúde Digital e Serviço de Informática do InCor para oferecer diversos serviços remotos aos pacientes (agendar consultas, teleconsultas e exames). **O iConf (InCor Conference):** plataforma de webconferência desenvolvida pelo Serviço de Informática para atender às crescentes demandas de Telemedicina. Com recursos similares aos de sistemas comerciais. **Plataforma Nacional de Teleconferência de Ato Cirúrgico (TAC):** Num projeto inédito, que contou com o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Cisco Brasil, a equipe do InovaInCor desenvolveu uma plataforma para teleorientação de cirurgias de alta complexidade. **Acompanhamento de pacientes cirúrgicos com smartwatches:** Por meio de um projeto de pesquisa realizado em parceria firmada com a Sansung, foi desenvolvida uma plataforma para monitoramento remoto de pacientes submetidos a Cirugia cardíaca. **Cenário Econômico-Financeiro:** Para a área da saúde, foi um ano de desafios, oportunidades, aquisições, fusões e mudanças de comando de empresas de saúde. Os investimentos em tecnologia e inovação foram fundamentais para aprimorar a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde. A telemedicina e as soluções digitais ganharam ainda mais espaço, impulsionadas pela pandemia de COVID-19. A colaboração entre diferentes setores e a busca por soluções inovadoras foram essenciais para enfrentar os desafios e garantir a continuidade dos serviços de saúde. Destacamos as iniciativas da FZ e InCor, desde 2022, junto a Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde que culminaram no reajuste da tabela SUS em 14 procedimentos cardiovasculares e ampliação dos procedimentos cirúrgicos, gerando um superávit de 8,89% no montante dos recebimentos SUS em relação ao ano de 2023. O superávit da Instituição em 2023 foi de R$ 37.117 milhões, representando um crescimento de 17,6% em relação ao ano anterior, quando a cifra foi de R$ 31.573 milhões. Com relação à Saúde Suplementar, o ano de 2023 foi marcado por mudanças e novas práticas de planos de saúde que impactaram negativamente nos pagamentos dos serviços prestados. Outro fator importante, foi aumento do índice de glosas praticados pelas operadoras de saúde para posterior análise e, como ação intensificamos nossos controles e reforçamos o relacionamento comercial junto as operadoras. Um fator importante que impactou de forma significativa os resultados da Instituição, foi a ausência de reposição dos profissionais contratados com vínculo público para o quadro de colaboradores. A FZ, com o objetivo de manter os atendimentos realizados no Instituto do Coração, contratou novos profissionais para o seu quadro de colaboradores, gerando aumento expressivo na sua folha de pagamentos. Recebemos indicação de Emendas Parlamentares no ano de 2023, totalizando o valor de R$ 23.344.209,00. Com estes recursos adquirimos materiais especiais (não cobertos pelos SUS) e insumos. Além disso, com as Emendas Parlamentares foi possível contribuir para a aquisição de Cardioversores, Aparelhos de Anestesias para Ressonância Magnética, Carros Maca Avançados, incluindo o custeio de procedimentos e consultas. Pensando em futuro, uma expectativa para o ano de 2024 se refere a ação do Governo de São Paulo, denominado Tabela SUS Paulista, como complemento aos pagamentos de procedimentos hospitalares e alguns procedimentos ambulatoriais realizados em unidades hospitalares com ou sem fins lucrativos que prestam serviços ao SUS, com previsão de início de recebimento em março de 2024. Embora o período tenha sido impactado por diferentes fatores de restrição e de instabilidade, ao planejado para o período, em 2023 a FZ se concentrou em ações para proteção do caixa, criação de novas parcerias, aprimoramento dos controles de governança, despesas e ações para manter a saúde financeira da Instituição. **Aspectos de sustentabilidade:** Pensar no futuro e planejar ações é uma forma de poder conhecer melhor onde estão nossos pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças. Em 2023 a FZ trabalhou, com o seu Grupo Executivo, no intuito de traçar objetivos estratégicos para o Planejamento Estratégico 2024 – 2028. Com direcionamento voltado para a Sustentabilidade, envolvendo aspectos de Meio Ambiente, Governança e Pessoas, construímos metas e planos de ações para melhorar, ainda mais, nossos resultados em 2024. A FZ e o InCor partilham de parceria estratégica, alinhando seus objetivos e esforços para alcançar resultados. O Comitê de Sustentabilidade Ambiental realizou diferentes ações com o intuído de incentivar práticas sustentáveis de valor agregado, promovendo a conscientização e preservação do Meio Ambiente, tendo sido estabelecido o foco nos seguintes Eixos Temáticos: água, energia, resíduos e educação ambiental. Em 2023, a área de Diversidade e Inclusão (D&I) do InCor promoveu iniciativas para fomentar a inclusão e acessibilidade, como o acompanhamento personalizado de colaboradores com deficiência e o atendimento acessível em Libras para pacientes surdos ou com deficiência auditiva. Cursos de Libras foram oferecidos, além de garantir a acessibilidade em eventos institucionais e transmissões ao vivo. **Valores gerados para a população que nos procura:** Em 2023 presenciamos notáveis progressos na medicina, permitindo-nos oferecer tratamentos mais precisos e eficazes. O InCor se destacou por ser o hospital que mais realiza transplantes de coração e pulmão no Estado de São Paulo, expandiu as consultas virtuais e uso da telemedicina, o que nos possibilitou ampliar o acesso aos nossos serviços. Fato importante, em 2023, também se destaca o recebimento de aporte do Ministério da Saúde, para a continuidade do projeto de desenvolvimento da vacina - em formato de spray nasal - para combate à COVID 19. **Ciência que geramos:** A Comissão de Ensino tem por objetivo dar apoio aos programas de ensino que estão inseridos na rotina hospitalar, assim como desenvolver atividades de diversas modalidades com o objetivo de propagar conhecimento de qualidade para a sociedade e captar recursos financeiros que possam ser investidos na própria instituição. Em 2023 nossos números refletem 551 pessoas em 44 programas de formação e 27.193 pessoas em 63 atividades de atualização. **Vidas que salvamos:** Cuidamos de vidas e de pessoas todos os dias, sendo que mais de 87% dos pacientes que atendemos são oriundos do Sistema Único de Saúde, o SUS. Além da excelência e segurança no cuidado que prestamos em todos os atendimentos, estamos também, estritamente atentos aos avanços da tecnologia a fim de que ela possa atuar ao nosso favor. A aplicação da inteligência artificial na área da saúde nos permitiu aprimorar diagnósticos e tratamentos, elevando a qualidade dos cuidados que oferecemos. Um exemplo desta ação, foi a incorporação da tecnologia de imagem com o uso da inteligência Artificial para angioplastias. A FZ detém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde – CEBAS, conforme Portaria nº 730 de 11 de agosto de 2020, DOU de 17/08/2020, e obteve sua renovação até 16/08/2023, e em 13 de dezembro de 2023 através da Portaria MS nº 1111, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2024, e a renovação que foi solicitada através do Protocolo 25000.126033/2022-23 em setembro de 2022, continua aguardando a verificação. Possui também, a Certidão de Utilidade Pública Estadual, vigente até 27/04/2024 (em processo de renovação - Governo do Estado de São Paulo), e mantém a Imunidade do ITCMD, até 08/08/2026, renovado em 15 de março de 2023, através do deferimento do Protocolo SFP-PRC-2022/11095, de 2022. **Prestação de contas ao Ministério Público Estadual, Receita Federal do Brasil e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.** A FZ, até 30/06/2024 prestará contas do Exercício de 2023, ao Ministério Público através do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP), bem como entregará o ECD (Escrituração Contábil Digital) e ECF (Escrituração Contábil Fiscal), obrigações junto a RFB nos prazos estipulados para 2024 será 28/06/2024 e 31/07/2024 respectivamente, e ao TCE SP, conforme Instrução Normativa vigente INSTRUÇÕES Nº 01/2020 até 31/05/2024, referente ao Exercício de 2023. **Recursos Humanos:** Para manutenção de suas atividades, o quadro de pessoal - InCor e FZ em dezembro de 2023 totalizava 3.336 (três mil, trezentos e trinta e seis colaboradores). A FZ investe constantemente no desenvolvimento profissional de seus funcionários, visando aprimorar o atendimento assistencial. Diagnosticada a necessidade de treinamento, são implantados programas em parceria com as diversas áreas da Instituição e empresas especializadas em capacitação técnica para os colaboradores. **Agradecimentos:** A FZ registra sinceros agradecimentos aos colaboradores pela dedicação, seriedade e eficiência no desempenho de suas atividades; aos senhores membros dos Conselhos Curador, Fiscal e Consultivo, pelo acompanhamento e aconselhamento; ao Governo Federal e Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, órgãos do Poder Executivo, Legislativo e doadores privados, pelos recursos destinados à FZ; ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pela permanente avaliação das atividades fundacionais e aos pacientes, operadoras de planos de saúde, fornecedores e parceiros em geral, pelo amplo apoio que temos recebido.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.
Doutor Paulo Eduardo M. Rodrigues da Silva - Diretor-Presidente.
Professor Doutor Carlos Alberto Pastore - Diretor-Vice-Presidente.
Engenheiro André Giordano Neto - Superintendente Corporativo.

Balanço Patrimonial em 31 De Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa:			
- Caixa e Bancos	4	168	1.067
- Aplicações Financeiras	4	154.221	168.488
Contas a Receber	5	122.847	68.278
Estoques	6	360	27
Outras Contas a Receber		2.754	2.484
Despesas Antecipadas		2.326	622
Total do Circulante		**282.676**	**240.966**
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	16	562	495
Contas de Natureza Judicial	7	197	3.370
Propriedade para Investimento	8	21.941	21.435
Imobilizado	9.1	172.095	127.673
Intangível	9.2	112	444
Total do Não Circulante		**194.907**	**153.417**
Total do Ativo		**477.583**	**394.383**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Circulante			
Fornecedores	10	27.074	13.617
Tributos a Recolher	11	10.340	9.577
Obrigações Trabalhistas	12	54.205	50.590
Parcelamentos	13	2.883	3.132
Recursos Subvenções			
Convênios Públicos e Privados	14.a	58.815	39.174
Subvenções a Realizar Investimentos	14.b	29.643	5.516
Parcelamento de Débitos-Convênios Públicos		-	768
Outras Contas a Pagar	15	6.684	12.394
Total do Circulante		**189.644**	**134.768**
Não Circulante			
Tributos a Recolher	11	3.094	2.959
Parcelamentos	13	1.644	4.215
Provisão para Demandas Judiciais	16	38.054	61.346
Subvenções a Realizar-Investimento	14.b	40.397	23.047
Outras Contas a Pagar	15	5.652	6.067
Total do Não Circulante		**88.841**	**97.634**
Patrimônio Líquido	17		
Patrimônio Social		161.981	130.408
Superávit do Exercício		37.117	31.573
Total do Patrimônio Líquido		**199.098**	**161.981**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**477.583**	**394.383**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**62.701**	**67.707**	**130.408**
Transferência para Patrimônio Social	67.707	(67.707)	-
Superávit do Exercício	-	31.573	31.573
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**130.408**	**31.573**	**161.981**
Transferência para Patrimônio Social	31.573	(31.573)	-
Superávit do Exercício	-	37.117	37.117
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**161.981**	**37.117**	**199.098**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de Reais)*

Receitas	Nota	2.023	2.022
Assistência Médico Hospitalar – SUS		289.326	229.288
Assistência Médico Hospitalar – Convênios	18.1	123.016	129.846
Assistência Médico Hospitalar – Particular		14.744	18.970
Subtotal	18	**427.086**	**378.104**
Subvenções	19	33.116	31.362
Doações	19	3.233	2.881
Subtotal	19	**36.349**	**34.243**
Serviços Prestados e Outros	20	45.587	50.153
Receita com Trabalho Voluntário	23	276	557
Total de Receitas		**509.298**	**463.057**
Custos e Despesas Operacionais			
Salários e Encargos – SUS		(321.167)	(281.733)
Salários e Encargos – Convênios		(46.200)	(44.414)
Salários e Encargos – Particular		(5.216)	(5.303)
Despesas Administrativas		(16.045)	(12.503)
Serviços Profissionais		(37.709)	(24.279)
Materiais Clínicos Cirúrgicos		(39.515)	(32.418)
Doações		(527)	(967)
Materiais de Consumo		(12.727)	(10.631)
Medicamentos e Drogas		(2.997)	(2.935)
Depreciações e Amortizações		(10.474)	(10.109)
Transferência para HC/FMUSP		(14.801)	(14.478)
Variação em Propriedade para Investimento	8	506	802
Outras Despesas Líquidas	21	20.611	(5.079)
Despesa com Trabalho Voluntário	23	(276)	(557)
Total de custos e Despesas		**(486.537)**	**(444.604)**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		**22.761**	**18.453**
Receitas Financeiras		16.228	15.718
Despesas Financeiras		(1.872)	(2.598)
Resultado Financeiro Líquido		**14.356**	**13.120**
Superávit do Exercício		**37.117**	**31.573**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares De Reais)*

	2023	2022
Superávit do Exercício	**37.117**	**31.573**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**37.117**	**31.573**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Método Indireto) *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2.023	2.022
Superávit Líquido do Exercício	**37.117**	**31.573**
Itens que não afetam o Caixa:		
Depreciação e Amortização	10.474	10.109
Depreciação e Amortização -HC/FMUSP	13	14
Baixa Líquida de Ativo Imobilizado	1.366	(1.435)
Complemento de Provisão Para Demandas Judiciais	5.135	2.348
Utilização de Provisão Para Demandas Judiciais	(919)	(1.817)
Reversões de Provisão	(27.508)	-
Ganho na Avaliação em Propriedade para Investimento	(506)	(802)
Resultado Ajustado	**25.172**	**39.990**
Variações em Ativos e Passivos		
(Aumento) Redução no Contas a Receber/Contas Vinculadas	(51.396)	(10.132)
(Aumento) Redução nos Estoques	(333)	66
(Aumento) Redução de Outras Contas a Receber	(270)	716
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(1.704)	24
(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	(213)	(107)
(Redução) Depósitos Judiciais (Utilizados p/ Quitação de Débitos)	146	156
(Redução) Aumento em Fornecedores	13.457	(364)
(Redução) Aumento em Impostos/Contribuições a Recolher	898	2.382
(Redução) Aumento Salários e Obrigações Sociais	3.615	7.843
(Redução) Aumento em Parcelamentos	(4.086)	(3.920)
(Redução) Aumento Recursos de Convênios	19.641	16.486
(Redução) Aumento de Outras Contas a Pagar	(6.125)	8.617
(Redução) Aumento de Subvenções a Realizar-Investimento	41.477	(1.545)
(Redução) Aumento em Portaria SUS Covid	-	(427)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais(a)	**40.279**	**59.785**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Adições ao Imobilizado	(55.445)	(9.458)
Adições ao Intangível	-	(202)
Caixa Utilizado nas Atividades de Investimentos (b)	**(55.445)**	**(9.660)**
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes (a+b)	**(15.166)**	**50.125**
Demonstrado como segue		
Caixa e Equivalentes no Início do exercício	169.555	119.430
Caixa e Equivalentes no Final do exercício	154.389	169.555
(Redução) Aumento do Caixa e Equivalentes	**(15.166)**	**50.125**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional: A Fundação Zerbini é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica, com prazo de duração indeterminado e com autonomia administrativa, operacional e financeira, e tem por objetivo colaborar com o Instituto do Coração - InCor, que é uma Unidade do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCF-MUSP), atuando especialmente nas áreas de saúde, de ensino e de pesquisa no campo da cardiologia e pneumologia. Os recursos são obtidos, principalmente, pela prestação de assistência médico-hospitalar, mas também pela atuação na assistência social, educação, pesquisa e pesquisa e inovação. Para consecução dos seus objetivos, a Fundação utiliza máquinas e equipamentos, funcionários administrativos, corpo médico, medicamentos, imóvel e outros bens do Hospital das Clínicas - HC, de acordo com o Convênio de Assistência Integral à Saúde Nº 1.627/2018-Processo/SPDoc 2003311/2018 que entre si celebram o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Saúde, e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-HCFMUSP, e a Fundação Zerbini com vigência até 13 de dezembro de 2023, excepcionalmente prorrogado para 12 de dezembro de 2024 e, em conjunto com o Convênio 01/2019-Processo HC 5129/2024/SPDoc 2040429/2018 que objetiva a cooperação dos partícipes para o Desenvolvimento das Atividades de Ensino, Pesquisa e Saúde Integral à Saúde da Comunidade. Tendo em vista que a Fundação não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação nos resultados e aplica integralmente em suas atividades no País os recursos para manutenção dos seus objetivos estatutários, bem como mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda e contribuição social, dos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional. De acordo com o Estatuto da Fundação Zerbini, em caso de extinção, Capítulo XIII; Parágrafo Único, os bens da Fundação passarão para o InCor- HCFMUSP, desde que esteja em consonância com os requisitos estatutários estabelecidos pela Lei Nº 13.019/2014.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei Nº 6.404/76 e alterações posteriores, Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPCs) e NBC ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As Demonstrações Financeiras foram concluídas e autorizadas pela administração em 19/02/2024, sendo submetidas ao Conselho Fiscal e, na sequência, ao Conselho Curador. **2.1. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As receitas e despesas são mensuradas pelo regime de competência. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do país, demonstradas em milhares de Reais. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Sociedade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação de perdas com créditos de liquidação duvidosa e provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.2. Normas e Pronunciamentos: CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil:** Determina que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O imóvel locado atualmente, ocupado pela Fundação, foi alienado em 2019 e a Entidade deveria sair no prazo inferior a um ano, porém houve tratativas com o locatário e o prazo foi estendido até dezembro de 2022, houve aditamento do contrato que terá vigência até outubro de 2025. A administração avaliou o impacto nas demonstrações financeiras e o valor do arrendamento não é relevante para aplicação da norma.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: A Fundação Zerbini adota as práticas contábeis, a seguir sumarizadas, em base uniforme e consistente nos exercícios. **Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são demonstradas pelo regime contábil da competência do exercício. **a) Receita operacional:** Os contratos referentes à Assistência Médico-Hospitalar são firmados com a Fundação Zerbini e as receitas provenientes dos convênios médicos são registradas em função da realização dos serviços. As receitas do contrato com o SUS e suas variações são registradas dentro do período corrente. A Receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear, durante a vigência dos contratos de locações. **b) Despesas financeiras e Receitas financeiras:** As despesas financeiras compreendem, basicamente, despesas de juros e bancárias, I.O.F., descontos concedidos e atualização de passivos. As receitas Financeiras compreendem, basicamente, juros recebidos, variação monetária, descontos recebidos e o rendimento de aplicações financeiras. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo. Em 2023, assim como nos anos anteriores, os valores referentes ao recebimento de Emendas Parlamentares foram aplicados em poupança, a fim de atender a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, artigo 42º. Estas disponibilidades são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Os valores pertencentes a Projetos Internos e Governamentais mantidos em Contas correntes e de aplicações financeiras, sendo os advindos de Emendas Parlamentares aplicados na Poupança e estão destacadas em Notas Explicativas. **d) Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor se não considerado condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um Grupo de ativos financeiros. O Contas a Receber é avaliado e apresentado pelo valor de realização e, quando aplicável, inclui o ajuste a valor presente ou perdas com créditos de liquidação duvidosa, sendo estabelecida quando há evidência objetiva de sua irrecuperabilidade, tendo sido considerada como suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os saldos não foram ajustados a valor presente, pois os prazos são compatíveis com o ciclo operacional da Fundação e referem-se, basicamente, à prestação de serviços médico-hospitalares e aplicação de materiais especiais e de utilização na operação hospitalar. **(ii) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revistos periodicamente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso ocorra, é reconhecida no resultado do exercício, sendo revertido se perder a condição de irrecuperabilidade. **e) Propriedade para Investimento, Imobilizado e intangível:** Ativos imobilizados e intangíveis são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros durante a construção), reduzidos das respectivas depreciações e amortizações, que são calculadas pelo método linear, menos o valor residual estimado, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 09, as quais levam em consideração o tempo de vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado do exercício. Bens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis, inclusive, quando aplicável, ativos construídos internamente. Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando provável que haja benefícios econômicos futuros. Gastos com simples manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. Em 2019 foi realizado novo Inventário físico dos Ativos da Fundação, inclusive a revisão da vida útil e a validação dos locais onde os Ativos estão efetivamente lotados. Esse trabalho foi realizado por levantamento físico e verificação dos itens de forma individual, ou em grupo, por empresa especializada, a fim de manter e adequar o controle interno, em atendimento à norma. Em 2023 não tivemos indícios de perda de produtividade em nossos equipamentos para aplicarmos o impairment, os quais se mantém com o desempenho esperado. Os saldos de propriedade para investimento tiveram a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos correspondentes, sendo as variações anuais tomadas e ajustadas com base em laudo de avaliação de bens realizadas por empresa especializada. **f) Subvenções:** As subvenções governamentais são reconhecidas como receitas ao longo do período do benefício, confrontadas com as respectivas despesas que a compensam, em base sistemática mensal. Até o reconhecimento no resultado são mantidas em contas contábeis Ativas e Passivas específicas e segregadas, bem como contas bancárias vinculadas a cada Convênio. As Subvenções a Realizar referem-se ao valor adquirido de Ativos Imobilizados que serão amortizados de acordo com a vida útil dos bens, sendo transferidos para receitas a medida da depreciação destes bens a cada período. No início de 2023 a FZ possuía 17 Emendas. Durante o exercício houve ingresso financeiro de 12 Emendas Parlamentares, com utilização parcial das verbas recebidas e encerramento efetivo de 13. Após a utilização do recurso, de acordo com o plano de trabalho e eventual sobra, o valor é devolvido, sendo 13 emendas que tiveram saldos devolvidos. Remanescem 14 emendas com saldos para utilização em 2024. Conforme a Nota Explicativa nº 19, expressamos a movimentação dos valores recebidos, o rendimento de cada emenda, sua utilização e devoluções realizadas dos saldos residuais existentes. A FZ tem aprovadas 08 Emendas para Investimento, aguardando ingresso financeiro em 2024. **g) Fornecedores e Outras Contas a Pagar:** São obrigações correntes por bens ou serviços adquiridos no curso normal das operações, sendo classificadas entre passivo circulante (até 12 meses) e não circulante (superior a 12 meses) de acordo com o vencimento. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizável com o uso do método de taxa efetiva de juros. **h) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A provisão para demandas judiciais foi constituída com base em análises dos processos judiciais e administrativos, levando-se em conta os riscos e estimativas, sendo consideradas adequadas pela administração e seus assessores jurídicos para cobrir eventuais perdas, conforme nota explicativa nº 16. **i) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa:** Constituída em montante considerado suficiente para fazer face a possíveis perdas, considerando o resultado de análise individual dos devedores. Estão registradas como redutoras de Contas a Receber. **j) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes reconhecem atualização monetárias ou cambiais e juros, quando aplicável, de forma pro-rata e são reduzidos, se necessário, a valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável. **k) Férias e Encargos a Pagar:** Estão integralmente registradas pela parte vencida e proporcional a vencer, acrescidos dos respectivos encargos até a data do balanço.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	2023	2022
Caixa e Equivalentes FZ	25	22
Bancos Conta Movimento FZ	135	968
Subtotal - Caixa e Bancos Sem restrições (a)	**160**	**990**
Caixa e Equivalentes Projetos FZ	4	8
Bancos Conta Movimento Projetos FZ	4	69
Bancos Conta Movimento Convênios Públicos	-	-
Subtotal - Caixa e Bancos Com Restrição (b)	**8**	**77**
Total - Caixa e Bancos Sem e Com Restrições (a+b)	**168**	**1.067**
Fundo de investimento-Renda fixa (Recurso das operações)	45.837	56.977
Subtotal - Aplicações Sem Restrição (a)	**45.837**	**56.97**
Fundo de investimento - Renda fixa (Recurso de Projetos Internos)	49.924	72.881
Fundo de investimento - Renda fixa (Sub. Social TAC MP e, Outros Conv.Privados)	15.932	11.139
Fundo de investimento - RF (Rec. Conv. Púb.) SES, FINEP, Emendas Parlamentares poupança-EP	42.528	27.491
Subtotal - Aplicações Com Restrição (b)	**108.384**	**111.511**
Total - Aplicações Sem e Com Restrições (a+b)	**154.221**	**168.488**
Total	**154.389**	**169.555**

As aplicações financeiras, tanto dos recursos da Fundação Zerbini como dos projetos, referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa, e estão sendo remuneradas de acordo com a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras intituladas "Recursos de Projetos Internos" são provenientes de Convênios firmados por patrocínios de empresas privadas e desenvolvimento de Projetos Internos. Os Recursos com Convênios Públicos (vide nota explicativa nº 14) são os vinculados a Convênios com Órgãos Públicos que têm Plano de Trabalho e acompanhamento tempestivo atrelados a sua utilização e possuem contas específicas às atividades previstas nos respectivos contratos, convênios ou parcerias dos órgãos e instituições aos quais estão atrelados. Os recursos são classificados e mantidos em aplicação ou poupança, conforme determina a legislação, até o momento de sua utilização, sendo registrados pelo custo original e atualizados de acordo com as bases contratuais. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, a valores de mercado.

5. Contas a Receber:

Descrição	2023	2022
Sistema Único de Saúde (SUS)	82.109	24.610
Convênios	28.046	26.255
Convênios -a Faturar	14.656	18.166
Particulares	10.437	10.410
Outras contas a receber	2.960	2.747
Subtotal	**138.208**	**82.188**
Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(15.361)	(13.910)
Total	**122.847**	**68.278**

A movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa em 2023 foi:

	2023	2022
Saldo Inicial	**(13.910)**	**(10.707)**
Complemento	(2.481)	(4.431)
Reversões	714	1.228
Baixa definitiva	316	-
Saldo Final	**(15.361)**	**(13.910)**

A Fundação adota o critério de registrar a PECLD a partir da análise individual dos créditos e, no mínimo, para atrasos a partir do 121º dia de vencimento de seus títulos. Há um sistema de cobrança efetiva e apenas ao se esgotar as possibilidades de negociação amigável, aciona-se a forma jurídica. As baixas definitivas ocorrem apenas quando todas as tentativas de recebimentos se esgotam, para que o número final fique o mais próximo do real a receber, conforme acompanhamento dos procedimentos internos.

6. Estoques: A Fundação fornece materiais especiais e materiais importados ao InCor-São Paulo. O consumo tem intervalo de curtíssimo prazo e, normalmente, dentro do próprio exercício. No final dos Exercícios de 2023 e 2022, o saldo existente referia-se à importação em andamento.

Descrição	2023	2022
Estoques	360	27
Total	**360**	**27**

7. Contas de Natureza Judicial

Descrição	2023	2022
Contas Vinculadas	-	3.370
Seguro Garantia	197	-
Total	**197**	**3.370**

Constituídas por valores em bloqueios judiciais com morosidade no desfecho, e por se tratar de assuntos judiciais, portanto sem prazo definido para término do processo ou conclusão mensurável, foi classificado no Ativo Não Circulante até o desfecho dos eventos, porém em 2023 através de ação do departamento jurídico da FZ houve a substituição da garantia que ora havia sido bloqueada, por um Seguro Garantia que está sendo apropriado mensalmente, sendo devidamente acompanhado conforme o andamento do processo a fim de tomada de decisão administrativa, quando da decisão judicial.

8. Propriedade para Investimento:

Descrição	2023	2022
Imóveis Av. Rebouças - São Paulo/SP **(a)**	21.500	21.000
Imóveis em Rondonópolis - MT **(b)**	441	435
Total	**21.941**	**21.435**

(a) A Fundação Zerbini possui terrenos na Avenida Rebouças nºs 517, 541, 543, 547 e 549, com a Escritura de imóveis registrada no 13º Cartório de São Paulo - SP, registrados como Propriedade para Investimento, adotando o método de valor justo nos seus registros contábeis. Este terreno é utilizado para fins de renda e a receita segregada na linha de aluguel. Em 2023 a valorização foi de R$ 500. Em 2021 a fundação iniciou negociações com a Incorporadora Idea Empreendimentos 50 Ltda para realização de permuta deste terreno com andares de empreendimento a ser construído no local pela incorporadora. Permanece em tramitação, o projeto está em fase final de aprovação pelos órgãos competentes da Prefeitura do Município de São Paulo, seguindo o levantamento de documentos e alinhamento para concretização, um dos andares deverá se tornar a sede da Fundação e os demais serão avaliados quanto a sua utilização posteriormente, em 2024 a Incorporadora dará início na mobilização do pessoal de obra, colocação de tapumes e terraplanagem do terreno. **(b)** Imóvel no município de Rondonópolis-MT, sito a Alameda dos Coqueiros, Quadra 69, Lote 04, Vila Adriana, também tratado de acordo com o NBC TG 28-Propriedade para Investimentos pela intenção de venda. Em 2023 de acordo com o laudo apresentado pela empresa especializada contratada, houve o registro da mais valia de R$ 4, (Em 2022 R$ 48). Em 2020 houve o desfecho de um processo referente a um imóvel em Rondonópolis, anteriormente classificado em contas vinculadas, ora transferido para propriedades para investimentos, também com intenção de venda. Este imóvel tem escritura registrada no 1º Tabelionato e Registros de Imóveis no município de Rondonópolis-MT, sendo uma casa sito a Rua Pará 281, Quadra 69, lote 8, Vila Adriana. Em 2023 houve o registro suportado por laudo de empresa especializada contratada com a mais valia de R$ 2 (Em 2022, R$ 24).

9. Imobilizado e Intangível

9.1. Imobilizado

Descrição	deprec. % a.a.	Custo	Deprec. Acumul.	2023 Líquido	2022 Líquido
Edificações e instalações em propriedades de Órgãos Públicos	2 a 14	93.674	(22.781)	70.893	72.442
Máquinas e equipamentos	7 a 11	39.173	(22.803)	16.370	14.758
Máquinas e equipamentos- Subvenções	7 a 11	50.311	(11.698)	38.613	24.220
Móveis e utensílios	7 a 14	14.356	(8.573)	5.783	5.570
Móveis e utensílios-Subvenções	7 a 14	10.929	(3.519)	7.410	4.057
Computadores e periféricos	20 a 30	8.673	(6.843)	1.830	2.271
Computadores e periféricos-Subvenções	20 a 30	5.228	(4.583)	645	1.305
Veículos	20	480	(480)	-	-
Obras de arte	-	295	-	295	295
Imobilizações em andamento	-	1.917	-	1.917	1.161
Imobilizações em andamento (de Subvenções) (*)	-	28.481	-	28.481	1.791
Outras Provisões e amortizações	-	-	(142)	(142)	(197)
Total		**253.517**	**(81.422)**	**172.095**	**127.673**

(*) Ativos aguardando a adequação do local para ser colocado em funcionamento.

A movimentação do custo do imobilizado em 2023 foi:

Descrição	2022	Adições	Baixas	Transf (*).	2023
Edificações e instalações em propr. de Órgãos Públicos	93.091	-	-	583	93.674
Máquinas e equipamentos	69.069	16.548	(353)	4.220	89.484
Móveis e utensílios	20.298	5.092	(105)	-	25.285
Computadores e periféricos	13.252	654	(25)	20	13.901
Veículos	480	-	-	-	480
Obras de arte	295	-	-	-	295
Imobilizações em andamento	2.953	33.151	(883)	(4.823)	30.398
Total	**199.438**	**55.445**	**(1.366)**	**-**	**253.517**
Software	**7.109**	**-**	**-**	**-**	**7.109**

(*) Imobilizados que foram colocados em funcionamento no período, distribuídos em cada categoria em 2023 sendo parte que estavam na conta de Imobilizado em Andamento no exercício anterior e parte adquirido neste exercício, permanecendo outros para o próximo exercício.

9.2. Intangível:

Descrição	Amortização % a.a.	Custo	Amort. Acum.	2023 Líquido	2022 Líquido
Software	20	7.043	(6.931)	112	444
Software-Subv.	20	66	(66)	-	-
		7.109	**(6.997)**	**112**	**444**

10. Fornecedores: Representam valores a pagar de curto prazo, no curso normal das operações, por fornecimento de bens e serviços, a variação apresentada refere-se, além da proporcionalidade dos atendimentos hospitalares efetuados no período, às compras de equipamentos realizadas no final do exercício com valores expressivos.

Descrição	2023	2022
Fornecedores	27.074	13.617
Total	**27.074**	**13.617**

11. Tributos a Recolher:

Descrição	2023	2022
Impostos a Recolher	10.228	9.405
IR Compensado **(a)**	3.094	2.959
Outros	112	172
Total	**13.434**	**12.536**
Circulante - Impostos a Recolher e Outros	**10.340**	**9.577**
Não circulante - IR Compensado (a)	**3.094**	**2.959**

(a) Trata-se de compensação (PER/DECOMP) realizada junto à Secretaria da Receita Federal com créditos do PIS sobre folha de salários e IOF incidentes sobre operações de empréstimos bancários realizados no passado. O aproveitamento desses créditos foi baseado em liminar de suspensão de exigibilidade do tributo (período de março de 1996 a novembro de 2000) e administrativamente junto à Receita Federal, via PER/DECOMP (períodos de dezembro de 2000 a abril de 2004 e de agosto de 2003 a março de 2007, respectivamente para o PIS e IOF). Não houve andamento nos processos, assim, aguarda-se o desfecho das análises efetuadas pela Secretaria da Receita Federal, permanecendo o saldo atualizado mensalmente, totalizando no final do exercício de 2023 o montante de R$ 3.094 (Em 2022 - R$ 2.959).

12. Obrigações Trabalhistas

Descrição	2023	2022
Salários a pagar	17.683	16.756
Férias e encargos a pagar	31.901	29.628
FGTS a recolher	3.017	2.821
INSS a recolher	1.547	1.336
Outras contas	57	49
Total	**54.205**	**50.590**

13. Parcelamentos

Descrição	2023	2022
Parcelamento Lei 11.941/09 **(a)**	1.673	3.482
Parcelamento de PIS	201	418
Parcelamento de INSS	290	603
Parcelamento PGFN **(b)**	-	14
Parcelamento PERT **(c)**	361	389
Parcelamento PRT - IV **(d)**	2.002	2.441
Total	**4.527**	**7.347**
Circulante	**2.883**	**3.132**
Não Circulante	**1.644**	**4.215**

Refere-se à adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais.
(a) Do total das parcelas foram deduzidas as antecipações efetuadas pelo valor mínimo, no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011, que representavam 19 parcelas. Após estas deduções foram geradas 161 parcelas, atualizadas com base na SELIC acumulada, a partir de dezembro de 2009. Desde o parcelamento homologado em 2011 até dezembro de 2023 foram liquidadas 151 parcelas, restando 10. O saldo está atualizado de acordo com o extrato da Secretaria da Receita Federal. **(b)** A Fundação Zerbini quitou o parcelamento efetuado em 2018 junto a PGFN, em 60 meses, totalizando em 2023, 60 parcelas pagas. **(c)** Em 2017 a Fundação aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária -PERT - do Ministério da Fazenda referente a Multas recebidas da Cota do PCD, com o total de 149 parcelas. Os recolhimentos iniciaram-se conforme as regras apresentadas, sendo 4 parcelas iniciais maiores e o restante em parcelas fixas atualizadas. A Fundação efetuou os pagamentos dos valores maiores nas primeiras parcelas, liquidando-as até a 10ª parcela, naquele momento. Até 31/12/2023 foram liquidadas 82 parcelas, restando 67 em aberto. **(d)** Também em 2017, a Fundação aderiu ao novo Programa de Regularização Tributária - PRT - junto a RFB em 120 meses, com regras distintas dos demais vigentes. Neste foi incluído valores de IRRF referente ao período de dezembro de 2001 e PIS referente a novembro de 2001, tendo o Saldo existente do parcelamento de Tributos sobre importação migrado para esta modalidade e sendo redistribuído nas parcelas restantes. Foram pagas 83 parcelas até dezembro de 2023, restando 37 para os próximos exercícios. Demonstramos, abaixo, o quadro resumo dos parcelamentos em 2023:

Tributos	Data do Parcelamento	Circulante	Não Circulante	2023	Término do Parcelamento	Parcelas Restantes
PIS	nov/2009	201	-	201	out/2024	10
INSS	nov/2009	290	-	290	out/2024	10
IRRF	nov/2009	1.673	-	1.673	out/2024	10
PGFN	fev/2018	-	-	-	jan/2023	-
PERT-PGFN	set/2017	64	296	360	jul/2029	67
PRT-IV	mar/2017	655	1.348	2.003	jan/2027	37
Total		**2.883**	**1.644**	**4.527**		

14. Recursos de Subvenções, Convênios Públicos e emendas parlamentares:

a) Convênios e emendas parlamentares:

Descrição	2023	2022
Convênios SES **(i)**	3.613	5.929
Projetos - FINEP	3.321	1.326
Convênio com o Senado Federal	-	7
Emendas Parlamentares - Verba Federal **(ii)**	35.594	20.237
Total - Subvenções Convênios Públicos	**42.528**	**27.499**
TAC- Subvenção Social-Ministério Público do Trabalho **(iii)**	1.694	1.529
Pesquisa e Inovação Técnico Científica **(iv)**	14.593	10.146
Outras Subvenções Convênios	**16.287**	**11.675**
Total -Recursos Subvenções Convênios	**58.815**	**39.174**

Refere-se, substancialmente, a Convênios Firmados com Entidades Públicas - Secretaria Estadual de Saúde, FINEP, EMENDAS PARLAMENTARES-EP. Os valores recebidos ficam em contas bancárias específicas. Sendo Verba Federal, em contas bancárias abertas pela própria União. Os saldos são aplicados até a efetiva utilização. **(i)** Os valores recebidos neste exercício referente ao Convênio da SES são, principalmente, verbas destinadas para o desenvolvimento e custeio do InCor São Paulo, sendo parte do saldo referente a 4 convênios que estavam vigentes e 3 novos, iniciados em 2023. No exercício ocorreram 3 devoluções de saldos residuais. O total de recebimento no exercício foi de R$ 15.211, conforme movimentação demonstrada na Nota Explicativa nº 19, encerrando 2023 com saldo a realizar em 4 Convênios Ativos. **(ii)** Em 2023 houve ingresso financeiro de 12 Emendas Parlamentares Federais, sendo 08 para investimentos e 4 para custeio, utilização parcial das verbas recebidas em final de 2022 e devolução da sobra. A movimentação está expressa na Nota Explicativa nº 19. Para 2023 há 08 Emendas aprovadas, aguardando ingresso financeiro. Todas serão para Investimento em Equipamentos. **(iii)** O TAC refere-se à Subvenção Social do Ministério Público do Trabalho (verba originada em Termos de Ajustamento de Condutas pagas por empresas direcionadas pelo MPT) que a Fundação recebeu através de Credenciamento junto Ministério do Trabalho, neste exercício a Fundação Zerbini recebeu R$ 162 (em 2022 foi recebido R$ 840), o montante recebido está sendo revertido para Estudos de Pesquisas envolvendo trabalhadores expostos ao Amianto e à Sílica. **(iv)** Em 2023, em Pesquisa e Inovação Técnico Científica, houve o recebimento de R$ 14.892

Continua ...

Continuação ... (Em 2022 foi R$ 13.561) para incremento em novos Projetos com a utilização do recurso conforme plano específico, findando o exercício com os saldos remanescentes para utilização em 2023 de R$ 14.593 (Em 2022 R$ 10.146). **b) Subvenções a Realizar:** O Investimento em Ativo Imobilizado é tratado em contrapartida a conta de Subvenção a Realizar - Investimento Circulante e Não Circulante, conforme NBC TG 07, sendo amortizado de acordo com a vida útil dos Ativos adquiridos e depreciação a eles vinculada. O saldo em 2023 perfaz os valores expressos no quadro abaixo:

Descrição	2023	2022
Subvenções a Realizar -Circulante	29.643	5.516
Subvenções a Realizar -Não Circulante	40.397	23.047
Total	**70.040**	**28.563**

15. Outras Contas a Pagar

Descrição	2023	2022
Adiantamentos Diversos (a)	688	838
Outras Contas a Pagar (b)	2.246	2.128
Antecipação SUS (c)	2.078	7.990
Parcelamento Acordos Trabalhistas	308	85
Acordos Processuais a Pagar	240	240
Previdência Privada a Pagar	45	52
Cooper C.M. FUNC.FEJZ	1.060	1.036
Seguro de Vida a Pagar	19	25
Passivo Circulante	**6.684**	**12.394**
Outras Contas a Pagar (b)	5.652	6.067
Passivo Não Circulante	**5.652**	**6.067**
Total	**12.336**	**18.461**

(a) Referem-se a valores adiantados aguardando o desfecho do evento para emissão de documentação e baixa ao resultado por competência contábil, de acordo com o serviço prestado. (b) Além do saldo remanescente de Perdcomp's., que aguardam a consolidação da Secretaria da Receita Federal - SRF para homologação do parcelamento, inclui honorários advocatícios com tratativas para liquidação. Inclui ainda o Acordo Processual a vencer em longo prazo e valores de provisões que, conforme cláusula contratual, não há previsão de desfecho em curto prazo. (c) Conforme resolução SS-171-22 de 22 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 24 de dezembro de 2022, houve revisão e alterações no Contrato SUS. Por conta dessa readequação alguns valores recebidos em 2022 deverão ser restituídos e obedecendo o regime contábil da competência foi constituído o passivo correspondente adequando o resultado do exercício. A devolução, conforme acordo, ocorreu parcialmente em 2023 e está sendo atualizado mensalmente, sendo descontado diretamente do recebimento SUS. **16. Provisão Para Demandas Judiciais:** A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos em vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e histórico anterior, constituiu provisão para contingências trabalhistas, cíveis, glosas com convênios públicos e tributárias no montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. As contingências são classificadas como perdas prováveis, possíveis ou remotas. Para perda provável é constituída provisão de 100% do montante em pauta. As perdas possíveis, para fins de divulgação, representam R$ 150.806 na esfera Tributária, R$ 8.749 na esfera Trabalhista. As provisões de convênios, embora não provenientes de ações judiciais, são constituídas neste grupo apenas as que suscitaram questionamentos pelo patrocinador, pois, devido às suas características, existem incertezas quanto a aprovação de valores, prazos e pagamentos. A estimativa é baseada após a análise das prestações de contas que ocorreram no prazo adequado, mas que, por algum motivo, foram passíveis de discussão e estão sendo reanalisadas pelos órgãos competentes, aguardando o desfecho final. Os saldos das contingências e dos depósitos judiciais são os seguintes:

Natureza	2023	2022
(a) Cíveis	1.347	1.947
(b) Trabalhistas	15.991	12.621
(c) Convênios	5.274	32.222
(d) Tributárias	15.442	14.556
Total	**38.054**	**61.346**
Depósitos Judiciais		
Trabalhistas	562	495
Total	**562**	**495**

(a) Contingências Cíveis: A Fundação é parte em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível, a atualização é efetuada conforme expectativa jurídica apresentada, no exercício de 2023 houve desfecho de algumas ações que se tornaram pagamentos e em outros casos reversões de ações que estavam contingenciadas, devido ao desfecho foi favorável à FZ, ainda a atualização de algumas ações que estavam em andamento. **(b) Contingências Trabalhistas:** Refere-se a ações individuais envolvendo ex-funcionários da Fundação. No exercício de 2023 foram realizados e cumpridos alguns acordos de parcelamentos e outros continuam em andamento para quitação de ações existentes, além da inclusão de novas ações. Os depósitos judiciais trabalhistas são mantidos em juízo até a resolução das questões legais correspondentes. Em alguns casos, quando do desfecho do processo, parte poderá ser utilizada parcial ou integralmente para quitação dos débitos, sendo outros, quando do término da ação, levantados os recursos depositados em garantia. **(c) Contingência de Convênio com Órgãos Públicos:** Refere-se a: i) Convênio que a Fundação manteve com o Senado Federal, o qual foi refeita a Prestação de Contas com documentações e esclarecimentos sobre questionamentos efetuados. Foi protocolada nova prestação de contas junto ao órgão em novembro de 2013. Após 10 anos, em 2023, houve o desfecho favorável para a FZ, ocasionando a reversão do contingenciamento; ii) Convênios Públicos SES/DF referentes ao período de 2003 a 2005, mantidos com a Entidade neste período, protocolada alegações de defesa em 2019 e a prestação de contas está em fase de apuração. **(d) Contingências Tributárias:** Refere-se a eventual honorário à fazenda nacional, onde é atualizado conforme informado na circularização judicial, considerado pela Administração e assessores jurídicos suficiente para cobrir eventuais perdas. Movimentação de contingências em 2023:

Dados Gerais	Cível	Trabalhista	Convênios	Tributária	Saldos
Saldos em 2022	**1.947**	**12.621**	**32.222**	**14.556**	**61.346**
Provisões Adicionais	-	4.249	-	886	5.135
Valores Utilizados	(40)	(879)	-	-	(919)
Reversão	(560)	-	(26.948)	-	(27.508)
Saldos em 2023	**1.347**	**15.991**	**5.274**	**15.442**	**38.054**

17. Patrimônio Líquido:
a) Patrimônio Social: Representa as Dotações e os Superávits ou Déficits dos períodos que foram transferidos, sendo ano a ano alocados para o Patrimônio Social no início do exercício seguinte, a Fundação Zerbini tem apresentado Superávits nos últimos exercícios.

18. Receitas de Assistência Médico Hospitalar

Descrição	2023	2022
Sistema Único de Saúde (SUS)	289.326	229.072
Incremento Temporário (Portaria SUS COVID-19)	-	217
Convênios Diversos **(vide 18.1)**	123.016	129.846
Particulares	14.744	18.969
Total	**427.086**	**378.104**

18.1 Convênios

Descrição	2023	2022
Convênios Diversos	108.359	111.680
Convênios Diversos a Faturar **(a)**	14.657	18.166
Total	**123.016**	**129.846**

a) Atendendo a NBCTG 47, a Fundação registra a apropriação das receitas por serviços hospitalares prestados e ainda não faturados.

19. Receitas de Subvenções e Doações

Descrição	2023	2022
Subvenções		
Verbas Secretaria Estadual da Saúde - SES **(a)**	14.301	22.842
Verba FINEP **(b)**	506	748
TAC - Ministério Público do Trabalho **(vide nota 14)**	343	388
Emendas Parlamentares (Amort. de Subvenções a Realizar) **(d)**	4.631	4.173
Emendas Parlamentares-Custeio **(e)**	13.283	3.073
Secretaria Municipal de Saúde	52	138
Subtotal	**33.116**	**31.362**
Doações		
Doações FAPESP /CNPQ- NBC TG 07	55	55
Doações recebidas de PJ e PF e N.F. Paulista **(c)**	2.620	2.456
Outras Doações	558	370
Subtotal	**3.233**	**2.881**
Total	**36.349**	**34.243**

a) As Verbas da Secretaria Estadual da Saúde - SES compõem-se dos seguintes Convênios e movimentação no ano:

Convênio	Saldo Dez 2022	Ent.	Rend.	(Utilizado)	Devolução	Saldo Dez 2023	Vigência
Conv. SES 020/2018 - UTI Pneumologia	**2.099**	1.123	86	(1.862)	(1.446)	-	jun/23
Conv. SES 179/2019 - Tele-ECG- Eletrocardiografia a distância	**277**	525	30	(501)	-	**331**	dez/24
Conv. SES 01376/2020- Custeio _100-Leitos	**1.682**	-	25	-	(1.707)	-	jun/23
Conv.0053/2022-Custeio_11 Leitos-UTI PEDIATRICA	**1.871**	2.385	144	(3.865)	(535)	-	jun/23
Conv. SES 000291/2023 - Transporte Aéreo para Transplante	-	400	4	(302)	-	**102**	dez/24
Conv. SES 000547/2023-Custeio_11 Leitos_UTI PEDIATRICA	-	6.118	92	(4.484)	-	**1.726**	dez/24
Conv. SES 000535/2023-Custeio_UTI PNEUMO/ RESPIRATÓRIA	-	4.660	81	(3.287)	-	**1.454**	dez/24
TOTAL	**5.929**	**15.211**	**462**	**(14.301)**	**(3.688)**	**3.613**	

b) As Verbas do FINEP compõem-se dos seguintes Convênios e movimentação no ano:

Convênio	Saldo Dez 2022	Entrada	Rend.	Utilizado (*)	Saldo Dez 2023	Vigência
1253/2015 - Eng. Biomédica - FINEP - Ministério da Ciência e Tecnologia em 2017, para desenvolver o projeto intitulado "Dispositivo Pediátrico Implantável de Assistência Circulatória", conforme decisão da DEC/DIR/0359/2015, 18/11/2015_ Termo Aditivo nº 01.14.0177.03_Custeio e Investimento	70	289	12	(141)	230	Out/24
0343/2020-VACINA PARA SARS- FINEP - Ministério da Ciência e Tecnologia - Custeio e Investimento)	1	-	-	-	1	Abril/23
0454/2020-VACINA BIVALENTE-Vacina Genética Reversa- FINEP - Ministério da Ciência e Tecnologia-_Custeio e Investimento	1.255	-	146	(365)	1.036	Out/24
CONV.FINEP 1733/22 - DOENÇAS RARAS	-	2.008	46	-	2.054	Set/26
Total	**1.326**	**2.297**	**204**	**(506)**	**3.321**	

(c) A Fundação promove campanhas nas mídias sociais e televisiva para apoiar a Entidade, bem como divulgação do trabalho executado em relação às orientações necessárias para prevenção de maneira geral à População, tendo sensibilizado a população a incrementar os donativos e direcionamento a FZ da Nota Fiscal Paulista, que vem se mantendo. **(d)** As Verbas de Emendas parlamentares compõem-se dos seguintes Convênios e respectiva movimentação no exercício:

Convênio FNS Investimento	Saldo Dez 2022	Entrada	Rend.	Utilizado	Devolução	Saldo Dez 2023	Vigência
CONV. 898730/2020	3	99	1	-	-	103	out/24
CONV. 914909/2021	197	-	1	(197)	(1)	-	fev/24
CONV. 915886/2021	200	-	6	(200)	(6)	-	dez/23
CONV. 915888/2021	147	-	3	(147)	(3)	-	dez/23
CONV. 915889/2021	390	-	3	(390)	(3)	-	dez/23
CONV. 915890/2021	100	-	1	(100)	(1)	-	dez/23
CONV. 915892/2021	197	-	1	(196)	(2)	-	dez/23
CONV. 915893/2021	100	-	-	(100)	-	-	dez/23
CONV. 915894/2021	139	-	1	(139)	(1)	-	dez/23
CONV. 916496/2021	301	-	2	(300)	(3)	-	dez/23
CONV. 916499/2021	1.002	-	7	(1.000)	(9)	-	dez/23
CONV. 916500/2021	501	-	3	(500)	(4)	-	dez/23
CONV. 916501/2021	701	-	9	(699)	(11)	-	dez/23
CONV. 917349/2021	1.001	-	13	(999)	(15)	-	dez/23
CONV. 919846/2021	-	29.846	580	(24.837)	-	5.589	jun/24
CONV. 922598/2021	13.917	-	1.130	(13.872)	-	1.175	Jan/25
CONV.929649/2022	-	840	6	-	-	846	out/24
CONV.929654/2022	-	200	1	-	-	201	out/24
CONV.929656/2022	-	200	1	-	-	201	out/24
CONV.929783/2022	-	280	2	-	-	282	out/24
CONV.937192/2022	-	336	3	(336)	-	3	out/24
CONV.938528/2022	-	3.591	84	(2.098)	-	1.577	jul/24
	18.896	**35.392**	**1.858**	**(46.110)**	**(59)**	**9.977**	

(e) Em 2023, houve ingresso de Emendas parlamentares para Custeio, conforme expresso abaixo.

Convênio FNS Custeio	Saldo Dez 2022	Entrada	Rend.	Utilizado	Devolução	Saldo Dez 2023	Vigência
CONV.919499/2021	1.232	5.524	92	(5.329)	-	1.519	nov/24
CONV.919349/2021	-	437	14	(244)	-	207	dez/24
CONV.918848/2021	108	-	7	(108)	-	7	dez /23
CONV.923963/2021	-	7.184	94	(2.873)	-	4.405	dez/24
CONV.938532/2022	-	23.545	662	(4.729)	-	19.478	Jul/24
	1.340	**36.690**	**869**	**(13.283)**	**-**	**25.616**	

20. Serviços Prestados e Outros

Descrição	2023	2022
Recuperação de Despesas	2.020	945
Pesquisas Científicas	15.781	13.467
Pesquisa & Inovação	12.461	16.692
Condicionamento Físico	170	105
Patrocínio	2.236	2.749
Receitas de Ensino	8.009	5.664
Outras Receitas	4.910	10.531
Total	**45.587**	**50.153**

21. Outras Despesas Operacionais Líquidas:

	2023	2022
Constituição - Riscos Processuais	(5.135)	(1.889)
Reversão - Riscos Processuais	27.506	-
Líquido de (Constituição) Reversão de PECLD	(1.762)	(3.190)
Total	**20.611**	**(5.079)**

22. Isenções / Imunidades Fiscais Usufruídas: São objeto de renúncia fiscal em razão da imunidade tributária preconizada no art. 150, inciso VI letra "C" e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988 os seguintes tributos em 2023: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre Lucro Líquido; PIS sobre Faturamento; COFINS sobre Faturamento; Imposto sobre Operações Financeiras; Cota Patronal INSS - Folha de Pagamento; Cota Patronal-Contribuição para o INSS - Folha de Pagamento; Cota Patronal - Contribuição para o INSS - sobre pagamentos efetuados a Prestadores Serviço PF ; PIS - Folha de Pagamento; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; IPTU e ITCMD. Nos termos do Art. 7º do Decreto 46655/02, em 22/11/2019 através do Protocolo GDOC nº 51220.468146/2019 e Processo IM0137341, a Fundação Zerbini obteve o reconhecimento da Imunidade do ITCMD, conforme declaração emitida para o período de 09/08/2019 à 08/08/2022, A FZ entrou com pedido de renovação efetuado através do Protocolo SFP-PRC-2022/11095, em maio de 2022 tendo sido prorrogada de 09/08/2022 à 08/08/2026. **a) Isenções Previdenciárias:** São demonstrados a seguir, os valores aproximados relativos às isenções de contribuição à seguridade social:

Exercício	Base do Cálculo Folha	Percentual da Folha	Base de Cálculo Prestador	Percentual Prestadores %	INSS Cota Patronal (Folha e Prestadores)
2022	281.859	20,963% e 20,5	1.806	20%	59.417
2023	295.907	21,264% e 20,5	1.704	20%	68.201

b) Gratuidade: Tomando como base os critérios e premissas para cálculo da gratuidade, determinados pela Administração, de acordo com as exigências legais, o percentual de atendimentos ao SUS obtido no exercício de 2023 foi de 86,26% referente aos atendimentos Ambulatoriais e SADT e, 82,93% Internações (85,33 e 81,94% em 2022), acima do limite de 60% estabelecido na alínea "a", do inciso I, do artigo 9º da Portaria EM/MS nº 1970/2011. A aprovação dos cálculos, bem como das premissas e quantidades de atendimentos informados utilizados pela Fundação, vincula-se às prestações futuras de contas junto ao CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. A verificação de quantidade de procedimentos destinados ao SUS não faz parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foi examinada pelos nossos auditores independentes. **c) Certificado de entidade beneficente de assistência social na área de saúde - CEBAS:** A Fundação possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde - CEBAS**, Conforme Portaria SAES/MS nº. 730 de 11 de agosto de 2020, DOU de 17/08/2020, em que obteve a renovação do CEBAS, com validade por 3 anos, até 16/08/2023, e conforme Portaria SAES/MS nº 1111, de 15 de dezembro de 2023 prorrogou-se a vigência do Certificado até 31/12/2024. A fundação atendendo a legislação, Lei Complementar nº 187/2021, requereu tempestivamente a renovação do CEBAS através do Protocolo de Nº 25000.126033/2022-23 de 05/09/2022, aguardando o desfecho. Possui, também, a Certidão de Utilidade Pública Estadual, vigente até 26/04/2024.

d) Atendimento ao SUS (não auditado): Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, Inciso III, da Lei N.º 12.101, de 27 de novembro de 2009, Lei nº 12.868, de 2013, e Lei Nº 13.650, de 11 de abril de 2018, além de atender aos requisitos expressos nas referidas Leis, divulgamos o número total de internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados nos exercícios de 2023:

Resumo das Principais Atividades do InCor -2023

Procedimentos Realizados	SUS (Tipo de Paciente)	Convênio	Particular	Total
Consultas Médicas	202.862	33.848	11.185	247.895
Internações	10.056	1.922	148	12.126
Cirurgias	4.935	460	48	5.443
SADT	3.339.304	472.676	45.891	3.857.871
Estudos Hemodinâmicos	11.213	2.450	208	13.871
Porcentagem de atendimentos	**86,20%**	**12,40%**	**1,40%**	**100%**

Indicadores Paciente Dia - (InCor - Internação e Atendimentos) -2023

LDIA - Leitos dia	PDIA - Pacientes Dia	MDIA - Média Diária de Pacientes	MPER- Média de Permanência	TOH - Taxa de Ocupação Hospitalar
164.678	139.375	381,85	11,5	84,6

Informações extraídas do relatório de 2023 produzido pela UIMH - Unidade de Informações Médicas e Hospitalares

23. Voluntariado: Conforme Art.9º do Estatuto Social da FZ, o exercício de funções nos Conselhos Curador, Consultivo e Fiscal da Fundação Zerbini não são remunerados direta ou indiretamente, a qualquer título e, também, não haverá distribuição de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício das atividades dos Conselheiros, os quais serão aplicados integralmente na consecução do Objetivo Social da Fundação Zerbini. Atendendo a ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, estão demonstrados no resultado do exercício os valores de voluntariado sendo as receitas como se obtidas fossem e as despesas como se desembolsadas fossem.

24. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Fundação em 31 de dezembro de 2023 são como segue: **a)** Considerações gerais: Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos. **b)** Ativos e passivos em moeda estrangeira: Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação não tinha nenhum contrato em moeda estrangeira. **c)** Exposição a riscos de taxas de juros: A Fundação não está exposta a taxas de juros flutuantes, visto não ter financiamento vigente. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na maioria vinculadas à variação do CDI, podendo sofrer oscilações, por conta do mercado e da política. **d)** Concentração de risco de crédito: Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Fundação à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras e clientes. Vale destacar que os Fundos de Aplicações Financeiras onde a FZ aloca seus recursos possuem o perfil conservador. **e)** Valor de mercado de instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por contas a receber, fornecedores e outras obrigações, equivale ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. A Fundação possui instrumentos financeiros não-derivativos como aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. A Fundação não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado, de moeda e taxas de juros. Não foram desenvolvidas transações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de especulação.

25. Cobertura de Seguros: Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação possuía cobertura de seguros de Directors & Officers - Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores, apólice contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado do prédio administrativo e seguro da frota de veículos, considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas. Para alguns Projetos de Pesquisa Científica foi realizada a contratação de Seguros que estarão vigentes durante os estudos. Ainda nesse exercício, houve contratação de Seguro Garantia de longo prazo, em substituição ao Bloqueio Judicial ocorrido em anos anteriores, sendo apropriado mensalmente e, em conjunto com o andamento do processo judicial para tomada de decisão administrativa quando do desfecho do processo, conforme mencionado na nota 7. As premissas de riscos adotadas para a cobertura de seguros, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. O seguro do imóvel localizado na rua Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 44 (onde as atividades hospitalares são desenvolvidas), é de responsabilidade do Hospital das Clínicas. Nele estão inclusos todos os Institutos do HCFMUSP. O seguro está vigente.

26. Compromissos: A Fundação não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva - Diretor-Presidente

Prof. Dr. Carlos Alberto Pastore - Diretor Vice-Presidente

ADMINISTRAÇÃO

Rosane Pereira - Contadora - CRC1SP 201.696/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e Conselheiros da **FUNDAÇÃO ZERBINI.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO ZERBINI**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO ZERBINI** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como a normas aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos - NBC ITG 2002 (R1). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.
Macso Legate Auditores Independentes - CRC 2SP033482/O-3
Vagner Alves de Lira - CT CRC Nº 1SP222941/O-8

Diretora da Americanas diz que situação é de 'terra arrasada'

Camille Faria, responsável por reestruturar Oi, hoje comanda as finanças da varejista

Daniel Cancel

SÃO PAULO | BLOOMBERG Numa sala de conferências na sede bastante caída da Americanas, no Rio de Janeiro, Camille Loyo Faria concorda que o escritório já viu dias melhores.

"É tudo feio, como tem que ser uma empresa em recuperação", diz a diretora financeira.

A executiva de 50 anos começou na varejista em 1º de fevereiro de 2023, após a empresa entrar em recuperação judicial por causa da fraude contábil que chegou a R$ 25 bilhões. É apenas a mais recente empresa que Faria ajudou a tirar do buraco.

"É meio uma terra arrasada", disse ela sobre os processos de reestruturação. "Eu sou assustadoramente calma nos momentos de maior estresse e consigo realmente desligar e pensar com a cabeça muito fria. Então acho que isso me ajuda a ter coragem de tomar risco com mais tranquilidade."

A ex-banqueira de investimentos — com passagens pelo Morgan Stanley, Bradesco e Bank of America Merrill Lynch — se envolveu em duas das maiores reestruturações do Brasil. A outra foi a da Oi. Ela se estabeleceu como uma negociadora habilidosa para fechar negócios difíceis. Ou, como ela diz, ela sabe como "distribuir igualmente a dor".

Camille Faria, 50, CFO da Americanas Camille Faria no LinkedIn

Faria admite que não se sente à vontade para falar sobre si mesma, mas adora falar sobre reestruturações.

"Você tem que ter estômago para aguentar o resto, que são as notícias de jornal, as discussões com os bancos, as discussões com credores, as discussões com acionistas."

Enquanto estava no Morgan Stanley, ela foi convidada a assumir o cargo de CEO de sua então cliente Multiner, em 2010, para supervisionar uma recuperação e vender a empresa de energia. Ela voltou para o banco em 2012.

Posteriormente, como executiva do Bank of America, do qual a Oi era cliente, decidiu ingressar na empresa de telecomunicações como CFO, em meio ao processo de recuperação judicial, em 2019.

Ela brincou sobre uma constatação que teve quando deixou os bancos de investimento: "falei: 'estou ficando uma banker velha, mas sou ainda uma executiva superjovem'".

Faria assumiu no ano passado o seu maior desafio até então, e no varejo, setor em que nunca havia trabalhado antes.

Sergio Rial, ex-chefe do Santander Brasil que assumiu o comando da Americanas por poucos dias antes de pedir demissão devido às descobertas explosivas, foi quem a convidou Faria para ser CFO, com apoio dos acionistas.

Mas a Americanas só teve dias, em vez de semanas ou meses, para se preparar para um pedido de recuperação judicial. E isso teve que ser feito sem uma lista completa de credores e sem uma compreensão clara do funcionamento interno da fraude. A empresa estava sendo pressionada por todos os lados por credores e fornecedores que lutavam para cobrar dívidas.

"Foi um convite fácil de aceitar, por incrível que pareça", diz Faria. A recuperação judicial "pegou todo mundo de surpresa. As pessoas queriam respostas para uma série de perguntas que a companhia não tinha."

No que diz respeito à Americanas, Faria também tinha uma ligação emocional com a gigante do varejo, referência no Brasil há mais de 90 anos.

"Sou carioca, então tenho uma ligação afetiva com a Americanas. Cresci frequentando Americanas. Comprava xampu na Americanas, comprava bala na Americanas."

"Quando você pensa que determinadas experiências e conhecimentos que você acumulou na sua vida profissional podem trazer, podem integrar um time e ajudar esse time a salvar essa marca, a salvar o emprego de mais de 30.000 pessoas, te dá um senso de propósito que é totalmente diferente."

Faria diz ter trabalhado muito com Roberto Thompson, aliado de longa data dos acionistas bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Sicupira, que finalmente concordaram em investir R$ 12 bilhões para recapitalizar a empresa.

Faria e sua equipe conseguiram que mais de 97% dos credores concordassem em um plano que reduzirá a dívida da empresa para cerca de R$ 1,8 bilhão e converterá grande parte dos passivos detidos pelos bancos em ações.

"A hora que você consegue fechar um plano de recuperação judicial é quando as pessoas em volta da mesa sentem que a dor está sendo compartilhada de forma justa", diz ela.

+

Entidade pede arbitragem contra empresa e acionistas

A Americanas revelou nesta quinta (25) que o Instituto Ibero-Americano da Empresa fez pedido de arbitragem contra a companhia e seus principais acionistas, o trio de bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira. O pedido foi feito na Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, segundo a empresa. A medida pede a condenação da empresa e do trio por acusações que incluem violação de deveres fiduciários e prejuízos relacionados ao preço das ações da companhia. A entidade também busca indenização dos acionistas. O instituto tem processos envolvendo empresas como Oi, Natura, CVC e IRB, segundo informações da entidade.

Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática Ltda. | CNPJ 01.096.059/0001-98

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

AVISOS: 1) As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável; **2)** A integra das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e notas explicativas encontram-se à disposição na sede da Sociedade e no seguinte endereço eletrônico: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/.

Balanços Patrimoniais

ATIVO	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.425	35.523	35.523
Contas a receber de clientes	6	76.941	40.505	40.505
Estoques		945	537	537
Tributos a recuperar	7	1.195	1.621	1.621
Despesas antecipadas		1.560	11	11
Outros ativos	8	612	807	807
Total do ativo circulante		**91.678**	**79.004**	**79.004**
Contas a receber de clientes	6	21.387	38.536	38.536
Tributos diferidos	10	3.084	1.810	1.810
Outras contas a receber com partes relacionadas	9	28.443	19.830	19.830
Despesas antecipadas		408	-	-
Depósitos judiciais	18	1	-	-
Outros ativos	8	-	112	112
Total do realizável a longo prazo		**53.323**	**60.288**	**60.288**
Investimento	11	-	1.198	-
Intangível	13	29.263	29.284	29.284
Imobilizado	12	1.869	553	553
Total do ativo não circulante		**84.455**	**91.323**	**90.125**
Total do ativo		**176.133**	**170.327**	**169.129**

PASSIVO	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Fornecedores e contas a pagar	14	68.889	55.852	55.852
Empréstimos e financiamentos	15	459	15.603	15.603
Obrigações sociais e trabalhistas	17	302	218	218
Obrigações tributárias	16	4.120	5.148	5.148
Receitas a apropriar		-	86	86
Total do passivo circulante		**73.770**	**76.907**	**76.907**
Fornecedores e contas a pagar	14	8.926	6.202	6.202
Empréstimos e financiamentos	15	196	413	413
Outras contas a pagar com partes relacionadas	9	351	1.717	519
Provisão de riscos	18	1.554	915	915
Total do passivo não circulante		**11.027**	**9.247**	**8.049**
Patrimônio líquido				
Capital social	19	61.964	61.964	61.964
Lucros acumulados		29.372	22.209	22.209
Total do patrimônio líquido		**91.336**	**84.173**	**84.173**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**176.133**	**170.327**	**169.129**

Demonstrações dos Resultados

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Receita operacional líquida		110.269	105.640	105.640
Custos das mercadorias e serviços prestados		(94.121)	(84.009)	(84.009)
Lucro bruto		**16.148**	**21.631**	**21.631**
Comerciais		(1.045)	(463)	(463)
Administrativas		(281)	(694)	(694)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquido		(614)	(2.339)	(2.339)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**14.208**	**18.135**	**18.135**
Receitas financeiras		8.401	4.330	4.330
Despesas financeiras		(4.300)	(4.454)	(4.454)
Financeiras líquidas		**4.101**	**(124)**	**(124)**
Resultado antes dos impostos		**18.309**	**18.011**	**18.011**
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(7.170)	(5.424)	(5.424)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	1.274	9.622	9.622
Lucro líquido do exercício		**12.413**	**22.209**	**22.209**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	12.413	22.209	22.209
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**12.413**	**22.209**	**22.209**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/21		**51.364**	**-**	**51.364**
Aumento de capital	19	10.600	-	10.600
Lucro líquido do exercício		-	22.209	22.209
Saldos em 31/12/22		**61.964**	**22.209**	**84.173**
Lucro líquido do exercício		-	12.413	12.413
Juros sobre capital proprio	19	-	(1.500)	(1.500)
Distribuição de dividendos	19	-	(3.750)	(3.750)
Saldos em 31/12/23		**61.964**	**29.372**	**91.336**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		**12.413**	**22.209**	**22.209**
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações		722	339	339
Perdas de créditos		-	2.008	2.008
Provisão (reversão) perdas esperadas de crédito		790	(2.044)	(2.044)
(Reversão) provisão para obsolescência dos estoques		33	(252)	(252)
Provisão para processos judiciais e acordos judiciais		641	28	28
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos		175	202	202
Gastos com reestruturação		-	50	50
Perdas com depósitos judiciais		-	8	8
Custo residual de ativos imobilizados baixados		142	586	586
Imposto de renda e Contribuição social		5.896	(4.198)	(4.198)
Variações nos ativos e nos passivos				
(Aumento) ou diminuição dos ativos				
Contas a receber		(20.077)	(52.963)	(52.963)
Estoques		(441)	(198)	(198)
Tributos a recuperar		426	4.725	4.725
Despesas antecipadas		(1.957)	13	13
Outros ativos		307	1.058	1.058
Outras contas a receber com partes relacionadas		(8.613)	(4.562)	(4.562)
Depósitos judiciais		(1)	-	-
Aumento ou (diminuição) dos passivos				
Fornecedores e contas a pagar		14.554	48.321	48.321
Obrigações sociais e trabalhistas		84	(496)	(496)
Obrigações tributárias		(5.124)	33	33
Receitas a apropriar		(86)	79	79
Provisões para riscos		(2)	88	88
Outras contas a pagar com partes relacionadas		(168)	416	416
Caixa gerado das atividades operacionais		**(286)**	**15.450**	**15.450**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.074)	(2.866)	(2.866)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	15	(273)	(156)	(156)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(3.633)**	**12.428**	**12.428**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Empréstimos de empresas ligadas		-	(192.205)	(192.205)
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		-	182.999	182.999
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(952)	(385)	(385)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(952)**	**(9.591)**	**(9.591)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aporte de Capital	19	-	10.600	10.600
Juros sobre capital proprio e dividendos pagos		(5.250)	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	15.000	15.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(15.263)	(313)	(313)
Fluxo de caixa líquido gerado nas (utilizado nas) atividades de financiamento		**(20.513)**	**25.287**	**25.287**
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(25.098)**	**28.124**	**28.124**
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro		35.523	7.399	7.399
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		10.425	35.523	35.523
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		**(25.098)**	**28.124**	**28.124**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática Ltda. ("Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática"/"Empresa") é uma empresa de tecnologia da informação que oferece soluções de alto valor agregado a diversos setores econômicos. Em mais de 27 anos de atuação, desenvolveu e implementou soluções que beneficiam milhões de pessoas em todas as regiões do país. A Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática possui em seu portfólio softwares de gestão, serviços e projetos de consultoria que atendem empresas de pequeno, médio e grande porte. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS). **2.1. Base de consolidação de investimentos em controlada:** As demonstrações financeiras consolidadas de 2022 incluíam as demonstrações financeiras da Empresa e sua controlada na mesma data de fechamento. O controle é obtido quando a sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações financeiras consolidadas incluíam as operações da seguinte entidade controlada, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão social	Sede	Denominação utilizada	% Participação 2023	% Participação 2022
Telsinc USA LLC	EUA	ZOTS	-	100%

A Telsinc USA LLC encerrou suas atividades, a capital social da empresa foi liquidada contra outras contas a receber que a Empresa possuía com sua controladora Telsinc Comércio de Equipamentos De Informática Ltda. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, é feita a conversão para o real (R$) na data do fechamento. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa da Empresa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. **b) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa (nota explicativa nº 8). Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **c) Estoques:** Os estoques são valorizados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas com base em políticas internas estabelecidas pela Empresa. **d) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **e) Outros ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **f) Investimentos:** Os investimentos em controlada nas demonstrações financeiras são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos no resultado como receitas ou despesas operacionais, com base nas demonstrações financeiras da controlada elaboradas na mesma data. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos quotistas da controladora. **g) Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo, menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A Empresa revisa anualmente a vida útil dos itens do imobilizado. As taxas médias de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa média de depreciação
Edifícios e benfeitorias	2%
Veículos	[illegible]
Máquinas equipamentos	33%
Informática e Hardware	33%
Outros	20%

h) Intangível: Softwares e licenças: Os softwares adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados pelo método linear. Os softwares gerados internamente são mensurados ao custo de desenvolvimento e, posteriormente, deduzidos das amortizações, as quais são reconhecidas na demonstração do resultado. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Empresa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de 1 ano, são reconhecidos no ativo intangível. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. **Marcas e patentes:** Marcas e patentes que possuem vida útil finita estão contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida útil esperada do bem. **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições é registrado como "Ativo Intangível" nas demonstrações financeiras. Os demais intangíveis referem-se às parcelas identificadas de ativos mensurados a valor justo, adquiridos nas combinações de negócios, reconhecidos dentro do período de mensuração do investimento. **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** A Empresa analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Empresa estima o valor recuperável do ativo, o qual corresponde ao maior valor entre: i. seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e ii. seu valor de uso, equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos tributos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. **i) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são contabilizados a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumento de hedge efetivo, conforme o caso. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Passivo financeiro a valor justo por meio do resultado:** Incluem-se passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. Os juros, a variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. **Compensação de instrumentos financeiros, apresentação líquida:** Não é permitida a apresentação líquida entre ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial, exceto se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **j) Fornecedores e contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 1 ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. **k) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **l) Provisões de riscos:** As provisões para causas judiciais (trabalhista, civil e tributos indiretos) são reconhecidas quando: i. a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii. é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii. o valor tiver sido estimado com segurança. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **m) Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas à atividade fim da Empresa. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, e os demais ajustados quando houver efeito relevante. **n) Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam à Empresa, os quais possam ser confiavelmente mensurados, e quando ela for mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O montante da receita proveniente de uma transação é geralmente estabelecido entre a entidade e o comprador ou usuário do ativo. O reconhecimento se dá quando, ou à medida que, uma obrigação de desempenho for satisfeita e quando o preço da transação possa ser mensurado confiavelmente e alocado a essa obrigação de desempenho. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **o) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Empresa e sua controlada avaliam o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Empresa e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Empresa e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reterem o controle sobre esse ativo. A Empresa e sua controlada realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Empresa e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Um passivo financeiro também é desreconhecido pela Empresa e sua controlada quando seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo baseado nesses termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Capital social:** As quotas da Empresa e sua controlada são classificadas como patrimônio líquido. **p) Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Empresa e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contrato. A Empresa e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte, que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Empresa e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 (trinta) dias de atraso, e consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 (noventa) dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa e sua controlada estão expostas ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito, as quais são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que ela espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa e sua controlada, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Empresa realiza julgamento e elabora as estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas: **a) Perdas estimadas em perdas de créditos esperadas (PCE):** As perdas estimadas em perdas de créditos esperadas são constituídas para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. **b) Provisões de riscos:** A Empresa é parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentadas na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. Essa estimativa pode ser alterada em virtude de andamento processual, de jurisprudências em casos similares e eventuais acordos entre as partes. **c) Vida útil remanescente do ativo imobilizado:** O uso e o consequente desgaste do ativo imobilizado são estimados com base nas características, na localização, na utilização e em outros fatores de um grupo de ativos. Essas circunstâncias podem alterar a vida útil e, quando isso ocorre, a administração revisa e altera a taxa de depreciação dos ativos. **d) Apuração e realização dos impostos diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados serão realizados. Os prejuízos fiscais não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Bancos conta movimento	5	3.150	3.150
Aplicações financeiras	10.420	32.373	32.373
	10.425	35.523	35.523

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras que são substancialmente remuneradas com base em 10% a 35% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A exposição da Empresa a riscos de taxas e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

6. Contas a receber de clientes:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Faturas a receber	37.885	20.195	20.195
Contratos de *leasing*	8.956	16.200	16.200
Receitas a faturar	53.920	44.289	44.289
PCE	(2.433)	(1.643)	(1.643)
	98.328	**79.041**	**79.041**
Circulante	76.941	40.505	40.505
Não circulante	21.387	38.536	38.536

A movimentação da provisão estimada para perdas de créditos esperadas no exercício de 2023 e 2022 é assim demonstrada:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Saldo inicial	**(1.643)**	**(3.687)**	**(3.687)**
Complemento de provisão do exercício	(1.151)	(221)	(221)
Valores baixados da provisão	361	2.265	2.265
	(2.433)	**(1.643)**	**(1.643)**

7. Tributos a recuperar:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
PIS e COFINS	682	411	411
INSS	140	175	175
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	252	252
ICMS	270	511	511
IPI	86	168	168
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	-	101	101
ISS	17	3	3
	1.195	**1.621**	**1.621**

8. Outros ativos:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Adiantamentos a empregados	5	3	3
Outros ativos	572	530	530
Garantias a apropriar	-	340	340
Antecipação de benefícios a empregados	35	46	46
	612	**919**	**919**
Circulante	612	807	807
Não circulante	-	112	112

9. Outras contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

Controladora

Descrição	País	Moeda	2023 Ativo	2023 Passivo	2023 Resultado	2022 Ativo	2022 Passivo	2022 Resultado
Sonda Procwork Inf. Ltda.	Brasil	Real	5	4	825	5	38	2.648
Sonda do Brasil Ltda.	Brasil	Real	-	14	532	9.454	322	499
Ativas Data Center S.A.	Brasil	Real	1	98	(273)	-	80	(903)
Sonda Mobility Ltda.	Brasil	Real	-	-	-	20	15	-
CTIS Tecnologia Ltda.	Brasil	Real	24.381	2	2.715	10.351	-	1.076
Pars Produtos Proc. de Dados Ltda.	Brasil	Real	-	229	(900)	-	60	(287)
Sonda Infovia	Brasil	Real	4.050	-	4.356	-	-	-
Telsinc USA LLC	EUA		-	-	-	-	1.198	-
Sonda Cidades	Brasil	Real	6	4	-	-	4	365
			28.443	**351**	**7.255**	**19.830**	**1.717**	**3.398**

Consolidado

Descrição	País	Moeda	2022 Ativo	2022 Passivo	2022 Resultado
Sonda Procwork Inf. Ltda.	Brasil	Real	5	38	2.648
Sonda do Brasil Ltda.	Brasil	Real	9.454	322	499
Ativas Data Center S.A.	Brasil	Real	-	80	(903)
Sonda Mobility Ltda.	Brasil	Real	20	15	-
CTIS Tecnologia Ltda.	Brasil	Real	10.351	-	1.076
Pars Produtos Proc. de Dados Ltda.	Brasil	Real	-	60	(287)
Sonda Cidades	Brasil	Real	-	4	365
			19.830	**519**	**3.398**

10. Tributos diferidos: Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias. Esses créditos são mantidos no passivo não circulante. Os valores estão assim demonstrados:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Prejuízo fiscal	(14.191)	(23.259)	(23.259)
Diferenças temporárias	(59.629)	(56.219)	(56.219)
Base constituição de imposto diferido	**(73.820)**	**(79.478)**	**(79.478)**
Imposto diferido total - 34%	(25.099)	(27.023)	(27.023)
Imposto diferido ativo reconhecido contabilmente	**25.099**	**26.116**	**26.116**

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Ágio	9.843	8.842	8.842
Outras	12.172	15.464	15.464
Imposto diferido passivo	**22.015**	**24.306**	**24.306**
Imposto diferido, líquido	**3.084**	**1.810**	**1.810**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Resultado antes dos impostos	18.310	18.011	18.011
Base de cálculo ajustada	**18.310**	**18.011**	**18.011**
Alíquota fiscal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**(6.225)**	**(6.124)**	**(6.124)**
Diferenças permanentes			
Recuperação Despesas Lei do Bem / Outros	-	241	241
Prejuízo fiscal não constituído pela ausência de projeções de lucros tributáveis	(196)	9.971	9.971
Outras diferenças permanentes	525	110	110
	(5.896)	4.198	4.198
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(7.170)**	**(5.424)**	**(5.424)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**1.274**	**9.622**	**9.622**
Alíquota fiscal efetiva	**-32%**	**23%**	**23%**

11. Investimentos:

Descrição	Participação	2023	2022
Telsinc USA LLC	100,00%	-	1.198
		-	**1.198**

A Telsinc USA LLC encerrou suas atividades, a capital social da empresa foi liquidada contra outras contas a receber que a Empresa possuía com sua controladaora Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática Ltda.

12. Imobilizado:

Descrição - Controladora e Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Veículos	Informática e hardware	Outros	Total
a. Custo contábil					
Saldo em 1/1/22	**-**	**81**	**5.335**	**100**	**5.516**
Adições	-	-	704	-	704
Transferências	-	-	(74)	-	(74)
Baixas	-	(53)	(419)	-	(472)
Saldo em 31/12/22	**-**	**28**	**5.546**	**100**	**5.674**
Adições	693	-	1.307	-	2.000
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(318)	-	(318)
Saldo em 31/12/23	**693**	**28**	**6.535**	**100**	**7.356**
b. Depreciação acumulada					
Saldo em 1/1/22	**-**	**(81)**	**(4.830)**	**(100)**	**(5.011)**
Depreciação do exercício	-	-	(267)	-	(267)
Transferências	-	-	68	-	68
Baixas	-	53	36	-	89
Saldo em 31/12/22	**-**	**(28)**	**(4.993)**	**(100)**	**(5.121)**
Depreciação do exercício	-	-	(542)	-	(542)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	176	-	176
Saldo em 31/12/23	**-**	**(28)**	**(5.359)**	**(100)**	**(5.487)**
Valor contábil líquido					
Em 31/12/22	**-**	**-**	**553**	**-**	**553**
Em 31/12/23	**693**	**-**	**1.176**	**-**	**1.869**

13. Intangível:

Descrição -Controladora e Consolidado	Ágio	Carteira de clientes	Softwares adquiridos	Marcas e patentes	Total
a. Custo contábil					
Saldo em 1/1/22	**29.245**	**166**	**516**	**1.414**	**31.341**
Adições	-	-	89	-	89
Transferências	-	-	52	-	52
Baixas	-	-	(272)	-	(272)
Saldo em 31/12/22	**29.245**	**166**	**385**	**1.414**	**31.210**
Adições	-	-	159	-	159
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	(166)	(499)	(1.414)	(2.079)
Saldo em 31/12/23	**29.245**	**-**	**45**	**-**	**29.290**
b. Amortização acumulada					
Saldo em 1/1/22	**-**	**(166)**	**(297)**	**(1.414)**	**(1.877)**
Amortização do exercício	-	-	(72)	-	(72)
Transferências	-	-	(46)	-	(46)
Baixas	-	-	69	-	69
Saldo em 31/12/22	**-**	**(166)**	**(346)**	**(1.414)**	**(1.926)**
Amortização do exercício	-	-	(180)	-	(180)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	166	499	1.414	2.079
Saldo em 31/12/23	**-**	**-**	**(27)**	**-**	**(27)**
Valor contábil líquido					
Em 31/12/22	**29.245**	**-**	**39**	**-**	**29.284**
Em 31/12/23	**29.245**	**-**	**18**	**-**	**29.263**

13.1 Ágio:

Descrição - Controladora e Consolidado	2023	2022
Telsinc Comércio de Eqtos. de Info. Ltda.	29.441	29.441
Telsinc USA (deságio)	(196)	(196)
	29.245	**29.245**

14. Fornecedores:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Mercadoria	44.532	14.283	14.283
Serviços e Subscrição	33.283	47.771	47.771
	77.815	**62.054**	**62.054**
Circulante	68.889	55.852	55.852
Não circulante	8.926	6.202	6.202

15. Empréstimos e financiamentos: As condições de captação das operações de empréstimos estão detalhadas abaixo:

Controladora e consolidado

Controladora e consolidado

Modalidade	Indexador	Spread	Garantias	2023	2022
Contas garantidas	CDI	2,70% a.a. + CDI	Aval	175	15.190
Arrendamento mercantil		14% a 17,30% a.a.	-	480	826
				655	**16.016**
Circulante				459	15.603
Não circulante				196	413

Movimentação - Controladora e consolidado

Descrição	Arrendamento mercantil	Contas garantidas	Total
Saldo inicial	**826**	**15.190**	**16.016**
Captação	-	-	-
Amortizações	(263)	(15.000)	(15.263)
Provisão de juros	-	175	175
Juros pagos	(83)	(190)	(273)
Saldo final	**480**	**175**	**655**

Vencimentos dos empréstimos classificados no longo prazo

Descrição	Controladora e consolidado 2023	Controladora e consolidado 2022
Acima de 1 a 2 anos	100	279
De 2 a 3 anos	96	103
De 3 a 4 anos	-	31
	196	**413**

16. Obrigações tributárias:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	1.027	1.364	1.364
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	549	548	548
ISSQN	1.700	1.397	1.397
PIS/COFINS	-	1.650	1.650
ICMS	398	36	36
Outros impostos	446	153	153
	4.120	**5.148**	**5.148**

17. Obrigações sociais e trabalhistas:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Provisão de férias e encargos	139	52	52
IRRF s/ salários	23	5	5
Bônus	-	18	18
Dissídio trabalhista	9	5	5
Provisões de Indenizações	7	7	7
FGTS	9	10	10
Outras provisões	106	117	117
INSS s/ salários	6	-	-
Outras obrigações	3	4	4
	302	**218**	**218**

18. Provisão de riscos:

Descrição	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Trabalhista	137	135	135
Fiscais	1.417	-	-
Cíveis	-	780	780
	1.554	**915**	**915**

A provisão para passivos contingentes é decorrente de ações de natureza cível, trabalhista e tributária cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Empresa. Adicionalmente, a Empresa possui processos relativos a questões cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Abaixo divulgamos os montantes envolvidos nesses processos:

Processos possíveis	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2022
Cíveis	4.616	4.518	4.518
Fiscais	900	2.434	2.434
	5.516	**6.952**	**6.952**

19. Patrimônio líquido: Capital social: Em dezembro de 2023, o capital social da Empresa era composto por 61.964 quotas (61.964 em 2022), no valor unitário de R$ 1,00, totalizando R$ 61.964 (R$ 61.964 em 2022).

Descrição	Participação	Quotas subscritas	Valor - R$
Inversiones Internacionales S.A.	99,421698%	61.605.691	61.606
Sonda S.A.	0,578300%	358.338	358
Sonda Procwork Informática Ltda.	0,000002%	1	-
	100%	**61.964.030**	**61.964**

Diretoria

Ricardo Scheffer - CEO SONDA no Brasil
Jorge David Ramirez Scott - CFO

Frederico Gustavo de Assis Silva
Contador - CRC/MG 088418/O-3 T-DF

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ilmos. Srs. Diretores e Quotistas da **Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática Ltda. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática Ltda.** ("Telsinc Comércio" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telsinc Comércio em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações, ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio da Telsinc Comércio, para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de março de 2024

PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0
Paulo José de Carvalho - CRC1SP145.095/O-8 - Contador
Giacomo Walter Luiz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 - Contador

Agência de mineração tem anos marcados por tragédias e sonegação

Com poucos servidores e orçamento baixo, ANM falha na fiscalização e abre brecha para evasão bilionária de impostos

AGÊNCIAS REGULATÓRIAS

João Gabriel

BRASÍLIA Responsável por 4% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, o setor da mineração protagonizou nos últimos anos tragédias como Mariana (2015) e Brumadinho (2019), além da explosão do garimpo ilegal, acentuada no governo Jair Bolsonaro (PL).

No período, o órgão regulador e fiscalizador do segmento, a ANM (Agência Nacional de Mineração) —criada em 2017 para substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral— chegou ao menor quadro servidores da história, perdeu orçamento e vê um volume bilionário de impostos sonegados por falta de fiscalização.

Em nota técnica, a ANM aponta que, para cada R$ 1 arrecadado pela CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), há a sonegação de R$ 1. No ano passado, foram recolhidos pelo governo federal R$ 6,8 bilhões em royalties —sem sonegação, portanto, o valor poderia ter sido próximo a R$ 14 bilhões.

Compete à agência a regulação e fiscalização do setor, o que inclui monitorar o recolhimento dos tributos, e o cumprimento das regras de segurança, por exemplo. Especialistas relatam, no entanto, que o monitoramento, assim como os processos burocráticos, são falhos.

A ANM foi procurada para comentar, mas não respondeu.

"Manter a agência desestruturada só beneficia a ilegalidade, a evasão de receitas, e promove a insegurança jurídica que afasta investimentos produtivos e sustentáveis", diz Luis Azevedo, presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral e Mineração.

Segundo especialistas, os sistemas internos da ANM em muitos casos não são automatizados nem interligados a outros painéis do governo federal.

Funcionários preenchem planilhas manualmente, e milhares de processos minerários jamais foram digitalizados. Assim, há atrasos comuns no repasse de royalties a estados e municípios.

No caso do CFEM, só cinco pessoas são responsáveis por monitorar o recolhimento dos recursos, segundo dados de entidades que representam servidores da categoria. Outros 150 são encarregados de toda a atividade de lavra e outorga dos processos.

"A ANM continua com sistemas defasados, sem a devida integração e sem os requisitos mínimos de infraestrutura, o que ocasiona erros frequentes. Não há pessoas para analisar os processos e não há dinheiro para melhoria dos sistemas", diz Samanta Cruz, vice-presidente da Associação dos Servidores da ANM.

A entidade calcula que, entre impostos sonegados, processos prescritos e investimentos represados, a União deixou de arrecadar R$ 153 bilhões nos últimos cinco anos.

"Se tivéssemos o efetivo necessário, e mesmo o que era previsto na criação da agência, para o acompanhamento da mineração, crimes como os de Mariana e Brumadinho poderiam ter sido evitados. A identificação da instabilidade nessas barragens poderia ter ocorrido de forma antecipada", diz Francisco Kelvim, um dos coordenadores do Movimento dos Atingidos por Barragens.

A resposta aos desastres, porém, não foi o fortalecimento da política pública minerária. O cenário traçado à **Folha** por especialistas do setor é o de descontrole da exploração do solo brasileiro.

Waldir Salvador, consultor da Amig (Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais) diz que, "no geral, a agência é o fracasso do fracasso."

"Não se trata de incompetência dos funcionários. Hoje não há política mineral em exercício no Brasil. Há uma legislação, ultrapassada, mas há. Não política. A ausência do poder público na mineração é um escracho. E onde não há poder público, a iniciativa privada age de acordo com seus interesses", diz.

"A ANM carece de orçamento, já que o que é previsto para ela não é repassado, e ela tem uma enorme carência em termos de pessoas e a sua estrutura de cargos. Isso, evidentemente, a fragiliza", afirma Raul Jungmann, presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração).

O desastre de Mariana aconteceu em 2015. Então, a agência contava com 949 servidores ativos, número que era de 755 no rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019, e agora é 663 —queda de 30%, o menor patamar da história.

O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial) mostra que, inversamente, a área ocupada pelo garimpo ilegal no Norte cresceu quase 800% de 2016 para 2022, quando o órgão tinha 70% de seus cargos vagos, segundo cálculo da Associação de Servidores da ANM.

O último concurso público geral para a agência foi em 2010. A entidade aponta defasagem salarial de 43% em relação a outras agências reguladoras. Tudo isso motivou uma greve em 2023.

Entre as tragédias de Mariana e Brumadinho, barragens de responsabilidade da Vale, houve aumento no orçamento direto da ANM (ou seja, recursos que não dependem de emendas ou outros fatores): de R$ 507 milhões para R$ 541 milhões. De 2019 em diante, porém, a verba caiu, e hoje está em R$ 370 milhões.

Após a segunda catástrofe, a Justiça obrigou a ANM a contratar funcionários novos e reestruturar seu setor de barragens —o que causou pequena melhoria pontual nesta área.

"A agência tem uma estrutura de gente e equipamento para fiscalização de barragens menos ruim que nos seus outros setores", diz Waldir Salvador.

Já a lei foi alterada e passou a responsabilizar os presidentes das empresas por este tipo de tragédia.

"Quanto à possibilidade de ocorrerem novas tragédias, comparando com Brumadinho e Mariana, é muito reduzida", pondera Jungmann.

Com fiscalização precária, criou-se ambiente favorável para a lavagem do ouro do garimpo ilegal, atividade que causa desastrosos impactos socioambientais em comunidades indígenas.

"A ANM nunca teve estrutura dedicada a lidar com garimpos, e nenhum investimento foi feito pelo governo federal para estruturar a área, como exemplo da aquisição de equipamentos, concurso, treinamento específico para áreas ilegais junto com polícia, ou outra ação efetiva", diz Samanta Cruz.

Levantamento do Mapbiomas aponta que, no Pará, o garimpo ilegal ocupa área três vezes maior que a mineração industrial.

A lei determina que garimpeiros devem autodeclarar a origem dos seus minérios na hora de comercializá-los.

Na prática, o que acontece é que o ouro oriundo de áreas ilegais é registrado como se viesse de uma lavra regularizada. A fiscalização da ANM é falha, e a manobra muitas vezes só é percebida por investigadores da Polícia Federal.

"Precisaria primeiro de uma contenção da atividade pela Polícia Federal, pelo Exército, para tentar jogar esse pessoal para dentro da legalidade, para a agência poder fazer o trabalho dela. Mas não tem nada, desde a explosão do garimpo, que a agência tenha feito para inibir de maneira significativa, que realmente surtisse efeito lá na ponta, essa atividade", diz Waldir Salvador.

"Além da burocracia, a falta de recursos impacta diretamente a capacidade de a agência atuar de forma efetiva na prevenção e no combate a atividades ilegais, ou na incapacidade de o poder público resolver esses problemas. A ineficiência do Estado possibilita o crescimento da atividade ilegal", diz Luis Azevedo.

Por dentro da ANM (Agência Nacional de Mineração)

O QUE É
Autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede em Brasília, que faz o controle da exploração do solo brasileiro

ATRIBUIÇÕES
Regular, outorgar e fiscalizar as atividades do setor mineral, com exceção das substâncias nucelar e dos hidrocarbonetos. Seu escopo inclui pesquisa sobre o subsolo, extração de materiais para construção civil, lavra mineral, garimpos, fósseis, água mineral e exploração de diamantes

CRIAÇÃO
2017, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral

ORÇAMENTO
R$ 370 milhões (2024)

SERVIDORES
663

Série faz raio-X das agências reguladoras

Este é o terceiro episódio de série da **Folha** que detalha a atuação das agências reguladoras federais. O primeiro tratou da Aneel (energia elétrica) e o segundo da Anvisa (vigilância sanitária). Ao todo, serão 11 reportagens para traçar um raio-X dessas instituições na regulação e supervisão de setores como energia, petróleo, planos de saúde, vigilância sanitária, transportes, mineração, águas, aviação civil e audiovisual.

Trabalhador em unidade da Anglo American em Shueguwi, no Zimbábue Philimon Bulawayo - 16.mai.19/Reuters

BHP oferece US$ 39 bi pela Anglo American em acordo que pode criar gigante mundial do cobre

MELBOURNE, LONDRES E RIO DE JANEIRO | REUTERS O grupo BHP fez oferta de US$ 38,8 bilhões pela Anglo American nesta quinta (25), oferecendo acordo para criar a maior mineradora de cobre do mundo e fazendo com que as ações da rival subissem 16% em Londres.

A BHP diz que oferecerá aos acionistas da Anglo £ 25,08 por ação, prêmio de 31%, e dividirá os ativos de minério de ferro e platina do grupo listado em Londres na África do Sul, onde a BHP, maior mineradora listada do mundo, não opera.

A Anglo, que tem minas em países como Chile, África do Sul, Brasil e Austrália, disse que seu conselho estava analisando a proposta não solicitada, não vinculante e altamente condicional da BHP.

Se houver acordo, a combinação criaria um grupo de mineração de cobre com cerca de 10% da produção global. A operação poderia desencadear outras transações no setor, que tem visto uma onda de fusões e aquisições.

A oferta vem depois que a Anglo, que tinha valor de mercado de US$ 37,7 bilhões no fechamento de quarta, iniciou uma revisão de seus ativos em fevereiro, em resposta a uma queda de 94% no lucro anual e baixas contábeis devido a queda na demanda pela maioria de seus metais.

A BHP, mais conhecida pela mineração de minério de ferro, cobre, carvão de coque, potássio e níquel, foi avaliada em cerca de US$ 149 bilhões.

Esta seria a segunda grande aquisição da BHP em cerca de um ano, após a compra da mineradora de cobre Oz Minerals em 2023.

Uma aquisição da Anglo pela BHP provavelmente estaria entre os dez maiores negócios de mineração da história.

Mas alguns disseram que a BHP precisaria oferecer mais para conseguir um acordo.

"Em nossa opinião, é quase impossível que o prêmio oferecido seja suficiente para atrair a administração da Anglo para a transação", diz Mark Kelly, da consultoria MKP.

A BHP teria acesso a mais cobre, um dos metais mais procurados para a descarbonização, e potássio, suas principais commodities, e mais carvão de coque na Austrália.

Vale não vê impactos de eventual negócio para Minas-Rio

O presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, disse que a empresa observa atentamente o anúncio, mas não vê impacto em acordo para projeto Minas-Rio, da Anglo, onde a Vale pode ter participação.

"A gente não vê nenhum impacto no negócio do Minas-Rio. Está sendo feito, claro, pela Anglo, e será respeitado por quem vier depois, se vier depois", disse em conferência com analistas de mercado.

Ele disse que o acordo da Vale sobre o Minas-Rio já foi encaminhado e "está protegido".

A Vale anunciou em fevereiro acordo com a Anglo para adquirir 15% de participação no complexo Minas-Rio e estabelecer parceria no ativo, em operação que terá recursos de minério de ferro da companhia brasileira do depósito de Serra da Serpentina.

Na ocasião, a Vale disse que a conclusão do negócio ocorreria no quarto trimestre.

Questionado sobre eventual interesse em outros ativos da Anglo, Bartolomeo disse que a Vale "claramente" teria interesse, mas que há "melhores opções dentro de casa para observar e até mais baratas".

"Os outros ativos estamos esperando para ver o que vai acontecer, agora nesse ínterim estamos muito mais interessados em acelerar e executar as nossas reservas, os nossos projetos", afirmou.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Assembleias da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("Companhia" ou "Sabesp") realizadas no dia 25 de abril de 2024, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Ten Meetings.

CONVOCAÇÃO: Assembleias regularmente convocadas por Edital publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Empresarial, nos dias: 23, 26 e 27 de março de 2024, nas páginas 10, 5 e 6 e 9 e 10 respectivamente, e no jornal Valor Econômico, nos dias 23, 26 e 27 de março de 2024, nas páginas C9, A4 e B5, respectivamente.

REALIZAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE MODO EXCLUSIVAMENTE DIGITAL: As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária foram realizadas de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Ten Meetings, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Resolução CVM n. 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), como previamente informado pela Companhia no Edital de Convocação e no Manual para Participação nas Assembleias. As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária foram integralmente gravadas e, nos termos do artigo 47, §1º da RCVM 81, os acionistas que participaram das Assembleias Gerais por meio do sistema eletrônico foram considerados presentes e signatários da ata.

PRESENÇAS: Presentes na Assembleia Geral Ordinária acionistas representando 81,48% do capital social votante e total da Companhia e na Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando 81,52% do capital social votante e total da Companhia, conforme se verifica: (i) pelos registros de acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia; e (ii) pelos boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia e diretamente pela Companhia, nos termos da regulamentação da CVM. A formalização do registro da presença dos acionistas se deu pelo Presidente e pelos Secretários da mesa, mediante assinatura da presente ata.

Estavam presentes, também, Eduardo Person Pardini, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselheiro de Administração Independente da Sabesp, André Isper Rodrigues Barnabé, Conselheiro Fiscal da Sabesp, Dario Vieira Lima e Peterson Ribeiro Castro, representantes da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., Catia Cristina Teixeira Pereira, Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, Marcelo Miyagui, Superintendente de Contabilidade, Virginia Tavares Ribeiro, Superintendente de Sustentabilidade e Governança Corporativa, Priscila Costa da Silva e John Emerson da Silva, Analistas de Gestão da Superintendência de Informações aos Investidores, Carolina Alves Cardoso Santos, Departamento Consultivo, Beatriz Helena Almeida Silva Lorenzi, Divisão Societária, Carla Cristina Mancini e Melissa Martuscelli, advogadas da Superintendência Jurídica, Denise Rita Sylvestre, Assessora, Gerson Yaçumassa, Analista de Gestão do Departamento de Governança Corporativa, Ronaldo Carlos Leite, Departamento de Governança Corporativa, Luiz Roberto Tiberio, Superintendente de Relações com Investidores, Victor Guita Campinho e Caroline Couto Matos, estes últimos integrantes do escritório de advocacia Cescon Barrieu.

MESA: Presidente: Karla Bertocco Trindade. Secretários: Marialve de Sousa Martins e Fernanda Cirne Montorfano Gibson.

PUBLICIDADE: Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatuário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados no Jornal Valor Econômico, páginas E23 a E42, na edição de 23, 24 e 25 de março de 2024 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno 2, páginas 1 a 19 da versão eletrônica, edição de 23 de março de 2024. Os documentos acima foram também colocados à disposição dos acionistas na sede social e nos *websites* da Companhia, da CVM e da B3, em conjunto com a Proposta da Administração e demais documentos pertinentes, conforme legislação aplicável.

ORDEM DO DIA:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria.
II. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023 e a distribuição de dividendos.
III. Fixar o número de membros que irão compor o Conselho de Administração para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.
IV. Eleger os membros do Conselho de Administração para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026 e designar o Presidente do Conselho de Administração.
V. Deliberar sobre o enquadramento de membros independentes do Conselho de Administração às regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na Resolução CVM nº 80/2022.
VI. Fixar o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.
VII. Eleger os membros do Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

I. Indicar membros para o Comitê de Auditoria.
II. Eleger os membros do Comitê de Elegibilidade.
III. Fixar a remuneração global anual dos administradores, dos membros do comitê de auditoria e do conselho fiscal para o exercício social de 2024.
IV. Alterar o artigo 14, inciso XXII, do Estatuto Social da Companhia para atualizar o valor de alçada do Conselho de Administração para aprovar a celebração de determinados negócios jurídicos.
V. Reformar o Estatuto Social mediante (a) a exclusão do atual artigo 32 para suprimir as atribuições consultivas do atual Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, (b) alteração do atual artigo 33 para simplificação das regras relativas ao órgão, e (c) alterações no artigo 14, inciso XI, artigo 31, caput, artigo 40 e Capítulo IX para excluir a expressão "e Aconselhamento" na referência ao Comitê de Elegibilidade.
VI. Consolidar o Estatuto Social da Companhia, com ajustes de referências cruzadas e a renumeração dos artigos a fim de refletir as deliberações dos itens (IV) e (V) da Ordem do Dia.

ESCLARECIMENTOS: As matérias constantes da ordem do dia foram apreciadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, conforme Parecer CODEC N.º 027/2024, de 24/04/2024, cuja orientação de voto foi proferida pelas representantes do acionista Fazenda do Estado de São Paulo ("Estado"), as Sras. Laura Baracat Bedicks e Bruna Tapie Gabrielli.

LEITURA DE DOCUMENTOS: Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia das Assembleias, previstos no art. 133 e no art. 134 da Lei n.º 6.404/76, uma vez que os referidos documentos já foram tempestivamente colocados à disposição dos acionistas da Companhia. Também foi dispensada a leitura do mapa contendo as instruções de voto à distância, nos termos do art. 48, §4º da RCVM 81, sendo colocadas cópias à disposição dos presentes para consulta ao longo dos trabalhos.

LAVRATURA E PUBLICAÇÃO DA ATA: Foram aprovadas pelos acionistas (i) a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei n.º 6.404/76, sendo facultado o direito de apresentação de manifestações de votos em separado que, após recebidos pela mesa desta Assembleia, ficarão arquivados na sede da Companhia; e (ii) a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do §2º do art. 130 da Lei n.º 6.404/76.

DELIBERAÇÕES: Após exame das matérias constantes de ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações:

I. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 94,53% de votos a favor, representados por 526.459.170 ações; 0,09% de votos contrários, representados por 506.944 ações; e 5,38% de abstenções, representadas por 29.941.016 ações, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório Anual da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria.

Consignar a manifestação do representante do acionista Fazenda do Estado de São Paulo nos seguintes termos: "Sobre as demonstrações financeiras, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. opina, em seu Relatório, sem ressalvas, no sentido de que essas 'apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)". Assim, considerando o relatório da auditoria independente e à vista das manifestações favoráveis do Comitê de Auditoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal, e das informações do órgão técnico desta Pasta que não apontaram nenhuma desconformidade, o representante do Estado aprovou a matéria.

II. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 98,76% de votos a favor, representados por 549.987.008 ações; 0,89% de votos contrários, representados por 4.935.307 ações; e 0,36% de abstenções, representadas por 1.984.917 ações, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no montante de R$ 3.523.531.017,92, como segue: (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal, no montante de R$ 176.176.550,90, e (ii) R$ 836.838.616,76 serão distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios e R$ 147.688.998,55 serão distribuídos como dividendos adicionais. O saldo remanescente, no montante de R$ 2.362.826.851,71 será transferido para a conta de "Reserva de Lucros para Investimentos".

Os dividendos mínimos obrigatórios e os dividendos complementares, no valor total de R$ 984.527.615,31, serão pagos em 24 de junho de 2024, na forma de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, aos acionistas detentores de ações da Companhia na data-base de 25 de abril de 2024.

Neste item, o representante do Estado de São Paulo registrou que o artigo 192 da Lei nº 6.404/1976 determina que "juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à assembleia-geral ordinária, observado o disposto nos artigos 193 a 203 e no estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício".

Nesse sentido, o representante do Estado aprovou a destinação do lucro na forma abaixo discriminada, em detalhamento ao acima aprovado:

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**R$ 3.523.531.017,92**
Reserva Legal (5% sobre LLE)	R$ 176.176.550,90
Base de Cálculo dos Dividendos	**R$ 3.347.354.467,02**
DIVIDENDOS	R$ 984.527.615,31
- Dividendo mínimo obrigatório - Juros sobre o Capital Próprio	R$ 836.838.616,76
- Dividendos Adicionais - Juros sobre o Capital Próprio	R$ 147.688.998,55
RESERVA DE LUCROS P/ DE INVESTIMENTOS	R$ 2.362.826.851,71

III. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,63% de votos a favor, representados por 554.833.484 ações; 0,01% de votos contrários, representados por 82.379 ações; e 0,36% de abstenções, representadas por 1.991.267 ações, a fixação da composição do Conselho de Administração da Companhia em 11 (onze) membros, sendo 9 (nove) membros a serem eleitos em eleição majoritária, 1 (um) membro a ser eleito em separado pelos acionistas minoritários, e 1 (um) representante dos empregados, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026.

IV. Antes de passar à eleição dos membros do Conselho de Administração, o Presidente da Assembleia informou que não foi requerida a adoção do processo de voto múltiplo por acionistas representando mais de 5% do capital social da Companhia. Ato seguinte, a Mesa questionou aos acionistas presentes se algum acionista desejava apresentar outra chapa para participar da eleição, além da chapa indicada na Proposta da Administração. Tendo em vista a ausência de apresentação de novos candidatos, a Mesa passou à eleição, iniciando pela eleição em separado e, ato seguinte, à eleição no colégio geral. Após a manifestação dos acionistas, foram eleitos os membros do Conselho de Administração para o mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026, bem como designado o Presidente do Conselho de Administração, conforme segue:

Foi eleito em votação em separado, na forma prevista no art. 239 da Lei n.º 6.404/76: o Sr. **GUSTAVO ROCHA GATTASS**, brasileiro, casado, economista, RG nº 10.605.617-9, IFP/RJ, inscrito no CPF nº 070.302.477-95, domiciliado na Av. Epitácio Pessoa, nº 4560, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22471-004, com 200.274.627 votos. Ficou consignado, ainda, que o outro candidato que participou da eleição em separado, Sr. **LUIZ SÉRGIO PEGORARO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob nº 827.669.248-68, recebeu 135 votos.

Foi conhecida a eleição, em votação em separado, na forma prevista no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, na qualidade de representante dos empregados: o Sr. Aurélio Fiorindo Filho brasileiro, casado, engenheiro e administrador de empresas, RG nº 16.946.107-5, SSP/SP, CPF nº 089.136.948-16, domiciliado na Rua Marechal Barbacena, 1221, apto.12, Vila Reg. Feijó, São Paulo/SP, CEP: 03333-000.

Foram eleitos, em votação geral:

a) Sra. **KARLA BERTOCCO TRINDADE**, brasileira, casada, Administradora e Advogada, RG nº 13.205.097-3, SSP/SP, CPF nº 260.211.228-36, domiciliada na Av. Higienópolis, 1048, apto.35, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01238-000, designada Presidente do Conselho de Administração, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, 94,36% de votos a favor, representados por 475.589.940 ações; 1,05 % de votos contrários, representados por 5266.926 ações; e 4,59% de abstenções, representadas por 23.147.769 ações;
b) Sr. **NERYLSON LIMA DA SILVA**, brasileiro, casado, economista, RG nº 3.249.051, SSP/DF, CPF nº 821.475.664-20, domiciliado na SQNW 303, Bloco L, apto.205, Setor Noroeste, Brasília/DF, CEP: 70683-855;
c) Sr. **ANTONIO JÚLIO CASTIGLIONI NETO**, brasileiro, casado, advogado e Procurador do Estado do Espírito Santo, RG nº 1.336.869 SSP/ES, CPF nº 054.462.337-19, domiciliado na Rua Gelu Vervloet dos Santos, 280, Jardim Camburi, Vitória, Espírito Santo, CEP: 29090-100;
d) Sr. **ANDERSON MÁRCIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, RG nº 5437309, SSP/PE, CPF nº 009.741.924-90, domiciliado na Rua Senador Vergueiro, 219, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22230-000;
e) Sr. **ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 10.738.189-0, CPF nº 071.918.857-18, domiciliado na Rua Costa Carvalho, 300, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05429-000;
f) Sr. **EDUARDO PERSON PARDINI**, brasileiro, casado, contador, RG nº 8.460.863, CPF nº 040.288.598-83, domiciliado na Av. Universitário, 585, apto.44, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06542-089;
g) Sra. **KAROLINA FONSÊCA LIMA**, brasileira, união estável, contadora e advogada, RG nº 044.160.222.012-6, CPF nº 417.926.613-04, domiciliada na Rua Osires, 03, apto.201, Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP: 65.075-775;
h) Sra. **ANA SILVIA CORSO MATTE**, brasileira, casada, advogada, RG nº 10.355.696-5, SSP/SP, CPF nº 263.636.150-20, domiciliada na Avenida Dulcídio Cardoso, 2500, Bloco 01, Apto. 1104, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22631-051; e
i) Sr. **EDUARDO FRANÇA DE LA PEÑA**, brasileiro, casado, administrador, RG nº 9.000.163-7 DIC/RJ CPF nº 027.468.177-30, domiciliado na Rua Jacques Felix, 450, Apt. 71ª, Vila nova Conceição, São Paulo/SP, CEP: 04509-001.

Registramos que as indicações dos Srs. Karla Bertocco Trindade (2º mandato - 1ª recondução), Nerylson Lima da Silva (2º mandato - 1ª recondução), Antonio Júlio Castiglioni Neto (2º mandato - 1ª recondução), Anderson Márcio de Oliveira (2º mandato - 1ª recondução), André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, na qualidade de Diretor-Presidente, Eduardo Person Pardini (2º mandato - 1ª recondução), Karolina Fonsêca Lima (2º mandato - 1ª recondução), Ana Silvia Corso Matte (1º mandato) e Eduardo França de La Peña (1º mandato), contaram com a competente autorização governamental (Ofícios ATG nº 108, 147 e 153/24-CCC-AG) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade (Processo SEI 017.00004193/2023-48, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023), nos termos do artigo 31 do Estatuto Social. O Sr. Gustavo Rocha Gattass (1º mandato), eleito em votação em separado, na forma prevista no artigo 141, §4º, I e artigo 239 da Lei 6.404/1976, e o Sr. Aurélio Fiorindo Filho (1º mandato), eleito em votação em separado pelos empregados, está em conformidade com os requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, e foi atestado pelo Comitê de Elegibilidade, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social.

Os Conselheiros de Administração deverão exercer suas funções nos termos do estatuto social, com mandato unificado até a assembleia que se destinar à aprovação das contas de 2025, e a investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia, devendo ser assinado o termo de posse, lavrado em livro próprio, e a declaração de desimpedimento arquivada na sede da Companhia. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do CODEC, conforme deliberado nesta Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável.

V. Os seguintes membros do Conselho de Administração foram qualificados membros independentes do Conselho de Administração para fins do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80, além do Sr. Gustavo Rocha Gattass, eleito em eleição em separado:

a. Sr. **Eduardo Person Pardini**, com 99,13% de votos a favor, representados por 552.037.292 ações; 0,12% de votos contrários, representados por 676.888 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.191.348 ações;
b. Sra. **Karolina Fonsêca Lima**, com 99,15% de votos a favor, representados por 552.196.363 ações; 0,09% de votos contrários, representados por 517.817 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.191.348 ações.
c. Sra. **Karla Bertocco Trindade**, com 98,71% de votos a favor, representados por 549.693.895 ações; 0,39% de votos contrários, representados por 2.148.846 ações; e 0,91% de abstenções, representadas por 5.062.787 ações;
d. Sra. **Ana Silvia Corso Matte**, com 99,15% de votos a favor, representados por 552.196.363 ações; 0,09% de votos contrários, representados por 517.817 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.191.348 ações; e
e. Sr. **Eduardo França de La Peña**, com 98,89% de votos a favor, representados por 550.696.834 ações; 0,35% de votos contrários, representados por 1.956.017 ações; e 0,76% de abstenções, representadas por 4.252.677 ações.

VI. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,5% de votos a favor, representados por 554.079.579 ações; 0,00% de votos contrários, representados por 27.407 ações; e 0,5% de abstenções, representadas por 2.798.515 ações, a fixação da composição do Conselho Fiscal da Companhia em 5 (cinco) membros efetivos e o mesmo número de suplentes.

VII. Eleger os membros do Conselho Fiscal para mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, conforme segue:

a) Foram eleitos em votação em separado, na forma prevista no artigo 240 da Lei 6.404/1976, com 208.003.287 votos: **GISOMAR FRANCISCO DE BITTENCOURT MARINHO**, brasileiro, casado, economista, RG nº 05624530-1 IFP/RJ, CPF nº 804.095.557-20, domiciliado na Avenida dos Flamboyants da Península, 300, Bloco 1, apto. 1501, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22776-070, e **RICARDO BERTUCCI**, brasileiro, casado, contador, RG nº 424.096 - SESP/RO, CPF nº 003.673.579-50, domiciliado na Rua Marechal Deodoro, 630, 15º andar, Curitiba/PR, CEP: 04738-000, respectivamente, como Conselheiro Fiscal Efetivo e Conselheiro Fiscal Suplente.
b) Foi eleita, em votação geral, a chapa única constituída pelos candidatos indicados a Conselheiro Fiscal, efetivos e suplentes, com 349.316.679 votos:

Membros Efetivos: **CARLOS AUGUSTO GOMES NETO**, brasileiro, casado, bacharel em sistemas de informação, RG nº 2.934.090 - SSP/DF, CPF nº 005.720.919-74, domiciliado na Rua Tuiuti, 589 apto. 174, Bl 05, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03081-900; **EDUARDO ALEX BARBIN BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 21.750.999-X - SSP/SP, CPF nº 246.377.168-29, domiciliado na Rua Boa Vista, 170, 2º andar, Bloco 1, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP: 01014-000; **ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ**, brasileiro, solteiro, advogado, RG nº 47.871.103-7 SSP/SP, CPF nº 409.636.828-81, domiciliado na Rua Atenas, 373, Barão Geraldo, Campinas/SP, CEP: 13085-558; e **NATÁLIA RESENDE ANDRADE ÁVILA**, brasileira, casada, Procuradora Federal, RG nº 408.3352 SSP/DF, CPF nº 731.102.641-53, domiciliada na Av. Prof. Frederico Herman Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05459-010.

Membros Suplentes: respectivamente, **GUSTAVO CARVALHO TAPIA LIRA**, brasileiro, casado, Administrador, RG nº 27.058.959.-3 SSP/SP, CPF nº 270.533.078-08, domiciliado na Rua Tocantinópolis, 101, Vila Ribeiro de Barros, São Paulo/SP, CEP: 05307-070; **ITAMAR PAULO DE SOUZA JÚNIOR**, brasileiro, casado, publicitário, RG nº 30.413.675-X - SSP/SP, CPF nº 269.849.258-94, domiciliado na Rua Octavio de Moraes Lopes, 71 ap.16 bloco-B, Jardim Sarah, São Paulo/SP, CEP: 05382-070; **DIEGO ALLAN VIEIRA DOMINGUES**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Mecânico, RG nº 27.476.792-2, CPF nº 320.328.238-02, domiciliado na Rua Corrientes, 280, Lapa, São Paulo/SP, CEP: 05076-010; e **PEDRO MONNERAT HEIDENFELDER**, brasileiro, solteiro, Procurador do Estado de São Paulo, RG nº 11.605.884-3 DETRAN/RJ, CPF nº 120.263.157-60, domiciliado na Av. Prof. Frederico Herman Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05459-010.

Registramos que as indicações dos Srs. Carlos Augusto Gomes Neto (1º mandato); Eduardo Alex Barbin Barbosa (2º mandato - 1ª recondução); André Isper Rodrigues Barnabé (2º mandato - 1ª recondução); Natália Resende Andrade Ávila (2º mandato - 1ª recondução); Gustavo Carvalho Tapia Lira (2º mandato - 1ª recondução); Itamar Paulo de Souza Júnior (2º mandato - 1ª recondução); Diego Allan Vieira Domingues (2º mandato - 1ª recondução); Pedro Monnerat Heidenfelder (2º mandato - 1ª recondução) contaram com a competente autorização governamental (Ofícios ATG nº 108/24-CC, 147/24-CC e 153/24-CC), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social (Processo SEI 017.00004192/2023-01, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). Os Srs. Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho e Ricardo Bertucci, eleitos em votação em separado, tiveram a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal 13.303/2016, atestada pelo Comitê de Elegibilidade, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social.

Os Conselheiros Fiscais eleitos exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões, e, na falta deste, um dos demais suplentes. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

I. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,33% de votos a favor, representados por 552.477.383 ações; 0,03% de votos contrários, representados por 180.497 ações; e 0,64% de abstenções, representadas por 3.551.033 ações, nos termos do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, a indicação dos seguintes membros para o Comitê de Auditoria: **EDUARDO PERSON PARDINI**, brasileiro, casado, contador, RG nº 8.460.863, CPF nº 040.288.598-83, domiciliado na Av. Universitário, 585, apto.44, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06542-089, como Coordenador e Especialista Financeiro, nos termos do parágrafo quarto do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; **KAROLINA FONSÊCA LIMA**, brasileira, divorciada, contadora e advogada, RG nº 044.160.222.012-6, CPF nº 417.926.613-04, domiciliada na Rua Osires, 03, apto.201, Jardim Renascença, São Luís/MA, CEP: 65.075-775; e **KARLA BERTOCCO TRINDADE**, brasileira, casada, Administradora e Advogada, RG nº 13.205.097-3, SSP/SP, CPF nº 260.211.228-36, domiciliada na Av. Higienópolis, 1048, apto.35, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01238-000.

As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofícios ATG nº 108/24-CC, 147/24-CC e 153/24-CC) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016 e Decreto estadual nº 62.349/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento. O membro indicado a coordenador atende ao requisito previsto no artigo 26, parágrafo 3º, do estatuto social de reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Os membros do Comitê de Auditoria exercerão suas funções, nos termos do estatuto social da Companhia, e a investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na Lei n.º 6.404/76 e demais disposições normativas vigentes, o que deve ser verificado no ato da posse pela Companhia. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações do CODEC, conforme deliberado nesta Assembleia Geral de Acionistas. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável.

II. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, a eleição dos seguintes membros para o Comitê de Elegibilidade: **JARDEL ROLANDO ALMEIDA GARCIA**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 09.893.746-9, CPF nº 074.389.068-10, domiciliado na Rua Costa Carvalho, 300, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05429-060, tendo sido computados 99,16% de votos a favor, representados por 552.535.515 ações; 0,08% de votos contrários, representados por 428.807 ações; e 0,76% de abstenções, representadas por 4.241.476 ações; **MICHAEL BRESLIN**, brasileiro, casado, bacharel em processamento de dados, RG nº 22.190.791-9, CPF nº 249.839.528-88, domiciliado na Rua Carlos Weber, 87 - Apto. 111, Torre B, Vila Leopoldina, São Paulo/SP, CEP: 05303-000, tendo sido computados 99,14% de votos a favor, representados por 552.433.384 ações; 0,1% de votos contrários, representados por 578.807 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.193.607 ações; e **NILTON JOÃO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, bacharel em processamento de dados, RG nº 14.251.146-8, CPF nº 066.838.158-28, domiciliado na Rua Euclides Pacheco, 1141, apto. 162, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03311-002 tendo sido computados 99,13% de votos a favor, representados por 552.362.184 ações; 0,12% de votos contrários, representados por 650.007 ações; e 0,75% de abstenções, representadas por 4.193.607 ações.

As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 151/24-CC-AG) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016 e Decreto estadual nº 62.349/2016, foi devidamente atestada pela Nota Técnica CODEC nº 003/2024 (Processo SEI 017.00009901/2023-37, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). A investidura nos cargos deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no estatuto social, inclusive no que se refere à entrega da declaração de bens. Os membros do Comitê de Elegibilidade exercerão suas funções sem mandato fixo, não fazendo jus a qualquer remuneração.

III. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 93,45% de votos a favor, representados por 520.722.929 ações; 4,98% de votos contrários, representados por 27.767.454 ações; e 1,56% de abstenções, representadas por 8.719.215 ações, a remuneração global anual dos administradores, dos membros do comitê de auditoria e do Conselho Fiscal relativa ao exercício de 2024, conforme disposto nos artigos 152 e 162 da Lei n.º 6.404/76, e no artigo 46 do Estatuto Social, no valor de até R$ 10.548.666,11 (dez milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e onze centavos), nos termos da Proposta da Administração. Consignar que o representante do Estado votou a fixação da remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, no âmbito da política institucional de remuneração da empresa, conforme Deliberação CODEC nº 001/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 21 de março de 2024, aprovando o limite máximo para a remuneração global, considerando a atual composição dos órgãos estatutários, que inclui a remuneração fixa e os demais benefícios constantes da mencionada deliberação, além dos encargos correspondentes as remunerações individuais mensais deverão observar os seguintes valores: R$ 60.000,00 para o Diretor Presidente; R$ 50.000,00 para os Diretores; R$ 11.464,20 para os Conselheiros de Administração; R$ 19,107,00 para o Presidente do Conselho de Administração; R$ 19.107,00 para os membros do Comitê de Auditoria e R$ 6.582,00 para os Conselheiros Fiscais. A matéria restou aprovada nestes termos.

IV. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 99,61% de votos a favor, representados por 555.013.548 ações; 0,02% de votos contrários, representados por 98.338 ações; e 0,38% de abstenções, representadas por 2.097.824 ações, alterar o artigo 14, inciso XXII, do Estatuto Social da Companhia para atualizar o valor de alçada do Conselho de Administração de R$150.000.000,00 para R$166.500.000,00 para aprovar a celebração de determinados negócios jurídicos detalhados no referido inciso.

A redação do Estatuto Social para o dispositivo alterado passará a ser:

ARTIGO 14 *- Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração:*
[...]
XXII. *autorizar previamente a celebração de quaisquer negócios jurídicos quando o valor envolvido ultrapassar R$ 166.500.000,00 (cento e sessenta e seis milhões e quinhentos mil reais), incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a obtenção de empréstimos e financiamentos, a assunção de obrigações em geral e ainda a associação com outras pessoas jurídicas. Este valor será atualizado no início de cada ano de acordo com a variação do IPCA-IBGE ocorrida no ano anterior, a ser fixado na ata da primeira Reunião do Conselho de Administração do respectivo exercício, após a disponibilização do índice, admitindo-se o arredondamento.*

V. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 91,22% de votos a favor, representados por 508.292.051 ações; 8,29% de votos contrários, representados por 46.177.669 ações; e 0,49% de abstenções, representadas por 2.739.991 ações, reformar o Estatuto Social da Companhia para implementar as seguintes alterações: (a) excluir o atual artigo 32 para suprimir as atribuições consultivas do atual Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; (b) alterar o atual artigo 33 para simplificar as regras relativas ao órgão; e (c) alterar o artigo 14, inciso XI, artigo 31, caput, artigo 40 e Capítulo IX para excluir a expressão "e Aconselhamento" na referência ao Comitê de Elegibilidade.

Os artigos referenciados passarão a ter as seguintes redações:

ARTIGO 14 *- Além das atribuições previstas em lei, compete ainda ao Conselho de Administração:*
[...]
XI. *avaliar os diretores da Companhia, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei Federal nº 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade;*
CAPÍTULO IX
COMITÊ DE ELEGIBILIDADE
ARTIGO 31 *- A Companhia terá um Comitê de Elegibilidade, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de administradores e conselheiros fiscais, observado o disposto no artigo 10 da Lei Federal nº 13.303/2016.*
[...]
ARTIGO 32 *- O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo.*
ARTIGO 39 *- Consideram-se "órgãos estatutários" para fins deste capítulo, o Conselho de Administração, a Diretoria, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Elegibilidade.*

VI. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 93,75% de votos a favor, representados por 522.405.235 ações; 5,76% de votos contrários, representados por 32.071.510 ações; e 0,49% de abstenções, representadas por 2.732.966 ações, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do ANEXO I à presente ata.

VOTOS CONTRÁRIOS, MANIFESTAÇÕES DE VOTO E ABSTENÇÕES: Foram recebidos e registrados os votos contrários, manifestações de voto e abstenções recebidos pela Mesa, que ficarão arquivados na Companhia.

ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA: Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente declarou encerrado os trabalhos das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, segue assinada pelo Presidente e pelas Secretárias. O presidente da mesa e as secretárias, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 47 da RCVM 81, registram os acionistas que participaram via boletim de voto a distância e os acionistas que participaram por meio digital desta assembleia mediante acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia, conforme relacionados no ANEXO II.

Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

São Paulo, 25 de abril de 2024.

Mesa:
KARLA BERTOCCO TRINDADE - Presidente
MARIALVE DE SOUSA MARTINS - Secretária
FERNANDA CIRNE MONTORFANO GIBSON - Secretária

Agrishow divide agenda para evitar saia justa

Carlos Fávaro e Jair Bolsonaro irão à feira em dias diferentes, após 'desconvite' a ministro de Lula no ano passado

AGROFOLHA

Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA A Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação) terá neste ano tanto a presença tanto do ministro Carlos Fávaro (Agricultura) quanto do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A agenda escalonada de autoridades de diferentes lados do espectro político ocorre após polêmico "desconvite" ao ministro de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no ano passado.

Para evitar saia justa, cada um participará de um dia desta que é principal feira agrícola do país: Fávaro na abertura, no domingo (28), e Bolsonaro no primeiro dia da feira, na segunda (29). O evento será em Ribeirão Preto (SP).

"A organização da Agrishow convidou diferentes autoridades para visitar a 29ª edição do evento. Todos os que se interessam pelo agronegócio brasileiro e por tecnologia são bem-vindos para visitar a feira. A Agrishow 2024 está repleta de inovações e tecnologias de ponta para aumento da produtividade da agropecuária", afirmou a organização da Agrishow, em nota.

O ex-presidente estará acompanhado de outros bolsonaristas, como o pré-candidato a prefeito de Ribeirão Preto Isaac Antunes (PL). O governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), deve participar tanto da abertura, às 11h de domingo, como de atividades do primeiro dia.

Uma outra medida adotada pelos organizadores foi antecipar para as 11h de domingo a abertura — que normalmente ocorria na segunda — em cerimônia que será realizada sem a presença de público.

A feira estará aberta ao público de segunda a sexta (3).

O ex-presidente já estará em Ribeirão Preto no domingo e encontrará apoiadores em um cruzamento da cidade. E, no dia seguinte, vai para a Agrishow, pela manhã. "Um outro momento também que bem demonstra o que é o agro, a força do agro no Brasil", disse Bolsonaro, em vídeo, agradecendo ao convite.

A edição do ano passado da Agrishow foi marcada pela polêmica envolvendo os organizadores do evento e o governo federal. Fávaro disse ter sido "desconvidado" para a abertura do evento.

O então presidente da feira, Francisco Matturro, teria feito essa sugestão pois haveria a presença de Bolsonaro.

O governo Lula reagiu fortemente à situação, avaliando suspender o patrocínio do Banco do Brasil à feira.

"Na medida em que o evento perde sua característica institucional e na medida em que houve essa descortesia com o ministro [da Agricultura, Carlos Fávaro] e com o Banco do Brasil, que iria acompanhá-lo no evento, não se justifica mais o patrocínio", afirmou na ocasião o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta.

Apesar da declaração de Pimenta, o governo manteve o patrocínio. Por causa do mal-estar entre as partes, a abertura do evento acabou cancelada pelos organizadores.

Bolsonaro foi a Ribeirão para o dia em que seria realizada a abertura da Agrishow. Participou de evento no auditório do IAC (Instituto Agronômico de Campinas), entidade do governo paulista, e discursou a ruralistas no mesmo horário em que ocorria a cerimônia.

Lula critica orçamento da Embrapa e cobra Haddad

O presidente Lula (PT) participou nesta quinta-feira (25) da cerimônia de aniversário de 51 anos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e ouviu um sonoro "não" da plateia, ao questionar se a empresa teria os recursos necessários para fazer as pesquisas. "Eu notei aqui duas coisas legais. O Haddad veio aqui, falou bonito, mas não falou de dinheiro. Aí eu falei [com ele] ,ele tratou com o meu ministro da Agricultura, o Fávaro. O Fávaro é que vai falar de dinheiro. O Fávaro veio aqui, falou, falou, falou, puxou o saco dos funcionários e também não falou de dinheiro", disse o presidente.

Milei transformou a economia argentina numa panela de pressão

Produzido quase inteiramente pela inflação, superávit fiscal agrava a crise social

André Roncaglia

Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

A inflação argentina desacelerou de 25%, em dezembro, para 11%, em março, mas acumula 276% em 12 meses. Analistas apontaram o primeiro superávit fiscal em 15 anos (0,2% do PIB no primeiro trimestre de 2024) como causa da perda de ritmo da inflação.

É claramente uma falácia. Com gastos públicos congelados e remarcação de preços liberada (que produzem mais arrecadação ao governo), a inflação produz quase sozinha esse resultado positivo (o efeito Olivera-Tanzi às avessas).

Segundo dados oficiais, entre os meses de março de 2023 e de 2024, a arrecadação cresceu 254%, enquanto as despesas avançaram 177%. Os investimentos mergulharam 48% no período em termos nominais. A calamidade fica nítida se descontarmos a inflação de 300%.

A economia argentina é uma panela de pressão. A contração do PIB é prevista em 2,8%, e a pobreza já atinge 57% da população. Salários, pensões e gastos sociais correm muito atrás dos preços de energia, transportes, alimentos e itens de saúde. Neste primeiro trimestre, o consumo recuou 10% e derrubou as vendas no varejo.

O sincericídio dos preços e a retórica incendiária do presidente elevam a temperatura da sociedade. A válvula de escape é a frágil e insustentável combinação de minidesvalorizações cambiais e uma taxa real de juros negativa. Vejamos.

A taxa de câmbio argentina é fixada pelo banco central, o qual vem aplicando uma desvalorização rastejante ("crawling peg") do câmbio oficial —hoje, em 820 pesos por dólar— para reduzir a diferença com a taxa do mercado paralelo (1.150 pesos/US$). Quanto maior for essa diferença, mais dólares ficam fora das reservas oficiais.

De olho no início da safra agrícola agora em abril, o ministro da Economia, Luis Caputo, vem depreciando a moeda ao ritmo de 2% a cada mês para incentivar os exportadores a repatriar os dólares obtidos com as vendas no exterior. Com isso, o aumento das reservas em moeda forte do país diminui o risco de crise cambial.

Todavia, a cada rodada de depreciação cambial administrada, os preços dos bens importados se elevam e disseminam a inflação para o restante da economia. A indexação formal e informal de preços e salários aumenta a pressão por novas rodadas de elevação de preços, realimentando a inflação. Lembra muito o Brasil pré-Plano Real.

Com isso, Milei ganha tempo para que a inflação em queda reúna força política para aprovar um plano de estabilização mais sólido. Contornando a resistência parlamentar em casa, Milei seduziu a elite financeira global e obteve um voto de confiança.

Sem o controle da taxa de câmbio, seria impraticável a redução da taxa de juros pelo banco central, de 133% em dezembro para 70% em abril, que busca contrair o pagamento de juros da dívida pública; ao reduzir a pressão fiscal (Faria Lima, fica a dica!), cai o financiamento por meio da emissão monetária.

Por outro lado, a taxa de juros real negativa afugenta os dólares do país e bloqueia a queda da moeda no mercado paralelo. Os capitais retornarão quando Milei convencer a comunidade internacional de que a inflação esperada cairá muito abaixo de 70% (a taxa básica de juros), produzindo ganhos financeiros que compensem o risco embutido nos títulos do país.

A celebração do superávit fiscal busca construir essa confiança para obter mais US$ 15 bilhões do FMI. Contudo, a queda da inflação ameaça os superávits fiscais, enquanto se acumulam as pressões pela recomposição dos gastos públicos.

Sem aliviar a escassez de dólares, a austeridade aguda agravará a crise social sem abater a inflação. A praça de Maio ficará pequena para tamanha insatisfação.

EUA crescem menos que o esperado no 1º tri

Apesar de atividade mais fraca, novos números sobre inflação surpreendem, e dólar volta a subir no Brasil, para R$ 5,16

WASHINGTON | REUTERS O crescimento econômico dos Estados Unidos desacelerou mais do que o esperado no primeiro trimestre. O PIB (Produto Interno Bruto) cresceu a uma taxa anualizada de 1,6%, informou o Departamento de Comércio do país em sua primeira estimativa, nesta quinta-feira (25).

Economistas consultados pela Reuters previam que o PIB subiria a uma taxa anualizada de 2,4%.

O crescimento foi fortemente influenciado pelos gastos dos consumidores, o que, somado a outros indicadores, acendeu sinais de alerta.

"Embora o PIB do primeiro trimestre de 2024 tenha crescido abaixo do esperado, a economia norte-americana mostra-se ainda resiliente no começo do ano. O mercado de trabalho bastante aquecido reforça um crescimento via gastos com consumo. Essa vitalidade econômica deve ser o principal motivo para o Fed [Federal Reserve, o banco central americano] continuar com as taxas de juros inalteradas por bastante tempo", afirma André Galhardo, consultor econômico da Remessa Online.

Além disso, dados de inflação trimestral também divulgados pela manhã surpreenderam para cima: o núcleo do índice de preços PCE, medida mais acompanhada pelo Fed para suas decisões sobre juros, acelerou a alta para 3,7% no trimestre, acima da expectativa de 3,4%.

Os novos números de alta de preços acabaram compensando o desempenho fraco do PIB e somaram-se à recente bateria de dados que mostraram resiliência da economia americana e adiaram as apostas sobre o início do ciclo de corte de juros no país.

"Essa primeira leitura do PIB deixa sinais mistos para o Fed. Se, por um lado, a atividade mais fraca, puxada pelo consumo e pelas exportações líquidas, aponta para um crescimento do PIB mais em linha com o potencial, por outro, a aceleração da inflação cheia e do núcleo medidos pelo PCE para patamares que não condizem com a meta de inflação impede que o ciclo de afrouxamento monetário tenha início num futuro próximo", dizem analistas da Genial Investimentos.

Em reação ao resultado, o dólar registrou nova alta nesta quinta-feira, de 0,29%, e fechou o dia cotado a R$ 5,164.

Juros mais altos nos EUA são, num geral, benéficos para o dólar, já que tornam os rendimentos dos treasuries [títulos do Tesouro americano] mais atraentes, chamando investidores para os mercados americanos. A moeda americana acumula forte alta ante o real neste ano.

Os rendimentos dos treasuries, aliás, registraram forte avanço nesta quinta, saindo de 4,64% para 4,70%.

Na Bolsa brasileira, o dia foi volátil, com pressões do setor financeiro e da Vale, a empresa de maior peso do Ibovespa, que reportou queda de 13% em seu lucro do primeiro trimestre.

Na ponta positiva, as ações da Petrobras operaram em forte alta e limitavam as perdas do Ibovespa, após o conselho de administração da companhia ter aprovado a distribuição de R$ 22 bilhões em dividendos extraordinários. Houve, ainda, sinalização de uma possível nova distribuição de mesmo valor ao longo do ano.

Com isso, o Ibovespa teve variação negativa de 0,07%, fechando praticamente estável aos 124.644 pontos. A Vale caiu 2,10%, e a Petrobras avançou 2,40%.

"Tivemos as Bolsas bem voláteis por conta da imprevisibilidade e da insegurança que esses dados [dos EUA] trazem. Os dados de amanhã do PCE podem dar uma visão melhor, mas o cenário ainda está muito incerto. Essa incerteza aumenta cada vez mais, e as Bolsas, inclusive a brasileira, sofrem", diz o analista Rodrigo Cohen, da Escola de Investimentos.

Com Reuters

Crescimento do PIB dos Estados Unidos

Variação percentual em relação ao trimestre anterior*

* Taxa anualizada ajustada sazonalmente

Fonte: Departamento de Comércio dos EUA

+

Banco central da Argentina corta juros para 60%

O banco central da Argentina reduziu a taxa de juros de referência de 70% para 60% ao ano, informou a autoridade monetária nesta quinta-feira (25), no segundo corte na taxa básica neste mês, à medida que o governo se torna cada vez mais confiante em conter a inflação. O corte de juros ocorre em meio ao crescente otimismo do banco central quanto à redução da taxa de inflação mensal mais rapidamente do que o esperado pelos analistas, o que é fundamental para a recuperação econômica do país, onde os preços sobem quase 300% ao ano. Há duas semanas, o banco central da Argentina cortara a taxa de juros básica em mais dez pontos percentuais, citando uma desaceleração "acentuada" da inflação em meio a uma dura e dolorosa campanha de austeridade sob o comando do novo presidente libertário Javier Milei. As políticas fiscais rígidas de Milei estimularam o ânimo dos investidores na Argentina, impulsionando ações, títulos e o peso, mas os níveis de pobreza estão aumentando junto com a recessão econômica, à medida que a atividade, a produção e o consumo caem.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90021/2024

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais para estruturação audiovisual da Secretaria do TRE-SP. Envio das propostas: até 13 horas de 09/05/2024, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 26/04/2024, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de--contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 24 de abril de 2024. **Claucio Cristiano Abreu Corrêa -Diretor-Geral.**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
UASG 80011
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

Objeto: Registro de preços para eventual fornecimento de materiais impressos personalizados, materiais para eventos e enquadramento de imagens. **Abertura do pregão: 10/05/2024, às 11h00. Local:** Compras.gov.br - https://www.gov.br/compras/pt-br. Cadastramento de Propostas até a abertura do pregão. Íntegra do edital: endereço eletrônico acima e site do TRT: https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxxrx5f5TjF0A_DbAOH4fTejFuvWDUWoxbeXpsJaB0/edit#gid=0&fvid=237527314. **Informações:** licita@trt15.jus.br. Coordenadoria de Licitações.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2024
ÓRGÃO: Município de Caieiras. EDITAL: 044/2024. OBJETO: Aquisição de aparelhos Holter para utilização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Termo de Referência. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: será das 09h30min horas do dia 26/04/2024 até às 09h30min do dia 09/05/2024 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: no horário às 09h35min do dia 09/05/2024. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 25 de Abril de 2.024.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Licitação

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Objeto: Chamamento Público nº 001/2024 – Obtenção de propostas de doação de diagnósticos energéticos de medição e verificação, e projetos básicos e executivos integrais de eficiência energética e execução de todas as atividades necessárias a viabilizar a participação do TRT-2 no Programa de Eficiência Energética da ENEL, com o objetivo de atingir as melhorias necessárias para a obtenção da eficiência energética relacionada aos equipamentos de ar-condicionado e/ou de elevadores no Edifício do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa.

Prazo para entrega de propostas: de 26/04/2024 a 13/05/2024.

O edital encontra-se disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes/licitacoes-em-andamento-/-retirada-de-editais**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RAFARD
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 05/2024
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Rafard torna público que se encontra ABERTO o PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 05/2024, tendo por objeto a "AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES PARA MEDIÇÃO DE GLICEMIA CAPILAR E LANCETAS PARA PUNÇÃO DIGITAL". O certame ocorrerá pela plataforma eletrônica Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, no site https://bll.org.br/. O horário e data limite para o fim do recebimento das propostas é até as 09h00min do dia 14/05/2024. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 09h30min, nessa mesma data. O edital poderá ser baixado, pelos interessados, nos endereços https://rafard.sp.gov.br/licitacoes/ ou https://bll.org.br/ a partir de 29/04/2024. Outras informações, através do telefone 0(19) 3496-7520. Rafard/SP, 26 de abril de 2024. Fábio dos Santos, Prefeito.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN
UASG - 925543

AVISO DE LICITAÇÃO
Assunto: Pregão Eletrônico nº 04/2024

Processo nº: 04410007.000078/2024-23. **Objeto:** Fornecimento e instalação de plataforma elevatória de acessibilidade. **Abertura às 09:00 de 13/05/2024** no COMPRAS.GOV. **Edital disponível em** COMPRAS.GOV (https://www.gov.br/compras/pt-br/) e www.uern.br. Dúvidas pelo (84) 3315-2113 ou contratacoes@uern.br.

Mossoró/RN, 25/04/2024.
Raissa Carla Fernandes Lobato Marques
Agente de Contratação
Portaria nº 1581/2023 - GP/FUERN

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.
CNPJ/MF Nº. 02.417.464/0001-23 - NIRE Nº. 35.300.154.142 - COMPANHIA FECHADA
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 08 de abril de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Sp-340, Km 161, 0, Pista Sul, bairro Sobradinho, Mogi Mirim/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicados no Jornal Folha de São Paulo, na edição de 16/03/2024, sem número de páginas (versão digital) e nas páginas 9 a 10 (versão impressa). **5. MESA:** Presidente: Elias Lages de Magalhães Neto. Secretário: Mário Múcio Eugênio Damha. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **(ii)** o orçamento de capital da Companhia referente aos exercícios de 2024, 2025 e 2026; **(iii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023; **(iv)** a instalação do Conselho Fiscal; **(v)** a eleição dos membros do conselho de administração; **(vi)** a fixação da remuneração dos Administradores; e **(vii)** a alteração do Jornal onde a Companhia destina suas publicações legais. **7. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; **(ii)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima, já devidamente auditados por **KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**, conforme Relatório datado de 15/03/2024; **(iii)** O orçamento de capital para os exercícios de 2023, 2024 e 2025 no valor de R$ 56.338.520,60 (cinquenta e seis milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte reais e sessenta centavos); **(iv)** A proposta da administração para a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 175.698.392,59 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e oito mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos), que terá a seguinte destinação: (a) Considerando que o saldo da Reserva legal já constituída na Companhia, no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) perfaz 20% (vinte por cento) de seu capital social, faz-se desnecessária a sua constituição, conforme previsto pelo artigo 193, *caput*, da LSA; (b) o montante de R$ 104.753.009,94 (cento e quatro milhões, setecentos e cinquenta e três mil, nove reais e noventa e quatro centavos), correspondentes a R$ 1,30941126244 por ação ordinária e R$ 1,44035388866 por ação preferencial, foi distribuído aos acionistas a título de dividendos intermediários, à conta de parte dos lucros apurados entre 01/01/2023 a 30/09/2023, nos termos da LSA e do art. 19 do Estatuto Social da Companhia, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 26/10/2023 e pagos em 30/10/2023, com base na composição acionária daquela data, *ad referendum* desta Assembleia. (c) o montante de R$ 7.919.374,27 (sete milhões, novecentos e dezenove mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos), correspondentes a R$ 0,09899217843 por ação ordinária, e R$ 0,10889139628 por ação preferencial, foram destacados a título de Juros sobre Capital Próprio, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26/12/2023 ("AGE"), sendo que, após a dedução do imposto de renda na fonte ("IRRF") de 15%, nos termos do §2º do artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o valor líquido foi de R$ 6.731.468,13 (seis milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e treze centavos), correspondentes a R$ 0,08414335167 por ação ordinária; e R$ 0, 09255768684 por ação preferencial. O pagamento foi realizado em 23/12/2023, tendo como base acionária a data da AGE, *ad referendum* desta Assembleia. (d) o montante de R$ 6.687.487,78 (seis milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos), correspondente a R$ 0,0835935973 por ação ordinária, e R$ 0,09195295703 por ação preferencial, serão pagos até 15/04/2024, a título de dividendos adicionais propostos, com base na composição acionária desta Assembleia. (e) o saldo de lucros restante após as destinações acima, no montante de R$ 56.338.520,60 (cinquenta e seis milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e vinte reais e sessenta centavos), correspondente a R$ 0,7042315075 por ação ordinária e R$ 0,77465465825 por ação preferencial, inicialmente destinado à constituição de Reserva de Retenção de Lucros, deverá ser distribuído como dividendos adicionais. Os dividendos adicionais ora aprovados serão pagos até 15/04/2024, com base na composição acionária desta Assembleia. **(v)** A eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, a partir da presente data: **(1) EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.818.436-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 148.195.698-13, Membro Efetivo; e **(1.a) GUILHERME MOTTA GOMES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 08.740.792-0 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 012.980.057-01, respectivo Membro Suplente; **(2) ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP n.º 151.989 e no CPF/MF sob o n.º 070.803.997-93, Membro Efetivo; e **(2.a) JOSIANE CARVALHO DE ALMEIDA**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG N.º 50.890.239-3 SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob o n.º 083.040.867-35, respectivo Membro Suplente; **(3) ELIAS LAGES DE MAGALHÃES NETO**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade RG n.º 25.118.028-1 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 292.968.078-40, Membro Efetivo (Presidente); e **(3.a) JOSÉ ANTÔNIO POLIZEL**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.747.824 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 381.504.688-20, respectivo Membro Suplente; **(4) MARCO AURÉLIO EUGÊNIO DAMHA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.392.361-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 261.433.458-80, Membro Efetivo; e **(4.a) FERNANDO AUGUSTO GINJAS PINTO**, brasileiro, casado, empresário/contador, RG nº. 29.733.499-2 SSP/SP e CPF nº. 272.724.578-56, respectivo Membro Suplente; **(5) MÁRIO MÚCIO EUGÊNIO DAMHA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n.º 6.498.374-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 121.006.708-08, Membro Efetivo; e **(5.a) MARIA BEATRIZ EUGÊNIO DAMHA AJIMASTO**, brasileira, casada, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 16.257.827-1 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n.º 097.550.428-22, respectivo Membro Suplente, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **(vi)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 14 do Estatuto Social; **(vii)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 2.848.095,38 (dois milhões e oitocentos e quarenta e oito mil, noventa e cinco reais e trinta e oito centavos), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA. Para o exercício social de 2024, a verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam à remuneração anual; e **(viii)** Nos termos do artigo 289, §3º da LSA, a alteração do Jornal de grande circulação onde a Companhia destina suas publicações legais, que passam a ser feitas no jornal "Folha de São Paulo", tudo conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Mogi Mirim/SP, 08 de abril de 2024. **Assinaturas:** Elias Lages de Magalhães Neto, Presidente e Mário Múcio Eugênio Damha, Secretário. Acionistas: **(1) ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.**, por Mário Múcio Eugênio Damha e por Marco Aurélio Eugênio Damha; e **(2) ENCALSO PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES S.A.**, por Elias Lages de Magalhães Neto e por Sérgio Lima Gabionetta; e **(3) CCR S.A.**, por Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Elias Lages de Magalhães Neto - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil e Mário Múcio Eugênio Damha - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*. JUCESP nº 155.358/24-8 em 18.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 21/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. **EDITAL:** 21/2024. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. **OBJETO:** aquisição de tubos de concretos. **ENCERRAMENTO:** às 08:30h do dia 16/05/2024. **ABERTURA:** às 09:00h do dia 16/05/2024. **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro. **TELEFONES:** (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452. **SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO:** **www.presidenteprudente.sp.gov.br**. Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 25 de abril de 2024. **Walner Silvestre - Licitador Depto. Compras.**

FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ

EDITAL Nº 20/2024, de 25 de abril de 2024. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024 ÓRGÃO: Faculdade de Medicina de Jundiaí. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, vigilância desarmada (interno), com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, materiais, equipamentos e utensílios, nas dependências da Faculdade de Medicina de Jundiaí, em todas as suas Unidades e outros locais existentes ou a serem criados que sejam vinculados com a FMJ, na cidade de Jundiaí – SP (Unidade 1 da FMJ - Rua Francisco Telles, 250 – Vila Arens, Ambulatório de Especialidades da FMJ - Rua Francisco Telles, 222 – Vila Arens, Unidade 2 da FMJ - Rua Lobo de Rezende, 100 – Vila São Bento, Unidade 3 da FMJ - Rua Francisco Telles, 253, Unidade 4 da FMJ - Rua Jorge Zolner, 295. DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: o edital na íntegra, com todos os seus anexos, encontra-se disponível no Portal do Compra Aberta da Prefeitura Municipal de Jundiaí – www. https://compraaberta.jundiai.sp.gov.br. ABERTURA DA SESSÃO: **8:30 horas do dia 10 de maio** de 2024.
Prof. Dr. Evaldo Marchi
Diretor

ESTADO DO CEARÁ – TRIBUNAL DE JUSTIÇA – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.o 018/2024 A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará torna público que realizará, no dia **17 de maio de 2024, às 10:30h** (horário de Brasília), um Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL, que tem como objeto a "**Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva para desempenho de atividades continuadas de saúde**". As propostas de preços serão recebidas, por meio eletrônico, até o dia 17 de maio de 2024, às 10:00h (horário de Brasília). Edital e demais informações estão disponíveis nos sites **tjce.jus.br** e **licitacoes-e.com.br**. Contato pelo e-mail **cpl.tjce@tjce.jus.br** ou WhatsApp: (85) 3207-7100. Fortaleza-CE, aos 25 de abril de 2024. **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2024 – TIPO: MENOR PREÇO MENSAL POR ITEM – A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS** torna pública a retificação do Edital e reabertura do prazo do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto é a **Prestação de serviços profissionais para atender os Projetos Sociais na área esportiva, tais como: Serviço de Convivência Criança Feliz, Projeto Galera de Atitude, Projeto Atleta do Futuro, Projeto Criança Feliz em São João de Itaguaçu, Centro de Convivência do Idoso, Zumba Social, Piscina Aberta, Mova-se no Verão, Skate, entre outros, conforme especificações constantes do Edital Retificado. A realização da sessão pública fica remarcada para o dia 15/5/2024 (quarta-feira)**, às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF)**, no sítio eletrônico oficial do Município de Urupês: **www.urupes.sp.gov.br**. O texto integral do referido Edital retificado poderá ser lido e obtido no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como no endereço eletrônico: www.urupes.sp.gov.br\licitacoes. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 25 de abril de 2024. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - *Prefeito* -**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – CÂMPUS DE RIO CLARO
AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto no Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro – UASG 102322, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90002/2024 – IB/CRC, objetivando o Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, cujo critério de escolha é o de menor preço. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 09 de maio de 2024 às 09:00 horas, junto ao endereço eletrônico www.compras.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 26 de abril de 2024 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situado à Avenida 24-A nº 1515 – Bairro Bela Vista – Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital na íntegra consta dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/ - Processo nº 80/2024 - IB/CRC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - MG
AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA 3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2024
COMPRASNET Nº. 90073/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos (bebedouro industrial, aparelho telefônico sem fio, forno elétrico, purificador de água e outros), a serem destinados ao CEAI Morumbi, em atendimento a Secretaria Municipal supracitada. A Diretoria de Compras, torna público e para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa, que devido à alteração no Termo de Referência da sessão pública, fica reagendado a sessão pública na Internet para recebimento das Propostas às 09:00 horas do dia 20/05/2024, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.UASG: 926922.
Uberlândia/MG, 25 de abril de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 126/2024
COMPRASNET Nº. 90126/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Objeto: Aquisição de mobiliário em geral (armário de aço e outros), a serem destinados para equipar o CEAI Morumbi. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R235.788,13. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 14/05/2024 às 09h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922.
Uberlândia/MG, 25 de abril de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO E RETIFICAÇÃO 01

Torna público, o LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO E RETIFICAÇÃO 01 do Pregão Eletrônico Nº. 01/2024. Objeto:Registro de Preços para aquisição de MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, para atendimento às demandas das unidades ambulatoriais que compõem a Secretaria Municipal de Saúde de João Monlevade, conforme especificações e condições gerais descritas no Termo de Referência. NOVA Data de abertura:14/05/2024 às 08:30h. Edital e anexos disponível no site do município www.pmjm.mg.gov.br; Mais informações: (31) 3859-2509 / 3859-2510.João Monlevade, 25 de abril de 2024.Ricardo Alexandre de Oliveira.Secretário Municipal de Administração
Torna pública a **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024,** cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE JOÃO MONLEVADE, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado por itinerário, nos termos do Projeto Básico – Anexo I e demais condições explícitas contidas neste Edital e em seus Anexos", para análise e encaminhamentos, embasada no questionamento recebido referente ao edital e anexos. Mais informações: 31-3859-2526 (Setor de Licitações).João Monlevade, 25 de abril de 2024.Ricardo Alexandre de Oliveira.Secretário Municipal de Administração

INTIMAÇÃO referente à QUEIXA POR DEPENDÊNCIA CONFORME A LEI GERAL Capítulo 119, § 39M	Protocolo Nº. **SU24A0291SJ**	**Comunidade do Massachusetts Tribunal de Julgamento Vara de Sucessões e Família**
Nobia Rodrigues de Andrade, em nome de Bianca Monic A, Autora v. **Humberto De Oliverira Rocha** , **Indiciado "Pai/Mãe Um"** **Se aplicável:** , **Indiciado "Pai/Mãe Dois"**		Vara de Sucessões e Família de Suffolk

Para o Indiciado nomeado acima:

Você está intimado(a) a comparecer à **Vara de Sucessões e Família de Suffolk** para uma audiência referente a esta Queixa por Dependência em conformidade com a Lei Geral capítulo 119, § 39M.

Informações sobre a audiência:
Revisão Administrativa - Não haverá audiência nessa data
Data: **11/07/2024**
Horário: **09h00 (manhã)**
Local: **Esta não é uma data de audiência. O(a) indiciado(a) pode se opor por escrito antes da data da revisão.**

Por meio deste, você está intimado(a) e obrigado(a) a notificar:

Dr. Brian L Hurley
cujo endereço é:
Rua Marginal, Nº 235
Chelsea, MA 02150

caso responda à queixa que lhe foi apresentada por meio deste instrumento, a resposta deverá ser dada dentro de **7 dias** após a entrega desta intimação, excluindo-se o dia da entrega. Você também deverá apresentar sua resposta à queixa no escritório do Registro deste Tribunal na **Vara de Sucessões e Família de Suffolk,** antes da citação do(a) autor(a) ou do(a) advogado(a) do(a) autor(a), se representado(a) por advogado(a), ou dentro de um prazo razoável após isso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. Processo Administrativo N°Sec Adm/lic. 027/2024 - Pregão(eletrônico) n° 006/2024. objeto: aquisição de trator agrícola destinado a Secretaria de Planejamento, Serviços Urbanos e Meio Ambiente. Recebimento das propostas a partir do dia: 03 de maio de 2024 às 08h30min. Abertura das propostas: 15 de maio de 2024, às 08h30min. Início da sessão de disputa de preços: 15 de maio de 2024, às 09h00min. Para aquisição dos editais os interessados deverão acessar o link **https://aguai.sp.gov.br/home/**. Samantha Ferreira Aguiar – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DOUGLAS BASSETTO, Secretário Municipal de Esportes, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **PLANET BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS LTDA** referente ao **Pregão Eletrônico nº 023/24 – Processo Licitatório nº 041/24**, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de academia ao ar livre. **Homologado em: 25/04/2024**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 023/24 – Processo Licitatório nº 041/24
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratadas: PLANET BRINQUEDOS E EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto:** Aquisição de equipamentos de academia ao ar livre. **Data da Assinatura do Contrato: 25/04/2024**

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. Processo Administrativo N° SecAdm/Lic. 007/2024 - Pregão(eletrônico) N° 001/2024. objeto: contratação de empresa especializada para coleta, tratamento e destinação final de resíduos da saúde dos grupos "A", "A1", "A2", "A3", "A4", "A5", "B" e "E", pelo período de 12 meses. Recebimento das propostas a partir do dia: 29 de abril de 2024 às 08h30min. Início da sessão de disputa de preços: 13 de maio de 2024, às 09h00min. Edital a disposição no link **https://aguai.sp.gov.br/home/**. Franciele Rodrigues Luciano Martins – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ
AVISO DE RETIFICAÇÃO

Prefeitura de Estrela do Indaiá/MG, torna público a retificação do PROCESSO LICITATÓRIO N° 024/2024.
A Retificação será publicada, em sua íntegra, no endereço eletrônico: https://www.estreladoindaia.mg.gov.br/
Estrela do Indaiá, 25 de abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA

AVISO DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024** A Prefeitura Municipal de Santa Ernestina, Estado de São Paulo, através do seu Pregoeiro, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que será realizada Licitação aberta através do Edital nº 10/2024, Processo nº 18/2024 na modalidade Pregão Eletrônico nº 09/2024, do tipo menor preço unitário, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA ERNESTINA/SP, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I do edital regulador do certame. O início da sessão pública está prevista para as 09h00 do dia 09 de maio de 2024. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.385/2024. O instrumento convocatório e seus anexos encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.santaernestina.sp.gov.br e www.bll.org.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através dos telefones: (16) 3256-9104 e (16) 3256-9100 e WhatsApp (16) 99609-5537 ou ainda através do e-mail: licitacao@santaernestina.sp.gov.br Santa Ernestina, aos 25 de abril de 2024. LUCAS APARECIDO ROGERIO Pregoeiro

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 916/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PÃES, PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS. DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 09/05/2024 ÀS 08H00. O edital licitatório, anexos e demais documentos pertinentes, poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República nº 530, 4º Andar, Centro– Santa Isabel/SP, através do site oficial: www.santaisabel.sp.gov.br - link: Licitações, nos endereços eletrônicos: novobbmnet.com.br ou www.santaisabel.sp.gov.br, Link: Licitações Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2024;

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do P.E.R.P. n.º 020/2024, para "LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS DE PLÁSTICO". O Edital minucioso está disponível no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL no link www.bll.org.br, onde os interessados poderão solicitar maiores informações e esclarecimentos. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 08 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa. Bastos/SP., 25.04.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão Eletrônico nº 017/2024 – Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de inspeção, manutenção (inclusive com troca de peças) e recarga de extintores de incêndio, bem como realização de inspeção e aplicação de testes hidrostáticos nas mangueiras de combate a incêndio.

Abertura da Sessão de Lances: 14/05/2024 às 14:00 horas.

Edital: encontra-se disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes/licitacoes-em-andamento-/-retirada-de-editais**.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RAFARD
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 06/2024
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Rafard torna público que se encontra ABERTO o PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 06/2024, tendo por objeto a prestação de "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA". O certame ocorrerá pela plataforma eletrônica Bolsa de Licitações do Brasil - BLL, no site https://bll.org.br/. O horário e data limite para o fim do recebimento das propostas é até as 09h00min do dia 16/05/2024. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 09h30min, nessa mesma data. O edital poderá ser baixado, pelos interessados, nos endereços https://rafard.sp.gov.br/licitacoes/ ou https://bll.org.br/ a partir de 29/04/2024. Outras informações, através do telefone 0(19) 3496-7520. Rafard/SP, 26 de abril de 2024. Fábio dos Santos, Prefeito.

PREFEITURA DA ESTANCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

RESUMO DE EDITAL – PE 019/2024 - Contratação de empresa para fornecimento de Licença de uso de sistema/software de análise e gerações de informações para acompanhamento e avaliação de metas e indicadores fiscais para atender o Departamento de Finanças. Encerramento às 08h45 horas do dia 15/05/2024. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 29/04/2024, no site **www.saoroque.sp.gov.br**.

RESUMO DE EDITAL – PE 017/2024 - Registro de Preço para aquisição de Tintas, Vernizes e materiais diversos para Pintura. Encerramento às 08h45 horas do dia 13/05/2024. O edital encontra-se a disposição a partir do dia 29/04/2024, no site **www.saoroque.sp.gov.br**.

MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

EDITAL Nº 001, de 24 de abril de 2.024. **LEILÃO Nº 001/24. ÓRGÃO:** Município de Jundiaí. **OBJETO:** a alienação de bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, veículos, sucatas e outros), pertencentes ao patrimônio do Município de Jundiaí do Estado de São Paulo, conforme relação dos lotes discriminados no Anexo I, que é parte integrante do edital.
LEILOEIRO OFICIAL: Sr. Gustavo Moretto Guimarães de Oliveira, regularmente matriculado na Junta Comercial do Estado São Paulo sob nº 640, na forma da Lei. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** O presente Edital, está disponível na sua íntegra, no site oficial do Município de Jundiaí - **www.jundiai.sp.gov.br** - entrar no link "Licitações/Compra Aberta" acessar Consulta de Licitações – Leilão (grátis) ou no site oficial do leiloeiro **www.sumareleiloes.com.br** (grátis) ou poderá ser adquirido no Paço Municipal "Nova Jundiaí", Departamento de Compras Governamentais – 4º andar, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 18:00 horas, pelos interessados, mediante o pagamento de R$ 10,00 (dez reais).
VISITAS: As visitas ocorrerão até um dia útil anterior a abertura do leilão, sempre em dias úteis, das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00, mediante prévio agendamento pelo telefone: (11) 4588-8870 por meio de ligação ou mensagem no *WhatsApp*.
ENDEREÇO ELETRÔNICO DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO: www.sumareleiloes.com.br, sendo que os interessados os deverão cadastrar-se no referido site com antecedência de 02 (dois) dias da realização do certame.
DATA DE ABERTURA DO LEILÃO: 30 de abril de 2024.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA DE FECHAMENTO DO LEILÃO: 23 de maio de 2024 às 14:00 horas, sendo realizado lote a lote na sequência.
(ALEXANDRE CASTRO NUNES)
Diretor do Departamento de Compras Governamentais

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PRESTES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2024** A Prefeitura do Município de Fernando Prestes, faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2024, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especalizada, para as obras de Construção de Cozinha Piloto, localizada na Rua João Aureliano Machado, S/N, Bairro Jardim do Cedro, nesta Cidade de Fernando Prestes/SP. O certame será realizado através do sistema Portal de Compras do Município, conforme link de acesso constante no site do município: http://transparencia.fernandoprestes.sp.gov.br:8079/comprasedital/. O recebimento das propostas será até as 08:30h do dia 14 de maio de 2024 e o início da sessão de disputa de preços às 08:30h do dia 14 de maio de 2024. O Edital de inteiro teor está à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes (www.fernandoprestes.sp.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@fernandoprestes.sp.gov.br, ou pelo telefone: 16 3258-4000 – Ramal - 6. Fernando Prestes, 25 de abril de 2024. RODRIGO RAVAZZI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Extrato do Edital da PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024 - PROCESSO Nº 5351/2024

Órgão – Prefeitura Municipal de Holambra – Modalidade – PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 011/2024 do tipo Menor Preço Unitário, o Objeto AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MÁQUINA MOTONIVELADORA, NOVA, SEM USO ANTERIOR - CONVÊNIO BB/FECOP Nº 111/2022, cuja a data de inicio do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 26/04/2024 às 00:00h, estando a sessão de disputa agendada para o dia **10/05/2024 às 09:00h**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br; O Edital na integra se encontrará disponível a partir do dia 25/04/2024. Holambra, 25 de abril de 2024. GERALDO HERMINIO VELOSO SANTOS. Diretor Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade CONCORRÊNCIA 011/2024 – PA 52.350/2023 – RECURSOS FEDERAIS – Contratação de empresa especializada para **contratação de empresa especializada para RECAPEAMENTO E RECONSTRUÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO BAIRRO JARDIM COIMBRA – COTIA. Abertura dia 14/05/2024 às 14:00 horas**, na plataforma da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. O edital estará à disposição a partir de **29/04/2024** através dos sites da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br e da BLL: www.bll.org.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131. RONALDO LUIS PINTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 021/2024 - PROCESSO Nº 1862/2024

TIPO: Menor Valor Global

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Dispensa Eletrônica nº 021/2024**. Objeto: Contratação de empresa especializada, para a prestação dos serviços de instalação de 13 conjuntos de coluna: 4 polegadas + braço 3 polegadas + placa 2x1 metros, tendo como escopo a adequação do trânsito correto de circulação de caminhões e veículos de grande porte no perímetro urbano no Munícipio de Santo Antônio de Posse/SP. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **03 de maio de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 26 de abril de 2024.

Publique-se

Santo Antônio de Posse/SP, 25 de abril de 2024.

Valter Luís Lourenço - Secretário Municipal de Segurança Pública

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2024 - PROCESSO Nº 1795/2024

TIPO: Menor Valor por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 051/2024**. Objeto: Registro de Preços, visando a aquisição de suplementos alimentares para atender pacientes com necessidades nutricionais específicas conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, **de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.** A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **10 de maio de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 26 de abril de 2024.

Publique-se

Santo Antônio de Posse, 25 de abril de 2024.

Paulo José Rodrigues de Souza - Secretário Municipal de Saúde

Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2024 – PROCESSO Nº 22/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ASFALTO A GRANEL CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) para aplicação a frio com a finalidade de recomposição asfáltica nos trechos de abertura de ligações e manutenção de água e esgotos, registros, poços de visita e adutoras na malha urbana pavimentada no município de Votuporanga/SP. **DATA DA REALIZAÇÃO: 10/05/2024. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS:** a partir do dia 29/04/2024 ao dia 10/05/2024 até as 08h00 (oito horas). **INICIO DA ETAPA DE LANCES:** dia 10/05/2024 a partir das 08h15 (oito horas e quinze minutos). **DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O edital, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados na Divisão Administrativa "Engº Ambrósio Riva Neto" da Superintendência de Água, Esgotos e Meio Ambiente de Votuporanga – SAEV AMBIENTAL, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.313, Centro, neste Município de Votuporanga, Estado de São Paulo, e pelos endereços eletrônicos: www.saev.com.br. e www.bll.org.br. Maiores informações e/ou esclarecimentos pelo telefone (17) 3405-9195.

Votuporanga, 25 de abril de 2024. **Luiz Gustavo Gallo Vilela - Superintendente**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 003/2024-PIMIR

Processo nº SEI 006.00131880/2024-81

Encontra-se aberta no Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "Nestor Canoa" de Mirandópolis, situado Av. Dr. Oswaldo Brandi Faria, nº. 4.450 – CEP 16.800-901 – Mirandópolis - SP, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2024 - Processo SEI nº 006.00131880/2024-81, referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIGRANJEIROS.

Data de início de recebimento de propostas: 29/04/2024 às 09h (Horário de Brasília)

Data de fim de recebimento de propostas: 15/05/2024 às 09h (Horário de Brasília)

A sessão pública do pregão ocorrerá no site www.gov.br/compras, com horário previsto para às 09:00 horas, do dia 15/05/2024.

O Edital completo poderá ser retirado na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "Nestor Canoa" de Mirandópolis, no endereço acima, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

O edital completo será disponibilizado no site www.gov.br/compras

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (18) 3199-0061, ramal 270.

Mário Kazuhiro Yamashita

Diretor do Núcleo de Finanças e Suprimentos

unesp **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**

INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – CÂMPUS DE RIO CLARO

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto no Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro – UASG 102322, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90003/2024 – IB/CRC, objetivando o Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis - hortifrutigranjeiros, cujo critério de escolha é o de menor preço. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 10 de maio de 2024 às 09:00 horas, junto ao endereço eletrônico www.compras.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 26 de abril de 2024 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situado à Avenida 24-A nº 1515 – Bairro Bela Vista – Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital na íntegra consta dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/ - Processo nº 126/2024 - IB/CRC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2024

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis. CONTRATADA: FBR Projetos e Construções Eireli – EPP - VALOR: R$ 398.999,99 - ASSINATURA: 02/04/2024 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da recuperação do Ginásio de Esportes "Beira Rio" Dr. Querton Ribamar Prado de Souza, localizado na Avenida Augusto Cavalin, nº 715 – loteamento Terra das Paineiras, na cidade e Fernandópolis/SP., com fornecimento de material e mão de obra; conforme Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Projetos e demais anexos do Edital. Contrato de repasse nº 913058/2021/MCidadania/Caixa. Operação nº 1077444-80/2021, proposta nº 019394/2021 - Programa implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer nº5500020210013. MODALIDADE: Concorrência nº 016/2023.

Fernandópolis, 25 de abril de 2024.

CIBELE BERGER SANCHES CARBONE

Gerente de Suprimentos

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA

RUA FRANCISCO FERREIRA LEÃO, 90 – VILA LEÃO – SOROCABA/SP

TELEFONE 3222-5783

EDITAL

EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO À CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DA DATA BASE – ENSINO BÁSICO E ENSINO SUPERIOR 2024

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA, cuja base territorial abrange as cidades de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaoca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquarituba, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, faz saber aos que possam se interessar que o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que assinou a nova Convenção Coletiva (Ensino Básico e Ensino Superior 2024) da categoria. Conforme deliberado em assembleia realizada no dia 06 de abril de 2024, às 11 horas do Ensino Superior, e às 10 horas e 30 minutos do Ensino Básico. E, para cumprimento do decidido no julgamento do ARE 1018459 (Tema 935 da Repercussão Geral), para o não associado que pretender exercer o seu direito de oposição ao pagamento da Contribuição Assistencial, relativa à data base de 2024, terá que fazê-lo no período de 02 de maio de 2024 a 31 de maio de 2024.

Para isso, deverá fazê-lo obrigatoriamente através de carta escrita em 02 (duas) vias idênticas, uma para ser entregue ao Sindicato, pessoalmente, ou por meio de carta registrada a ser encaminhada ao Sindicato profissional (Rua Francisco Ferreira Leão, nº 90, Bairro Vila Leão, Sorocaba/SP), de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00, e a outra para ser protocolada junto ao seu empregador, ressaltando o cumprimento total à Lei Geral de Proteção de Dados Lei nº 13.709/2018.

Sorocaba, 25 de abril de 2024.

MARA KITAMURA

Diretor-Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 001/2024-PIMIR

Processo nº SEI 006.00104616/2024-75

Encontra-se aberta no Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "Nestor Canoa" de Mirandópolis, situado Av. Dr. Oswaldo Brandi Faria, nº. 4.450 – CEP 16.800-901 – Mirandópolis - SP, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2024 - Processo SEI nº **006.00104616/2024-75**, referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS.

Data de início de recebimento de propostas: 29/04/2024 às 09h (Horário de Brasília)

Data de fim de recebimento de propostas: 13/05/2024 às 09h (Horário de Brasília)

A sessão pública do pregão ocorrerá no site www.gov.br/compras, com horário previsto para às 09:00 horas, do dia 13/05/2024.

O Edital completo poderá ser retirado na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária "Nestor Canoa" de Mirandópolis, no endereço acima, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

O edital completo será disponibilizado no site www.gov.br/compras

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (18) 3199-0061, ramal 270.

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

PROCESSO N.º 26/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 02/2024

TIPO: Menor preço global.

OBJETO: OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ZOONOSES, CONFORME PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CONSTANTES EM ANEXO.

INÍCIO REC. PROPOSTA: 26/04/2024 08:00

FIM REC. PROPOSTA: 13/05/2024 13:29

INÍCIO DISPUTA: 13/05/2024 14:00

TIPO DE LANCE: MENOR LANCE

TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO E FECHADO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Portal BLL Compras – www.bll.org.br

EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no site www.orindiuva.sp.gov.br.

SUPORTE BLL COMPRAS (41) 3097-4600. Para demais informações contato via e-mail: licitacao@orindiuva.sp.gov.br, telefone: (17)38169600 ou acesso pelo link: https://bllcompras.com/Process/

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024

ÓRGÃO: Município de Caieiras. EDITAL: 045/2024. OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de sistema de Cadastro Habitacional do Município de Caieiras, conforme Termo de Referência. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: será das 09h30min horas do dia 26/04/2024 até às 09h30min do dia 13/05/2024 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:no horário às 09h35min do dia 13/05/2024. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 25 de Abril de 2.024.

SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA

Departamento de Licitação

Prefeitura da Estância Turística de Salto

CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2024 – CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 14335/2023

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE CREDENCIAMENTO

Objeto: Chamada Pública que tem por objeto, nos termos do art. 74, IV da Lei n.º 14.133/2021, a SELEÇÃO e CREDENCIAMENTO de empresas do ramo de construção civil, com qualificação técnica e capacidade operacional, para a apresentação de proposta para 01(um) empreendimento habitacional, aprovação em todas as instâncias, órgãos e entidades necessárias, contratação, gestão, produção e legalização de 80((oitenta) unidades habitacionais verticais multifamiliares constituídas por blocos de apartamentos, conforme Lei Federal n.º 14.620/2023, no âmbito do PROGRMA FEDERAL "MINHA CASA MINHA VIDA" – Faixa I, que é operado pela Caixa Econômica Federal, de acordo com os anexos do Edital, a cargo da Secretaria de Governo.

Na qualidade de Agente de Contratação, nomeada através da Portaria Municipal n.º 1551/2023, considerando a publicação de 22/04/2024 no D.O.E, Caderno dos Municípios, página 18 e 19 e de 20/04/2024 no D.O.M, página 12, do Aviso de Credenciamento, **retifico** conforme segue abaixo:

Onde se lê:

Período de Recebimento do Requerimento, Documentação e Proposta Técnica: a partir do **dia 23 de abril de 2024 a dia 27 de junho de 2024 – Primeira Etapa**, nos termos da Portaria MCID n.º 340/2024 do Ministério de Estado das Cidades.

Leia-se:

Período de Recebimento do Requerimento, Documentação e Proposta Técnica: a partir do **dia 23 de abril de 2024 a dia 06 de junho de 2024** – Primeira Etapa, nos termos da Portaria MCID n.º 340/2024 do Ministério de Estado das Cidades.

Mantendo-se inalteradas as demais informações da publicação original do aviso de credenciamento.

Estância Turística de Salto/SP, 25 de abril de 2024.

Zuleide B. Candido - Agente de Contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

(Lei nº 14.133/2021 – art. 54)

- AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA -

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

DATA DA REALIZAÇÃO: 15 de maio de 2024, às 09h.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua e com a dedicação exclusiva de mão de obra, de serviços de apoio administrativo (limpeza e copeiragem), nos termos do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2024. **TIPO:** Menor preço, com critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL do Grupo de itens ofertados. **LEGISLAÇÃO:** Este certame será regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 5.423/2023, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2015, Lei Municipal nº 72/2009 e alterações, Decreto nº 11.246/2022, IN O5/2017 (Terceirização) , IN 77/2022 SEGS, IN 03/2018 SICAF, SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, e Portaria nº 04, de 20 de janeiro de 2023, da Câmara Municipal de Fernandópolis, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado. O Edital completo e demais informações encontram-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, além de estar à disposição dos interessados na sede da Câmara Municipal de Fernandópolis ("Palácio 22 de Maio – Prefeito Edison Rolim"), localizada na Rua Espírito Santo, nº 320, bairro Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, bem como em área própria no sítio eletrônico oficial deste Poder Legislativo (www.camarafernandopolis.sp.gov.br).

Fernandópolis – SP, 25 de abril de 2024.

- JOÃO PEDRO DA SILVA SIQUEIRA -

Presidente da Câmara Municipal de Fernandópolis/SP

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA

RUA FRANCISCO FERREIRA LEÃO, 90 – VILA LEÃO – SOROCABA/SP

TELEFONE 3222-5783

EDITAL

EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO À CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DA DATA BASE – SENAC ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR 2024

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA, cuja base territorial abrange as cidades de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaoca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquarituba, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, faz saber aos que possam se interessar que o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que assinou a nova Convenção Coletiva (Senac - Ensino Médio e Senac - Ensino Superior) da categoria. Conforme deliberado em assembleia realizada no dia 06 de abril de 2024, às 09 horas e 30 minutos. E, para cumprimento do decidido no julgamento do ARE 1018459 (Tema 935 da Repercussão Geral), para o não associado que pretender exercer o seu direito de oposição ao pagamento da Contribuição Assistencial, relativa à data base de 2024, terá que fazê-lo no período de 02 de maio de 2024 a 31 de maio de 2024.

Para isso, deverá fazê-lo obrigatoriamente através de carta escrita em 02 (duas) vias idênticas, uma para ser entregue ao Sindicato, pessoalmente, ou por meio de carta registrada a ser encaminhada ao Sindicato profissional (Rua Francisco Ferreira Leão, nº 90, Bairro Vila Leão, Sorocaba/SP), de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00, e a outra para ser protocolada junto ao seu empregador, ressaltando o cumprimento total à Lei Geral de Proteção de Dados Lei nº 13.709/2018.

Sorocaba, 25 de abril de 2024.

MARA KITAMURA

Diretor-Presidente

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO

Chamamento – Súmula – Pregão Eletrônico nº 11/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO/SP.

ABERTURA/SESSÃO: 09/05/2024 às 08:30h.

O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://186.233.125.85:8079/comprasedital/, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Barão do Rio Branco, 220, centro, ou solicitar pelo e-mail: licitacaosantoanastacio@gmail.com. Informações pelo tel. (18) 3263-9425.

Santo Anastácio, 25 de abril de 2024.

JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º 03/2024 – PROCESSO N.º 27/2024

OBJETO: Contratação de empresa para reforma e ampliação da Escola JUSCELINO KUBITSCHEK, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, Projeto Básico e ETP. A Prefeitura de Araçariguama, por meio do Departamento de Licitações torna público que está aberto o processo licitatório acima mencionado. Sessão Pública: 15/05/2024 às 09h, endereço: www.novobbmnet.com.br. O edital em seu inteiro teor estará à disposição a partir do dia 30/04/2024, das 09h às 16h30 no endereço Rua São João, n.º 228 – Centro - Araçariguama - SP, no endereço eletrônico acima mencionado e também no site da Prefeitura www.aracariguama.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA-SP

A Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia comunica a todos os interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras e Licitações o(s) seguinte(s) processo(s): **PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2024 (MODO DE DISPUTA ABERTA) – Objeto: Registro de Preços visando à Aquisição de Materiais de Escritório e Papelaria para uso da Secretaria Municipal de Saúde, com entregas parceladas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo III deste edital (Lei n° 14.133/21 – Nova Lei de Licitações).** Envio das Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **03/05/2024 às 09h00;** Abertura de Propostas iniciais: **17/05/2024 às 09h00;** Início do Pregão (fase competitiva): **17/05/2024 às 09h30; ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.bnc.org.br. **O EDITAL** se encontrará disponível de: **03/05/2024** a **16/05/2024** para consulta e retirada nos endereços eletrônicos http://www.aguasdelindoia.sp.gov.br e www.bnc.org.br. Disponibilização: Secretaria de Administração, Departamento de Compras e Licitação, sito a Rua Profª Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia - SP, mediante o recolhimento de R$ 15,00 (Quinze Reais) ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal www.aguasdelindoia.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (19) 3924-9344, no horário comercial, exceto aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. As datas acima referem-se aos dias úteis e em que haja expediente na Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia, quer seja, excluindo-se os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos – **José Rafael Godoi de Souza – Secretário Municipal de Administração.**

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL - SP**, Torna Público estar realizando licitação sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, registrada sob nº 10/2024, do tipo Menor Preço por Lote, no modo de disputa ABERTO, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de Playgrounds para as Escolas Públicas Municipais da Educação e para os Equipamentos Turísticos sendo as Praças Municipais e Parques do município nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais Anexos deste instrumento. **CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS.CADASTRAR PROPOSTAS E ANEXAR DOCUMENTOS NA PLATAFORMA:** A partir das 09h00 do dia 26/04/2024 até às 09h00 do dia 13/05/2024. **ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS:** A partir das: 09h01 até às 09h15, do dia 13/05/2024. **INÍCIO PREGÃO (Fase Competitiva):** A partir das 09:16min, do dia 13/05/2024, por decisão da Pregoeira. **TEMPO DE DISPUTA:** Mínimo de 10 (dez) minutos. Se algum lance tiver sido oferecido nos últimos 2 (dois) minutos, o tempo é prorrogado por outros 2 (dois) minutos e assim sucessivamente. **LOCAL**: Na Plataforma Eletrônica no site: www.bllcompras.org.br, pela internet, preferencialmente pelo navegador Internet Explorer. Para todas as referências de tempo será observado o horário Oficial de Brasília (DF).As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto a Seção de Licitações da Prefeitura do Município de Santa Fé do Sul - SP, sito na Avenida Conselheiro Antônio Prado, nº 1.616, Centro, nesta, ou encaminhado por meio do e-mail: licita@santafedosul.sp.gov.br, ou pelo telefone (17) 3631-9500, no horário normal do expediente. O edital de convocação, que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.santafedosul.sp.gov.br.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul - SP, aos 25 de abril de 2024.

EVANDRO FARIAS MURA - PREFEITO

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA

RUA FRANCISCO FERREIRA LEÃO, 90 – VILA LEÃO – SOROCABA/SP

TELEFONE 3222-5783

EDITAL

EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO À CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DA DATA BASE – SESI-SP / SENAI-SP 2024

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SOROCABA, cuja base territorial abrange as cidades de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaoca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquarituba, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, faz saber aos que possam se interessar que o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que assinou a nova Convenção Coletiva SESI-SP e SENAI-SP da categoria. Conforme deliberado em assembleia realizada no dia 06 de abril de 2024, às 09 horas. E, para cumprimento do decidido no julgamento do ARE 1018459 (Tema 935 da Repercussão Geral), para o não associado que pretender exercer o seu direito de oposição ao pagamento da Contribuição Assistencial, relativa à data base de 2024, terá que fazê-lo no período de 02 de maio de 2024 a 24 de maio de 2024.

Para isso, deverá fazê-lo obrigatoriamente através de carta escrita em 02 (duas) vias idênticas, uma para ser entregue ao Sindicato, pessoalmente, ou por meio de carta registrada a ser encaminhada ao Sindicato profissional (Rua Francisco Ferreira Leão, nº 90, Bairro Vila Leão, Sorocaba/SP), de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00, e a outra para ser protocolada junto ao seu empregador, ressaltando o cumprimento total à Lei Geral de Proteção de Dados Lei nº 13.709/2018.

Sorocaba, 25 de abril de 2024.

MARA KITAMURA

Diretor-Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 015/2024

EDITAL N. 028/2024

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE RIO CLARO.

A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 09.05.2023 a partir das 09h00min. EDITAL disponível a partir de 25.04.2024 através dos sites: **www.comprasbr.com.br e licitacao.rioclaro.sp.gov.br;**

VALÉRIA APARECIDA VIEIRA VELIS - Secretária Municipal de Educação.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 016/2024

EDITAL N. 029/2024

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS PARADIDÁTICOS, IMPRESSOS DE DIVERSAS EDITORAS, SEPARADOS POR TÍTULOS, FAIXAS ETÁRIAS E NÍVEIS DE ENSINO.

A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 09.05.2023 a partir das 14h00min. EDITAL disponível a partir de 25.04.2024 através dos sites: **www.comprasbr.com.br e licitacao.rioclaro.sp.gov.br;**

VALÉRIA APARECIDA VIEIRA VELIS -Secretária Municipal de Educação.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 017/2024

EDITAL N. 030/2024

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ESTOCÁVEIS (FEIJÃO CARIOCA, BISCOITO DOCE SEM RECHEIO) PARA PREPARO DAS REFEIÇÕES QUE SERÃO FORNECIDAS DIARIAMENTE PARA AS CRIANÇAS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO.

A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 09.05.2023 a partir das 09h00min. EDITAL disponível a partir de 26.04.2024 através dos sites: **www.comprasbr.com.br e licitacao.rioclaro.sp.gov.br;**

IRINEU SENTINELLA NETO - Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.

FTA Desenvolvimento Imobiliário S.A.

CNPJ 51.884.799/0001-67

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

Balanços Patrimoniais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo				
Circulante	**88.158**	**72.336**	**114.344**	**132.613**
Caixa e equivalentes de caixa	18.844	25.451	19.013	25.657
Clientes	2.187	2.848	63.688	75.501
Lucros a receber	59.922	36.602	–	–
Outros créditos	134	176	266	1.068
Estoques	7.061	7.242	28.938	27.085
Despesas pagas antecipadamente	9	16	2.440	3.301
Não circulante	**29.127**	**27.511**	**186.266**	**199.712**
Realizável a longo prazo	10.012	9.372	177.832	192.255
Investimentos	10.682	10.686	–	4
Imobilizado	7.995	7.010	7.995	7.010
Intangível	439	443	439	443
Total do ativo	**117.285**	**99.847**	**300.610**	**332.325**

Demonstrações de Resultado	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de Vendas de Imóveis	956	1.738	124.964	69.690
Deduções da receita - impostos incidentes e devoluções	(35)	(474)	(23.547)	(30.749)
Receita Líquida	921	1.264	101.417	38.941
Custos	(339)	(202)	(13.229)	(5.601)
Lucro bruto	582	1.062	88.188	33.340
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais	(197)	(119)	(5.926)	(2.458)
Administrativas e gerais	(6.473)	(5.753)	(8.515)	(6.669)
Despesas financeiras	(200)	(57)	(204)	(62)
Receitas financeiras	3.081	2.872	3.085	2.872
Outras receitas (despesas) operacionais	(125)	(195)	(125)	(195)
Lucro/Prejuízo operacional antes das participações societárias	**(3.334)**	**(2.190)**	**76.502**	**26.828**
Resultado de participações societárias	26.830	12.236	–	–
Lucro/prejuízo antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	23.497	10.047	76.502	26.828
IR e CS - corrente	(1.350)	(807)	(4.455)	(1.884)
IR e CS - diferido	21	1	121	1
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	**22.168**	**9.240**	**72.168**	**24.946**
Atribuível a: Acionistas da companhia	22.168	9.240	22.168	9.240
Participação dos não controladores	–	–	50.000	15.706
	22.168	9.240	72.168	24.946
Lucro por ação	6,1577	2,5667		

Balanços Patrimoniais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo				
Circulante	1.287	1.192	96.018	111.560
Fornecedores	430	209	1.504	521
Contas a pagar a proprietários dos imóveis e parceiros	11	13	13	106
Contas a pagar	–	–	1.161	68
Empréstimos e financiamentos	228	510	315	1.260
Obrigações tributárias	108	121	935	1.604
Obrigações trabalhistas	510	340	518	347
Lucros a distribuir	–	–	80.870	95.037
Custo Orçado Empreendimentos	–	–	10.702	12.618
Passivo não circulante	75.350	61.770	133.440	153.376
Empréstimos e financiamentos	–	109	25.000	25.109
Contas a pagar	75.193	61.457	24.263	24.263
Impostos diferidos	157	204	10.603	10.868
Resultado Diferido	–	–	73.573	93.136
Patrimônio líquido	40.648	36.884	71.152	67.389
Capital social	3.600	3.600	3.600	3.600
Participações de não controladores	–	–	30.504	30.504
Reservas de capital	4	4	4	4
Ajuste de avaliação patrimonial	3.591	3.666	3.591	3.666
Reservas de lucros	33.453	29.614	33.453	29.614
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**117.285**	**99.847**	**300.610**	**332.325**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atividades operacionais				
Lucro líquido antes do IR e da CS	23.497	10.047	76.502	26.828
Ajustes: Depreciações e amortizações	842	814	842	814
Ajuste avaliação patrimonial	(75)	122	(75)	122
Ajuste a valor presente	4	(42)	(6.141)	3.975
Juros sobre empréstimos	156	–	156	–
Impostos diferidos	(47)	(2)	(19.562)	93.136
Lucros de não controladores	–	–	(50.000)	(15.706)
Baixa de ativos permanentes	73	277	73	277
Redução/aumento nos ativos operacionais				
Créditos com promitentes compradores	693	69	32.377	(67.485)
Lucros a receber	(23.319)	(7.048)	–	–
Outros créditos	42	640	803	1.469
Estoques	181	(26)	(1.853)	(3.932)
Despesas pagas antecipadamente	6	(10)	861	(3.295)
Depósitos judiciais	–	–	–	–
Redução/aumento nos passivos operacionais				
Fornecedores	221	(41)	983	142
Contas a pagar a proprietários de imóveis e parceiros	(2)	71	(93)	156
Contas a pagar - investimentos	13.736	10.652	1.094	(632)
Obrigações tributárias	(13)	(11)	(669)	836
Obrigações trabalhistas	171	70	171	73
Custo orçado empreendimentos	–	–	(14.167)	(27.300)
Lucros a distribuir	–	–	(1.916)	12.618
Resultado diferido	–	–	(265)	(2.843)
Participação de não controladores	–	–	–	–
Caixa provenientes das operações	**16.164**	**15.582**	**19.121**	**19.253**
IR e CS sobre o lucro líquido	(1.329)	(807)	(4.334)	(1.883)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	**14.835**	**14.775**	**14.787**	**17.370**
Atividades de investimentos				
Compras de imobilizado	(1.896)	(1.786)	(1.896)	(1.786)
Aquisição de investimento	4	(4)	4	(4)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	**(1.891)**	**(1.790)**	**(1.891)**	**(1.790)**
Financiamentos e empréstimos	(547)	(588)	(1.210)	(1.031)
Empréstimos a sócios e/ou controladas	(675)	1.960	–	–
Pagamento de dividendos aos acionistas	(18.329)	(14.483)	(18.329)	(14.483)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	**(19.551)**	**(13.111)**	**(19.539)**	**(15.514)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**(6.607)**	**(126)**	**(6.644)**	**66**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.451	25.578	25.657	25.591
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.844	25.451	19.013	25.657
Variação das contas de caixa e equivalentes	**(6.607)**	**(126)**	**(6.644)**	**66**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Lucros a Disposição da Diretoria	Reserva de Lucros: Lucros a Disposição da A.G.O.	Outros resultados Abrangentes: Ajustes de Avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Controladora: Patrimônio líquido do controlador	Consolidado: Patrimônio de não controladores	Consolidado: Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31/12/2021	3.600	4	720	25.483	8.654	3.545	–	42.005	30.504	72.510
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucros a disposição da Diretoria	–	–	–	8.654	(8.654)	–	–	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	(14.483)	–	–	–	(14.483)	–	(14.483)
Ajuste Avaliação Patrimonial	–	–	–	–	–	122	–	122	–	122
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	9.240	9.240	–	9.240
Lucros a disposição da A.G.O.	–	–	–	–	9.240	–	(9.240)	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	3.600	4	720	19.654	9.240	3.666	–	36.884	30.504	67.389
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucros a disposição da Diretoria	–	–	–	9.240	(9.240)	–	–	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	(18.329)	–	–	–	(18.329)	–	(18.329)
Ajuste Avaliação Patrimonial	–	–	–	–	–	(75)	–	(75)	–	(75)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	22.168	22.168	–	22.168
Lucros a disposição da A.G.O.	–	–	–	–	22.168	–	(22.168)	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	3.600	4	720	10.565	22.168	3.591	–	40.648	30.504	71.152

As demonstrações financeiras completas com as notas explicativas estão disponíveis no endereço: https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/

Carlos Augusto Sante Abramides Testa - Diretor

Rogério Augusto Capello - Contador - CRC 1SP228030/O-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO DO INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS–VER, CNPJ Nº 08.541.766/0001-95- Pela presente, na forma dos artigos 16, 17, 18, 19, 20 e 21 do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO DO VOLUNTARIADO DO INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS – V.E.R., ficam convocados os Senhores Associados da Associação do Voluntariado, a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 14 de maio de 2024, às 19:00 horas, com a presença da maioria absoluta dos associados presentes em primeira convocação, e, decorridos trinta minutos, com qualquer número, sendo que, as deliberações serão tomadas por maioria simples dos associados presentes online. A AGO será realizada online, através da Plataforma Google Meet, sendo o link da mesma enviado por e-mail a todos com a devida antecedência, para deliberarem quanto a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Aprovação da proposta da programação anual do VER do exercício de 2023; 2) Apresentação do relatório anual das atividades realizadas no exercício de 2023; 3) Discussão e homologação das contas e do balanço anual do exercício de 2023, analisadas pelo Conselho Fiscal; 4) Apresentação do relatório anual das atividades do exercício de 2024; 5) Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do V.E.R.. São Paulo, 26 de abril de 2024. Dra. Glória Lelice Brandão Figueiredo Brunetti- Diretora Presidente da Associação do Voluntariado do Instituto de Infectologia Emílio Ribas – V.E.R.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 - Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza em prédios escolares do Município de Itápolis/SP, área interna e externa (quintal, calçada, quadra, pátio, jardim entre outros), mobiliário e equipamentos escolares, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14 de maio de 2024 às 8 horas e 30 minutos no site http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através dos sites www.itapolis.sp.gov.br, http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096 e no Portal Nacional de Contratações Públicas. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade CONCORRÊNCIA 010/2024 – PA 51.912/2023 – RECURSOS FEDERAIS – Contratação de empresa especializada para **contratação de empresa especializada para RECAPEAMENTO E RECONSTRUÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO DA CAPUTERA – COTIA. Abertura dia 14/05/2024 às 10:00 horas**, na plataforma da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. O edital estará à disposição a partir de **29/04/2024** através dos sites da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br e da BLL: www.bll.org.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131. RONALDO LUIS PINTO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade CONCORRÊNCIA 012/2024 – PA 52.917/2023 – RECURSOS FEDERAIS – Contratação de empresa especializada para **contratação de empresa especializada para RECAPEAMENTO E RECONSTRUÇÃO ASFÁLTICA DE RUAS DO BAIRRO RECANTO VERDE – COTIA. Abertura dia 14/05/2024 às 16:00 horas**, na plataforma da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. O edital estará à disposição a partir de **29/04/2024** através dos sites da Prefeitura Municipal de Cotia: www.cotia.sp.gov.br e da BLL: www.bll.org.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (11) 4616-4846, ramal 2131. RONALDO LUIS PINTO.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS E REGIÃO
ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

A Presidente do Sindicato dos Professores de Campinas e Região –, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.108.239/0001-80 entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 11.027.422.89444-8, com sede à Avenida Professora Ana Maria Silvestre Adade, 100 – Pq. das Universidades, município de Campinas – São Paulo, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores que lecionam no Ensino Médio do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, sindicalizados ou não, da base territorial dos municípios de Campinas, Limeira e Piracicaba, para a Assembleia Geral Remota que se realizará no dia 29 de abril de 2024,h às 18h30, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 19h00, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota zoom.us, através do link de acesso: https://us02web.zoom.us/j/87540396127?pwd=eG1CSCt2ZEY2aDFuakNmVC9uT3FBdz09. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidos no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Contraproposta patronal referente ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2024/2025.
b) Cobrança da contribuição assistencial.

Campinas, 24 de abril de 2024.
Conceição Aparecida Fornasari
Presidente do Sindicato dos Professores de Campinas e Região

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024
PROCESSO Nº 1794/2024 – TIPO: Menor Valor por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna pública e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 050/2024.** Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos faltantes para o perfeito e total funcionamento do monitoramento das unidades pertencentes a Secretaria de Educação, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **10 de maio de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antonio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antonio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 26 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antonio de Posse, 25 de abril de 2024.
Felipe Silva de Aguiar - Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

CNPJ nº 46.612.032/0001-49
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024
PROCESSO Nº 016/2024 - D.A. – D.C.L.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor da família rural para a merenda escolar - Seção Técnica de Nutrição e Dietética - Departamento de Educação.

A **Secretaria da Educação do Município de Mirassol**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 alterada pela Lei Federal nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, decide:

Por **RETIFICAR** o **item 10** do Edital da **Chamada Pública nº 002/2024 – Processo nº 016/2024 – D.A.-D.C.L.** na seguinte conformidade:

"10 – DO CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

10.1. Para a seleção dos projetos de venda serão utilizadas as regras que se acham dispostas no artigo 35 da Resolução FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020 e Lei Federal nº 11.947/2009 com alterações". **(NR)**

Todas as demais cláusulas e condições do Edital e seus Anexos, permanecem inalteradas.

INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E TERMO DE RETIFICAÇÃO: Diretamente no site www.mirassol.sp.gov.br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 25 de abril de 2024.
Prof.ª Dr.ª Luzia de Fátima Paula
Secretária da Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA/SP

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2024

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCÊS – SECRETARIA DE GOVERNO, SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL E SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. Em conformidade com a Lei nº14.133/2021. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.http://comprasbr.com.br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/04/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2024 às 09h30min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site: www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 29/04/2024. Itapetininga, 25 de abril de 2024. Rubens Flora Neto – Departamento de Licitação.

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 046/2024

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE TREINAMENTO DE SOFTWARES PARA APLICABILIDADE DO CONCEITO BIM À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) – CONTRATO. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.http://comprasbr.com.br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/04/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/05/2024 às 14h00min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site: www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 29/04/2024. Itapetininga, 25 de abril de 2024. Rubens Flora Neto – Departamento de Licitação.

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2024

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS – SECRETARIA DE OBRAS - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP). ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.http://comprasbr.com.br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/04/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/05/2024 às 09h30min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site: www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 29/04/2024. Itapetininga, 25 de abril de 2024. Rubens Flora Neto – Departamento de Licitação.

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2024

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO (GIROFLEX) PARA DUAS VIATURAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL ATRAVÉS DE EMENDA FEDERAL Nº 903/2022, SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) - CONTRATO. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.http://comprasbr.com.br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 02/05/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/05/2024 às 09h30min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site: www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 02/05/2024. Itapetininga, 25 de abril de 2024. Rubens Flora Neto – Departamento de Licitação.

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 048/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SHOWS COM PERSONAGENS VIVOS PARA ANIMAÇÃO DE EVENTOS VOLTADOS AO PÚBLICO INFANTIL – SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO - COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº14.133/2021. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.http://comprasbr.com.br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/04/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/05/2024 às 09h30min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site: www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 29/04/2024. Itapetininga, 25 de abril de 2024. Rubens Flora Neto – Departamento de Licitação.

EDITAL RETIFICADO COM NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2024

ABERTURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MOTORES + CABEÇOTES VEÍCULOS COBALT 1.8 PARA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO DE OUTRAS SECRETARIAS E SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA, DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES. SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - COM APLICAÇÃO DAS COTAS ABERTAS E RESERVADAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 48, INCISO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.http://comprasbr.com.br. DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/04/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/05/2024 às 09h00min. A íntegra do edital ficará disponível aos interessados no site: www.itapetininga.sp.gov.br/licitacao no ícone Pregão Eletrônico e no site: www.http://comprasbr.com.br a partir do dia 29/04/2024. Itapetininga, 25 de abril de 2024. Rubens Flora Neto – Departamento de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACONDE

AVISO DE LICITAÇÃO **Pregão Eletrônico n.º 006/2024** Procedimento Licitatório n.º 0050/2024 A Prefeitura Municipal de Caconde, Estado de São Paulo, através do Prefeito Municipal, torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando licitação, na modalidade Pregão Eletrônico para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM DIAGNÓSTICOS LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA ATENDER O MUNICÍPIOS DE CACONDE, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos nos sites, na página eletrônica www.caconde.sp.gov.br, e www.bll.org.br. Maiores informações estarão disponíveis o telefone (19) 3662-7199. A sessão pública de abertura, análise e julgamento da presente licitação ocorrerá dia 14 (quatorze) de maio de 2024, às 09h00, onde as propostas serão recebidas, analisadas e julgadas no prazo legal. João Filipe Muniz Basilli - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 031/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90030/2024 OBJETO: Aquisição de diversos hortifrutis, para uso no preparo da merenda escolar. A realização da sessão será no dia 10 de maio de 2024, às 8:30 horas, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

EDITAL Nº 032/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90031/2024 OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para a confecção, conserto e o fornecimento de próteses dentárias totais e parciais. A realização da sessão será no dia 14 de maio de 2024, às 8:30 horas, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.

Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.gov.br/compras/pt-br. Barra Bonita, 25 de abril de 2024. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024
PROCESSO Nº 1800/2024 – TIPO: Menor Valor por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna pública e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 054/2024.** Objeto: **Registro de Preços, aspirando aquisição de insumos hospitalares da lista II e insumos hospitalares desertos e fracassados da lista I, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.** A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **13 de maio de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antonio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antonio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 26 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antonio de Posse, 25 de abril de 2024.
Paulo José Rodrigues de Souza - Secretário Municipal de Saúde

SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS E REGIÃO
ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

A Presidente do Sindicato dos Professores de Campinas e Região –, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.108.239/0001-80 entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 11.027.422.89444-8, com sede à Avenida Professora Ana Maria Silvestre Adade, 100 – Pq. das Universidades, município de Campinas – São Paulo, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras e todos os Professores que lecionam no Ensino Superior (Centro Universitário) do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, sindicalizados ou não, da base territorial do município de Campinas, para a Assembleia Geral Remota que se realizará no dia 29 de abril de 2024, às 16h30, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 17h00, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores e trabalhadoras presentes, por meio da plataforma remota zoom.us, através do link de acesso: https://us02web.zoom.us/j/87542039812?pwd=eG1CSCt2ZEY2aDFuakNmVC9uT3FBdz09. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidos no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Contraproposta patronal referente ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2024/2025.
b) Cobrança da contribuição assistencial.

Campinas, 26 de abril de 2024.
Conceição Aparecida Fornasari
Presidente do Sindicato dos Professores de Campinas e Região

Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto e Região – Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária Virtual - O Presidente do Sindicato dos Professores e Auxiliares de Administração Escolar de Ribeirão Preto e Região, inscrito no CNPJ 56.891.377/0001-32, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº 54, Ribeirão Preto - SP, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todos os Professores e Auxiliares de Administração Escolar da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante, Educação Especial, Cursos Supletivos, Educação de Jovens e Adultos e Cursos Preparatórios para Vestibulares da rede privada de ensino, na base territorial dos municípios de Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Ituverava, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Morro Agudo, Orlândia, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sales Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho, sindicalizados ou não, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária Virtual** que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 18:30 horas, em primeira convocação com quórum estatutário, ou às 19:00 horas em segunda convocação com qualquer número de trabalhadores presentes, por meio de plataforma virtual pelo link **https://teams.live.com/meet/9343814165390?p=8lekncyCLvRfNCnt.** A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A) Análise de eventual contraproposta patronal; B) Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta e; C) Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo. Ribeirão Preto, 25 de abril de 2024. **Prof. Antonio Dias de Novaes.** Presidente do Sindicato.

= Leilão de Alienação Fiduciária =

1 Leilão: (Oito de maio de dois mil e vinte e quatro às dez horas); 2 Leilão (Treze de maio de dois mil e vinte e quatro às dez horas) - Horários de Brasília.

JONAS COIMBRA, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1228, com escritório na Rua Marechal Bittencourt nº-1089-F, Vila Nova, Jau/SP CEP 17202-160 **FAZ SABER** a todos quando o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver que levará a **PUBLICO LEILÃO**, de modo online, nos termos da Lei 9.514/97, art. º27 e parágrafos, autorizado pelo **credor fiduciário** RESERVA CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ 08.733.303/0001-25, nos termos do instrumento particular firmado em 13/09/2017 com os devedores fiduciantes **MATHEUS HENRIQUE MINHARO, CPF 356.067.608-86, RG 41.316.120-1 SSP/SP** e sua Conjugê **FABIANA GOMES LOPES MINHARO, CPF 398.683.668-36, RG 46.668.927 SSP-SP,** residentes e domiciliados na cidade de Piracicaba/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO** dia 08/05/2024 ás 10:00 hs com lance mínimo igual ou superior **R$ 91.200,00 (Noventa e um mil, e duzentos reais)** - atualizando conforme disposição contratual, **UM LOTE DE TERRENO**, de nº 42, quadra 4 (atual AVENIDA MANOEL CONCEIÇÃO), com área total de 200 M², melhor descrito na matricula de n 114.124 do Segundo Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Piracicaba/SP. Cadastro Municipal 01.25.0296.0367.0000, desocupado e sem benfeitoria , Venda em caracter ad corpus e no estado de conservação que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** dia 13/05/2024 ás 10:00 hs com lance mínimo igual ou superior **R$ 312.952,98 (Trezentos e doze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos)** nos termos do art.º27 §2 da Lei 9.514/97). Os interessados em participar deverão se **cadastrar na loja Coimbra Leilões** (www.coimbraleiloes.com.br), se habilitar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas de inicio do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NA LOJA COIMBRA LEILOES. Informações: 14-3418-5420/contato@coimbraleiloes.com.br

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO – NOS TERMOS DA LEI 9.514-97. **Credor Fiduciário: Unifisa – Administradora Nacional De Consórcios Ltda**, CNPJ 60.732.997/0001-04. **Devedor Fiduciante: Squillo – Indústria E Comércio Ltda**, CNPJ 78.903.309/0001-89, e Fiadores: **JOÃO ESQUILINO FILHO**, CPF/MF 174.877.149-34 e **LUCY KISLAK ESQUILINO**, CPF/MF 581.387.909-97. O **Sr. LEONARDO VIEIRA AMARAL**, Leiloeiro Oficial, devidamente inscrito na JUCESP sob nº 1010, neste ato, autorizado pelo Credor Fiduciário, FAZ SABER que levará a público leilão de modo on-line pelo website hospedado em https://www.leilaonet.com.br, nos termos da Lei nº 9.514/97, o seguinte **BEM**: O IMÓVEL, terreno e suas edificações, matriculado sob nº 26.712 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Apucarana – PR, Condomínio construído sobre o Lote de terras nº 01-A/REM (um-A/REM), da Quadra nº 01 (um), situado no Loteamento Jardim Paineiras I. Contribuinte Municipal nº 114.023.0046.002. **Imóvel ocupado, desocupação por conta do arrematante.** Consolidação da Propriedade em Av. 17/26.712, 19 de dezembro de 2023. **DATAS: 1º leilão:** início 16/05/24 às 15:00h – encerramento **23/05/24 às 15:00h, Lance: R$ 335.114,18*;** 2º leilão: início 23/05/24 às 15:01h – encerramento **06/06/24 às 15:00h, Lance: R$ 227.233,53**;** 3º **leilão/repasse**: início 06/06/24 às 15:01 – encerramento **06/06/24 às 16:00h, Lance: R$ 167.557,09** (*horários de Brasília / *se houver)**. **PARTICIPAÇÃO:** O envio de lances será exclusivamente *on-line* e se dará através do site do leiloeiro, os interessados deverão se cadastrar em www.leilaonet.com.br e se habilitar em até 24 horas antes do início do leilão. Edital completo no site www.leilaonet.com.br, demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32. **PAGAMENTO:** O arrematante deverá efetuar o pagamento integral do preço do imóvel arrematado, à vista, por meio de boleto bancário, no prazo de 24h do encerramento do leilão. A título de comissão, pagará em igual prazo, à vista, o valor de 5% sobre o lance ofertado, a ser depositada diretamente na conta corrente bancária indicada pelo Leiloeiro. **LOCAL DE REALIZAÇÃO**: Rua: Dona Maria Paula nº 122, 5º andar, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP. **INFORMAÇÕES:** fone (11) 96100-8910 / e-mail contato@leilaonet.com.br.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E EDUCAÇÃO DE RIO CLARO E REGIÕES - SINTEEE-RC E REGIÕES
ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Educação de Rio Claro e Regiões - SINTEEE-RC e Regiões, inscrito no CNPJ sob o nº 55.360.846/0001-24, com sede à Avenida 2, 453, Centro, Rio Claro/SP, CEP: 13.500-410, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as Professoras, Professores e Auxiliares de Administração Escolar da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante, Educação Especial, Cursos Supletivos, Educação de Jovens e Adultos, Cursos Preparatórios para Vestibulares da rede privada de ensino, sindicalizados ou não, nos municípios de Batatais, Brotas, Charqueada, Cordeirópolis, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, para a Assembleia Geral Remota que se realizará no dia 30 de abril de 2024, às 15h00min, em primeira convocação ou às 16h00min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso será encaminhado aos Professores, Professoras e Auxiliares de Administração Escolar mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador(a)/Docente em estabelecimento da Educação Básica da rede privada de ensino, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZMocO-uqj0iEtSxGdNwd9tJ-Pjv8f3zmvAg impreterivelmente até às 14h00min da data de realização, acima referida. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise de eventual contraproposta patronal;
B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Rio Claro, 26 de abril de 2024.
Juliana Silva Sampaio de Lima
Presidente

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 06/05/2024 às 14h **2º Leilão: dia 15/05/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10175790105, firmado em 06/07/2022, no qual figura como Fiduciante **RUI CICERO BONDEZAN**, brasileiro, empresário, solteiro, CNH nº 02426614667- DETRAN/SP, CPF/MF nº 249.279.278-14, residente e domiciliado em Embu das Artes/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 06 de maio de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 469.845,45 (Quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **TERRENO situado na Rua Ouro Preto, constituído pelo lote 17-A, da quadra 19, do JARDIM SANTO EDUARDO, em zona urbana, neste município e comarca de Embu das Artes, que assim se descreve: mede 5,00m de frente para a Rua Ouro Preto; 25,00m da frente aos fundos do lado direito de quem da rua olha para o imóvel, onde confronta com Jaroslav Rambousek e outros; 25,00m do lado esquerdo, onde confronta com o lote 17-B; e 5,00m nos fundos, confrontando com Jaroslav Rambousek e outros, encerrando a área de 125,00 m²; imóvel localizado a 45,00m da Viela Onze, lado esquerdo de quem desta viela se dirige ao imóvel da Rua Ouro Preto. No terreno foi construído um PRÉDIO RESIDENCIAL com área construída de 200,30 m², que recebeu o nº 361 da Rua Ouro Preto. Matrícula nº 16.844 do Registro de Imóveis de Embu das Artes/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 15 de maio de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 539.878,28 (Quinhentos e trinta e nove mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANÁPOLIS

Aviso de licitação

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 003/2024 PROCESSO 027/2024 "Menor Preço Global sob o regime de **Empreitada por Preço Unitário",** OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Execução de Obras de Engenharia em especial na Cobertura da Rua São João – objeto da Matrícula nº 1.248, situado no entorno da Praça Salvador Ferreira s/nº – Centro, em cumprimento ao Setor de Obras e Infraestrutura Urbana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Data de início para envio da proposta eletrônica a partir de 29/04/2024 - Data e hora da abertura da sessão 17/05/2024** as **08h30min**. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados, no site https://www.suzanapolis.sp.gov.br e na plataforma eletrônica: http://45.180.40.151:8079/comprasedital/. Mais Informações e/ou esclarecimentos pessoalmente através do endereço Av. Prefeito Antônio Alcino Vidotti, 456, e-mail: licitacoes@suzanapolis.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3706-9000, das 07h às 11h e das 13h as 17h, de Segunda as Sextas-Feiras. Suzanápolis/SP, 25 de Abril de 2024. **JOSÉ LUIZ GAVA - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Processo Licitatório nº. 020/2024 **Pregão Eletrônico nº. 008/2024** Objeto: Contratação de empresa para locação de sistema de sonorização, iluminação, painéis de led, gradil, fechamento em chapas divisórias de alumínio, palco, camarins, tenda tipo pirâmides, conjunto de mesas e cadeiras plásticas, gerador, sanitários modelo standart, seguranças e brigadistas, para a realização da 9ª Festa de Rua da Comunidade, também conhecida por Arraiá de Fernão, para os dias 7 e 8 de junho de 2024. O Edital estará à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no site da Prefeitura Municipal: www.fernao.sp.gov.br, no Portal de compras : http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/comprasedital/, ou ainda no prédio do Paço Municipal, sito na Rua José Bonifácio, nº. 106, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min. A sessão pública de processamento terá inicio às 13h30min do dia 13/05/2024 no Portal de Compras http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/, podendo ser acessada por qualquer meio eletrônico com acesso a internet. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (14) 3273 1016/3273 1038/99624 9011 e por via do e-mail compras@fernao.sp.gov.br.

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" – O **HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS", AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL Chamamento Público nº 01/HMTR/2023, Proc. Adm. nº 000775/2023.** Objeto: Seleção de Entidade Privada, sem fins lucrativos, qualificada como organização social perante o Município de Mogi Guaçu/SP, para celebração de Contrato de Gestão visando à operacionalização e execução de ações e serviços de saúde em caráter complementar no âmbito deste Hospital e de unidades por ele gerenciadas: UPA SANTA MARTA; UPA ZONA NORTE e CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - CEM, de acordo com as especificações inseridas no Termo de Referência, com abertura as 09h00min do dia **28 de maio de 2024**. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através do site www.mogiguacu.sp.gov.br.
Mogi Guaçu,25 de abril de 2024.Kelly Cristina Camilotti Cavalheiro. Superintendente Interina.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANÁPOLIS

Aviso de licitação

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 002/2024 PROCESSO 026/2024 "Menor Preço Global sob o regime de **Empreitada por Preço Unitário",** OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia em especial na **REFORMA E REMODELAÇÃO DO CENTRO E LAZER – MATRÍCULA Nº 11.861**, situado na **AVENIDA PREFEITO ANTONIO ALCINO VIDOTTI S/Nº – CENTRO**, nesta cidade de Suzanápolis/SP, em cumprimento do **TERMO DE CONVÊNIO Nº 103476/2023** firmado entre a **SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS e o MUNICÍPIO DE SUZANÁPOLIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Data de início para envio da proposta eletrônica a partir de 29/04/2024 - Data e hora da abertura da sessão 15/05/2024** as **08h30min**. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados, no site https://www.suzanapolis.sp.gov.br e na plataforma eletrônica: https://45.180.40.151:8079/comprasedital/. Mais Informações e/ou esclarecimentos pessoalmente através do endereço Av. Prefeito Antônio Alcino Vidotti, 456, e-mail: licitacoes@suzanapolis.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3706-9000, das 07h às 11h e das 13h as 17h, de Segunda as Sextas-Feiras.
Suzanápolis/SP, 25 de Abril de 2024. **JOSÉ LUIZ GAVA - Prefeito Municipal.**

bradesco — **LEILÃO SOMENTE ONLINE 40 IMÓVEIS**
FECHAMENTO: 06/05/2024 a partir das 13h30 — FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LOCALIDADES: BA CE GO MA MG MS PR RJ RO RS SC SP TO

✔ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✔ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

LOTE 31 - FRANCA/SP - CASA
Rua Jamil Bittar, 1.570 (Parte do lt. 30 da qd. 22 – área A), esquina c/ a Rua Raimundo de Oliveira
LOTEAMENTO SAMUEL PARK
Área Terreno: 131,10m² | Área Construída: 94,60m²
Lance Mínimo: R$ 120.000,00

LOTE 33 - BATATAIS/SP - CASA
Rua Alfredo Leitão (antiga Rua E-11), nº 450 (Lt. 13 da qd. Q) - **JARDIM ELENA**
Área Terreno: 250,00m²
Área Construída: 50,85m²
(estimada no local 130,00m²)
Lance Mínimo: R$ 60.000,00

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/**

(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
www.freitasleiloeiro.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

AVISO DE REVOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA O município de Guapiaçu/SP torna pública aos interessados a revogação da **Concorrência Eletrônica nº 003/2024;** Processo licitatório n° 034/2024. TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: Constitui objeto da presente concorrência eletrônica a contratação de empresa especializada para obra de infraestrutura urbana, execução de pavimentação asfáltica, guias e sarjetas, em diversas vias do bairro Monte Alto, de acordo com o Termo de Convênio n.º 102776/2023, no município de Guapiaçu/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. DATA: 24/04/2024. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Leandro Mariano da Silva.

AVISO DE REVOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA O município de Guapiaçu/SP torna pública aos interessados a revogação da **Concorrência Eletrônica nº 004/2024;** Processo licitatório n° 035/2024. TIPO: MENOR PREÇO. OBJETO: Constitui objeto da presente concorrência eletrônica a contratação de empresa especializada para obra de infraestrutura urbana, execução de 14.172,68M2 de recapeamento asfáltico, em diversas vias do município, de acordo com o Termo de Convênio n.º 102777/2023, no município de Guapiaçu/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. DATA: 24/04/2024. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Leandro Mariano da Silva.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10.174.557.802, no qual figuram como **Fiduciantes GISELE PRISCILA ASCENCIO ORTEGA,** brasileira, empresária, RG nº 44.124.544-4-SP, CPF nº 327.126.388-40 e seu marido **JAIR JOSÉ ORTEGA PELEGRINA DE OLIVEIRA SAN ROMÃN,** brasileiro, vendedor, RG nº 33.788.826-7-SP, CPF nº 322.580.688-94, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Sorocaba/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 24/05/2024 às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ $ 790.000,00** (setecentos e noventa mil reais)**, o imóvel objeto da matrícula nº 27.325 do 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Sorocaba/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: "*Prédio, que recebeu o nº 2.490 da Av. Cel. Nogueira Padilha, com a área construída de 244,00 metros quadrados (conf. Av. 03) e respectivo terreno com frente para a Rua Cel. Nogueira Padilha, medindo 10,00 metros de frente por 30,00 metros da frente aos fundos, ou 300,00 metros quadrados, confrontando no seu lado direito com propriedade de Sergio Clemente Latorre, sucessor do Espólio de Romão Arrais; no seu lado esquerdo com o prédio nº 2500, de propriedade de João Antonio Botelho Pedroso, sucessor de Thomaz Sanchez Antero, e nos fundos com propriedade de Carlos Arrais Ferrer, sucessor do Espólio de Romão Arrais.*". **Inscrição Municipal:** 53.22.10.0569.01.000 (conf. Av. 04). **Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 05/06/2024, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 824.094,89** (oitocentos e vinte e quatro mil noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (RENAC-2691-02)

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO – NOS TERMOS DA LEI 9.514-97. **Credor Fiduciário: Unifisa – Administradora Nacional De Consórcios Ltda**, CNPJ 60.732.997/0001-04. **Devedor Fiduciante: Squillo – Indústria E Comércio Ltda**, CNPJ 78.903.309/0001-89, e Fiadores: **JOÃO ESQUILINO FILHO**, CPF/MF 174.877.149-34 e **LUCY KISLAK ESQUILINO**, CPF/MF 581.387.909-97. O **Sr. LEONARDO VIEIRA AMARAL**, Leiloeiro Oficial, devidamente inscrito na JUCESP sob nº 1010, neste ato, autorizado pelo Credor Fiduciário, FAZ SABER que levará a público leilão de modo on-line pelo website hospedado em https://www.leilaonet.com.br, nos termos da Lei nº 9.514/97, o seguinte **BEM**: O IMÓVEL, terreno e suas edificações, matriculado sob nº 26.711 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Apucarana – PR, Condomínio construído sobre o Lote de terras nº 01-A/REM (um-A/REM), da Quadra nº 01 (um), situado no Loteamento Jardim Paineiras I. Contribuinte Municipal nº 114.023.0046.001. **Imóvel ocupado, desocupação por conta do arrematante.** Consolidação da Propriedade em Av. 16, 13 de dezembro de 2023. **DATAS: 1º leilão:** início 15/05/24 às 15:00h – encerramento **22/05/24 às 15:00h, Lance: R$ 305.163,24*; 2º leilão:** início 22/05/24 às 15:01h – encerramento **05/06/24 às 15:00h, Lance: R$ 274.091,43**; e 3º leilão/repasse**: início 05/06/24 às 15:01 – **encerramento 05/06/24 às 16:00h, Lance: R$ 152.581,62** (*horários de Brasília / *se houver). PARTICIPAÇÃO:** O envio de lances será exclusivamente *on-line* e se dará através do site do leiloeiro, os interessados deverão se cadastrar em www.leilaonet.com.br e se habilitar em até 24 horas antes do início do leilão. Edital completo no site www.leilaonet.com.br, demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32. **PAGAMENTO:** O arrematante deverá efetuar o pagamento integral do preço do imóvel arrematado, à vista, por meio de boleto bancário, no prazo de 24h do encerramento do leilão. A título de comissão, pagará em igual prazo, à vista, o valor de 5% sobre o lance ofertado, a ser depositada diretamente na conta corrente bancária indicada pelo Leiloeiro. **LOCAL DE REALIZAÇÃO**: Rua: Dona Maria Paula nº 122, 5º andar, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP. **INFORMAÇÕES:** fone (11) 96100-8910 / e-mail contato@leilaonet.com.br.

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO – NOS TERMOS DA LEI 9.514-97. **Credor Fiduciário: Unifisa – Administradora Nacional De Consórcios Ltda**, CNPJ 60.732.997/0001-04. **Devedor Fiduciante: Squillo – Indústria E Comércio Ltda**, CNPJ 78.903.309/0001-89, e Fiadores: **JOÃO ESQUILINO FILHO**, CPF/MF 174.877.149-34 e **LUCY KISLAK ESQUILINO**, CPF/MF 581.387.909-97. O **Sr. LEONARDO VIEIRA AMARAL**, Leiloeiro Oficial, devidamente inscrito na JUCESP sob nº 1010, neste ato, autorizado pelo Credor Fiduciário, FAZ SABER que levará a público leilão de modo on-line pelo website hospedado em https://www.leilaonet.com.br, nos termos da Lei nº 9.514/97, o seguinte **BEM**: O IMÓVEL, terreno e suas edificações, matriculado sob nº 18.625 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Apucarana – PR, situado na Gleba Patrimônio Apucarana, subdivisão do lote SK. Contribuinte Municipal nº 114.005.0219.001. **Imóvel ocupado, desocupação por conta do arrematante.** Consolidação da Propriedade em Av.20, 19 de dezembro de 2023. **DATAS: 1º leilão:** início 14/05/24 às 15:00h – encerramento **21/05/24 às 15:00h, Lance: R$ 3.021.418,24***; **2º leilão:** início 21/05/24 às 15:01h – encerramento **04/06/24 às 15:00h, Lance: R$ 1.651.400,13**; e 3º leilão/repasse**: início 04/06/24 às 15:01 – encerramento **04/06/24 às 16:00h, Lance: R$ 1.510.709,12** (*horários de Brasília / *se houver)**. **PARTICIPAÇÃO:** O envio de lances será exclusivamente *on-line* e se dará através do site do leiloeiro, os interessados deverão se cadastrar em www.leilaonet.com.br e se habilitar em até 24 horas antes do início do leilão. Edital completo no site www.leilaonet.com.br, demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32. **PAGAMENTO:** O arrematante deverá efetuar o pagamento integral do preço do imóvel arrematado, à vista, por meio de boleto bancário, no prazo de 24h do encerramento do leilão. A título de comissão, pagará em igual prazo, à vista, o valor de 5% sobre o lance ofertado, a ser depositada diretamente na conta corrente bancária indicada pelo Leiloeiro. **LOCAL DE REALIZAÇÃO**: Rua: Dona Maria Paula nº 122, 5º andar, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP. **INFORMAÇÕES:** fone (11) 96100-8910 / e-mail contato@leilaonet.com.br.

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE — Ambiental — Orgulho no que fazemos!

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 1071/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

O SAAE AMBIENTAL - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SANTA FÉ DO SUL-SP, torna público estar realizando licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, registrada sob nº 06/2024, do tipo **MENOR PREÇO** por ITEM, no modo de disputa **ABERTO**, objetivando a *"Aquisição de tubos de concreto de acordo com os requisitos e especificações descritos no Termo de Referência"*. **CADASTRAR PROPOSTAS NA PLATAFORMA:** *a partir das 09h do dia 26/04/2024 até às 09h do dia 10/05/2024.* **ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS***: A partir das: 09h01min até às 09h15min, do dia 10/05/2024.* **INÍCIO PREGÃO** (Fase Competitiva): *A partir das 09h16min, do dia 10/05/2024, por decisão da Pregoeira.* **TEMPO DE DISPUTA:** *Mínimo de 10 (dez) minutos. Se algum lance tiver sido oferecido nos últimos 2 (dois) minutos, o tempo é prorrogado por outros 2 (dois) minutos e assim sucessivamente.* **LOCAL:** Plataforma Eletrônica no site www.bllcompras.org.br, pela internet. Para todas as referências de tempo será observado o horário Oficial de Brasília (DF). O presente certame será regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021 e suas atualizações, legislação vigente correlata, além das condições estabelecidas no edital deste certame. Os interessados em participar desta licitação poderão obter maiores informações junto à Seção de Licitação e Contratos do SAAE AMBIENTAL - Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Santa Fé do Sul-SP., sito na Rua 27, nº 1257, centro, nesta, pelo e-mail licita@saaeambientalsantafe.sp.gov.br, ou pelo telefone (17)-3641-9500, em horário normal do expediente. O edital de convocação na íntegra que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), http://www.saaeambientalsantafe.sp.gov.br e http://www.bllcompras.org.br.

Santa Fé do Sul - SP, aos 25 de abril de 2024
JOSÉ ANDRÉ DO NASCIMENTO - Superintendente

Mirassol/SP, 25 de abril de 2024.

Prof.ª Dr.ª Luzia de Fátima Paula
Secretária da Educação

sócios. Itapetininga/SP, 24 de abril de 2024. Marcelo Lucio de Meira - Presidente.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta no Centro Administrativo do Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Javert de Andrade" de São José do Rio Preto, situado à Rodovia BR 153 – Km 47,5 – Zona Rural – CEP 15.052-903 – São José do Rio Preto - SP, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2024 - Processo SEI nº 006.00130524/2024-41, referente a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE VESTUÁRIO, HABITAÇÃO, HIGIENE INDIVIDUAL E COLETIVO DOS PRESOS CUSTODIADOS NESTA UNIDADE PRISIONAL, com abertura marcada para o dia 09/05/2024, às 09:00 horas. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico https://compras.sp.gov.br. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas, no endereço eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO FEV Nº 008/2024 – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 008/2024 (REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa especializada em customização e ajustes sob demanda de programação de módulos de recursos humanos, contabilidade, fiscal, compras e financeiro dos sistemas RM / TOTVS, com expertise nas demandas de RH e-social, contábeis e fiscais: EFD ICMS, EFD Contribuições, GIA, DCTF, EFD REINF, SPED ECD, SPED ECF; Módulo Educacional; Metadados; Fórmulas Visuais; Gerenciamento de Projetos – TOP; Banco de Dados Totvs em Oracle,** por um período de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, consoante especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico FEV nº 008/2024 e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO (UNITÁRIO POR ITEM). DATA DA REALIZAÇÃO: 13 de maio de 2024. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 26 de abril de 2024. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 13 de maio de 2024 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 13 de maio de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo site www.unifev.edu.br (link: Institucional/Licitações) e www.bll.org.br. Mais informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3405-9999 (Ramais 878/829).

Votuporanga/SP, 25 de abril de 2024.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA - Douglas José Gianoti - Diretor Presidente

PAGSEGURO INTERNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.561.701/0001-01 - NIRE 35.300.495.934

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

1. Data, Hora e Local: Em 1º de abril de 2024, às 09:00 horas, na sede social da PAGSEGURO INTERNET INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.384, 1º ao 10º andares, Salão e Mezanino, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. 2. Convocação e Presença: Formalidades de convocação dispensadas em razão da presença da totalidade dos Diretores da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Artur Gaulke Schunck; Secretário: Renato Bertozzo Duarte. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (a) a prestação, pela Companhia, de garantia fidejussória ("Fiança"), para assegurar integralmente o cumprimento de todas as obrigações a serem assumidas pelo BancoSeguro S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.264.663/0001-77 ("BancoSeguro"), no âmbito da 1ª (primeira) emissão de letras financeiras ("Letras Financeiras") para distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, não sujeita a registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), do BancoSeguro ("Emissão"), nos termos da Resolução CVM nº 8, de 14 de outubro de 2020 ("Resolução CVM 8"), da Lei nº 12.249, de 11 de julho de 2010 ("Lei 12.249"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007, de 24 de março de 2022 ("Resolução CMN nº 5.007"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), incluindo a renúncia aos benefícios de ordem conforme descrito no Instrumento de Emissão; (b) autorização à Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores legais, conforme o caso, para celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à devida formalização da Fiança, incluindo, sem limitação, a celebração do Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão para Distribuição Pública de Letras Financeiras, Não Sujeita a Registro, do BancoSeguro S.A. ("Instrumento de Emissão"), e do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Letras Financeiras, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão para Distribuição Pública, do Banco Seguro S.A. ("Contrato de Distribuição"); e (c) ratificação de todos os demais atos já praticados relacionados ao acima. 5. Deliberação: Após exame e discussão da matéria da ordem do dia, os membros da Diretoria da Companhia aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: A. A outorga da Fiança, pela Companhia, para assegurar integralmente o cumprimento da totalidade das obrigações assumidas pelo BancoSeguro, no âmbito da Emissão e Oferta das Letras Financeiras, de acordo com as principais características descritas abaixo, as quais serão detalhadas e reguladas pelo Instrumento de Emissão, pelo Contrato de Distribuição e pelo Documento de Informações Essenciais ("DIE"): (i) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de até R$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, observado o montante mínimo de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Montante Mínimo"), de modo que a Oferta somente será efetivada se for colocada, no mínimo, o Montante Mínimo, observado o Procedimento de Bookbuilding; (ii) Número da Emissão: a Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de letras financeiras do BancoSeguro; (iii) Quantidade de Letras Financeiras: serão emitidas até 15.000 (quinze mil) Letras Financeiras, de modo que a quantidade de Letras Financeiras será apurada no Procedimento de Bookbuilding, para definição: (a) do valor total da Emissão, sujeito ao Montante Mínimo; e (b) da quantidade de Letras Financeiras; (iv) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (v) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário de cada Letra Financeira, na Data de Emissão, será de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); (vi) Remuneração: sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa (spread) de até 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), de acordo com os critérios definidos no "Caderno de Fórmulas – CDBs, DIs, DPGE, LAM, LC, LF, LFS, LFSC, LFSN, IECI e RDB – Cetip21", disponível para consulta na página da B3 na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista no Instrumento de Emissão; (vii) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente; (viii) Garantias: as Letras Financeiras contarão com garantia fidejussória na forma da Fiança outorgada pela Companhia, que constituir-se-á, de forma irrevogável e irretratável, na condição de coobrigada e devedora principal, solidariamente responsável com o BancoSeguro por todas as obrigações decorrentes das Letras Financeiras e do Instrumento de Emissão, prestando a fiança em caráter universal e compreendendo a totalidade das obrigações decorrentes das Letras Financeiras e do Instrumento de Emissão, que vigerá até que todas as Letras Financeiras sejam integralmente liquidadas pelo BancoSeguro, observado o disposto no Instrumento de Emissão; (ix) Amortização do Valor Nominal Unitário e Pagamento da Remuneração: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, e depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, o Valor Nominal Unitário será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento; (x) Pagamento da Remuneração: a Remuneração será paga integralmente na Data de Vencimento, exceto em caso de pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado; (xi) Recompra Facultativa: uma vez que as Letras Financeiras serão emitidas sem cláusula de subordinação, o BancoSeguro poderá, a qualquer tempo, recomprar Letras Financeiras, desde que por meio de mercado de balcão organizado, operacionalizado e administrado pela B3, no montante de até 5% (cinco por cento) do valor contábil das Letras Financeiras, para efeito de permanência em tesouraria e venda posterior, observadas as restrições impostas pelo art. 10 da Resolução CMN nº 5.007. As Letras Financeiras adquiridas de terceiros por instituições do mesmo conglomerado prudencial, nos termos da Resolução do CMN nº 4.950, e do mesmo conglomerado econômico do BancoSeguro ou por demais entidades submetidas ao controle direto ou indireto do BancoSeguro, devem ser consideradas no cômputo do limite de que trata este item, nos termos do art. 10, § 2º, da Resolução CMN nº 5.007; (xii) Resgate Antecipado: nos termos do art. 5º da Resolução CMN nº 5.007, é vedado o resgate antecipado, total ou parcial, das Letras Financeiras antes da Data de Vencimento, observado que a vedação não será aplicável se o BancoSeguro efetuar o resgate antecipado para fins de imediata troca do título por outra letra financeira de sua emissão, observado o art. 5º, § 1º, da Resolução CMN nº 5.007; (xiii) Amortização Antecipada: não poderá ser realizada amortização antecipada extraordinária das Letras Financeiras pelo BancoSeguro; (xiv) Repactuação: as Letras Financeiras não serão objeto de repactuação programada; (xv) Colocação: as Letras Financeiras serão objeto de distribuição pública com dispensa de registro, nos termos da Resolução CVM 8 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à Oferta, com a intermediação dos Coordenadores, sob regime de melhores esforços de colocação, que organizarão o plano de distribuição, nos termos do Contrato de Distribuição, tendo investidores em geral como público-alvo, observado que a Oferta somente será efetivada se for colocada, no mínimo, o Montante Mínimo, observado o Procedimento de Bookbuilding; (xvi) Coleta de Intenções de Investimento: será adotado procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, sem lotes mínimos ou máximos, em conjunto com o BancoSeguro, para definição do Valor Total da Emissão, observado o Montante Mínimo, da quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão e da Remuneração ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos previstos no Contrato de Distribuição; (xvii) Forma e Comprovação de Titularidade: as Letras Financeiras serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, mediante o depósito e o registro eletrônico na B3 pelo BancoSeguro, observadas as normas da B3, conforme definidas em seu regulamento e nos manuais aplicáveis. A titularidade das Letras Financeiras será comprovada por meio de extrato individualizado e, a pedido do titular de Letras Financeiras, exclusivamente para fins do artigo 38, §1º, da Lei 12.249, por meio de certidão de inteiro teor, ambos emitidos pela B3. Tal certidão será suficiente para habilitar qualquer medida judicial ou extrajudicial contra o BancoSeguro, inclusive a execução de valores devidos nos termos do Instrumento de Emissão. Adicionalmente, poderá ser expedido pelo Escriturador extrato em nome do titular de Letras Financeiras, com base nas informações geradas pela B3; (xviii) Conversibilidade e Subordinação: as Letras Financeiras não serão conversíveis em ações de emissão do BancoSeguro e não serão subordinadas; (xix) Preço de Subscrição e Forma de Pagamento: as Letras Financeiras serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição. O preço de subscrição das Letras Financeiras será o seu Valor Nominal Unitário; (xx) Prazo e Data de Vencimento: ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, e observada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, as Letras Financeiras terão prazo de vencimento de 24 (vinte e quatro) meses e 10 (dez) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data definida no Instrumento de Emissão ("Data de Vencimento"); (xxi) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às Letras Financeiras, bem como a quaisquer outras obrigações pecuniárias eventualmente devidas pelo BancoSeguro no âmbito do Instrumento de Emissão, serão efetuados pelo BancoSeguro, sem aplicação de qualquer dedução (exceto eventuais deduções previstas em leis tributárias) ou compensação, nos termos do art. 368 do Código Civil, e por meio dos procedimentos adotados pela B3; (xxii) Vencimento Antecipado: as Letras Financeiras terão seu vencimento antecipado, automático ou não, declarado nas hipóteses e nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão, e, em qualquer hipótese, sujeitos à implementação da condição suspensiva, a ser prevista no Instrumento de Emissão, cuja implementação permitirá a declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras ("Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado"); (xxiii) Encargos Moratórios: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pelo BancoSeguro de qualquer quantia devida aos titulares das Letras Financeiras, os débitos em atraso vencidos e não pagos pelo BancoSeguro ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento), e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), ambos calculados sobre o montante devido e não pago; (xxiv) Destinação dos Recursos: os recursos obtidos pelo BancoSeguro com a Emissão serão integralmente utilizados no curso ordinário dos negócios do BancoSeguro; (xxv) Escriturador: a escrituração das Letras Financeiras será realizada pelo próprio BancoSeguro; (xxvi) Classificação de Risco: a Emissão das Letras Financeiras será submetida à apreciação de agência de classificação de risco. A classificação de risco da Emissão deverá existir durante toda a vigência das Letras Financeiras, não podendo tal serviço ser interrompido, devendo tal classificação ser atualizada anualmente; e (xxvii) Demais Características da Emissão: as demais características da Emissão e das Letras Financeiras serão aquelas especificadas no Instrumento de Emissão e DIE. Os termos iniciados em letra maiúscula aqui utilizados terão o significado a eles atribuídos neste instrumento, ou, se aqui não definidos, no Instrumento de Emissão. B. A autorização à Diretoria e/ou seus procuradores legais, conforme o caso, para celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberadores ora aprovadas. C. A ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações e aprovações acima. 6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida e conferida. Mesa: Artur Gaulke Schunck – Presidente; e Renato Bertozzo Duarte - Secretário. Diretores: Alexandre Magnani, Artur Gaulke Schunck, Roberto Sadami Ikegami, Arilda Vasconcelos Nogueira de Lima, André Mello Souza Fernandes e André Estefan Ventura. São Paulo/SP, 1º de abril de 2024. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Renato Bertozzo Duarte - Secretário da Mesa. Ata arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 150.923/24-7 em 10 de abril de 2024. Assinado por Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online

zuk

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 - Cj. 62, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária ***VIDA NOVA ITAPETININGA III – EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,*** inscrita no CNPJ sob nº 34.186.786/0001-03, com sede em Bauru/SP, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda, firmado em 24/06/2021, no qual figura Fiduciante ***FERNANDO CESAR TOBIAS,*** brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG nº 27.665.319-1-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 329.861.708-38, residente e domiciliado em Sarapuí/SP, já qualificados no citado instrumento particular, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente ***On-line***, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site ***www.portalzuk.com.br***. **2. Descrição do imóvel: Um Terreno** Urbano, de formato irregular, constituído pelo lote vinte e nove (29), da quadra "F", do loteamento "Residencial Reserva da Mata", situado na cidade e comarca de Itapetininga, com a seguinte descrição: a partir da divisa com o lote nº 30, segue em curva com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 6,60 metros (AC=42º00'06"), deste segue em curva com raio de 18,50 metros e desenvolvimento de 4,70 metros (AC=14º32'46"), deste segue em curva com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 6,73 metros (AC=42º49'23"), ambos na confluência da Rua 6 - Lado A com a Avenida 1, deste segue em linha reta por 9,33 metros e azimute 261º49'51", confrontando com a Avenida 1, deste deflete a direita por 12,48 metros azimute 358º00'25", confrontando com o Lote nº 28, deste deflete a direita por 22,25 metros azimute 88º00'25", confrontando com o Lote nº 30, perfazendo assim uma área total de 207,61 metros quadrados. **Av.6 -** Para constar que a Rua 6 passou a denominar-se Rua Jane Vieira da Silva Castro. **Imóvel objeto da matrícula nº 95.641 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapetininga/SP. Observação: (I)** Consta, conforme **Av. 05,** Indisponibilidade de bens do devedor fiduciante, que será baixada pelo credor sem prazo determinado. **(II)** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 14/05/2024**, às **14:00** h. Lance mínimo: **R$ 104.356,79. >2º Leilão: 21/05/2024**, às **14:00** h. Lance mínimo: **R$ 105.303,90. 4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site portalzuk.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online

zuk

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 - Cj. 62, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela Credora Fiduciária ***VIDA NOVA ITAPETININGA III – EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,*** inscrita no CNPJ sob nº 34.186.786/0001-03, com sede em Bauru/SP, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda, firmado em 10/06/2021, no qual figura Fiduciante ***FERNANDO CESAR TOBIAS,*** brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG nº 27.665.319-1-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 329.861.708-38, residente e domiciliado em Sarapuí/SP, já qualificados no citado instrumento particular, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente ***On-line***, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site ***www.portalzuk.com.br***. **2. Descrição do imóvel: Um Terreno** Urbano, de formato irregular, constituído pelo lote trinta e nove (39) da quadra "V", do loteamento "Residencial Reserva da Mata", situado na cidade e comarca de Itapetininga, com a seguinte descrição: à partir da divisa com o lote nº 38, segue em linha reta por 4,97 metros e azimute de 357º53'52" de frente para Rua 10 - Lado B, deste segue em curva de raio 9,00 metros e desenvolvimento de 15,09 metros (AC=96º04'01"), na confluência da Rua 10 - Lado B e Avenida 1, deste segue em linha reta em uma distância de 12,62 metros e azimute de 261º49'51", confrontando com a Avenida 1, deste deflete à esquerda em uma distância de 12,59 metros e azimute 177º53'52", confrontando com o lote nº 1, deste deflete à esquerda em uma distância de 22,50 metros e azimute 87º53'52", confrontando com o lote nº 38, perfazendo assim uma área total de 288,01 metros quadrados. **Av.6 -** Para constar que a Rua 10 passou a denominar-se Rua Joel Fortunato. **Imóvel objeto da matrícula nº 95.672 do Cartório de Registro de Imóveis de Itapetininga/SP. Observação: (i)** Consta gravada na Av.5 da referida matrícula, Indisponibilidade de Bens, que será baixada pelo credor sem prazo determinado. **(ii)** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão: 14/05/2024**, às **14:00** h. Lance mínimo: **R$ 144.770,47. >2º Leilão: 21/05/2024**, às **14:00** h. Lance mínimo: **R$ 144.618,41. 4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site portalzuk.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Nishant Lalwani

IA ameaça acabar com negócios jornalísticos, mas licenciamento é esperança

Redução de leitores que chegam via busca preocupa, mas venda de dados para treinar modelos traria receita, diz presidente de fundo

ENTREVISTA

Patrícia Campos Mello

OXFORD A inteligência artificial é uma grave ameaça ao modelo de negócios dos veículos de mídia. Esse é o alerta de Nishant Lalwani, 42, presidente do Fundo Internacional para Mídia de Interesse Público (Ifpim, na sigla em inglês).

"Com a IA, veremos uma maior erosão do modelo de negócios dos veículos de comunicação, pela forma como os mecanismos de busca vão funcionar, sem links que direcionam a sites. Se isso diminuir massivamente o tráfego para sites de notícias, vai reduzir o que resta de publicidade para os veículos de mídia", disse Lalwani, que cofundou, ao lado da Nobel da Paz, Maria Ressa, o fundo que financia iniciativas de jornalismo de interesse público.

Mas há uma esperança para a viabilidade financeira das organizações de mídia, e ela também vem da IA, diz Lalwani.

"O modelo de licenciamento [de conteúdo de veículos de imprensa para empresas de IA treinarem seus modelos], nos termos certos, representa um acordo de remuneração contínua, uma valorização e um pagamento pelo jornalismo produzido. Os grandes modelos de linguagem [de IA] vão precisar de dados para treinamento e embasamento em bahasa, em português, e assim por diante. Veículos nacionais de mídia serão muito importantes como fontes de informação e conteúdo."

*

Divulgação

Nishant Lalwani, 42
presidente e cofundador do Fundo Internacional para Mídia de Interesse Público. Antes disso, foi vice-presidente global de programas da Luminate. Formou-se em engenharia na Universidade de Cambridge, onde fez mestrado em engenharia aeronáutica, e fez MBA na Universidade Harvard

Por que foi necessário criar um fundo de apoio ao jornalismo? Houve uma falha de mercado no setor de jornalismo de interesse público. O secretário-geral da ONU [António Guterres] falou em extinção da mídia.

O público precisa de informações, mas não existe um modelo financeiro que sustente isso comercialmente, ou seja, há uma falha de mercado.

Quando há uma falha de mercado na educação primária ou em vacinas, o Estado intervém, porque é muito importante preservar esse bem público. A segunda coisa que se faz é regulamentar para garantir que esse bem seja acessível.

Quando comecei a trabalhar com mídia, percebi que é preciso ter mais subsídios estatais, mas o problema é que não podemos ter governos financiando diretamente a mídia, por razões óbvias, como a influência política. Então criamos o Ifpim para ser um mecanismo pelo qual Estados, empresas e outros podem financiar a mídia, sem que seus interesses sejam refletidos na política editorial ou na estratégia comercial.

Os beneficiários do fundo são principalmente pequenos e médios veículos de comunicação, certo? No momento, temos dois tipos diferentes de atividade. A primeira é financiar diretamente organizações de mídia, como o Nexo e o Marco Zero no Brasil. Ajudamos os veículos a custear suas operações, quando há grande dificuldade de financiamento.

Por exemplo, financiamos o El Confidencial, com sede na Costa Rica, é realmente importante que eles possam continuar a fazer jornalismo [era um jornal baseado na Nicarágua que sofreu perseguição da ditadura de Daniel Ortega e agora é tocado do exílio]. Estamos financiando organizações na Ucrânia, na Geórgia e mídias que estão desenvolvendo novos modelos de negócios e de gerar receita, como o Mutante, na Colômbia, que mira o público jovem.

Também financiamos projetos que tentam corrigir as falhas de mercado, como fundos nacionais para o jornalismo, incluindo Serra Leoa, e no Brasil, o da Ajor (Associação de Jornalismo Digital). Fomos o primeiro financiador do projeto, com um valor de US$ 300 mil, e eles agora conseguiram captar US$ 1,8 milhão.

Recentemente, a Meta anunciou que não mais participará do Código de Barganha da Austrália, ou seja, deixará de pagar (e publicar) conteúdo noticioso. No Canadá, o Facebook deixou de publicar notícias após a Lei Online do país entrar em vigor, e o Google acabou fechando um acordo com os veículos de mídia em valor muito inferior ao esperado. Na sua opinião, qual é o modelo mais promissor? Os modelos mais promissores são os que se formam a partir de um acordo comercial, não um subsídio contínuo [como doações de entidades filantrópicas ou fundos criados pelas big tech]. Precisa ser inclusivo, não beneficiar apenas grandes veículos, e deve haver transparência sobre quem e quanto está sendo pago.

O modelo australiano [código de barganha para negociação entre big tech e veículos] excluiu muitas organizações pequenas e médias, elas não tinham poder para negociar, precisamos de algum tipo de negociação coletiva para isso.

As plataformas incluídas também são um ponto problemático. Facebook e Google entraram, mas o LinkedIn, que é uma grande fonte de notícias, não.

Há muitas questões sobre quem está usando o conteúdo de notícias: por exemplo, todas as novas empresas importantes de IA e subsidiárias precisam ser consideradas. Mas eu acho que esse modelo é promissor, é o caminho certo a seguir, só que ainda não foi bem implementado. A mesma coisa para o licenciamento de conteúdo.

No Brasil, há uma percepção de que seria melhor ter um modelo que não preveja pagamento por conteúdo usado pelas plataformas, mas, sim, pagamento pelas externalidades negativas causadas pelas big techs. Essa percepção ganhou força depois de a Meta anunciar que não pagaria mais por notícias na Austrália —ou seja, as empresas de internet podem simplesmente dizer que não querem mais usar o conteúdo jornalístico e deixar de pagar. Quando falamos sobre códigos de barganha ou acordos de licenciamento com empresas de IA, há um reconhecimento do valor do trabalho que os jornalistas estão fazendo. Há um reconhecimento de que o jornalismo é fundamental para o modelo de negócio [das big tech], não só os fatos, mas também o tipo de narrativa e a confiança gerada por essas narrativas. Mas a ideia do imposto punitivo é bastante importante, porque precisamos minimizar essas externalidades. Ambos precisam ser considerados.

Quais são os modelos de fundos eficazes para financiar o jornalismo? O Ifpim foi projetado para ter completa independência de nossos doadores. Temos um conselho liderado por Maria Ressa e Mark Thompson que decide sobre a estratégia. Os fundos precisam garantir independência tanto de seus financiadores quanto do governo que possa estar envolvido.

Com a IA, veremos uma maior erosão do modelo de negócios dos veículos de comunicação, pela forma como os mecanismos de busca vão funcionar, sem links que direcionam a sites

O modelo de licenciamento, nos termos certos, representa um acordo de remuneração contínua, uma valorização e um pagamento pelo jornalismo produzido. Os grandes modelos de linguagem [de IA] vão precisar de dados para treinamento e embasamento em bahasa, em português, e assim por diante

Na hora de financiar, é preciso dar às Redações dinheiro para investir em capacidades de IA. Caso contrário, essa lacuna só vai crescer —como aconteceu com as redes sociais há 20 anos.

Também é necessário ter uma alta tolerância ao risco, porque precisamos experimentar, não temos as respostas. É preciso ter uma tolerância bastante alta ao fracasso.

No Brasil, há uma discussão sobre tributar as grandes empresas de tecnologia e estabelecer um fundo. Seria vinculado ao governo. Por outro lado, como em Taiwan, o Google estabelece um fundo pequeno para apoiar jornalismo. É possível ter um fundo eficiente gerenciado pelo governo ou uma big tech? Com a governança correta, sim. Obviamente, onde há apenas uma entidade, como o Google no fundo em Taiwan, em uma relação bilateral, ela mantém o direito de interromper o financiamento a qualquer momento. Está sempre claro onde está o poder.

Como o Ifpim é financiado? Somos financiados por 17 organizações, 8 governos e os outros são corporações e filantropias. Ninguém é um doador majoritário.

O Google é um doador do Ifpim. O sr. vê uma contradição nisso? Acho que Maria [Ressa] é um bom exemplo de abordagem. Ela está sempre disposta a trabalhar com o Google, com o Facebook. Mas ela também está comprometida a pensar de forma independente sobre o futuro do jornalismo e criticá-los quando necessário.

O Google responde por 4% do nosso financiamento. É uma quantia pequena. Somos muito claros sobre nosso propósito principal aqui: apoiar a mídia de interesse público da maneira que achamos que gerará a maior estabilidade econômica e resiliência para essas organizações.

Então é importante o fato de ser apenas 4%, certo? Porque, em muitos países as plataformas basicamente financiam todas as associações de jornalismo, 80% dos orçamentos, e também a checagem de fatos. Como o sr. vê esse tipo de dinâmica? Em geral, as relações bilaterais nunca serão muito sustentáveis em termos de independência de uma entidade ou de contribuições financeiras contínuas. Mas as organizações de mídia não tiveram escolha. Não é como se houvesse outras pessoas se oferecendo para financiar. Apenas 0,3% de toda a ajuda externa de governos do mundo é destinada a apoiar a mídia.

Isso é bastante surpreendente, porque desinformação, integridade da informação, integridade das eleições estão em todos os discursos dos políticos. Ainda assim, eles estão gastando só US$ 500 milhões por ano, é irrisório.

A OCDE acabou de fazer um estudo mostrando que apenas 8% desse valor —US$ 40 milhões por ano—vai para organizações de mídia em países em desenvolvimento.

Queremos que o montante total de financiamento para a mídia chegue a pelo menos 1% do total de ajuda externa. Isso seria US$ 1 bilhão por ano, quantia significativa para apoiar a inovação, o investimento em IA, não apenas organizações de mídia menores.

O fundo criado no Canadá em 2019 e a maioria dos fundos estão financiando pequenos e médios meios de comunicação, muitas vezes liderados por grupos minorizados, ou em desertos de notícia, ou veículos de nicho. Mas muitos grandes meios de comunicação também estão em uma situação financeira ruim e é lá que é feita a maioria das reportagens investigativas. Qual é a esperança para esses meios de comunicação maiores? Estamos interessados em financiar alguns desses meios. Mas pode ser complicado financiar grandes organizações de mídia porque várias delas têm capital aberto, são negociadas em Bolsa. Em outros casos, os veículos grandes pertencem a pessoas politicamente muito conectadas. Temos que garantir que sejam independentes.

Na sua definição, o que é jornalismo de interesse público? Trata-se de jornalismo independente, que não representa nenhum interesse político ou pessoal em suas reportagens. São organizações que servem ao público com informações baseadas em fatos em vez de servir a seus proprietários ou a um partido político. Esse é o cerne da questão.

Quais são as principais oportunidades e os principais desafios da IA para o jornalismo? Acho que uma grande oportunidade na IA é que ela reformula um pouco a conversa regulatória. A OpenAI fez acordos de licenciamento com a Associated Press e com a Axel Springer.

O modelo de licenciamento, nos termos certos, representa um acordo de remuneração contínua, uma valorização e um pagamento pelo jornalismo produzido. A longo prazo, o licenciamento deve desempenhar um papel importante. Os grandes modelos de linguagem [de IA] vão precisar de dados para treinamento e embasamento em bahasa, em português, e assim por diante.

Veículos nacionais de mídia serão importantes como fontes de informação e conteúdo. Então acredito que eles estarão dispostos a pagar pela informação em que confiam.

Mas há ameaças. Com a IA, veremos uma maior erosão do modelo de negócios dos veículos de comunicação, pela forma como os mecanismos de busca vão funcionar, sem links que direcionam a sites.

Se isso diminuir massivamente o tráfego para sites de notícias, vai reduzir o que resta de publicidade para os veículos de mídia. Isso é uma enorme ameaça porque a publicidade continua sendo uma das poucas fontes independentes de receita, muitas organizações ainda têm de 30% a 40% de sua receita ligada a anúncios.

Para mim, essa é provavelmente a maior ameaça, saber se as organizações de mídia vão continuar a receber tráfego de mecanismos de busca.

Reportagem recente no jornal The New York Times relatou como a OpenAI e o Google estão desesperados para obter mais e mais conteúdo de notícias para treinar seus modelos de IA. O fato de que a OpenAI precisaria de quantidades cada vez maiores de conteúdo de notícias, de qualidade, para treinar e atualizar seus modelos, poderia eventualmente compensar a perda de tráfego? Depende dos termos dos acordos de licenciamento. É necessário ter transparência sobre como será determinado o valor pago pelo conteúdo. No Brasil e outros países, ainda há muita disparidade de poder. Você pode ser o maior jornal do país, mas ainda é um pequeno veículo de mídia negociando com a OpenAI. Então, como você se organiza para aumentar seu poder de barganha? E como calcula o valor do conteúdo?

Uma organização pequena com um público reduzido, mas publicando investigações e furos muito importantes, como se compara a informações mais padrão sobre resultados esportivos, em um grande veículo? Não dá para usar a audiência como o principal parâmetro.